

COLECCIÓN GRUPOS DE TRABAJO



Serie Teoría social crítica

**MÉTODOS Y TÉCNICAS DE  
INVESTIGACIÓN EN CONTEXTOS  
DE ALTA VULNERABILIDAD  
POLÍTICO-SOCIAL  
VALIDEZ, CONFIABILIDAD, Y  
PERTINENCIA  
(VOL. I)**

*Carlos Federico Domínguez Avila  
Amaral Arévalo  
[Orgs.]*





**MÉTODOS Y TÉCNICAS DE  
INVESTIGACIÓN EN CONTEXTOS  
DE ALTA VULNERABILIDAD  
POLÍTICO-SOCIAL**

**— VOLUMEN I —**

### **Comité científico**

Jimena de Garay Hernández (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Roberto López (Universidad Centroamericana “José Simeón Cañas”)

Suely Deslandes (Instituto Fernandes Figueira/Fundação Oswaldo Cruz)

Yosahandi Navarrete (Universidad Autónoma de México)

Métodos y técnicas de investigación en contextos de alta vulnerabilidad político-social / José Manuel Luque Rojas... [et al.]; editado por Carlos Federico Domínguez Ávila; Arévalo Amaral; prefacio de Simone Rodrigues Pinto; Heliana Faria Mettig Rocha - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2023.

Libro digital, PDF

Archivo digital: descarga y online

ISBN 978-987-813-677-6

1. Psicología Social. 2. Ciencia Política. 3. Estudios de Casos. I. Luque Rojas, José Manuel. II. Domínguez Ávila, Carlos Federico, ed. III. Amaral, Arévalo, ed. IV. Rodrigues Pinto, Simone, pref. V. Mettig Rocha, Heliana Faria, pref. CDD 301.072

Otros descriptores asignados por CLACSO:

Investigación / Métodos / Técnicas / Epistemología / Revisión bibliográfica / Vulnerabilidad social / Salud colectiva / Cartografías / Psicología Social / América Latina

Los trabajos que integran este libro fueron sometidos a una evaluación por pares.

**MÉTODOS Y TÉCNICAS DE  
INVESTIGACIÓN EN CONTEXTOS  
DE ALTA VULNERABILIDAD  
POLÍTICO-SOCIAL**

**VALIDEZ, CONFIABILIDAD, Y PERTINENCIA**

**— VOLUMEN I —**

**Carlos Federico Domínguez Avila  
Amaral Arévalo  
(Eds.)**

Grupo de Trabajo CLACSO

El Istmo Centroamericano: Perspectivas Epistemológicas Periféricas



## CLACSO

Consejo Latinoamericano  
de Ciencias Sociales

Conselho Latino-americano  
de Ciências Sociais

### **Colección Grupos de Trabajo**

**Pablo Vommaro** - Director

**Rodolfo Gómez** - Coordinador

### **CLACSO - Secretaría Ejecutiva**

**Karina Batthyány** - Directora Ejecutiva

**María Fernanda Pampín** - Directora de Publicaciones

**Pablo Vommaro** - Director de Investigación

### **CLACSO - Equipo Editorial**

**Lucas Sablich** - Coordinador Editorial

**Solange Victory y Marcela Alemanni** - Producción Editorial

### **Área de investigación**

**Natalia Gianatelli** - Coordinadora de Investigación

**Cecilia Gofman, Marta Paredes, Rodolfo Gómez, Sofía Torres, Teresa Arteaga y Ulises Rubinschik** -  
Equipo de Gestión Académica



LIBRERÍA LATINOAMERICANA Y CARIBEÑA DE CIENCIAS SOCIALES

CONOCIMIENTO ABIERTO, CONOCIMIENTO LIBRE

Los libros de CLACSO pueden descargarse libremente en formato digital o adquirirse en versión impresa desde cualquier lugar del mundo ingresando a [www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana](http://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana)

1ª edición: *Métodos y técnicas de investigación en contextos de alta vulnerabilidad político-social: Validez, confiabilidad, y pertinencia, Volumen 1* (Buenos Aires: CLACSO, diciembre de 2023).

ISBN 978-987-813-677-6



CC BY-NC-ND 4.0

La responsabilidad por las opiniones expresadas en los libros, artículos, estudios y otras colaboraciones incumbe exclusivamente a los autores firmantes, y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

### **CLACSO**

**Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - Conselho Latino-americano de Ciências Sociais**

Estados Unidos 1168 | C1023AAB Ciudad de Buenos Aires | Argentina

Tel [54 11] 4304 9145 | Fax [54 11] 4305 0875 | <[clacso@clacsoinst.edu.ar](mailto:clacso@clacsoinst.edu.ar)> | <[www.clacso.org](http://www.clacso.org)>



Este material/producción ha sido financiado por la Agencia Sueca de Cooperación Internacional para el Desarrollo, Asdi. La responsabilidad del contenido recae enteramente sobre el creador. Asdi no comparte necesariamente las opiniones e interpretaciones expresadas.

# ÍNDICE

**Simone Rodrigues Pinto**

Prefácio | 9

**Carlos Federico Domínguez Avila y Amaral Arévalo**

Introducción | 13

## SECCIÓN 1. EPISTEMOLOGÍAS

**José Manuel Luque Rojas y Yobana Damariz Cortez Parra**

El pluralismo metodológico en la Ciencia Política | 23

**Ludmilla Pinto Guiotti Cintra Abreu, Isabelle Giovanna Teixeira de Mendonça, Maurício de Oliveira Chaves, Euler de Vilhena Garcia e Glécia Virgolino da Silva Luz**

Introdução à metodologia de revisão bibliográfica sistemática e como aplicá-la nas mais diversas áreas do conhecimento | 45

**Carlos Federico Domínguez Avila**

Desenhos de pesquisa: Reflexões sobre o impacto da lógica inferencial na metodologia do trabalho científico | 73

**Ana da Costa Polonia, Angélica Inês Miotto e Josefina Amanda Suyó-Vega**

O experimento em Psicologia Social: fundamentos, reflexões e perspectivas | 85

## SECCIÓN 2. OBSERVACIÓN

**Claudia Gomes Gonçalves**

A observação participante | 111



**Aldira Guimarães Duarte Domínguez**

Aplicações contemporâneas de metodologia qualitativa na pesquisa social em saúde. Revisitando a técnica da observação participante | 125

**Sílvia Maria Ferreira Guimarães  
e Joaquim Pedro Ribeiro Vasconcelos**

O fazer etnográfico em contexto de vulnerabilidade social. Diálogos entre Antropologia e Saúde Coletiva | 151

**SECCIÓN 3. TÉCNICAS DIVERSAS**

**Ana Clara Carvalho Machuca Voigt**

A técnica do questionário: estudo prospectivo | 171

**Carlos Eduardo Vidigal**

Análise documental (arquivos, prontuários, memórias, correspondência) | 195

**Cristina Soreanu Pecequilo**

Análise de cenário, conjuntura e política externa. Ferramentas para pensar e projetar a autonomia? | 215

**Lidiane M. Maciel e Fabiana Félix do Amaral e Silva**

Cartografias sociais e metodologias participativas. Uma discussão teórico-metodológica e prática a partir de duas experiências | 239

**Sobre autoras, autores y editores** | 267

# PREFÁCIO

Simone Rodrigues Pinto

(Universidade de Brasília)

ATUALMENTE proliferam ideias, teorias e movimentos que se contrapõem diretamente aos melhores dados produzidos pela ciência ao longo de séculos. Desde os negacionistas do clima, para os quais as mudanças climáticas são criações midiáticas, passando pelo movimento antivacina, que tem gerado danos irreversíveis para a nova geração, e culminando na expansão dos defensores do terraplanismo e suas explicações pseudocientíficas a respeito do nosso planeta. Estamos vivendo uma crise de confiança na ciência?

Desde que Descartes (2005) chegou ao “penso, logo existo” por seu método que tal tem sido sinônimo de busca pela verdade. É através do método, segundo Descartes, que se alcança as evidências, as ideias claras, a ciência verdadeira. Ainda que este preceito pareça tão reconfortante, muito se trilhou no campo da metodologia. Passamos da confiança total à dúvida absoluta. O corolário da desconstrução da ideia de verdade promovida pelas teorias pós-modernas desde décadas anteriores a partir de posições relativistas e irracionistas pode ser sentido na linguagem cotidiana. Relativistas porque negam o caráter objetivo do conhecimento científico, e irracionistas porque interpretam o desenvolvimento da ciência não como um processo dotado de certa racionalidade, mas como uma disputa de interesses, cujo resultado é fruto da correlação de forças.

Os debates facilmente caem na polarização, principalmente em um momento em que as redes sociais são inundadas de informações falaciosas, distorcidas e descontextualizadas. Temos aí a injunção de interesses políticos espúrios, radicalismo religioso e redes sociais como fonte primeira de informação do público em geral, facilitando o que ficou conhecido como a época da pós-verdade. Em seu verbebe (Blackburn, 1997), o dicionário Oxford descreve pós-verdade como um adjetivo relacionado a circunstâncias em que os fatos influenciam menos a opinião pública do que apelos à emoção ou às crenças pessoais. As crenças pessoais prévias determinam no que acreditar, mesmo que informações metodologicamente sustentadas como científicas apontem para o contrário. Neste novo cenário, precisamos refletir sobre o método na perspectiva da complexidade da construção do conhecimento. Proponho uma revisitação às ideias de Morin (2005) ao assumir que a realidade compreende incertezas, indeterminações e fenômenos aleatórios, isto é, relaciona-se com a ideia de acaso. Onde fica o método nesta teia imbricada onde tudo se liga a tudo?

Este é um momento perfeito para um livro sobre métodos e metodologias nas ciências sociais. Precisamos fortalecer a confiança na ciência, metodologicamente bem construída, sem a qual veremos o caos sendo instaurado. Esta obra não propõe um cartesianismo raso ou um anarquismo metodológico radicalizado, com a devida licença às maravilhosas obras de Descartes e Feyerabend (2011). Ao contrário, cada um dos capítulos apresenta uma reflexão bem estruturada e, ao mesmo tempo, articulada às demandas de construção do conhecimento neste campo de disputa pela verdade.

No Brasil, temos uma parcela significativa da sociedade, influenciada por redes sociais ideologizadas, que não só ignora as evidências científicas, mas as refuta. Claro, refutação descompromissada com o método. Não que diálogo e argumentações não sejam bem-vindos. Nas palavras de Bruno Latour, “o objetivo da ciência não é produzir verdades indiscutíveis, mas discutíveis” (Rodrigues, 2017). No entanto, o debate muitas vezes prescindiu da apresentação de fatos e adentrou a seara da opinião leiga. Por isso, são importantes per nós as possibilidades analíticas abertas por Robert King Merton (2013) sobre a comunidade científica, com suas práticas e valores, que se tornaram foco de investigação do que veio a ser denominado como Sociologia da Ciência nos anos de 1940. Nesta perspectiva, as investigações circunscritas no quadro de referência dos estudos sociais da Ciência não residem no conhecimento científico em si, mas na compreensão sobre seus produtores como sujeitos que, no entendimento de Merton, formam e são sustentados por um *ethos* próprio.

O *ethos* que constitui esse livro é de cientistas experientes e aliados com a responsabilidade social e a ética. Segundo a última rodada do Wellcome Global Monitor (2018), o maior estudo do mundo sobre como as pessoas ao redor do mundo pensam e sentem sobre a ciência, dos mil brasileiros entrevistados, 66% disseram confiar ou confiar muito nos cientistas como fonte de informação, 54% afirmaram que a ciência beneficia ou beneficia muito a sociedade e 80% declararam achar as vacinas seguras. Em 2019, às vésperas da chegada da pandemia de Covid-19, a pesquisa fomentada pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos para captar a percepção do brasileiro sobre ciência, apontou que os cientistas estão no topo do ranking de credibilidade como fonte de informações. A pandemia do novo coronavírus e a enxurrada de incertezas que veio com ela balançou os alicerces da confiança na ciência. Embora a pesquisa *Confiança na Ciência no Brasil em Tempos de Pandemia*, conduzido em 2022 pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT) tenha mostrado a permanência de um alto índice de confiança da população, também permitiu ver que houve uma queda significativa.

Meu ponto é que colhemos neste livro muito mais do que estudos robustos e relevantes sobre métodos e técnicas de pesquisa, com impactos diretos sobre cientistas e pesquisadores, mas também é uma contribuição importante para nossa sociedade abalada pela proliferação da desinformação propagada consciente ou ingenuamente. *Métodos y técnicas de investigación en contextos de alta vulnerabilidad político-social: validez, confiabilidad, y pertinencia* é um livro necessário para alimentar a prática intelectual e a luta pela ciência pertinente, confiável e válida, como o próprio título nos diz.

As ciências sociais são poderosas, mudam o mundo, sustentam projetos de poder, empoderam movimentos emancipatórios, libertam mentes. As redes sociais vieram para ficar, mas elas não podem servir de “mercado de ideias” em que a informação correta e confiável é apenas um dos produtos na prateleira em meio a tantos outros que são forjados na disputa ideológica. E não há ciência sem método, sem um caminho seguro para a análise dos fenômenos sociais.

## **BIBLIOGRAFIA**

- Blackburn, Simon (1997). *Dicionário Oxford de Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Descartes, René (2005). *Discurso do Método*. Porto Alegre: L&PM.
- Feyerabend, Paul (2011). *Contra o Método*. São Paulo: Editora Unesp.
- Merton, Robert K. (2013). *Ensaio sobre Sociologia da Ciência*. São Paulo: Editora 34.

Morin, Edgar (2005). *O Método*. Porto Alegre: Editora Sulina.

Rodrigues, Ana (2017). Bruno Latour: “O objetivo da ciência não é produzir verdades indiscutíveis, mas discutíveis”. *Correio do Povo*.

Wellcome Global Monitor (2018). *How does the world feel about science and health?* Londres: Wellcome.

# INTRODUCCIÓN

Carlos Federico Domínguez Avila y Amaral Arévalo

LA SITUACIÓN POLÍTICA contemporánea en América Latina y el Caribe es un mosaico complejo de realidades y dinámicas que abarca una amplia gama de circunstancias políticas, económicas y sociales en los diferentes países de la región. A medida que ingresamos al siglo XXI, América Latina ha estado experimentando una serie de cambios significativos que han moldeado la dirección política de la región. La lucha continua por la consolidación y fortalecimiento de la democracia es una temática central en muchos países latinoamericanos y caribeños. Aunque gran parte de la región ha avanzado hacia sistemas democráticos en las últimas décadas, la calidad de estas democracias es cuestionable. En la época reciente se ha observado el incremento de la concentración del poder, una corrupción sistémica, la debilidad de las instituciones y los derechos humanos en riesgo en varios países.

La desigualdad económica y social sigue siendo una preocupación central en muchos países latinoamericanos. A pesar de los avances en la reducción de la pobreza en algunos lugares, la inequidad se amplía en gran parte de la región. Esta desigualdad a menudo se refleja en las agendas políticas, sobre negación de la redistribución de la riqueza, privatización del acceso a servicios básicos y denegación de oportunidades económicas. Este contexto da como resultado visible la persistencia de desafíos estructurales como la violencia, el crimen or-

ganizado y los flujos migratorios. Los problemas de seguridad interna a menudo están relacionados con la falta de oportunidades económicas, la debilidad institucional y la presencia de grupos ilegales.

La investigación en los países de América Latina y el Caribe enfrenta diversos desafíos debido al contexto sociopolítico contemporáneo. La inversión en investigación y desarrollo en la región suele ser limitada, lo que dificulta la realización de proyectos de investigación a gran escala y la formación de equipos de investigación sólidos. La falta de infraestructuras adecuadas, como laboratorios equipados con tecnología avanzada, dificulta la realización de investigaciones complejas y de alta calidad. Muchos investigadores talentosos emigran hacia países con mejores oportunidades y condiciones para la investigación, lo que debilita la capacidad científica y tecnológica de la región.

Ejecutar procesos de investigación social en contextos políticos y sociales marcados por la inequidad, inestabilidad política y las arremetidas neoliberales en los sistemas de educación superior es un desafío considerable debido a la posibilidad de enfrentar obstáculos, resistencia e incluso riesgos para la seguridad de los investigadores. Las investigaciones científicas en contextos de alta vulnerabilidad político-social frecuentemente colocan desafíos teórico-metodológicos y empíricos sumamente complejos, trascendentes y hasta abrumadores a sus practicantes. En lo concerniente a la dimensión metodológica del oficio de los científicos sociales, se coloca como eje de la discusión a la continuidad, el cambio y la ruptura en las estrategias de intervención, principalmente de las técnicas de investigación.

Realizar investigación social en contextos de alta vulnerabilidad político-social requiere una planificación cuidadosa, sensibilidad y atención a la seguridad de los investigadores y participantes. La investigación social ética y bien fundamentada puede proporcionar información valiosa para comprender y abordar los desafíos sociales y políticos presentes en estos. Se sabe que la metodología es el conjunto de procedimientos empleados en la investigación, con el propósito de constituir un conocimiento científico —es decir, un conocimiento válido, confiable y pertinente—. En paralelo, las técnicas de investigación son estrategias prácticas que, previa preparación y riguroso cumplimiento de procedimientos estandarizados y replicables, permite a los científicos sociales avanzar en la recolección de datos (trabajo de campo), en el análisis de informaciones, y en la especificación/divulgación de problemas-objetos previamente establecidos. Ciertamente, todo ello incide de forma directa en el entendimiento, la explicación y la demostración de los fenómenos en cuestión.

*Grosso modo*, en las ciencias sociales y humanidades predominan métodos y técnicas cualitativas y cuantitativas. Jerárquicamente, los

métodos (comparativo, histórico, sociológico, hermenéutico, hipotético-deductivo, dialéctico, entre otros) son ascendentes con relación a las técnicas. Asimismo, las técnicas de investigación precisan ser entendidas en el marco de su evolución natural, bien como a las teorías en boga, y hasta en el contexto de realidades nacionales y locales específicas. Esto debe ser considerado por los investigadores, principalmente cuando se trata de intervenciones en contextos de alta vulnerabilidad político-social, como los predominantes en el Sur Global, como América Latina y el Caribe. Sin embargo, es importante que la investigación social se realice para comprender y abordar adecuadamente los fenómenos sociales y políticos que puedan surgir en estos contextos.

Con el propósito de contribuir en el proceso de formación, capacitación y perfeccionamiento de las habilidades y competencias metodológicas de los investigadores sociales, tanto centroamericanos como de otras latitudes, e inspirados en el pluralismo epistemológico, el Grupo de Trabajo “El Istmo Centroamericano: Perspectivas epistemológicas periféricas” se propuso organizar un libro colectivo para tratar asunto de considerable impacto, relevancia y trascendencia. Esto es, examinar el devenir de los diseños de investigación, instrumentos, procedimientos y otras herramientas disponibles para obtener información con vistas a la formulación y divulgación de conocimiento basado en evidencia.

En términos operativos, la convocatoria lanzada solicitaba que cada autor/a especializado/a asumiera la tarea de reflexionar sobre alguna técnica de investigación que ya utilizara y conociera con familiaridad. Ello incluyó: a) analizar la naturaleza y el propósito de la técnica seleccionada, b) caracterizar la técnica elegida (ventajas y desventajas), c) destacar los procedimientos necesarios para el uso correcto de la técnica (preparación del trabajo de campo, recolección de datos, codificación, análisis de informaciones, y redacción de texto científico), y d) identificar aspectos correlacionados (ética, validez, confiabilidad).

La respuesta de investigadores e investigadoras de América Latina y el Caribe a la convocatoria fue encomiable. Se recibieron más de 20 propuestas de textos, las cuales, después de un proceso de evaluación, se integraron en dos tomos. Este primer tomo que el lector tiene en sus manos, reunió una pluralidad de textos que abordan temáticas desde la epistemología, pasando por el diseño metodológico hasta la ejecución del trabajo de campo, tomando en consideración los escenarios sociales.

La primera sección del libro está integrada por textos que abordan cuestiones epistémicas y generales sobre métodos y técnicas de



investigación. En el primer trabajo, José Manuel Luque Rojas y Yobana Damariz Cortez Parra proponen la necesidad epistémica del pluralismo metodológico en la Ciencia Política para comprender y explicar nuestras realidades latinoamericanas. Para ese fin, realizan una breve reflexión histórica sobre los orígenes de la ciencia, su delimitación, las convenciones de los científicos y filósofos en torno a los alcances y posibilidades del conocimiento. Posteriormente, dan paso a la reflexión sobre perspectivas de análisis que son utilizadas en el campo de las ciencias políticas y sociales, la presentación de textos-guías fundamentales para la comprensión de nuestros contextos y, por último, realizan una reflexión final sobre la pluralidad y la utilidad de los métodos.

En el caso de Ludmilla Pinto Guiotti Cintra Abreu, Isabelle Giovanna Teixeira de Mendonça, Maurício de Oliveira Chaves, Euler de Vilhena Garcia y Glécia Virgolino da Silva Luz, proponen una introducción a la metodología de Revisión Bibliográfica Sistemática (RS). Su capítulo presenta una síntesis de pautas para la realización de RS, analizando su aplicación en diferentes áreas del conocimiento. Por medio de una Revisión Integrativa en bases de datos, localizaron 14 estudios con diferentes diseños, publicados entre 2019 y 2021, para su análisis. Esta revisión abarcó pasos y recomendaciones relevantes para la realización de RS en diferentes áreas del conocimiento. Sus resultados enfatizan la importancia de la RS en la síntesis de evidencia confiable, que facilita la toma de decisiones, decisiones clínicas, políticas y académicas. Resaltan que la RS se destaca por su precisión, transparencia, confiabilidad y menor costo. Sus resultados refuerzan la relevancia y el impacto potencial de esta investigación en la comunidad académica y profesional, estimulando nuevas investigaciones y promoviendo el avance del campo de conocimiento abordado.

Carlos Federico Domínguez Avila reflexiona sobre los diseños de investigación, como esos planes o estrategias concebidos para guiar el trabajo de campo para obtener la información deseada (aplicación del proyecto de investigación). El tipo de diseño a elegir está condicionado por el enfoque seleccionado, por el objeto-problema a investigar, el contexto que rodea la investigación, el alcance del estudio a realizar y las hipótesis formuladas. Por medio de una reflexión sobre los diferentes diseños de investigación experimentales y no experimentales y sus derivados, así como de los enfoques cuantitativos y cualitativos, Domínguez presenta un panorama metodológico para ser aplicado en diferentes contextos, centrando sus reflexiones en esos contextos de alta vulnerabilidad política y social.

Ana da Costa Polonia, Angélica Inês Miotto y Josefina Amanda Suyo-Vega presentan una interesante reflexión sobre Psicología Social

y cómo se retrata su carácter psicosociológico al investigar el comportamiento del grupo y de la persona concomitantemente, al enfatizar la bidireccionalidad entre las personas y el medio social. Su capítulo caracteriza la investigación en Psicología Social, presentando los métodos de investigación, instrumentos y procesos de análisis, evaluando las ventajas y desventajas teniendo como referencia los objetivos de la investigación. Además, hacen una descripción de los experimentos clásicos y las tendencias en las investigaciones actuales, basadas en el método experimental que involucran aspectos tales como: ética, multimétodos, enfoques cuantitativos y cualitativos, modelos explicativos complejos que puedan abarcar el fenómeno a investigar.

La segunda sección está dedicada a la técnica de la observación y la etnografía. Cláudia Gomes Gonçalves abre esta parte con reflexiones generales sobre la Observación Participante. Su capítulo tiene como propósito no solo ampliar el alcance de las técnicas de investigación cualitativa que van más allá de los límites de las referencias bibliográficas, sino principalmente exponer las características clave de este proceso de investigación cualitativa, teniendo en cuenta su particular manera de buscar y comprender aspectos que difieren del sentido común. Así, su objetivo principal radica en establecer un marco conceptual, para luego describir las principales características con una presentación detallada del ciclo de la técnica, sus implicaciones y fases de desarrollo. Al final, presenta una discusión del método, como la participación y la ética del proceso.

Por su parte, Aldira Guimarães Duarte Domínguez da continuidad al estudio de las principales características de la técnica de observación participante y muestra la aplicación de tal técnica en el campo de las ciencias sociales y humanas en salud. Aldira expone que, en el área de la salud, este enfoque es muy prometedor, considerando el carácter biomédico, técnico y hospitalario del modelo hegemónico predominante en el sector. La observación participante puede ofrecer una visión profunda y significativa de las vidas y experiencias de los participantes, proporcionando una inmersión intensa en el fenómeno social en estudio, con el objetivo de capturar la complejidad y riqueza de las interacciones humanas. Los procedimientos metodológicos más comunes incluyen: visitas *in situ*, entrevistas informales, observación directa y notas en diarios de campo. Además, los recursos técnicos como grabadoras, cámaras y teléfonos celulares se utilizan a menudo para ayudar en la recopilación de datos. Se espera que esta guía metodológica pueda servir de apoyo a estudiantes de pregrado y posgrado en salud pública, así como a otros investigadores de áreas afines interesados en utilizar la mencionada técnica en el mapeo de problemas sociales relacionados con la salud, y en el respaldo de evidencias para

la formulación e implementación de políticas públicas sectoriales.

Para cerrar esta triada textual sobre observar y la etnografía, Sílvia Guimarães y Joaquim Pedro Ribeiro Vasconcelos realizan una discusión de la perspectiva de la Antropología a través del trabajo etnográfico en el análisis de contextos de vulnerabilidad social en salud. Los autores resaltan que la descripción densa —elemento esencial de este trabajo etnográfico— de una realidad permite acudir a los significados, interpretaciones y representaciones producidas por los sujetos. También busca dibujar la teoría de lo social a partir del movimiento de escuchar y estar con las personas, así, a partir de los datos recolectados, del diálogo establecido en campo, se busca interpretar, traducir y elaborar una teoría etnográfica. En contextos de vulnerabilidad social en salud, la etnografía señala la escucha y el estar entre las personas como técnicas centrales para desentrañar, a partir del diálogo con los colectivos, cómo se hizo la vulnerabilidad en sus vidas y cómo resisten esa gesta.

En la tercera sección reunimos una variedad de métodos y técnicas específicas. Ana Clara Carvalho Machuca Voigt realiza un estudio prospectivo de la técnica del cuestionario. A partir del análisis de la diversidad de métodos utilizados por los investigadores del campo de las ciencias sociales en el contexto de países de alta vulnerabilidad política y social, este capítulo hace un esfuerzo por profundizar en el estudio de la técnica denominada “cuestionario”, con el fin de generar, en el campo teórico, instrumento que capacita o ayuda a los operadores de la ciencia a manejar la mencionada técnica con confiabilidad y seguridad. Ana Clara expone que el cuestionario presenta flexibilidad frente a las transformaciones mundiales ocurridas con la introducción y fuerte avance de las tecnologías. Ante este escenario, de la adaptabilidad de la técnica en su uso, la autora afirma que el cuestionario tiende no solo a su continuidad, sino que se presenta como uno de los instrumentos económicamente más accesibles para realizar investigaciones en países con poca inversión y políticas que incentiven la producción científica, además de presentar un gran potencial de alcance masivo, ayudando a métodos mixtos cualitativos y cuantitativos.

Carlos Eduardo Vidigal se enfoca en la reflexión del análisis documental. El autor expone que, en contextos de alta vulnerabilidad política y social, el análisis de documentos se vuelve más sensible, debido a la fuerte carga ideológica que los permea, lo que justifica la necesidad de detallar los procedimientos de comprensión e interpretación del documento. Pondera que el análisis de documentos presenta elementos básicos que se deben de tomar en consideración: la identificación de quién los produjo, dónde y cuándo, para quién y con qué propósito. También expone que el análisis de documentos es uno de los pasos

más importantes en la producción de conocimiento científico en las humanidades o las ciencias sociales, aunque rara vez constituye el primer paso de la investigación. Los documentos son los instrumentos que nos permiten acercarnos a nuestro objeto de estudio.

Cristina Soreanu Pecequilo presenta una pregunta sugestiva: ¿el análisis de escenario, coyuntura y política externa es una herramienta para generar autonomía? Desde el campo disciplinario de las Relaciones Internacionales se presentan diferentes subáreas, como Análisis de Política Exterior (APE), Análisis de Coyuntura (ACON) y Análisis de Escenarios (AC). Combinados, cada uno en su propia naturaleza, son esenciales para comprender los contextos, estructuras y variables de actuación y construcción de preferencias de actores estatales y no estatales. Cómo se pueden evaluar los métodos de investigación y análisis como herramientas importantes para pensar y diseñar la autonomía. Su texto presenta un panorama de los instrumentos teórico-metodológicos asociados a la APE, ACON y la CA, para auxiliar en la reflexión de los actores políticos y sociales. El texto presenta un mapeo no exhaustivo de APE, ACON y CA y un estudio de caso para ilustrar el alcance, viabilidad y utilidad de estos estudios y prácticas analíticas para empoderar y sostener un pensamiento y acciones autónomas.

Para cerrar esta sección, Lidiane M. Maciel y Fabiana Félix do Amaral e Silva presenta una serie de reflexiones entorno de la investigación participante y la investigación-acción en la construcción de una lectura técnica y comunitaria de las dinámicas socioespaciales urbanas en la ciudad de São José dos Campos/SP — Brasil. Su discusión principal es sobre el proceso de elaboración práctica de la composición de diferentes cartografías sociales realizadas por el *Laboratório de Cartografias Sociais e Metodologias Participativas da Universidade do Vale do Paraíba* en los últimos cinco años. Valoran la dimensión metodológica, la organización de las actividades y algunos resultados de las actividades realizadas con vecinos de barrios irregulares y trabajadores del reciclaje. Los resultados y conclusiones de los trabajos realizados señalan un vínculo identitario socioterritorial, conflictos con distintas instancias de poder, incertidumbres provocadas por la inseguridad jurídica, en el caso de los asentamientos irregulares y perspectivas de proyectos de vida en la actividad de reciclaje en el caso de los trabajadores de las cooperativas de la ciudad. Las autoras concluyen que la cartografía social demostró ser una estrategia significativa en la sistematización de la experiencia de vida de los participantes, señalando cuestiones que serían difíciles de recuperar sin esta metodología.

Queremos dejar explícito nuestro agradecimiento a cada una de las autoras y autores por la confianza depositada en este proyecto edi-

torial demostrada con el envío de su producción intelectual. También realizamos una noción de gratitud y reconocimiento al trabajo realizado a los integrantes del comité científico: Jimena de Garay, Suely Deslandes, Roberto López y Yosahandi Navarrete, ya que, sin su compromiso para abrir espacios entre sus actividades laborales y otras demandas contextuales en cada uno de sus países para hacer la revisión de cada uno de los tomos de esta colección, sin todo ese sobreesfuerzo, esta publicación no hubiera sido posible.

Por último, si bien esta colección fue incentivada para proporcionar documentos y material de análisis contemporáneos sobre métodos y técnicas de investigación a estudiantes y académicos universitarios en América Latina y El Caribe, no dejamos de lado que este también es un proyecto político que visibiliza, por un lado, la falta de políticas públicas sólidas y a largo plazo para la ciencia y la tecnología que generan incertidumbre en la comunidad científica y, por otro, el compromiso con la verdad científica que coloca en riesgo de vida a estudiantes, administrativos y profesionales universitarios en diversos contextos latinoamericanos y caribeños. La vulnerabilidad política y social no es retórica en nuestra región, sino que una práctica concreta que se expande y que impacta negativamente en el desarrollo de las ciencias y la tecnología.

Brasília / Río de Janeiro, 31 de agosto de 2023

SECCIÓN 1  
**EPISTEMOLOGÍAS**



# EL PLURALISMO METODOLÓGICO EN LA CIENCIA POLÍTICA

José Manuel Luque Rojas  
y Yobana Damariz Cortez Parra

## INTRODUCCIÓN

El presente capítulo tiene como propósito describir y explicar qué es el pluralismo metodológico en Ciencia Política. Para ello, hacemos una breve reflexión histórica sobre los orígenes de la ciencia, su delimitación, la convenciones de los científicos y filósofos en torno a los alcances y posibilidades del conocimiento, las estructuras y principios que rigen sus contornos metodológicos, lógicos y epistemológicos, así como los límites y fronteras de esta y de otras diversas rutas para considerar aceptables y válidas las explicaciones o descripciones de los fenómenos de la realidad social y política.

El conocimiento mismo es, quizá, el debate más importante en la historia de la filosofía. Diversos enfoques y perspectivas sobre sus posibilidades, límites y utilidad del conocimiento, son preocupaciones longevas. Desde Platón y Aristóteles se establecieron, al menos en Occidente, las bases para escudriñar los vericuetos de la naturaleza, de la sociedad y del pensamiento. Ciertamente es esta, por su propia naturaleza, una tarea inacabada, la idea misma de tener explicaciones siempre válidas para épocas y contextos diferentes es impensable, por lo que la tarea de investigar, describir y explicar es y será siempre permanente y sus resultados necesariamente temporales.

Describir o explicar nuestra realidad, cualquier cosa que esto signifique, es la tarea del científico, ya sean las pretensiones de bús-



queda de “verdades” universales como lo procuraron los positivistas modernos, o de los que la conciben en términos de posibilidades o probabilidades, como la entendieron los antiguos relativistas griegos y modernos hasta los científicos teóricos de la física cuántica.<sup>1</sup> Así como, respecto de su utilidad o el objeto de esta.

Respecto de la utilidad del conocimiento, ya en 1620 Sir Francis Bacon (2011), más allá de sus valiosos aportes a la metodología de la investigación empírica, postulaba en *La Gran Restauración (Novum Organon)* que la ciencia debe entenderse como una técnica que permita al ser humano dominar la naturaleza, es decir, idear y construir instrumentos para lograr este propósito, y que, para ello, debe utilizarse la experiencia sensible y la experimentación, a la vez que critica los prejuicios que se derivan de las preconcepciones sobre la propia ciencia y la realidad objeto de su estudio que pregonaba el racionalismo desde Aristóteles hasta Descartes. En esta línea de interpretación de utilidad de la ciencia y del método, encontramos un fuerte y consistente aporte filosófico del alemán Jürgen Habermas y la Escuela de Frankfurt, que afirmaron que el conocimiento está siempre condicionado por las experiencias individuales, por los contextos histórico, político, económico y social, y son estos intereses los que determinan la validez del conocimiento, por lo que ellos mismos se pronuncian por una ciencia comprometida con las libertades y la igualdad social.

En ciencias sociales, la metodología es ciertamente variada dependiendo de la naturaleza de cada disciplina, algunas, como el Derecho, privilegian métodos más cualitativos y analíticos como la hermenéutica, el método exegético, el sistemático, el dialectico y el histórico, entre otros. En psicología se utiliza más la introspección, el test, las correlaciones estadísticas, la observación externa y experimental, la fenomenología, la entrevista y la dinámica de grupos. Mientras que en ciencia política o ciencias políticas, enfoques, métodos y técnicas tienen una amplia y variada clasificación, entre los más usados, podemos ubicar los siguientes: el jurídico formal, el del poder, el de la cultura política, el sistémico y el racionalista, el funcionalista, el de la elección pública, el conductismo, visión informática de la política, la teoría de los juegos, el marxismo, la cibernética, el neoinstitucionalismo, el análisis del discurso, y el feminismo, entre otros. Un análisis exhaustivo de cada uno de ellos supera con mucho el espacio disponible en este capítulo, sin embargo, en el resto del capitulado se exponen al menos parte de estos, aquí haremos una descripción sucinta de los

---

1 La Física Cuántica aportó el llamado “principio de incertidumbre” que niega las tesis centrales de las teorías clásicas, las cuales afirman cierta inmutabilidad de las leyes científicas, especialmente de la Física.

más utilizados en los estudios políticos de la región latina de América.

El plan de exposición del capítulo se divide en tres apartados. En el primero, titulado “El pluralismo metodológico. Principales enfoques y métodos en las ciencias sociales y políticas”, revisamos y describimos brevemente los enfoques o perspectivas de análisis más utilizados en el campo de las ciencias políticas y sociales. En el segundo apartado, denominado “Guías teóricas y metodológicas para investigaciones de la región: algunas recomendaciones”, exponemos la utilidad de algunos textos que se convirtieron en verdaderas guías para la investigación de diversos temas en generaciones de estudiantes y estudiosos de los procesos políticos y sociales de la región. Por último, en el tercer apartado, titulado “Comentarios finales”, hacemos una reflexión sobre la unidad de la ciencia, su naturaleza empírica y la pluralidad y la utilidad de los métodos.

### **EL PLURALISMO METODOLÓGICO. PRINCIPALES ENFOQUES Y MÉTODOS EN LA CIENCIAS SOCIALES Y POLÍTICAS**

En este apartado exponemos brevemente los fundamentos teóricos y filosóficos del pluralismo metodológico y hacemos una exposición de los principales enfoques y métodos utilizados en los estudios sociales y políticos de la región latinoamericana. Ciertamente, la exposición no será exhaustiva, pero permitirá que el lector(a), pueda identificar las diversas perspectivas analíticas y la pluralidad metodológica para realizar investigación de disímiles objetos y fenómenos sociales y políticos.

De nuestra parte suscribimos que la ciencia es empírica y contrastable, pero también racional y analítica, y que el debate en torno a que, si su naturaleza es preponderantemente de este o de aquel tipo, está, al menos por el momento, superado.

Ernst Mach expuso el paradigma antimetafísico positivista que fue ampliamente respaldado por el prestigioso núcleo de científicos y filósofos que integraron el Círculo de Viena (Stadler y Friedrich, 2011) y una de sus consecuencias fue la postulación de la teoría del empirismo lógico, que dogmáticamente afirmó que la ciencia es empírica o no lo es, pero solo constituyó un nuevo capítulo del conflicto entre empirismo y racionalismo que tuvo su expresión más fuerte en los siglos XVI y XVII en Europa. El núcleo central del empirismo lógico sostiene que la ciencia es en contenido y método empírico-positivista, observación y experimentación.

Esta idea, si bien no fue rechazada del todo por otros teóricos, sí formuló objeciones de forma y fondo que cuestionan sobre todo el método. Contamos entre estos a Karl. R. Popper, a Heinrich Gomperz y a Ludwig Wittgenstein. Estos, si bien no formaron parte formal del Círculo de Viena, sus obras epistemológica y metodológica se inscri-

ben de manera crítica, pero gravitando en torno al paradigma de la teoría del empirismo lógico (Stadler y Friedrich, 2011).

Si el objeto de la ciencia como lo sugiere Karl R. Popper “es dar explicaciones satisfactorias de todo aquello que nos parece precisar de ello, y que una explicación, (causal) se entiende como un conjunto de enunciados mediante los cuales se describe el estado de la cuestión sirviéndose para ello de otros enunciados explicativos...” (Popper, 1992, p. 180), debemos asumir por lo que hemos expuesto hasta aquí, que no existe una única manera de dar explicaciones satisfactorias, por lo que entonces estamos emplazados a admitir la existencia en plural de métodos, enfoques, perspectivas y técnicas de investigación validas, esto es, un pluralismo metodológico que constituye, desde nuestra perspectiva, no un problema, sino una riqueza adicional a la tarea de ofrecer estas explicaciones, de hacer ciencia.

Por razones de espacio no dedicaremos reflexiones en torno a la naturaleza científica o no de las ciencias sociales y políticas. En su lugar, damos por sentado que nuestras disciplinas cumplen con tal estatus y que sus métodos y técnicas de investigación constituyen paradigmas particulares y generales de la ciencia que guían a nuestros trabajos científicos. Los temas que abordamos en este segmento son los enfoques y métodos de investigación comunes a nuestra comunidad investigadora con perspectiva global, pero también particular de la región latina de América. No hay que perder de vista que los métodos en todas las ciencias, pero particularmente en ciencias sociales, deben ser pertinentes y adecuados a cada fenómeno u objeto de investigación. Explicar la sociedad y sus procesos es mucho más complejo que hacerlo con la naturaleza, las leyes que gobiernan el comportamiento de esta son más estables y predecibles que los de aquella. Y como bien lo apuntan Popper (1962, p. 41) y Kuhn (2013, pp. 325-344), las teorías científicas son temporales, pero en ciencias naturales por lo general son más resistentes que en las ciencias sociales a los procesos de sustitución que acarrearán los ciclos de las revoluciones científicas.

A continuación, haremos una exposición de los enfoques y métodos más utilizados en los estudios sociales y políticos.

### **ENFOQUE JURÍDICO-FORMAL E INSTITUCIONALISMO CLÁSICO**

Existe unanimidad entre los autores en considerar a la ciencia política como una disciplina plural en la que conviven distintos enfoques (Almond, 1999; Harto de Vera, 2006; Cañeque, 1994; Roiz, 1980, 1997; Cotarelo, 1989; Marsh y Stoker, 1995, entre otros). La pluralidad es tal, que no existe consenso entre los autores en contabilizar el número de enfoques que se utilizan en su estudio. Entre los más utilizados en los países de occidente que adoptaron el relato del liberalismo político

y posteriormente la democracia está el enfoque jurídico-formal, formalismo o teoría normativa (Roiz, 1980, 1997; Marsh y Stoker, 1995), que junto al institucionalismo clásico, enfocan las explicaciones sobre los fenómenos que se derivan de la relación Estado-sociedad en las directrices constitucionales y legales que regulan la vida de las instituciones, las personas y los gobernantes en los países liberal-democráticos.

Ciertamente, desde su perspectiva no les falta razón a quienes centran en el sistema legal la existencia misma del Estado y las acciones de legitimación de su poder que emana de sus propias reglas. Este enfoque fue predominante a finales del siglo XIX y principios del siglo XX en los llamados países del noroeste occidental que incluía a Europa democrática y América del norte resultando, en nuestra opinión, en un enfoque inútil, para la realidad de aquellos países (la mayoría), que no asumieron el relato liberal ni la democracia, y por tanto el Estado de derecho y la constitución y su sistema legal tiene un valor real intrascendente. Los trabajos de Hans Kelsen (por cierto, distinguido miembro del Círculo de Viena) y de Jellinek sobre la teoría del Estado tienen premisas que son útiles solo para países liberales.

Sin embargo, afirma Fernando Harto de Vera respecto del uso de este método en ciencia política, se explica por el nacimiento de la disciplina en las escuelas y facultades de derecho. Ello explica por qué los primeros programas de estudio científico de la política se realizaron en las facultades de derecho en la mayoría de los países. A partir de los autores que cultivaron este enfoque es posible extraer de ellos las siguientes características:

- *Objeto de estudio*: Las instituciones políticas, esto es, 1) Leyes constitucionales y secundarias, y 2) Organizaciones gubernamentales formales y el derecho público que de ellas emana.
- *Método*: De los estudios institucionalistas es descriptivo, inductivo, formal-legal e histórico-comparativo. Es descriptivo porque emplea las técnicas del historiador. Formal-legal porque privilegia el estudio del derecho público y de las organizaciones de la administración pública. E histórico-comparativo por la comparación de las distintas formas de gobierno, principalmente.
- *Teoría*: La democracia o la vida política de un país solo puede entenderse a partir de las estructuras legal-formales, de sus leyes reglamentos e instituciones. En suma, este enfoque utiliza las herramientas del jurista y el historiador para explicar el comportamiento político, la democracia y la representación, especialmente en su modelo Westminster.

El derecho político o constitucional es la unidad de análisis de este enfoque, centrada en las democracias de Europa y EUA. Por ello, la revolución bolchevique y el ascenso de los fascismos escaparon a su perspectiva analítica para explicarlos. En nuestro caso latinoamericano, es de resaltar el hecho de que a finales del siglo XX y principios del XXI, bajo la influencia del argentino Guillermo O'Donnell, este enfoque se ve revitalizado, en su fase neoinstitucionalista, observable en su extensa obra sobre el Estado, la ciudadanía y la democracia (O'Donnell, 1993, 1999, 2008 y 2010).

### **EL CONDUCTISMO O BEHAVIORISMO**

Las guerras mundiales de 1914-1918 y 1939-1945 mostraron con amplitud que el enfoque jurídico-formal o institucional era ciertamente limitado para explicar la ruptura de las relaciones internacionales y la magnitud de ambos conflictos, o para dilucidar las razones o sinrazones que motivaron a sus dirigentes a preferir la devastación de la guerra sobre la diplomacia y la paz. Evidentemente, todos los sistemas legales que regían con mayor o menor fuerza a los países fueron simplemente inútiles o inoperantes para ofrecer alternativas viables a la guerra y, aun más, para explicarla. Lo que queda claro es que los dos grandes relatos alternativos al liberalismo, el fascismo y el comunismo, se consolidaron bajo las circunstancias y contextos nacionales e internacionales. Previamente a ambas guerras, fascistas y comunistas se apoderaron de viejos estados poderosos, Italia y Alemania por un lado y Rusia, por el otro, en los que establecieron Estados totalitarios con sus respectivas narrativas y ampliaron su dominio a otras zonas extensas e importantes de Europa y Asia. No había claves en las instituciones ni en los sistemas legales que permitieran aportar explicaciones plausibles a estos relevantes acontecimientos de nuestra historia del siglo XX.

Nuevos enfoques y métodos de investigación florecieron entonces, principalmente el conductismo, un enfoque aportado desde la psicología, que fue de gran utilidad para analizar la personalidad y los perfiles de los grandes líderes de los proyectos fascista y comunista, respectivamente: Mussolini y Hitler, por un lado, y Lenin y Stalin por el otro. También aparecen como eficaces auxiliares en esta tarea, el método histórico y el racionalismo económico o la elección racional para complementar una explicación plausible de estos acontecimientos que cambiaron el mundo. Tony Judt (2011) da buena cuenta de estos procesos históricos y de intereses económicos y políticos que rodearon el viejo conflicto entre Francia y Alemania desde la guerra Franco-Prusiana de 1870-1871, que derivó en el triunfo de la segunda.

Como consecuencia de ella, la unificación alemana, erigiéndose en un poderoso imperio que llegó con retraso al reparto colonial capitalista europeo de África, Asia y América.

Insistimos que las insuficiencias del enfoque institucional (formal-legal) dieron pie a la formulación de nuevos postulados, más centrados en la consideración del poder como centro del análisis de la política y lo político. Después de la primera Guerra, tomaron cuerpo nuevas percepciones de la actividad política, abiertamente alejadas del formalismo jurídico, tendientes a profundizar en el realismo, acercando los estudios políticos a la sociología. Las razones eran obvias, si el ideal institucional y legal era insuficiente, buscar en el realismo de la política y de las relaciones internacionales era la alternativa. Sartori captó muy bien esta nueva etapa en el desarrollo de la disciplina al afirmar: “La nueva ciencia de la sociedad (la sociología), tiende a absorber en su ámbito a la ciencia política y a la política misma, esto en tanto, la democratización de la política” (Sartori, 1984, p. 222).

Charles Merriam (1925) y Harold Lasswell (1971, pp. 31-78) fueron los principales impulsores de este enfoque, que posteriormente se constituiría en la Escuela de Chicago (Harto de Vera, 139). De esta manera, las interpretaciones psicológicas, las psicobiografías, el análisis factorial, la encuesta, la estadística y el análisis cuantitativo se convirtieron en los nuevos instrumentos de indagación política en el periodo de entreguerras (Lasswell, 1971, pp. 31-78), sustituyendo los enfoques institucional y jurídico formal. La pregunta central del enfoque conductista según Sanders (1997, p. 69) es: ¿por qué la gente se comporta como lo hace? De este interrogante se derivan las dos señas de identidad básica del conductismo:

1. El comportamiento observable, individual o agregado debe ser el centro de análisis.
2. El sometimiento a comprobación empírica.

Lo anterior dio como resultado el surgimiento de los estudios de comportamiento electoral, mecanismos de participación, estudios de opinión pública y toma de decisiones, y los estudios de la administración pública de corte científico, libre de valores (Harto de Vera, 2006, pp. 140-141).

¿Cuáles son las principales características del behaviorismo? De acuerdo con Easton las siguientes: 1. Regularidades de las conductas expresables en teorías; 2. la verificación, como método para medir y cuantificar; 3. nuevas técnicas como medios para recoger e interpretar datos que deben ser rigurosos; 4. la cuantificación para que el registro de datos y la formulación de estos sean precisos; 5. establecimiento

de valores en dos dimensiones: para la evaluación ética en los procesos de diseño y ejecución de las investigaciones y; los valores para cuantificar empíricamente los datos que deben analizarse; 6. la sistematización de las investigaciones la cual deberá apoyarse en la teoría y la teoría en los datos; 7. ciencia pura: la comprensión y explicación de la conducta política son anteriores a los esfuerzos por aplicar el conocimiento político a los problemas prácticos; y, finalmente, 8. la Integración con otras disciplinas (Harto de Vera, 2006, pp. 139-140).

El conductismo fue una buena alternativa entre guerras, desplazó temporalmente al institucionalismo clásico. Después de la Segunda Guerra, una diversidad de enfoques y métodos se sumaron como opciones para los investigadores de las distintas ramas del conocimiento. A continuación, daremos cuenta de algunos de ellos.

### **EL ENFOQUE SISTÉMICO DEL ANÁLISIS POLÍTICO**

Al igual que Karl Popper lo hiciera con el positivismo clásico, al proponer modificaciones importantes al modelo empírico del positivismo, David Easton propone también superar las insuficiencias del modelo behaviorista (Easton, 1969, pp. 17-45). Muy en la línea del planteamiento de Kuhn, los aportes de Popper y Easton se ubican claramente en la corrección de los paradigmas positivista y behaviorista.

El enfoque sistémico para el análisis político no es propiamente un aporte químicamente puro de Easton a la ciencia y la teoría política. Esto es, no formuló una nueva teoría, sino que aplicó la teoría general de sistemas del biólogo Ludwig von Bertalanffy (2018) adaptándola a la política, pretendiendo con ello la ansiada unificación de todas las ciencias, sueño que tuvieron antes el propio Francis Bacon (2011, pp. 26-54), y a principios del siglo XX, los distinguidos miembros del Círculo de Viena (Stadler, 2011), en ambos casos sustentados en el positivismo y el empirismo.

Bertalanffy propuso la teoría general de sistemas con el propósito de unificar la ciencia, mediante la aplicación a las ciencias sociales de algunas aportaciones procedentes de la física y la biología (2018, pp. 49-53). Easton se hizo eco de esta orientación y afirmó “que la vida política puede considerarse como un sistema de conducta y el sistema político es su principal y más grande unidad de análisis” (Easton, 1969, p. 46).

A partir de esto desarrolló su esquema a partir de cuatro conceptos centrales: sistema, entorno, respuestas y retroalimentación. 1) El sistema, entendido como la vida política y como sistema de comportamiento; 2) El entorno, el ambiente físico y social que le rodea; un sistema es distinguible del medio en el que existe y está abierto a influencias provenientes del mismo, de ahí que lo que pasa en el am-



biento o entorno influya en el sistema, desde lo que pasa en el gran sistema social y sus diversos subsistemas, hasta lo que sucede con los fenómenos del medio ambiente o la naturaleza; 3) Las respuestas, concebidas como los esfuerzos realizados por los miembros del sistema político para regular o hacer frente a las tensiones provenientes tanto de fuerzas internas como circundantes, y, finalmente, 4) La retroalimentación, entendida como la capacidad de un sistema para mantenerse haciendo frente a la tensión, teniendo en cuenta la información y la influencia de los actores respecto de quienes toman las decisiones (Easton, 1969, pp. 48-49).

Teniendo en cuenta lo anterior, Easton desarrolla su concepción de sistema político definiéndolo como una serie de interacciones abstraídas de la totalidad de la conducta social mediante las cuales se asignan autoritariamente valores en una sociedad (Easton, 1969, p. 79). Al interior de las sociedades identifica a algunos miembros con autoridad para imponer sanciones, mismos que representan al Estado y disponen del derecho exclusivo del uso de la fuerza en representación de la sociedad. En democracia estas representaciones se nombran mediante elecciones al menos en los niveles de los poderes ejecutivo y legislativo, y con otros mecanismos indirectos al resto de los titulares de los órganos de los Estados. En los sistemas autoritarios se nombran mediante otros mecanismos.

Con el concepto de límites sistémicos, Easton separa el sistema de su entorno y establece el tipo de intercambios e influencias recíprocas. Las variables “internas” y “externas”, *input* (insumos) y *output* (productos). Los insumos procedentes del entorno se transforman en productos en el sistema y mediante el procedimiento de retroalimentación son devueltos al entorno, de modo que este proceso revela que un sistema político no es más que un medio para convertir en productos ciertas clases de insumos (Easton, 1969, pp. 157-179). A su vez, los insumos pueden clasificarse en dos tipos: demandas y apoyos. Las demandas son afirmaciones articuladas dirigidas a las autoridades solicitando algo. En tanto que los apoyos son la cantidad de demandas satisfechas. Las demandas y apoyos son transmitidos al sistema por los actores principales del sistema, como partidos políticos, grupos de presión, sindicatos y otros canales previamente establecidos. Estas organizaciones actúan como canales y como filtros, seleccionando del conjunto de las demandas, aquellas que consideran deban ser trasladadas al sistema, evitando la sobrecarga del propio sistema y problemas de gobernabilidad. Antonio Camou define a la gobernabilidad justamente como el equilibrio dinámico entre la cantidad de demandas expuestas al sistema y la cantidad y calidad de las respuestas de estas. Asumiendo que el ideal es imposible, identifica grados de gober-



nabilidad (Camou, 2013). Ya en el interior del sistema, las demandas y apoyos son procesados y transformados en productos: leyes, decisiones, normas, valores adjudicados con autoridad.

## LOS ENFOQUES DE LA CULTURA POLÍTICA Y DEL NEOINSTITUCIONALISMO

En este subapartado analizaremos de manera somera pero suficiente dos enfoques metodológicos para el estudio de las ciencias políticas: el enfoque de la cultura política y el neoinstitucionalismo. Ambos comparten la premisa de ser derivados o estar enraizados en los contornos teóricos de los anteriores, esto es, del conductismo y el enfoque sistémico y del institucionalismo clásico y el conductismo respectivamente.

### *EL ENFOQUE DE LA CULTURA POLÍTICA*

Este enfoque fue propuesto por Gabriel Almond y Sídney Verba (1970) en 1963 en su obra titulada *La cultura cívica*. En ella establecen las bases teóricas, epistemológicas y metodológicas de este modelo. Fernando Harto de Vera (2006) considera que en estricto sentido este enfoque es considerado por muchos el enfoque funcionalista aplicado a la ciencia política, principalmente por la influencia parsoniana en el mismo (1970, p. 146). El enfoque de la cultura política trata de establecer una conexión entre dos niveles de análisis: la micropolítica y la macropolítica. Como punto de partida, Almond y Verba consideran que los individuos tienen una serie de actitudes ante los elementos de la realidad política. Estas actitudes u orientaciones configuran la cultura política de un determinado país. En su trabajo, distinguen tres tipos de orientaciones básicas: cogniciones, afectos y evaluaciones (1970, p. 146). Las orientaciones *cognitivas* consisten en los conocimientos que los individuos tienen con respecto a su sistema político en el que viven. Las orientaciones *afectivas* se refieren a los sentimientos que el sistema político les provoca. Por último, las orientaciones *evaluativas* son los juicios que el sistema político le merece a los individuos. Estos juicios se componen de una mezcla de las orientaciones racionales (conocimiento) e irracionales (sentimientos).

Las orientaciones que constituyen la cultura política de un país se establecen según esta obra en cuatro niveles: 1) hacia el sistema político global; 2) hacia los mecanismos institucionales de interacción entre la sociedad y el Estado; 3) hacia los productos del sistema o políticas públicas y; 4) hacia su propia concepción sobre el lugar que ocupan como miembros del sistema político.

Según los autores, existen tres tipos ideales de cultura política: parroquial, súbdito y participativa. En el primero, los ciudadanos o

súbditos no reconocen la existencia de la autoridad política, ni las atribuciones de los diversos roles o niveles de autoridad política, no esperan producto alguno del sistema y solo reconocen su entorno familiar y tribal comunitario. En la cultura de súbdito, los individuos muestran un gran interés hacia los productos del sistema, de hecho, exigen que el Estado les apoye con diversos productos, pero en contraparte es muy escaso o nulo su interés hacia los insumos, esto es, hacia la participación política. Finalmente, en la cultura participativa sus miembros muestran un gran interés hacia todos los aspectos del sistema político (insumos y productos), destacando el interés por participar activamente en la vida política.

Ciertamente, en esta clasificación las tipologías son ideales. En la práctica, las sociedades muestran una diversidad de cruces y combinaciones entre ellas, constituyendo perfiles mixtos entre los tres tipos, especialmente las combinaciones uno y dos, y dos y tres, siendo casi imposible encontrar una cultura mixta o mezcla parroquial y participativa.

Este enfoque y sus métodos de encuesta y de entrevistas ha sido muy utilizado en la región, con independencia de las críticas que se han externado y documentado al enfoque y al trabajo mismo que le dio origen. El enfoque de la cultura política goza aún de amplia aceptación en la comunidad científica de politólogos y sociólogos, así como de otras disciplinas que estudian las relaciones del Estado con la sociedad.

#### *EL ENFOQUE NEOINSTITUCIONALISTA*

El neoinstitucionalismo, afirma Harto de Vera (2006), surge como reacción a los excesos y defectos de la corriente hasta entonces hegemónica en la ciencia política: el behaviorismo. El énfasis excesivo que este había depositado en el comportamiento de los sujetos, en sus valores y actitudes, había supuesto la marginación de las instituciones del análisis político. El neoinstitucionalismo intenta superar el individualismo metodológico del behaviorismo, afirmando que no existe un actor individual, sino sujetos que actúan insertos dentro de las complejas tramas institucionales (Harto de Vera, 2006, p. 149). No obstante, dice, la influencia del behaviorismo quedó patente en la nueva corriente institucionalista, pues a diferencia del “institucionalismo” el neoinstitucionalismo recoge de aquel el rigor metodológico y la reflexión teórica.

El neoinstitucionalismo resurge en la década de 1970. En él, a diferencia del institucionalismo clásico, conviven dos poderosas corrientes: los históricos que reconocen el comportamiento político de los sujetos como condicionados, no solo por las instituciones formales e informales; y los institucionalistas partidarios de las teorías de la

elección racional, que consideran que las instituciones son importantes en contextos estratégicos.

No obstante, ambas corrientes coinciden en que el comportamiento de los actores puede ser influido por cálculos estratégicos, o bien, por influencias de tipo moral, familiar o cognoscitivo, en ambos casos dichos comportamientos se configuran en el marco de las instituciones existentes (Peters, 2003, pp. 71-84). En suma, la racionalidad estratégica y los valores, actitudes y el carácter de los sujetos importa, pero siempre en el marco de las instituciones.

### **LAS TEORÍAS DE LA ELECCIÓN RACIONAL**

Este enfoque tiene un paralelismo con el sistémico cuyos principios y orientaciones fueron extraídos de la teoría general de sistemas; en tanto que las teorías de la elección racional también fueron abstraídas de una teoría de espectro más amplia relativa al comportamiento político: la teoría de los juegos, formulada inicialmente por Neuman y Morgenstern (1953). Esta teoría establece ciertos principios y reglas para la toma de decisiones en situaciones de conflicto, teniendo como referencia la racionalidad estratégica, tendiente a maximizar el resultado de cada jugador. Los juegos se han clasificado en cooperativos y no cooperativos; la diferencia radica en las posibilidades de comunicación, negociación y coordinación que se permite a los jugadores (Ricart, 1988, p. 4). Los supuestos básicos que la caracterizan son:

1. Un juego es una situación en la que por lo menos hay dos jugadores, cuyos intereses están en conflicto.
2. Las estrategias son el espectro de elecciones posibles de que cada jugador dispone.
3. Una partida consiste en la acción simultánea de una estrategia por parte de cada uno de los jugadores.
4. Una vez que cada uno de los jugadores a elegido su estrategia el resultado está determinado. Una matriz describe ese resultado, que depende de la estrategia elegida por cada uno de los jugadores.
5. El resultado significa para cada jugador cierta ganancia o pérdida, a las cuales le atribuye determinado valor. Este valor se denomina utilidad.

Dependiendo de las pérdidas y ganancias de cada jugador y el valor atribuido a este, se distinguen los siguientes tipos de juego: 1) Juegos de suma cero: son los juegos en los que las ganancias de uno de los participantes significan pérdidas netas para el otro y viceversa. El resultado es la contabilización de pérdidas de signo negativo y las

ganancias de signo positivo, en el que la suma total es igual a cero. 2) Juegos de motivación mixta: son aquellos en los que todos los jugadores pueden ganar algo. Puede que alguno de los jugadores gane más que los otros, pero admite la posibilidad de que existan varios ganadores. 3) Juegos de coordinación o cooperación: en estos juegos los jugadores tienen intereses comunes, de modo que todos resultan favorecidos si coordinan sus estrategias.

El otro supuesto importante junto al concepto de juego sobre el que se construye la teoría de la elección racional es la idea de racionalidad. Este concepto es tomado de la economía, parte del supuesto de que los jugadores intentan maximizar sus ganancias, acertando en sus decisiones. Serán decisiones correctas aquellas que sean racionales, esto es, que satisfagan tres criterios de racionalidad: 1) Coherencia: Si A es mayor que B, entonces B es menor que A. 2) Instrumentalidad: elección de acciones encaminadas a producir ciertos resultados deseados y no otros. 3) Transitividad: si A es mayor que B y B mayor que C, entonces A es mayor que C (Harto de Vera, 2006, p. 153). Un clásico ejemplo del uso de este enfoque son las relaciones internacionales, aplicando el clásico ejemplo del dilema del prisionero, que como fondo nos muestra que cooperar es siempre mejor que no hacerlo.

### **OTROS ENFOQUES Y TEORÍAS**

Junto a los anteriores enfoques metodológicos de la teoría y la ciencia política, encontramos también, dentro de la teoría política, otros temas, campos y subcampos de análisis y de estudios políticos. Estos enfoques son: la historia del pensamiento político entre los que destacan autores como George Sabine (2001), Quentin Skinner (1985 y 1986), y J. P. Mayer (1941), la teoría política normativa (Held, 1991) y la teoría política empírica (Easton, 1969).

De la historia de la teoría política se derivaron otros enfoques cuya clasificación más general es la de enfoques textualistas, por un lado, y contextualistas, por el otro. Del primero se derivan los análisis teórico-analíticos y el deconstructivismo, en tanto que, del segundo, el propio contextualismo y el enfoque hermenéutico. De la teoría normativa, se derivaron otros campos de estudios más especializados, como la teoría democrática, la teoría feminista, la teoría crítica, el posmodernismo y los nuevos movimientos sociales.

### **GUÍAS TEÓRICAS Y METODOLÓGICAS PARA INVESTIGACIONES DE LA REGIÓN: ALGUNAS RECOMENDACIONES DE AUTORES DE ESTUDIOS LATINOAMERICANOS**

En nuestra experiencia como investigadores, hemos aplicado y observado la aplicación en otros colegas el uso de guías metodológicas y

teóricas para explicar realidades locales, nacionales y regionales. Por ejemplo, los estudios sobre democratizaciones, democracia y calidad de la democracia, es recurrente acudir a las guías que proporcionan autores latinoamericanos y a otros, ligados a estudios políticos de Iberoamérica.

En *La ciencia política de Guillermo O'Donnell*, como bien lo titulan Martín Alessandro y Gabriela Ippolito (2015), los autores exponen en toda su amplitud y utilidad la obra científica de O'Donnell sobre los procesos políticos y sociales en América latina. Por ejemplo, en su trabajo titulado *El Estado burocrático autoritario* (O'Donnell, 2009), describe y explica las formas de dominación establecidas en la región sudamericana durante los sucesivos procesos de golpes de Estado que azotaron a Argentina, Chile y Brasil en las décadas de 1960 y 1970; En el libro *Modernización y autoritarismo* (O'Donnell, 2011), cuestiona las premisas de su maestro David Apter, sobre la modernización política, la cual vincula las posibilidades de democratización al desarrollo industrial (Apter, 1970). En su obra *Contrapuntos*, O'Donnell (1997) realiza una amplia caracterización de los autoritarismos de la región latinoamericana, y los contrapuntos democráticos a los que aspiraba fueran el destino de aquellos. En el mismo explora las rutas o vías de transición posibles a regímenes democráticos de tipo liberal, aunque en la mayoría de ellas, escribiría después, se establecieron en opciones intermedias o regímenes híbridos, como bien lo conceptualizaron en el Tomo 4 del libro *Transiciones desde un gobierno autoritario: Conclusiones tentativas sobre democracias inciertas* (1993), en el que él y sus colegas Phillippe Schmitter y Lawrence Whitehead resumieron también la guía metodológica con las que ellos hicieron sus estudios sobre la democratización en la tercera ola y que nos fue de infinita utilidad para quienes después hicimos trabajos relativos a estos procesos en nuestros países y entidades subnacionales.

El resto de la obra de Guillermo se centró en la caracterización, descripción, explicación y críticas de los regímenes que emergieron de aquellos procesos de transición y su posterior desarrollo e institucionalización. En *Democracia, agencia y Estado. Teoría con intención comparativa* (O'Donnell, 2010) hace un aporte sustancial a la comprensión de nuestros regímenes y sistemas políticos actuales, pero, sobre todo, una reflexión renovada de su propio concepto de Estado, diferente a aquella que publicara décadas antes. En esta, también aborda a profundidad reflexiones sobre la ciudadanía (agencia), la globalización y el pluralismo en América Latina. En *Disonancias. Críticas democráticas a la democracia* (O'Donnell, 2007) describe el mal funcionamiento de nuestras democracias, su ínfima calidad, los déficit de ciudadanía y el perfil de la clase política, que deriva en la existencia de democra-

cias débiles, con graves problemas de desigualdad social y con nulo o bajo Estado de derecho, insuficiente rendición interinstitucional de cuentas, y severos problemas de eficacia estatal para el control del territorio, esto último, expresado con mucha claridad también en su obra *Democracia delegativa* (O'Donnell, Lazzeta y Quiroga, 2011), en la que también describe, explica y define a las democracias delegativas como aquellas que formalmente cumplen los requisitos democráticos mínimos, sobre todo de elección de autoridades, pero con rasgos autoritarios en el ejercicio del gobierno.

La obra completa de Guillermo O'Donnell es sin duda una guía obligada para quienes hacemos investigación sobre temas sobre el Estado, la ciudadanía, la democracia, la democratización y la calidad de la democracia, en los contextos diversos de nuestros estados en América latina. Otros autores latinoamericanos que proporcionan guías teóricas y metodológicas de mucha utilidad para los estudios políticos y sociales de la región son, Ernesto Laclau (2011) que aporta una importante guía conceptual y metodológica para el estudio del populismo tan recurrente en los estados latinoamericanos. Por otro lado, Manuel Alcántara (2004) y Alcántara y Freidenberg (2003) proporcionan también una extensa guía teórica y metodológica para el estudio de los partidos políticos y los sistemas de partidos.

Leonardo Morlino (2005), en su libro *Democracias y democratizaciones*, también inspirado, al menos en parte, en la región latinoamericana aporta guías importantes para el estudio de la calidad de las democracias nacionales y estatales. Lo hace caracterizando el autoritarismo, los procesos y rutas de democratización, y un bagaje conceptual amplio y completo, además de una guía empírica, con descripción precisa de variables, dimensiones e indicadores operacionales para estudiar la calidad de las democracias. Ha sido este aporte de Morlino de mucha utilidad en los estudios sobre nuestras democracias en los últimos 15 años. Sobre esta base y guía conceptual, tanto de Morlino como de O'Donnell, Simón Pachano (2011) hace una importante contribución aportando descripciones y explicaciones sobre las tipologías y clasificaciones de los regímenes políticos de la región, los regímenes semidemocráticos, las democracias delegativas, autoritarismos competitivos, democracias iliberales y los autoritarismos electorales, así como, de los regímenes híbridos (Pachano, 2011, pp. 275-302), describiendo los elementos característicos de cada uno de ellos, esto a propósito de su estudio sobre la calidad de las democracias y de las instituciones políticas de Bolivia, Ecuador y Perú. También incluimos en este grupo de recomendaciones a Levine y Molina (2007), y a Altman y Pérez-Liñán (2018), que en sus respectivos ensayos nos aportan visiones, conceptos, orientaciones y metodología

para medir la calidad de nuestras democracias.

A la par de estos referentes, podemos mencionar a muchos otros autores latinoamericanos que hicieron importantes aportes teóricos y metodológicos pero el espacio disponible no da para hacerlo exhaustivo. No obstante, vale la pena mencionar algunos trabajos compilatorios y aportaciones para el estudio y el análisis de la política y lo político. Entre los manuales más importantes que son útiles, sobre todo para estudiantes de pre y posgrado, podemos mencionar el trabajo de Carlos María Vilas (2013), el cual nos permite tener una visión conceptual del poder y la política, de las emociones y la razón. *El Manual de ciencia política*, de Juan Manuel Abal Medina (2014), es también una guía básica para la comprensión de las relaciones de poder, el Estado, la sociedad y los procesos políticos y sociales, con definiciones simples y digeribles, su contenido son los aportes comprimidos de la teoría y la ciencia política, bien adaptado y concebido desde la perspectiva latinoamericana. Un trabajo que debe considerarse de mucha utilidad también en el estudio de la política desde diversas perspectivas, dentro y fuera de los contornos de la ciencia política es el coordinado por Eduardo Villarreal y Víctor Hugo Martínez (2010) *(pre)textos para el análisis político: disciplina, reglas y procesos*, este trabajo recoge las orientaciones que, desde la ciencia política, la sociología y la psicología política aportan para el análisis de instituciones políticas y jurídicas, las democracias, los sistemas de gobierno, los partidos políticos, pero también de la sociedad civil, los movimientos sociales y las políticas públicas.

#### **RECOMENDACIONES DE OTROS CLÁSICOS Y DE GUÍAS METODOLÓGICAS DE APLICACIÓN PRÁCTICA EN LAS INVESTIGACIONES**

Mencionamos un bloque limitado también de recomendaciones de auténticos manuales de teoría y metodología para la investigación en ciencias políticas y sociales, además de algunas guías prácticas. En primer lugar, el libro *Política comparada* de Bertrand Badie y Guy Hermet (1993), que contiene los fundamentos teóricos del método comparativo, así como, los conceptos, variables e indicadores operacionalizables de tipo cultural, político y económico, para el estudio de los procesos y los fenómenos sociales y políticos; con este enfoque y método, pueden estudiarse al Estado mismo, el pluralismo, el poder y las instituciones en sentido amplio, para el estudio de la cultura, la política y la economía. Otra lectura obligada para ubicar los contornos de las narrativas políticas y sociológicas en las que se inscriben muchos estudios clásicos y críticos de nuestra realidad, es el libro *Ideologías políticas* de Robert Eccleshall y otros (1999), en el que nos explica el concepto de ideología, y describe y explican las principales



narrativas que han dominado el mundo, sus decisiones y procesos: el liberalismo, el conservadurismo, el socialismo-comunismo, la democracia, el nacionalismo, y el fascismo. Otro trabajo de lectura obligada para quienes pretendan hacer estudios relacionados con el conflicto es el trabajo de Remo F. Entelman titulado *Teoría de conflictos. Hacia un nuevo paradigma*, en el que hace una amplia exposición conceptual de la teoría de conflictos, su análisis, sus actores, objetivos, su dinámica, dimensiones y diversos métodos para la resolución de estos.

Finalmente, haremos una recomendación para la aplicación práctica de varios de los enfoques metodológicos y teorías que hemos presentado en este capítulo. De la colección de libros “Cuadernos Metodológicos del Centro de Investigaciones Sociológicas” (CIS), está ampliamente recomendada la lectura del número 28, segunda edición revisada, cuyo título es *Metodología de la ciencia política*. Anduiza, Crespo y Méndez (2009), presentan y explican las principales etapas de investigación, las dificultades más recurrentes y ejemplos de cómo abordarlos, caracterizan y deliberan sobre el conocimiento científico, los objetivos de las investigaciones y los problemas susceptibles de investigarse, el papel de la teoría y los conceptos, los procesos de medición, validez y fiabilidad, las estrategias de investigación, la observación, la selección de variables, indicadores y unidades de análisis, los datos, técnicas de recogida de los mismos, la codificación y la presentación de resultados, así mismo, exponen con sobrada amplitud los métodos que pueden y deben emplearse según los objetos de estudio, y detallan los métodos experimental, el estadístico y el comparado.

En el libro número 34 de la colección titulada “Teoría de juegos”, en su segunda edición ampliada, Ignacio Sánchez Cuenca (2009) hace una muy intuitiva exposición teórico-práctica de la teoría de juegos, sus premisas teóricas, de forma sistemática se exponen las teorías de la utilidad, los juegos en forma normal, en forma extensiva, los repetidos, los de información incompleta, con aplicación de modelos formales para las ciencias sociales.

Para los que gustan hacer estudios con métodos cualitativos, el libro número 43 de la colección, escrito por Fernando Conde (2010), titulado *Análisis sociológico del sistema de discursos*, el autor expone los conceptos y hace una revisión de las diversas corrientes teóricas y metodológicas del análisis del discurso, desglosa cada etapa del proceso analítico, desde la preparación del análisis de los textos, la lectura literal de los mismos, la descomposición de las unidades elementales de análisis e interpretación, una exposición integral que abarca desde la creación de los grupos de análisis hasta la redacción del informe final.



## COMENTARIOS FINALES

La ciencia moderna es empírica y racional, es contrastable por verificación o por falsación, es diversa, plural, como lo son los objetos de estudio de cada disciplina, de cada dimensión analítica, de cada variable y sus indicadores. Sería un error pretender siquiera cerrar el debate en torno a la validez de las diversas teorías del conocimiento, inclusive de su propia existencia como lo concebimos, porque justamente ese debate nos permite mantener no solo sobre nuestros objetos de estudio sino sobre el método mismo, lo que Descartes llamó “duda metódica”. Como lo afirma con razón Yuval Noah Harari (2015), la gran revolución del conocimiento inicio cuando descubrimos y honramos la ignorancia, decir *no lo sé*, es siempre mejor que inventarse una explicación sin sentido ni sustento, el reconocimiento de nuestra ignorancia nos impulsa a investigar y conocer, si no bien, la verdad, si descripciones o explicaciones plausibles y verosímiles.

Los esfuerzos por la unificación de la ciencia es una tarea que ha alcanzado frutos importantes en cuanto a su metodología. Los aportes que en el terreno metodológico se acumularon desde Descartes, Hume y Kant, hasta los aportes del Círculo de Viena, las reglas y premisas de Popper y Kuhn, nos dieron una estructura mínima, reglas, fronteras de demarcación bien delimitadas, principios generales sobre la temporalidad y caducidad del conocimiento, y una serie de convenciones que la comunidad científica asumimos como correctas al momento de embarcarse en la aventura de hacer investigación científica.

Cierto es que la diversidad de ciencias y métodos, de objetos de estudios y de perspectivas analíticas son difíciles de cuantificar. Es así, porque la realidad es diversa, lo micro, lo nano y lo macro, el átomo y las partículas, las ondas, la energía, la materia, el espacio y el tiempo, las interacciones, la vida, las células, el ADN, su estructura, los elementos químicos y sus características e interacciones, la naturaleza, los ecosistemas, el ambiente, el entorno, las culturas, la historia humana, las civilizaciones, los procesos sociales, los políticos, los culturales, los económicos, su interacción sistémica, la explicación holística de su convivencia violenta y pacífica, las relaciones internacionales, el Estado, los regímenes y sistemas políticos, las elecciones, los partidos, el comportamiento electoral, los procesos de cambio y estabilidad política, etc. Son temas muy diversos que tienen algo en común: las convenciones metodológicas para ofrecer explicaciones científicas sobre sus características, comportamientos y su utilidad, para lograr un propósito que compartieron Habermas y Bacon: dominar a la naturaleza y servirnos de ella.

En este capítulo expusimos estos temas y los principales argumentos, expusimos los principales enfoques y métodos para el análisis

de los fenómenos y procesos sociales y políticos, los nuevos enfoques y estudios de actualidad y recomendamos lecturas y guías prácticas para hacer ciencia. En el cuerpo del libro encontrará el lector, diversos ejemplos teóricos y prácticos para una gran diversidad de temas, todos de nuestro contexto y con más profundidad de la que expusimos en este capítulo.

## **BIBLIOGRAFÍA**

- Abal Medina, Juan Manuel (2014). *Manual de ciencia política*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires.
- Alcántara Sáez, Manuel (2004). Partidos políticos en América Latina: precisiones conceptuales, estado actual y retos futuros. En: PNUD (2004). *La democracia en América Latina: hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos, contribuciones para el debate* (pp. 99-122). Buenos Aires: Aguilar, Altea, Taurus y Alfaguara.
- Alcántara Sáez, Manuel y Freidenberg, Flavia (Coords.) (2003). *Partidos políticos de América Latina. Centroamérica, México y República dominicana*. México: FCE-IFE.
- Almond, Gabriel (1999). *Una disciplina segmentada: Escuelas y corrientes en las ciencias políticas*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Almond, Gabriel y Verba, Sidney (1970). *La cultura cívica: estudio sobre la participación política democrática en cinco naciones*. Madrid: EuroAmérica.
- Altman, David y Pérez-Liñán, Aníbal (2018). Más allá de la poliarquía: una aproximación a la calidad de las democracias. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, (11), 83-105.
- Anduiza, Eva, Crespo, Ismael y Méndez, Mónica (2009). *Metodología de la ciencia política. Cuadernos metodológicos*, 28. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.
- Apter, David (1970). *Estudio de la modernización*. Buenos Aires: Amorrortu Editores.
- Bacon, Francis (2011). *La gran restauración (Novum Organum)*. Madrid: Editorial Tecnos.
- Badie, Bertrand y Hermet, Guy (1993). *Política comparada*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Bertalanffy, Ludwig Von (2018). *Teoría general de los sistemas*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.
- Camou, Antonio (2013). *Gobernabilidad y democracia*. Ciudad de México: Instituto Federal Electoral.

- Cañeque, Carlos (1994). Teorías y métodos. En: Pastor, Manuel (Coord.), *Fundamentos de ciencia política* (pp. 75-105). Madrid: Tecnos.
- Conde Gutiérrez del Álamo, Fernando (2010). *Análisis sociológico del sistema de discursos. Cuadernos metodológicos, 43*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.
- Cotarelo, Ramón (1989). Objeto, método y teoría. En: Pastor, Manuel (Comp.), *Ciencia Política* (pp. 1-47). Madrid: McGraw Hill.
- D'Alessandro, Martin e Ippolito-O'Donnell, Gabriela (Coords.) (2015). *La ciencia política de Guillermo O'Donnell*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires.
- Descartes, René (2001). *Discurso del método: meditaciones metafísicas. Reglas para la dirección del espíritu. Principios de la filosofía*. México: Editorial Porrúa.
- Easton, David (1969). *Esquema para el análisis político*. Buenos Aires: Amorrortu Editores.
- Eccleshall, Robert et al. (2004). *Ideologías políticas*. Madrid: Editorial Tecnos.
- Entelman, Remo F. (2002). *Teoría de conflictos. Hacia un nuevo paradigma*. Barcelona: Gedisa Editorial.
- Harari, Yuval Noah (2022). *Sapiens de animales a dioses: Breve historia de la humanidad*. Madrid: Penguin Random House Grupo Editorial.
- Harto de Vera, Fernando (2006). *Ciencia política y teoría política contemporáneas: una relación problemática*. Madrid: Editorial Trotta.
- Judt, Tony (2011). *Posguerra: Una historia de Europa desde 1945*. Madrid: Taurus.
- Kant, Manuel (2000). *Crítica de la razón pura*. México: Editorial Porrúa.
- Kant, Manuel (2003). *Fundamentos de la metafísica de las costumbres: Crítica de la razón práctica. La paz perpetua*. México: Editorial Porrúa.
- Kuhn, Thomas S. (2013). *La estructura de las revoluciones científicas*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.
- Laclau, Ernesto (2011). *La razón populista*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.
- Laswell, Harold D. (1971). *El futuro de la ciencia política*. Madrid: Tecnos.
- Levine, Daniel H. y Molina, José Enrique (2007). Calidad de la democracia: fortalezas y debilidades en América Latina. *Revista*

- Latinoamericana de Política Comparada*, (5), 95-123.
- Marsh, David y Stoker, Gerry (eds.) (1995). *Theory and Methods in Political Science*. Londres: McMillan Press.
- Merriam, Charles Edward (1925). *New aspects of politics*. Chicago: University of Chicago Press.
- Morlino, Leonardo (2009). *Democracias y democratizaciones*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.
- Neumann, Von y Morgenstern, Oskar (1953). *Theory of games and economic behavior*. Nueva York: Third edition John Wiley and Sons.
- O'Donnell, Guillermo (1997). *Contrapuntos: Ensayos escogidos sobre autoritarismo y democratización*. México: Editorial Paidós Mexicana.
- O'Donnell, Guillermo (2007). *Disonancias. Críticas democráticas a la democracia*. Buenos Aires: Prometeo libros.
- O'Donnell, Guillermo (2008). *Catacumbas*. Buenos Aires: Prometeo libros.
- O'Donnell, Guillermo (2009). *El Estado burocrático autoritario*. Buenos Aires: Prometeo Libros.
- O'Donnell, Guillermo (2010). *Democracia, agencia y Estado: Teoría con intención comparativa*. Buenos Aires: Prometeo libros.
- O'Donnell, Guillermo (2011). *Modernización y autoritarismo*. Buenos Aires: Prometeo Libros.
- Pachano, Simón (2011). *Calidad de la democracia e instituciones políticas en Bolivia, Ecuador y Perú*. Quito: FLACSO Sede Ecuador.
- Peters, Guy (2003). *El nuevo institucionalismo. Teoría institucional en ciencia política*. Barcelona: Gedisa Editorial.
- Popper, Karl R. (1962). *La lógica de la investigación científica*: Madrid: Editorial Tecnos.
- Popper, Karl R. (1992). *Conocimiento objetivo: Un enfoque evolucionista*. Madrid: Editorial Tecnos.
- Ricart, Joan E. (1988). Una introducción a la teoría de los juegos. *Documento de investigación, 138*. Barcelona: Business School; Universidad de Navarra.
- Roiz, Javier (1980). *Introducción a la Ciencia Política. Análisis empírico de la Teoría Empírica Contemporánea*. Barcelona: Vicens-Vives.
- Roiz, Javier (1997). Categorías y teorías de la ciencia política. En: De Blas Guerrero, Andrés y Pastor Verdú, Jaime (Comps.), *Fundamentos de ciencia política* (pp. 13-70). Madrid: UNED.

- Sánchez-Cuenca, Ignacio (2009). *Teoría de juegos. Cuadernos metodológicos*, 34. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.
- Sanders, David (1997). El análisis conductista. En: Marsh, David y Stoker, Gerry (Eds.), *Teoría y Métodos en ciencia política* (pp. 69-84). Madrid: Alianza.
- Sartori, Giovanni (1984). *La política: lógica y método en las ciencias sociales*. México: FCE.
- Skinner, Quentin (1993). *Los fundamentos del pensamiento político moderno: II La reforma*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Skinner, Quentin (2013). *Los fundamentos del pensamiento moderno I: El renacimiento*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.
- Stadler, Friedrich (2011). *El Círculo de Viena: Empirismo lógico, ciencia, cultura y política*. Ciudad de México: Universidad Autónoma Metropolitana/Fondo de Cultura Económica.
- Torcal, Mariano (2008). Cultura política. En: Del Águila, Rafael et al., *Manual de ciencia política* (pp. 231-250). Madrid: Trotta editorial.
- Vilas, Carlos María (2013). *El poder y la política: El contra punto entre razón y pasiones*. Buenos Aires: Editorial Biblos/Politeia.
- Villareal Cantú, Eduardo y Martínez González, Víctor Hugo (2010). *(Pre)textos para el análisis político: Disciplinas, reglas y procesos*. Ciudad de México: FLACSO México.
- Wallerstein, Immanuel (2006). *Las incertidumbres del saber*. Barcelona: Gedisa Editorial.

# INTRODUÇÃO À METODOLOGIA DE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SISTEMÁTICA E COMO APLICÁ-LA NAS MAIS DIVERSAS ÁREAS DO CONHECIMENTO

Ludmilla Pinto Guiotti Cintra Abreu, Isabelle Giovanna Teixeira de Mendonça, Maurício de Oliveira Chaves, Euler de Vilhena Garcia e Glécia Virgolino da Silva Luz

## INTRODUÇÃO

A produção de novos conhecimentos científicos em diversas áreas do saber tem promovido um crescente volume de pesquisas e publicações ao longo dos anos. Perante essa vastidão de informações, torna-se desafiador para os pesquisadores e profissionais acompanharem, analisar e sintetizar todas as evidências científicas disponíveis. Nesse contexto, surge a relevância da “Revisão Sistemática” como uma abordagem fundamental para a organização metódica da literatura científica, e resumir as evidências relacionadas às perguntas de pesquisa de forma reproduzível, precisa e confiável (Brasil, 2021; Higgins *et al.*, 2022; Sohrabi *et al.*, 2021). A Revisão Sistemática (RS) é uma metodologia rigorosa e objetiva que visa identificar, analisar e sintetizar o conjunto de evidências relevantes sobre um tema específico (Brasil, 2021). Ela parte de uma questão de pesquisa claramente definida, utiliza critérios explícitos para seleção e exclusão de estudos, realiza uma análise crítica dos dados, e por fim, apresenta uma síntese coerente e conclusiva dos resultados (Brasil, 2021; T. F. Galvão e Pereira, 2014; Higgins *et al.*, 2022). Esse processo metodológico permite aos pesquisadores e profissionais embasarem suas decisões em uma base sólida de evidências científicas (Brasil, 2014).

As RS objetivam identificar, avaliar e sintetizar as evidências; confirmar a prática atual ou identificar as novas; identificar e investigar resultados conflitantes; e informar áreas para pesquisas futuras. As evidências após submetidas aos critérios de elegibilidade da pesquisa deve

responder a uma questão específica. A RS é, em geral, utilizada com a finalidade de reduzir vieses tornando o estudo mais confiável para tomada de decisões (Moraes, 2022).

Em 2009, Grant e Booth (2009) identificaram 14 tipos diferentes de revisões. Posteriormente em 2016, Tricco *et al.* (2016) analisaram e identificaram 25 métodos de síntese de conhecimento (Peters *et al.*, 2020).

O Joanna Briggs Institute (JBI), atualmente, classifica as RS em subtipos, sendo: as de evidências qualitativas, de eficácia, de texto e opinião, de prevalência e incidência, de evidências econômicas, de etiologia e risco, de métodos mistos, de precisão de teste diagnóstico, e de propriedades de medição (Aromataris e Munn, 2020). Já a Cochrane classifica apenas, em: qualitativas, de intervenção, de teste diagnóstico, de prognóstico e de metodologia (Moraes, 2022).

As revisões integrativas e as sistemáticas são métodos de estudo criteriosos. As integrativas têm como finalidade sintetizar resultados mais amplos, abrangentes, de forma integral, e são utilizadas para analisar conceitos, teorias e tópicos. Permite inclusão de pesquisa quase-experimental e experimental, combinados aos dados da literatura teórica e empírica, o que torna o estudo mais completo. Diferentemente, as RS é uma metodologia utilizada para responder a uma pergunta específica sobre um problema específico. Geralmente incluem pesquisa experimental, sendo estudos originais, por possuírem rigor metodológico (Ercole *et al.*, 2014).

Neste capítulo de livro, exploramos em detalhes a abordagem da Revisão Sistemática como uma ferramenta imprescindível na era da informação, independente da área de conhecimento inserida, elucidando suas principais características e etapas metodológicas. Dessa forma, analisaremos também sua aplicabilidade em diferentes campos do conhecimento, bem como sua importância na construção e aprimoramento do conhecimento científico. Além disso, discutiremos as limitações e desafios que envolvem a condução de revisões sistemáticas e as estratégias adotadas para superá-los.

A síntese metódica da evidência científica proporcionada pela Revisão Sistemática desempenha um papel essencial na tomada de decisões informadas, na identificação de lacunas de conhecimento e na definição de diretrizes para pesquisas futuras. Portanto, este trabalho pretende fornecer uma visão abrangente e atualizada sobre a temática da Revisão Sistemática, como metodologia de busca e análise de evidências científicas, e seus impactos na pesquisa científica contemporânea.

## **A IMPORTÂNCIA DA REVISÃO INTEGRATIVA: SINTETIZANDO CONHECIMENTOS PARA UMA ABORDAGEM ABRANGENTE**

A produção constante de pesquisas e conhecimentos em todas as áreas do saber tem levado a um acúmulo exponencial de informações, o que

torna essencial a adoção de abordagens metodológicas que permitam uma análise abrangente e crítica da literatura científica. Nesse contexto, a “Revisão Integrativa” surge como uma ferramenta valiosa para a síntese de estudos heterogêneos, proporcionando uma visão holística e abrangente sobre uma temática específica aplicada na prática, com o conhecimento existente (Broome, 2000; Cronin e George, 2023; Souza *et al.*, 2010).

Assim, ao desbravar as principais facetas dessa temática, de posse das publicações existentes e incluídas aqui, utilizando a técnica de “Revisão Integrativa” como metodologia (Whittemore e Knafl, 2005), esperamos oferecer aos leitores o acesso aprofundado das vantagens, desafios e aplicações da Revisão Sistemática como uma ferramenta essencial na promoção do avanço científico, na tomada de decisões baseadas em evidências e na busca incessante pela excelência na produção do conhecimento.

A Revisão Integrativa é um tipo de revisão sistemática que permite a inclusão de diferentes tipos de estudos, como: estudos quantitativos, qualitativos e mistos; experimentais e não-experimentais, por exemplo, em busca de uma compreensão completa da temática abordada (Souza *et al.*, 2010; Whittemore e Knafl, 2005). Ao abranger uma variedade de metodologias de pesquisa, a revisão integrativa possibilita uma análise mais ampla e completa das evidências disponíveis (Whittemore e Knafl, 2005). Dessa forma, ela supera as limitações de revisões, que muitas vezes se restringem a um único tipo de estudo, não considerando a diversidade de perspectivas que podem contribuir para uma compreensão mais profunda do tema em questão (Souza *et al.*, 2010).

Um dos principais benefícios deste tipo de revisão é a capacidade de fornecer uma visão global e consolidada dos resultados de múltiplos estudos, identificando tendências, padrões e lacunas de conhecimento (Souza *et al.*, 2010). Ao sintetizar informações de diferentes fontes, a revisão integrativa ajuda a fortalecer a base de evidências científicas, fornecendo suporte para a tomada de decisões mais fundamentadas nas áreas da saúde (Marmitt, 2022; San-Juan *et al.*, 2020; Weise *et al.*, 2020; Zou *et al.*, 2022), ciências sociais, engenharias (Biolchini *et al.*, 2005), educação e outros campos. No entanto, para resguardar a validade da revisão integrativa, o autor/pesquisador deve salientar seus achados, conclusões e inferências, bem como explicitar os possíveis vieses presentes (Souza *et al.*, 2010).

Em suma, de acordo com o exposto, o objetivo desta pesquisa é sintetizar as orientações disponíveis sobre como conduzir uma RS e oferecer informações pertinentes e claras para sua aplicação nas diversas áreas do conhecimento.



## MÉTODOS

Esta revisão foi realizada de acordo com as Diretrizes Metodológicas para RS (Brasil, 2021), e estruturada conforme o acrônimo PICo para estudos não-clínicos, onde o P (Problema) foi a síntese das evidências; o I (Interesse) foi a RS; e o Co (Contexto) foi a elaboração da escrita científica. As seleções das publicações utilizadas consideraram os seguintes critérios de inclusão: estudos em sua íntegra; dos últimos 10 anos para assegurar registros mais atuais sobre o assunto; abordagem do tema no título e resumo, e na leitura completa dos estudos; língua em inglês ou português; e artigos revisados por pares. Os critérios de exclusão foram: referências cruzadas redundantes (*apud*), editoriais, conferências, resumos, cópia completa não disponível, e que não abordassem o acrônimo proposto.

As bases de dados bibliográficas pesquisadas foram: PubMed/MEDLINE e BVS (Lilacs e Coleciona SUS). As buscas foram realizadas nos dias: 20 de junho 2023 e 25 de julho de 2023. As referências duplicadas foram removidas pelo *Rayyan — Intelligent Systematic Review* (Ouzzani *et al.*, 2016). E a seleção dos descritores foi efetuada mediante consulta ao DeCS/MeSH, recorrendo-se aos operadores booleanos “AND”, “OR”, e “AND NOT” para esta combinação.

Os estudos obtidos foram pesquisados com a seguinte *string* geral de busca: (“Systematic Review\* as topic” AND (“prisma” OR “recommendations” OR “guidance” OR “guidelines” OR “guides” OR “diretriz\*” OR “directive”) AND NOT “scoping review”); e que abordassem como tema a síntese das evidências através da RS. As *strings* de busca, individuais para cada base, utilizadas estão discriminadas na Tabela 1.

**Tabela 1. Quantidade de publicações obtidas em cada base de dados pesquisadas e suas respectivas *strings* de busca**

Base de dados	“String” utilizada	Autores da busca	Data da busca	Nº de estudos obtidos
PubMed / MEDLINE	(“Systematic Review* as topic”[Title/Abstract] AND (“prisma”[Title/Abstract] OR “recommendations”[Title/Abstract] OR “guidance”[Title/Abstract] OR “guidelines”[Title/Abstract] OR “guides”[Title/Abstract] OR “diretriz*”[Title/Abstract] OR “directive”[Title/Abstract]) AND NOT “scoping review”[Title/Abstract])	G.V.S.L L.P.G.C.A	25.07.2023	619
BVS (Lilacs e Coleciona SUS)	(“Systematic Review* as topic” AND (“prisma” OR “recommendations” OR “guidance” OR “guidelines” OR “guides” OR “diretriz*” OR “directive”) AND NOT “scoping review”) AND (db:(“MEDLINE” OR “LILACS” OR “coleccionaSUS”) AND mj:(“Revisões Sistemáticas como Assunto”) AND type_of_study:(“systematic_reviews”) AND la:(“en” OR “pt”)) AND (year_cluster:[2018 TO 2023])	G.V.S.L L.P.G.C.A	25.07.2023	03
Total de estudos obtidos nas bases de dados				622

Fonte: Elaborada pelos autores. Dados da pesquisa.

As publicações obtidas foram selecionadas em duas fases, pelos autores G.V.S.L e L.P.G.C.A, de forma independente, respectivamente: fase 1 — a escolha dos estudos por título e resumo; e posteriormente considerando os elegíveis nesta fase, foram submetidos a fase 2 — leitura do texto completo, excluindo os que não atendiam aos critérios de elegibilidade. Para casos de incompatibilidade entre os autores foram discutidos somente os estudos divergentes. O software utilizado para estas etapas foi o *Rayyan*.

Desenvolveu-se um modelo de tabela padronizado, no software Word, para a extração de dados dos estudos elegíveis após a fase 2, a fim de identificar as características, desfechos e recomendações acerca da RS. Esse modelo foi testado e avaliado por dois autores desta revisão, L.P.G.C.A e G.V.S.L, usando 6 estudos selecionados de forma aleatória. A extração de detalhes dos estudos foi realizada de forma independente, também pelos mesmos autores. Foram extraídas informações como: autor, ano e país do estudo; delineamento; objetivo; desfecho primário; definição e importância da RS; recomendações para a condução da RS; bases de pesquisa de dados e amostra. O desfecho principal analisado foi: a síntese das evidências através da RS.

Para avaliação da qualidade dos estudos incluídos, o critério adotado foi o “rigor metodológico”, no qual verificou-se se a coleta, análise de dados e a coerência da interpretação de seus resultados foram satisfatórios, evitando vieses no resultado desta presente revisão.

Para a organização do quantitativo de publicações elegíveis em cada fase foi utilizado o Fluxograma PRISMA2020 (Page *et al.*, 2021). Ainda, utilizado o software VOSviewer 1.6.18 (CWTS, 2021), realizou-se uma análise bibliométrica dos estudos selecionados quanto à ocorrência na literatura científica de suas palavras-chaves, assim como a relação e força entre elas. Neste momento, também foram analisados os autores que mais publicaram sobre esta temática, sendo incluídos aqueles com mais de 3 pesquisas, e suas relações com outros estudos, como: coautoria, citações e cocitações.

## RESULTADOS

Buscou-se expor de maneira objetiva e clara os resultados relevantes que emergiram da análise dos dados coletados. É importante ressaltar que os resultados aqui apresentados estão fundamentados nas informações coletadas durante as buscas nas bases de dados e analisadas pela equipe de revisores.

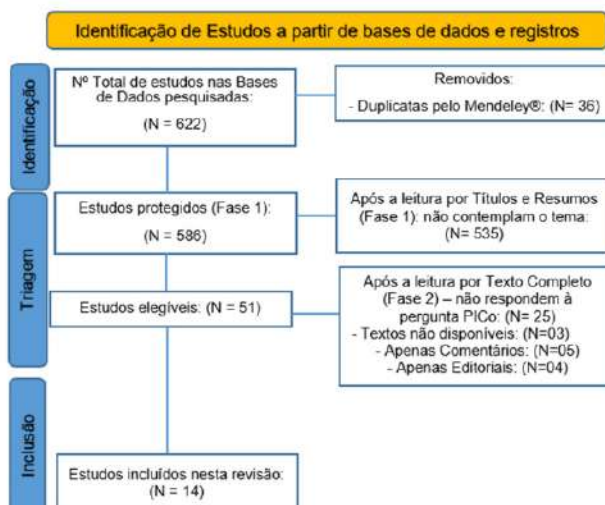
Ao realizar as buscas nas bases foram encontrados 622 estudos, sendo 36 duplicados, e, portanto 586 passaram pela fase 1. Nesta fase foram selecionados 51 estudos que passaram pela fase 2; os demais foram excluídos por não contemplarem os critérios de elegibilidades

definidos para este trabalho. Após a fase de leitura do texto completo, foram eleitos 14 estudos, conforme descrito no Fluxograma PRISMA2020 (Page *et al.*, 2021) (Figura 1).

Realizando uma análise bibliométrica dos 622 estudos, verificou-se coocorrências de palavras-chaves (no mínimo 5 vezes) e as conexões entre elas (no mínimo 1 conexão), a qual é apresentada na Figura 2, em formato de densidade, gerada do programa VOSviewer versão 1.6.18 (CWTS, 2021). Esta análise facilita a visualização dos termos mais citados ao centro, e ratifica que a relação desta metodologia de RS possui um maior quantitativo de pesquisas na área da saúde.

O mesmo programa foi utilizado para analisar os estudos publicados por cada autor nesta temática e observou-se uma correlação entre estas pesquisas, sendo destacado na Figura 3 àqueles que possuem um mínimo de três artigos publicados sobre RS. Esta figura também apresenta a relação entre as citações e cocitações, e o acoplamento bibliográfico, sendo excluídos aqueles que publicaram dois ou menos estudos com este tema. Para interpretação e melhor visualização foi escolhido o formato em rede.

**Figura 1. Fluxograma PRISMA2020**



Fonte: Elaborada pelos autores. Dados da pesquisa.



metodológicos, 85,7% (N=12); e estudos experimentais, 14,3% (N=02). Os trabalhos incluídos nesta pesquisa foram publicados entre 2019 e 2021, sendo a maioria 42,8% (N=06) em 2019, seguidos por 35,7% (N=05) em 2020, e 21,5% (N=03) em 2021. Ao analisar os países em que foram realizadas as pesquisas incluídas nesta revisão, verificou-se uma diversidade de origem, sendo maior nos países onde a língua inglesa predomina, apresentando 78,6% (N=11) do total.

Quanto aos objetivos de cada estudo, observou-se a intenção dos autores em contribuir com facilitadores para a elaboração de uma RS, propondo recomendações que foram desde a conceituação, os recursos metodológicos requeridos, os softwares disponíveis, e as ferramentas de automação. Nos desfechos primários foram verificadas melhorias para condução da RS, assim como uma atualização de conceitos e de instrumentos usados nesta execução.

Na análise da importância de serem realizadas RS observou-se que a maioria 85,7% (N=12) relatam a síntese de evidências confiáveis, e 28,5% (N=04) a tomada de decisão. Com relação as bases de dados pesquisadas no desenvolvimento dos estudos elegíveis, foi possível verificar uma superioridade para as áreas da saúde em 57,1% (N=8).

Quanto ao conceito de RS, este se mostrou complexo e amplo nas definições encontradas 78,6% (N=11). Em alguns estudos este conteúdo foi omitido 21,4% (N=3).

Na avaliação da qualidade dos estudos incluídos, de acordo o critério adotado de “rigor metodológico”, observou-se que a coleta, análise de dados e a coerência da interpretação de seus resultados foram satisfatórios, para os desfechos aqui levantados.

Os dados extraídos dos estudos incluídos nesta pesquisa estão dispostos na Tabela 2, onde são discriminadas suas respectivas características e desfechos.

Tabela 2. Características e desfechos dos estudos incluídos

(autor, ano) / país	Delimitamento do estudo	Objetivo do estudo	Desfecho primário	Definição de RS	Importância da RS	Recomendações para a condução da RS	Bases de pesquisa de Dados / amostra
(Altena <i>et al.</i> , 2019) / Holanda	Experimental	Investigar o nível atual de aceitação e as possíveis barreiras e facilitadores para a aplicação de ferramentas de automação em RS	Importância da adoção de ferramentas de automação para RS.	É um processo altamente estruturado que pode ser dividido em tarefas relativas à recuperação, avaliação e síntese de evidências.	Obter informações confiáveis e minimizar vieses.	Usar ferramentas de automação para elaborar RS: EndNote, RevMan, Covidence, Epistemonikos, EPPI-reviewer, GATE, NLM Medical Text Indexer, Rayyan, Rev-Man HAL, SWIFT-Review, Systematic Review Assistant.	Não menciona bases de dados (AMOSTRA: 168 respostas anónimas)
(Bethel <i>et al.</i> , 2021) / Reino Unido	Metodológico	Desenvolver uma tabela de resumos de dados (SSP) de estudos que pudessem relatar os métodos bem como a eficácia das pesquisas.	O uso dessa tabela SSP em todas RS aumentaria a crescente base de evidências e a recuperação de informações.	N/A	Elencar evidências quantitativas e qualitativas.	Banco de dados a serem pesquisados em saúde: - Cochrane: CENTRAL, MEDLINE e Embase. - Campbell: mais de um banco. - Joanna Briggs: não sugere. - Centre for Reviews and Dissemination (CRD): não há padrão acordado. - PRISMA: ao menos um banco. - AMSTAR2: ao menos dois bancos de dados. - Critical Appraisal Skills Programme (CASP): os que contêm estudos relevantes para RS a ser elaborada.	PsycINFO e CINAHL (utilizada literatura cinzenta destas bases), EMBASE e MEDLINE (AMOSTRA: 01 estudo)

<p>(Brasil, 2021) / Brasil</p>	<p>Metodológico</p>	<p>Apresentar os principais conceitos sobre o planejamento, condução, interpretação e relato de RS, utilizando linguagem simples e acessível para profissionais da área da saúde.</p>	<p>Orientar futuras pesquisas sobre a intervenção e auxiliar a tomada de decisão.</p>	<p>Sintetizam os resultados de estudos primários que se enquadraram nos critérios de elegibilidade para responder uma pergunta de pesquisa</p>	<p>Síntese de evidências e auxílio na tomada de decisão.</p>	<p>Recomendam ferramentas para cada etapa da RS, e a interpretação geral da evidência para que com essas informações auxilie na tomada de decisão clínica e política.</p>	<p>Não menciona bases de dados. Menciona diretrizes da Cochrane e Joanna Briggs. (SEM AMOSTRA)</p>
<p>(Donato e Donato, 2019) / Portugal</p>	<p>Metodológico</p>	<p>Apresentar os principais conceitos sobre o planejamento, condução, interpretação e relato de RS, utilizando linguagem simples e acessível para profissionais da área da saúde.</p>	<p>Orientar futuras pesquisas sobre a intervenção e auxiliar a tomada de decisão.</p>	<p>Sintetizam os resultados de estudos primários que se enquadraram nos critérios de elegibilidade para responder uma pergunta de pesquisa</p>	<p>Síntese de evidências e auxílio na tomada de decisão.</p>	<p>Recomendam ferramentas para cada etapa da RS, e a interpretação geral da evidência para que com essas informações auxilie na tomada de decisão clínica e política.</p>	<p>Não menciona bases de dados. Menciona diretrizes da Cochrane e Joanna Briggs. (SEM AMOSTRA)</p>
<p>(Kho <i>et al.</i>, 2020) / Canadá</p>	<p>Metodológico</p>	<p>Descreve o desenvolvimento e a aplicação das RS centradas em resultados.</p>	<p>Aplicação consistente de ferramentas metodológicas para minimizar o viés e otimizar a transparência dos relatórios.</p>	<p>São pesquisas que sintetizam estudos primários que se enquadraram em critérios de elegibilidade pré-especificados para responder a uma questão de pesquisa específica</p>	<p>Sintetizam de maneira rigorosa e transparente as informações, e avaliam a qualidade das evidências de estudos primários que contribuem para um resultado.</p>	<p>Incluir especialistas em conteúdo, cientistas da informação e metodologistas com experiência na condução de RS, usar ferramentas para minimizar vieses, e utilizar o PRISMA para condução.</p>	<p>Ovid para Medline, Embase e PsycInfo; plataforma Ebsco para CINAHL (AMOSTRA: 4 estudos)</p>

<p>(Krnica Martinić <i>et al.</i>, 2019) Croácia</p>	<p>Metodológico</p>	<p>Explorar e analisar a definição de RS na literatura de cuidados de saúde, as definições usadas e propor um ponto de partida para uma nova e explícita definição RS.</p>	<p>As definições para RS atualmente são vagas e ambíguas.</p>	<p>Não existe uma definição padrão ou consensual de RS.</p>	<p>Síntese de evidências disponíveis.</p>	<p>- Questão de pesquisa - Fontes pesquisadas, com uma estratégia de busca reproduzível - Critérios de inclusão e exclusão - Métodos de seleção - Avalia criticamente e relata a qualidade/risco de viés dos estudos incluídos - Análise e síntese de dados que permitam a reprodutibilidade dos resultados.</p>	<p>Google Scholar, Livros didáticos e fontes da Internet, todos no campo da medicina, psicologia e ciências sociais. (AMOS TRA: 535 fontes)</p>
<p>(Muka <i>et al.</i>, 2020)</p>	<p>Metodológico</p>	<p>Descreve o desenvolvimento e aplicação das RS centradas em resultados.</p>	<p>Aplicação consistente de ferramentas metodológicas para minimizar o viés e otimizar a transparência dos relatórios.</p>	<p>São pesquisas que sintetizam estudos primários que se enquadram em critérios de elegibilidade pré-especificados para responder a uma questão de pesquisa específica</p>	<p>Sintetizam de maneira rigorosa e transparente as informações, e avaliam a qualidade das evidências de estudos primários que contribuem para um resultado.</p>	<p>Incluir especialistas em conteúdo, cientistas da informação e metodologistas com experiência na condução de RS, usar ferramentas para minimizar vieses, e utilizar o PRISMA para condução.</p>	<p>Ovid para Medline, Embase e PsycInfo; plataforma Ebsco para CINAHL (AMOS TRA: 4 estudos)</p>
<p>(Munn <i>et al.</i>, 2019) / Austrália</p>	<p>Experimental</p>	<p>Desenvolver um programa de software para apoiar revisores sistemáticos em todo o mundo.</p>	<p>JBIR SUMARI é a primeira ferramenta a oferecer suporte a todas as etapas do processo de RS, e projetado para auxiliar em áreas como saúde, ciências sociais e humanidades.</p>	<p>N/A</p>	<p>Garantir recomendações confiáveis.</p>	<p>- Pergunta da RS - Critérios: inclusão e exclusão - Localização de estudos - Seleção de estudos - Avaliação da qualidade dos estudos - Extração dos dados - Analisar e sintetizar os resultados - Apresentar e interpretar os resultados - Estabelecer confiança no conjunto de evidências.</p>	<p>N/A</p>



<p>(Nagendrababu <i>et al.</i>, 2020) / Malásia</p>	<p>Metodológico</p>	<p>Apresentar um glossário abrangente da terminologia comumente usada em RS e meta-análises, na tentativa de fornecer definições e explicações de fácil compreensão para auxiliar os autores e leitores de RS.</p>	<p>Planejamento e produção de RS e Metanálises de alta qualidade.</p>	<p>É uma revisão de literatura bem planejada e meticulosamente executada que analisa as descobertas de estudos existentes para responder a uma questão.</p>	<p>Resumir de forma precisa, transparente e confiável as evidências disponíveis sobre a eficácia e segurança de intervenções, técnicas ou medicamentos.</p>	<p>Entendendo as terminologias mais usadas na RS</p>	<p>Não menciona bases de dados. (AMOSTRA: 68 termos)</p>
<p>(Phillips e Barker, 2021) / Reino Unido</p>	<p>Metodológico</p>	<p>Fornecer uma visão geral sobre a estrutura, forma e conteúdo das revisões sistêmicas.</p>	<p>As diretrizes de relatórios corretas seguidas e o uso de ferramentas, recursos e o apoio de bibliotecários e outros especialistas em informação facilita conduzir a RS.</p>	<p>É uma síntese de todas as evidências relevantes disponíveis que reúnem todos os estudos primários existentes para revisão.</p>	<p>Síntese de evidências disponíveis.</p>	<p>Recomenda-se o planejamento anterior a execução da RS.</p>	<p>N/A</p>

<p>(Roqué <i>et al.</i>, 2020) / Espanha</p>	<p>Metodológico</p>	<p>Identificar e descrever recursos metodológicos disponíveis para desenvolver RS de prevalência, prognóstico, acurácia diagnóstica e de intervenções.</p>	<p>Elaboração de um guia de recursos completo para RS de prevalência, prognóstico, diagnóstico e intervenção.</p>	<p>São estudos que usam um método sistemático e explícito para identificar, analisar e sintetizar evidências empíricas e para responder a uma questão de pesquisa específica.</p>	<p>Identificar, analisar e sintetizar evidências</p>	<p>- Formulação: questão pesquisa - Desenvolvimento do protocolo e registro da revisão - Estratégia de busca - Avaliação do risco de viés - Síntese estatística de resultados - Avaliação da qualidade das evidências - Relatório e apresentação dos resultados.</p>	<p>Diretrizes: Cochrane, Instituto Joanna Briggs, Rede Europeia de Avaliação de Tecnologias de Saúde (EUNETHA), Melhorar a rede de Qualidade e Transparência da Pesquisa em Saúde (EQUATOR), Recomendações (GRADE), e Base de dados: MEDLINE. (AMOSTRA: 69 fontes)</p>
<p>(Siddaway <i>et al.</i>, 2019) / Reino Unido</p>	<p>Metodológico</p>	<p>Descrever como planejar, conduzir, organizar e apresentar uma RS, assim como os principais padrões, princípios e problemas comumente encontrados.</p>	<p>Um guia de informações para RS quantitativas e qualitativas.</p>	<p>Questão claramente formulada que usa métodos sistemáticos e explícitos para identificar, selecionar e avaliar criticamente pesquisas relevantes e para coletar e analisar dados dos estudos incluídos.</p>	<p>Fornecer vastas quantidades de informações científicas.</p>	<p>A condução de RS tem o potencial de ser satisfatório e informativo para os pesquisadores envolvidos e bom para a carreira de cada um.</p>	<p>N/A</p>

(Stern <i>et al.</i> , 2021) / Austrália	Metodológico	Deleinar a condução de uma RS de métodos mistos do JBI, com foco na síntese de dados, como são combinados e a integração geral das evidências quantitativas e qualitativas.	Orientação atualizada sobre RS de métodos mistos do JBI.	N/A	RS de métodos mistos fornecem uma base mais completa para uma tomada de decisão complexa se comparado ao método único, maximizando sua utilidade para os tomadores de decisão clínicos e políticos.	Se o foco da RS estiver em diferentes aspectos de um determinado fenômeno de interesse, então deve ser realizada a abordagem segregada convergente — síntese independente de dados quantitativos e qualitativos.	Não menciona bases de dados. (AMOSTRA: 459 revisões)
(Waffenschmidt <i>et al.</i> , 2019) / Alemanha	Metodológico	Analisar as evidências disponíveis sobre a triagem única e a triagem dupla no processo de realização das RS.	A triagem única por títulos e resumos não é equivalente à triagem dupla, pois substancialmente mais estudos são perdidos.	Abordagem metodológica sistemática, reprodutível e transparente.	N/A	Recomenda triagem dupla para não perder estudos.	Medline, PubMed e Cochrane Methodology Register. (AMOSTRA: 23 triagens)

Fonte: Elaborada pelos autores. Dados da pesquisa. Legenda: RS=Revisão Sistemática; N/A=Não se aplica a esse estudo.

## DISCUSSÃO

O presente trabalho destaca a RS como um método estruturado que pode recuperar, avaliar e sintetizar evidências (Altena *et al.*, 2019; Roever, 2017), e é meticulosamente planejado e executado para responder à uma questão específica (Brasil, 2021; Martimbianco, 2021; Nagendrababu *et al.*, 2020; Roqué *et al.*, 2020) using a predefined methodology, which often includes a meta-analysis. A meta-analysis is a statistical method used to combine the effect estimates from the individual studies included in a systematic review. Systematic reviews and meta-analyses are positioned at the highest level in the hierarchy of clinical evidence. The Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA. Apesar deste conceito ser apresentado na maioria dos estudos incluídos, há autores que dizem que não existe uma definição padrão ou consensual de RS, pois se apresentam vagas e ambíguas, e existe a necessidade de propor, como ponto de partida, uma nova e explícita conceituação (Krnjic Martinic *et al.*, 2019).

Embora a definição não esteja consolidada na literatura científica, a importância deste método é enfatizada em todas as publicações como sendo a síntese de evidências disponíveis (Bethel *et al.*, 2021; Krnjic Martinic *et al.*, 2019; Nagendrababu *et al.*, 2020; Roqué *et al.*, 2020) robust, inclusive, transparent, and reproducible when bringing together the evidence to answer a research question. Various guidelines provide recommendations on the expertise required to conduct a systematic review, where and how to search for literature, and what should be reported in the published review. However, the finer details of the search results are not typically reported to allow the search methods or search efficiency to be evaluated. Case Presentation: This case study presents a search summary table, containing the details of which databases were searched, which supplementary search methods were used, and where the included articles were found. It was developed and published alongside a recent systematic review. This simple format can be used in future systematic reviews to improve search results reporting. Conclusions: Publishing a search summary table in all systematic reviews would add to the growing evidence base about information retrieval, which would help in determining which databases to search for which type of review (in terms of either topic or scope de forma precisa, transparente e confiável (Altena *et al.*, 2019; Munn *et al.*, 2019; Nagendrababu *et al.*, 2020) using a predefined methodology, which often includes a meta-analysis. A meta-analysis is a statistical method used to combine the effect estimates from the individual studies included in a systematic review. Systematic reviews and meta-analyses are positioned at the highest level in the hierarchy of clinical evidence. The Preferred Reporting Items for Systematic Re-

views and Meta-Analyses (PRISMA, qualitativa e/ou quantitativamente (Bethel *et al.*, 2021) robust, inclusive, transparent, and reproducible when bringing together the evidence to answer a research question. Various guidelines provide recommendations on the expertise required to conduct a systematic review, where and how to search for literature, and what should be reported in the published review. However, the finer details of the search results are not typically reported to allow the search methods or search efficiency to be evaluated. **Case Presentation:** This case study presents a search summary table, containing the details of which databases were searched, which supplementary search methods were used, and where the included articles were found. It was developed and published alongside a recent systematic review. This simple format can be used in future systematic reviews to improve search results reporting. **Conclusions:** Publishing a search summary table in all systematic reviews would add to the growing evidence base about information retrieval, which would help in determining which databases to search for which type of review (in terms of either topic or scope; e para tomada de decisões clínicas e políticas (Martimbianco, 2021; Stern *et al.*, 2021) specifically, methods related to how data are combined and the overall integration of the quantitative and qualitative evidence. **INTRODUCTION:** Mixed methods systematic reviews provide a more complete basis for complex decision-making than that currently offered by single method reviews, thereby maximizing their usefulness to clinical and policy decision-makers. Although mixed methods systematic reviews are gaining traction, guidance regarding the methodology of combining quantitative and qualitative data is limited. In 2014, the JBI Mixed Methods Review Methodology Group developed guidance for mixed methods systematic reviews; however, since the introduction of this guidance, there have been significant developments in mixed methods synthesis. As such, the methodology group recognized the need to revise the guidance to align it with the current state of knowledge on evidence synthesis methodology. **METHODS:** Between 2015 and 2019, the JBI Mixed Methods Review Methodology Group undertook an extensive review of the literature, held annual face-to-face meetings (which were supplemented by teleconferences and regular email correspondence. A RS limita o viés e melhora a confiabilidade e a precisão das recomendações, combinando informações de pesquisas individuais, além de possuir uma dimensão da amostra total que é maior do que a de qualquer um dos estudos individuais sobre o tema específico (Roever, 2017). Também podem contribuir para aumentar a validade externa dos estudos, ou seja, contribuir para a generalização dos resultados (Brasil, 2021).

Outra vantagem relativa a RS é que a metodologia utilizada deve

ser reproduzível e tende a ser imparcial, avaliando criticamente os estudos elegíveis. Assim, é caracterizada por ser metodologicamente abrangente, transparente, replicável, e menos dispendiosa (Donato e Donato, 2019). Antes de entender como segue a elaboração de uma RS, alguns autores pontuam a importância de compreender os termos mais utilizados nesta metodologia e propõe um glossário com 68 vocábulos para essa compreensão (Nagendrababu *et al.*, 2020).

Para condução de uma RS é necessário seguir um padrão, o qual é citado e explicado por diversos autores (Krnjic Martinic *et al.*, 2019; Munn *et al.*, 2019; Roever, 2017; Roqué *et al.*, 2020) if there is no definition about a systematic review in secondary studies that analyse them or the definition is too broad, inappropriate studies might be included in such evidence synthesis. The aim of this study was to analyse the definition of a systematic review (SR tendo, em geral, as seguintes etapas: i) formulação da questão de pesquisa; ii) desenvolvimento do protocolo da RS, e devido registro; iii) estabelecimento de critérios de elegibilidade; iv) desenvolvimento de uma estratégia de busca; v) seleção das bases de dados; vi) seleção dos estudos com metodologia apropriada; vii) extração dos dados dos estudos incluídos; viii) avaliação do risco de viés dos estudos incluídos; ix) síntese estatística e/ou descritiva dos resultados; x) avaliação da qualidade das evidências; xi) elaboração do relatório e apresentação dos resultados.

Descreve-se, sucintamente, as etapas necessárias para a produção de uma RS:

1. *Formulação da questão/pergunta de pesquisa*: Na formulação da questão de pesquisa, que a RS abordará existem vários métodos, o que depende intrinsecamente da área de conhecimento contemplado, o mais usual é utilizar o modelo definido pelo acrônimo “*Participantes Intervention Comparator Outcomes*” (PICO) e suas derivações (Donato e Donato, 2019; Misra e Ravindran, 2021).
2. *Protocolo e Registro da RS*: Para o protocolo da RS desenvolveram o PRISMA-P, um *checklist* inicial para organização e planejamento da condução. É regularmente utilizado, porém existem outros modelos citados na literatura (Donato e Donato, 2019). A *Systematic Review Checklist* (CASP) é outra opção para esta fase (Galvão e Ricarte, 2019). O JBI SUMARI é uma ferramenta de suporte para todas as etapas do processo, e foi projetado para auxílio em áreas como saúde, ciências sociais e humanidades (Munn *et al.*, 2019).

O protocolo da RS é um componente essencial no processo e garante a consistência, transparência e a integridade, podendo ser publicado um registro prospectivo na base de dados Pros-

pective Register of Systematic Reviews (PROSPERO), minimizando viés de publicação evitando a duplicação das revisões. Os periódicos geralmente exigem o número de registro do protocolo para publicarem a RS (Donato e Donato, 2019). Em torno de 50% dos protocolos são registrados no PROSPERO porém há outras bases de registro, como: Joanna Briggs Institute, Campbell Collaboration e Cochrane (Brasil, 2021).

3. *Crítérios de elegibilidade*: É essencial definir explicitamente os critérios de elegibilidade (inclusão e exclusão), e a depender da natureza ou objetivo da RS, pode ser apropriado considerar apenas certos tipos de estudo (Donato e Donato, 2019).
4. *Estratégia de busca*: Durante a *estratégia de pesquisa* (*string de busca*) da RS deve-se observar rigorosamente uma alta sensibilidade para encontrar todos os potenciais estudos relevantes, sendo que erros no processo de pesquisa podem derivar numa evidência enviesada ou incompleta. Uma grande parte do resultado da pesquisa não será relevante nesta etapa, e comumente há uma precisão de 2% a 3% — duas a três referências em cem serão pertinentes.
5. *Bases de dados*: As bases de dados bibliográficas são a primeira opção e a Cochrane recomenda usar ao menos três (Donato e Donato, 2019). Porém alguns autores citam outras recomendações: Campbell Collaboration — mais de um banco de dados; Joanna Briggs — não sugere quantidade; Centre for Reviews and Dissemination (CRD) — não há padrão acordado; PRISMA — ao menos uma base de dados; AMSTAR2 — ao menos duas; e Critical Appraisal Skills Programme (CASP) — os que contém estudos relevantes para RS a ser elaborada (Bethel *et al.*, 2021).

Algumas bases são usualmente utilizadas de acordo com a área do conhecimento a ser explorada, como: PubMed/MEDLINE, a EMBASE e a Cochrane Library — ciências médicas e biomedicina; a Web of Science — multidisciplinar; a CINAHL — enfermagem e ciências da saúde; a PsycINFO — psicologia e psiquiatria; a ERIC — educação (Donato e Donato, 2019). Ainda, a SciELO — maioria de artigos dos países da América Latina; LISA, LIS-TA e ACM Digital Library — ciência da informação; SCOPUS — multidisciplinar, propício à análise bibliométrica, história, educação, psicologia, direito, religião, linguística e literatura; e IEEEExplore — área de tecnologia (Galvão e Ricarte, 2019).

A literatura cinzenta pode ser uma boa fonte de referências para o estudo, pois incluem documentos produzidos por orga-

nizações governamentais, conferências, materiais produzidos por sociedades ou grupos de investigação, teses e dissertações, entre outros. Essas informações podem ser consultadas com relação ao foco da RS, sendo: OpenGrey — foco europeu; Grey Literature Report — foco americano; Grey Literature Network Service, OAISter e Repositório Científico de Acesso Aberto em Portugal (RCAAP) — foco geral (Donato e Donato, 2019). Ainda há a MedRxiv, a BiorXiv a Who Library Database, a ProQuest, Catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (Brasil, 2021). Existe também uma ferramenta para validação de estratégias de busca de informação, denominada Peer Review of Electronic Search Strategies (PRESS), mais usual, embora outros instrumentos estejam disponíveis para esta etapa (Donato e Donato, 2019).

6. *Seleção dos Estudos*: Para a seleção dos estudos a remoção de duplicatas é importante e necessita de algum programa de gestão de referências para sistematizar o processo. Estimativas de prevalência de publicação apontam que os textos duplicados variam de 1,4% a 28% (Donato e Donato, 2019). Alguns autores sugerem ferramentas de automação para esta etapa, como: EndNote, RevMan, Covidence, Epistemonikos, EPPI-reviewer, GATE, Medical Text Indexer (NLM), Rayyan, Rev-Man HAL, SWIFT-Review, Systematic Review Assistant (Altena et al., 2019). Outras ferramentas úteis são, por exemplo: Mendeley e Zotero.

A avaliação dos títulos e resumos das pesquisas resultantes após essa remoção, deve ser realizado por no mínimo dois revisores na tentativa de minimizar o viés e garantir que não são excluídos trabalhos importantes. Após segue-se a avaliação dos textos completos.

7. *Extração dos dados*: Uma vez que estão selecionados os estudos a serem incluídos na RS inicia-se a extração dos dados, geralmente em forma de tabela, contendo informações gerais, características e desfechos a serem discutidos na pesquisa.
8. *Avaliação do risco de viés*: A avaliação da qualidade de cada estudo elegível segue após a extração dos dados, inclusive dos dados relacionados aos desfechos almejados pela pergunta de pesquisa. Através do desenho do estudo incluído pode-se optar pela ferramenta apropriada nesta etapa, como exemplo: o ROB2, o



CONSORT, o PEDro — para estudos randomizados, Newcastle Ottawa Scale para os não randomizados, STROBE para os observacionais (Brasil, 2021; Donato e Donato, 2019). Alguns autores citam a Mixed Methods Appraisal Tool (MMAT) para estudos e revisões mistas (Galvão e Ricarte, 2019). E ainda a AMSTAR2 para estudos de revisões sistemáticas (Brasil, 2021).

9. *Síntese estatística e/ou descritiva dos resultados*: A metanálise só deve ser realizada quando os estudos são considerados suficientemente homogêneos em suas evidências. Elas geram estimativas de efeito sumárias e possuem vantagens como: maior precisão das estimativas de efeitos, solução de questões não respondidas por estudos individuais, solução de controvérsias quando as pesquisas primárias apresentam resultados conflitantes (Brasil, 2021). Uma RS pode conter uma análise descritiva e, se possível, estudo com metanálise. A análise descritiva aborda cada estudo incluído e todo o conjunto de estudos, resumido as informações para tirar conclusões válidas e lógicas. Assim, a síntese pode ser feita quantitativamente empregando técnicas estatísticas formais, como a metanálise, ou se o agrupamento formal dos resultados não for adequado, por meio de uma abordagem qualitativa e narrativa (Donato e Donato, 2019).
10. *Avaliação da qualidade das evidências*: Havendo evidências suficientes para responder à pergunta inicial, de forma conclusiva, segue-se a etapa da avaliação da força de recomendação e evidências, sendo usualmente utilizada a Grading of Recommendations Assessment, Development and Evaluation (GRADE) (Donato e Donato, 2019; Misra e Ravindran, 2021). Outros autores trazem a Classificação dos Níveis de Evidência de Oxford como opção nesta etapa (Galvão e Ricarte, 2019).
11. *Elaboração do relatório e apresentação dos resultados*: As orientações para elaboração do relato de uma Revisão Sistemática (RS) devem seguir as diretrizes do guia de redação chamado Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA), que contém 27 itens essenciais para assegurar um relato completo e transparente, desde o título e resumo até a conclusão, incluindo também um modelo de fluxograma para o processo de seleção dos estudos (Brasil, 2021; Donato e Donato, 2019).

O PRISMA é um checklist disponível em sua versão em português, e pode ser encontrado no Anexo A desta diretriz, acessível através do

link <http://www.prisma-statement.org/Translations/Translations>. Essas recomendações têm como objetivo aprimorar a qualidade do relato das Revisões Sistemáticas, promovendo maior rigor e clareza na apresentação dos resultados (Brasil, 2021; Misra e Ravindran, 2021; Phillips e Barker, 2021; Rombey *et al.*, 2019; Sohrabi *et al.*, 2021).

Estas etapas foram descritas para elucidar, de forma genérica, o processo de elaboração de uma Revisão Sistemática. Recomenda-se, aos interessados em produzir uma RS, que acessem as publicações citadas para obtenção de maiores detalhes. Tal procedimento favorecerá ao pesquisador, a produção de uma RS de qualidade, independente da área de conhecimento que se encontre.

Ao entender que a aprendizagem é um processo dinâmico e necessariamente mediado (Martins, 2020), e considerando o contexto de vulnerabilidade político-social para pesquisadores nos dias atuais, esta revisão realizou uma análise mais ampla e completa das evidências disponíveis sobre o método de RS, proporcionando uma visão geral sobre o tema, uma compreensão mais profunda e acessível, identificando tendências, padrões e lacunas de conhecimento.

## CONCLUSÃO

O presente trabalho apresentou resultados obtidos a partir dos 14 artigos incluídos, segundo o padrão PRISMA, suas implicações e contribuições para um amplo campo de conhecimento. Buscou-se uma abordagem objetiva e imparcial, garantindo a confiabilidade e a validade das conclusões.

Os resultados evidenciaram a importância das Revisões Sistemáticas (RS) como metodologia, destacando sua capacidade de sintetizar evidências confiáveis, eliminar contradições entre estudos primários e subsidiar decisões, sejam elas clínicas, políticas ou acadêmicas, por exemplo. A complexidade e amplitude da condução das RS foram abordadas, identificando ferramentas específicas para cada etapa do processo.

As implicações práticas deste estudo foram consideradas relevantes, fornecendo orientações e sugestões para a aplicabilidade das RS na prática profissional e em políticas públicas. Limitações foram apontadas, mostrando oportunidades para futuras pesquisas. A pesquisa contribui para a expansão contínua e dinâmica do conhecimento, independentemente da área de atuação e do nível prévio de conhecimento sobre RS.

As RS se destacam como estudos de alta qualidade devido à sua precisão, transparência, confiabilidade e menor custo. Nesse contexto de vulnerabilidade político-social para pesquisadores, esta revisão oferece uma análise abrangente das etapas e recomendações mais re-

levantantes para a síntese de evidências em diversas áreas do conhecimento.

Os resultados obtidos reforçam sua relevância e potencial impacto na comunidade acadêmica e profissional. Espera-se que este estudo estimule novas pesquisas, fomente o debate científico e, em última análise, contribua para o avanço do campo de conhecimento abordado.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao apoio da Universidade de Brasília (UnB), em particular, ao Programa de Pós-graduação em Engenharia Biomédica (PP-GEB-FGA/UnB).

## BIBLIOGRAFIA

- Altena, Allard J. van; Spijker, Rene e Olabarriaga, Silvia (2019). Usage of automation tools in systematic reviews. *Research Synthesis Methods*, 10(1), 72-82. <https://doi.org/10.1002/jrsm.1335>
- Aromataris, Edoardo e Munn, Zachary (Eds.) (2020). JBI Manual for Evidence Synthesis. *JBI*, 2020. <https://doi.org/10.46658/JBIMES-20-01>
- Bethel, Alison; Rogers, Morwenna e Abbott, Rebecca (2021). Use of a search summary table to improve systematic review search methods, results, and efficiency. *Journal of the Medical Library Association*, 109(1), 97-106. <https://doi.org/10.5195/jmla.2021.809>
- Biolchini, Jorge; Mian, Paula; Natali, Ana e Travassos, Guilherme (2005). Systematic Review in Software Engineering. *Systematic Review in Software Engineering — Technical Report ES 679/05, 107(1273)*, Special issue.
- Brasil (2014). *Diretrizes Metodológicas Sistema GRADE — Manual de graduação da qualidade da evidência e força de recomendação para tomada de decisão em saúde*. Brasil: Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde. [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes\\_metodologicas\\_sistema\\_grade.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_metodologicas_sistema_grade.pdf)
- Brasil (2021). *Diretrizes metodológicas. Elaboração de revisão sistemática e meta-análise de ensaios clínicos randomizados*. Brasil: Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde. [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes\\_elaboracao\\_revisao\\_sistemica\\_meta-analise.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_elaboracao_revisao_sistemica_meta-analise.pdf)

- Broome, Marion E. (2000). Integrative literature reviews for the development of concepts. *Concept Development in Nursing* (2nd ed.), Issue July, 231-250. W. B. Saunders Company. [https://www.scirp.org/\(S\(lz5mqp453edsnp55rrgjt55\)\)/reference/ReferencesPapers.aspx?ReferenceID=2010276](https://www.scirp.org/(S(lz5mqp453edsnp55rrgjt55))/reference/ReferencesPapers.aspx?ReferenceID=2010276)
- Cronin, Matthew A. e George, Elizabeth (2023). The Why and How of the Integrative Review. *Organizational Research Methods*, 26(1), 168-192. <https://doi.org/10.1177/1094428120935507>
- CWTS (2021). VOSviewer Software (1.6.18). Centre for Science and Technology Studies. CWTS Leiden Ranking. <https://www.vosviewer.com/download>
- Donato, Helena e Donato, Mariana (2019). Etapas na condução de uma revisão sistemática. *Acta Médica Portuguesa*, 32(3), 227-235. <https://doi.org/10.20344/amp.11923>
- Ercole, Flávia; Melo, Laís de; Alcoforado, Carla Lúcia (2014). Revisão integrativa versus revisão sistemática [editorial], *Reme: Revista Mineira de Enfermagem*, 18(1), 09-11.
- Galvão, Maria Cristiane e Ricarte, Ivan Luiz (2019). Revisão Sistemática da Literatura: Conceituação, Produção E Publicação. *Logeion: Filosofia da Informação*, 6(1), 57-73. <https://doi.org/10.21728/logeion.2019v6n1.p57-73>
- Galvão, Taís e Pereira, Mauricio (2014). Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 23(1), 183-184. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742014000100018>
- Grant, Maria e Booth, Andrew (2009). A typology of reviews: an analysis of 14 review types and associated methodologies. *Health Information and Libraries Journal*, 26(2), 91-108.
- Higgins, Julian; Thomas, James; Chandler, Jacqueline; Cumpston, Miranda; Li, Tianjing; Page, Matthew; Welch, Vivian e Fleming, Ella (Eds.) (2022). *Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions (version 6)*. Em: 30 Cochrane Training. [www.training.cochrane.org/handbook](http://www.training.cochrane.org/handbook)
- Kho, Michelle; Poitras, Veronica; Janssen, Ian; Chaput, Jean-Philippe; Saunders, Travis; Giangregorio, Lora; Tomasone, Jennifer; Ross-White, Amanda e Ross, Robert (2020). *Development and application of an outcome-centric approach for conducting overviews of reviews*. *Applied Physiology, Nutrition, and Metabolism*, 45(10, Suppl. 2), S151-S164. <https://doi.org/10.1139/apnm-2020-0564>
- Krnic Martinic, Marina; Pieper, Dawid; Glatt, Angelina; Puljak, Livia (2019). Definition of a systematic review used in overviews of

- systematic reviews, meta-epidemiological studies and textbooks. *BMC Medical Research Methodology*, 19(1), 203. <https://doi.org/10.1186/s12874-019-0855-0>
- Marmitt, Diorge (2022). Potential plants for inflammatory dysfunction in the SARS-CoV-2 infection. *Inflammopharmacology*, 30(3), 749-773. <https://doi.org/10.1007/s10787-022-00981-5>
- Martimbianco, Ana Luiza (2021). How to prepare a systematic review and meta-analysis: the methodological approach. *Motriz: Revista de Educação Física*, 27, e10200227-e10200227. <https://doi.org/10.1590/s1980-657420210000227>
- Martins, Lígia (2020). Psicologia histórico-cultural, pedagogia histórico-crítica e desenvolvimento humano. Em: L. G. Martins, A. A. Abrantes, e M. G. Fscii (Eds.), *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice* (pp. 13-35). Campinas: Autores Associados.
- Misra, Durga e Ravindran, Vinod (2021). Systematic Reviews: Current Perspectives and Future Directions. *Journal of the Royal College of Physicians of Edinburgh*, 51(3), 218-220. <https://doi.org/10.4997/jrcpe.2021.303>
- Moraes, Érica (2022) Protocols [editorial]. *Online Brazilian Journal of Nursing*, 21(Suppl. 1), e20226585. <https://doi.org/10.17665/1676-4285.2022v21nSupp>
- Muka, Taulant; Glisic, Marija; Milic, Jelena; Verhoog, Sanne; Bohlius, Julia; Bramer, Wichor; Chowdhury, Rajiv e Franc, Oscar (2020). A 24-step guide on how to design, conduct, and successfully publish a systematic review and meta-analysis in medical research. *European Journal of Epidemiology*, 35(1), 49-60. <https://doi.org/10.1007/s10654-019-00576-5>
- Munn, Zachary; Aromataris, Edoardo; Tufanaru, Catalin; Stern, Cindy; Porritt, Kylie; Farrow, James; Lockwood, Craig; Stephenson, Matthew; Moola, Sandeep; Lizarondo, Lucylynn McArthur, Alexandra; Peters, Micah; Pearson, Alan e Jordan, Zoe (2019). The development of software to support multiple systematic review types. *International Journal of Evidence-Based Healthcare*, 17(1), 36-43. <https://doi.org/10.1097/XEB.000000000000152>
- Nagendrababu, Venkateshbabu; Dilokthornsakul, Piyameth; Jinatongthai, Peerawat; Veettil, Sajesh; Pulikkotil, Jacob; Duncan, Henry e Dummer, Paul (2020). Glossary for systematic reviews and meta analyses. *International Endodontic Journal*, 53(2), 232-249. <https://doi.org/10.1111/iej.13217>

- Ouzzani, Mourad; Hammady, Hossam; Fedorowicz, Zbys e Elmagarmid, Ahmed (2016). Rayyan—a web and mobile app for systematic reviews. *Systematic Reviews*, 5(1), 210. <https://doi.org/10.1186/s13643-016-0384-4>
- Page, Matthew; McKenzie, Joanne; Bossuyt, Patrick; Boutron, Isabelle; Hoffmann, Tammy; Mulrow, Cynthia; Shamseer, Larissa; Tetzlaff, Jennifer; Akl, Elie; Brennan, Sue; Chou, Roger; Glanville, Julie; Grimshaw, Jeremy et al. (2021). The PRISMA 2020 statement: An updated guideline for reporting systematic reviews. *PLOS Medicine*, 18(3), e1003583. <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1003583>
- Peters, Micah; Godfrey, Christina; McInerney, Patricia; Munn, Zachary; Tricco, Andrea e Khalil, Hanan (2020). Chapter 11: Scoping Reviews. Updated from 2017 version. Em: Aromataris, Edoardo e Munn, Zachary. (Editors). Joanna Briggs Institute Reviewer's Manual (p. 407), Austrália: JBI. <https://synthesismanual.jbi.global/>. <https://doi.org/10.46658/JBIMES-20-01>
- Phillips, Veronica e Barker, Eleanor (2021). Systematic reviews: Structure, form and content. *Journal of Perioperative Practice*, 31(9), 349-353. <https://doi.org/10.1177/1750458921994693>
- Roever, Leonardo (2017). Compreendendo os estudos de revisão sistemática/Understanding systematic review studies. *Rev. Soc. Bras. Clín. Méd.*, 15(2), 127-130. [https://docs.bvsalud.org/biblioref/2017/11/875614/152\\_127-130.pdf](https://docs.bvsalud.org/biblioref/2017/11/875614/152_127-130.pdf)
- Rombey, Tanja; Allers, Katharina; Mathes, Tim; Hoffmann, Falk e Pieper, Dawid (2019). A descriptive analysis of the characteristics and the peer review process of systematic review protocols published in an open peer review journal from 2012 to 2017. *BMC Medical Research Methodology*, 19(1), 57. <https://doi.org/10.1186/s12874-019-0698-8>
- Roqué, Marta; Martínez-García, Laura; Solà, Ivan; Alonso-Coello, Pablo; Bonfill, Xavier e Zamora, Javier (2020). Toolkit of methodological resources to conduct systematic reviews. *F1000Research*, 9, 82. <https://doi.org/10.12688/f1000research.22032.3>
- San-Juan, Daniel; Ramos Jiménez, Christian; Ximénez Camilli, Cecilia; Cruz Reyes, Luis Adrián de la; Aguirre Galindo, Enya Gabriela; Ramos Burbano, Gustavo Eduardo; Penela, María Magdalena; Perassolo, Monica Beatriz; Tello Valdéz, Armando; Gutiérrez Godoy, Jorge; Moreira, Ana Lucila; Teixeira Kimaid; Paulo Andre (2020). Guidance for clinical neurophysiology

- examination throughout the COVID-19 pandemic. Latin American chapter of the IFCN task force — COVID-19. *Clinical Neurophysiology: Official Journal of the International Federation of Clinical Neurophysiology*, 131(7), 1589-1598. <https://doi.org/10.1016/j.clinph.2020.04.011>
- Siddaway, Andy; Wood, Alex e Hedges, Larry (2019). How to Do a Systematic Review: A Best Practice Guide for Conducting and Reporting Narrative Reviews, Meta-Analyses, and Meta-Syntheses. *Annual Review of Psychology*, 70(1), 747-770. <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-010418-102803>
- Sohrabi, Catrin; Franchi, Thomas; Mathew, Ginimol; Kerwan, Ahmed; Nicola, Maria; Griffin, Michelle; Agha, Maliha e Agha, Riaz (2021). PRISMA 2020 statement: What's new and the importance of reporting guidelines. *International Journal of Surgery*, 88, 105918. <https://doi.org/10.1016/j.ijssu.2021.105918>
- Souza, Marcela; Silva, Michelly e Carvalho, Rachel (2010). Integrative review: what is it? How to do it? *Einstein*, 8(1), 102-106. <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>
- Stern, Cindy; Lizarondo, Lucylynn; Carrier, Judith; Godfrey, Christina; Rieger, Kendra; Salmond, Susan; Apostolo, João; Kirkpatrick, Pamela e Loveday, Heather (2021). Methodological guidance for the conduct of mixed methods systematic reviews. *JBIEvidence Implementation*, 19(2), 120-129. <https://doi.org/10.1097/XEB.0000000000000282>
- Tricco, Andrea; Soobiah, Charlene; Antony, Jesmin; Cogo, Elise; MacDonald, Heather; Lillie, Erin; Tran, Judy; D'Souza, Jennifer; Hui, Wing; Perrier, Laure; Welch, Vivian; Horsley, Tanya, Straus, Sharon e Kastner, Monika (2016). A scoping review identifies multiple emerging knowledge synthesis methods, but few studies operationalize the method. *Journal of Clinical Epidemiology*, 73, 19-28. <https://doi.org/10.1016/j.jclinepi.2015.08.030>
- Waffenschmidt, Siw; Knelangen, Marco; Sieben, Wiebke; Böhn, Stefanie e Pieper, Dawid (2019). Single screening versus conventional double screening for study selection in systematic reviews: a methodological systematic review. *BMC Medical Research Methodology*, 19(1), 132. <https://doi.org/10.1186/s12874-019-0782-0>
- Weise, Alina; Büchter, Roland; Pieper, Dawid e Mathes, Tim (2020). Assessing context suitability (generalizability, external validity, applicability or transferability) of findings in evidence syntheses in healthcare. An integrative review of methodological guidance. *Research Synthesis Methods*, 11(6), 760-779. <https://doi.org/10.1002/jrsm.1453>

- Whittemore, Robin e Knafl, Kathleen (2005). The integrative review: updated methodology. *Journal of Advanced Nursing*, 52(5), 546-553.
- Zou, Qian; Gai, Yinuo; Cai, Yajuan; Gai, Xiaotang; Xiong, Siwei; Wei, Nanjun; Jiang, Mengying; Chen, Liye; Liu, Yang e Gai, Jinggang (2022). Eco-friendly chitosan@silver/plant fiber membranes for masks with thermal comfortability and self-sterilization. *Cellulose*, 29(10), 5711-5724. <https://doi.org/10.1007/s10570-022-04582-x>





# **DESENHOS DE PESQUISA**

## **REFLEXÕES SOBRE O IMPACTO DA LÓGICA INFERENCIAL NA METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO**

Carlos Federico Domínguez Avila

### **INTRODUÇÃO**

Desde a década de 1990, a enunciação de desenhos de pesquisa passou a ser uma demanda cada vez mais frequente nos mais variados meios acadêmicos, inclusive das ciências sociais e humanas. Em consequência, atualmente a metodologia da pesquisa social recomenda o uso de desenhos inovadores e consistentes. Os desenhos de pesquisa são planos sistemáticos de trabalho científico que incluem: um problema de pesquisa, uma inferência, procedimentos e dados públicos (amostragem), os métodos e técnicas escolhidos e a enunciação dos resultados. Vale assinalar que, em última instância, os desenhos deveriam resultar na geração de inferências causais válidas — entendidas como uma forma complexa de produção de conhecimento científico. Daí seu impacto em termos de lógica inferencial e de cultura metodológica predominante em localidades específicas, especialmente em contextos de alta vulnerabilidade político-social (Della Porta e Keating, 2008).

Sabe-se que a ciência consiste em uma sistemática estratégia para entender e explicar o mundo político-social e natural, utilizando para isso o método científico, teorias, paradigmas, fontes verificáveis e procedimentos guiados por uma lógica inferencial, rigor, disciplina e criatividade. Nesse sentido, a diferença de outros tipos de conheci-

mento humano, o conhecimento científico procura explicar — com base em evidência — fatos anômalos do mundo real e tentar produzir leis, conceitos, previsões, pensamento ou cenários prospectivos. Sendo assim, a pesquisa científica é um empreendimento que progride a partir da formulação de problemas. Todavia, é importante que, mesmo reconhecendo suas peculiaridades, as ciências sociais e humanas acompanhem as normas básicas da metodologia científica, inclusive suas técnicas correlatas (Booth, Colomb e William, 2008).

O propósito deste texto é refletir acerca da alta e crescente relevância dos desenhos de pesquisa no debate metodológico contemporâneo presente nas ciências sociais e humanas. Trata-se de um ensaio exploratório sobre assunto de grande repercussão, inclusive para pesquisadores interessados em questões sociais e políticas tradicionais ou emergentes. Para além desta introdução, a estrutura interna do texto inclui duas seções principais, as considerações finais e as referências.

### **O QUE É UM DESENHO DE PESQUISA?**

O desenho de pesquisa refere-se ao plano ou estratégia concebidos para se obter a informação que se deseja, quer no caso de pesquisas com enfoque quantitativo, quer no caso do enfoque qualitativo — e até misto, isto é, em situações nas quais um estudo pode ser desenvolvido através de dois ou mais desenhos (Creswell e Creswell, 2018). Nessa mesma linha, Uwe Flick (2009a, p. 150) assinala que o desenho de pesquisa é um “Plano sistemático para um projeto de pesquisa, incluindo quem integrar à pesquisa (amostra), quem ou que comparar, em função de quais dimensões, etc.” Cumpre adiantar que o tipo de desenho a se escolher encontra-se condicionado pelo enfoque selecionado, pelo problema-objeto a ser pesquisado, o contexto que envolve a projeto, os alcances do estudo a ser efetuado, e as hipóteses formuladas. Sendo assim, os desenhos de pesquisa são importantes para guiar o trabalho de campo ou de laboratório.

Com efeito, sabe-se que no caso de estudos que utilizam o enfoque quantitativo, o pesquisador utiliza seu desenho para analisar a certeza das hipóteses formuladas ou para acrescentar evidência a respeito dos lineamentos da pesquisa, caso não se tenham hipóteses enunciadas. Os desenhos com enfoque quantitativo dão primazia às medições numéricas, modelos algébricos (comparação de frequências), pesquisas com N grande (estatística), replicações e descrições gerais, além de um impulso pela generalização de resultados. No caso do enfoque qualitativo — mais frequente nas ciências sociais e humanas —, se pode conceber um desenho de pesquisa flexível e em transformação, isto é, que possa sofrer modificações durante o desenvolvimento do

estudo (trabalho de campo). Esse tipo de desenhos se caracteriza pela realização de mensurações não numéricas, modelos verbais, pesquisas com N pequeno, interpretação compreensiva de acontecimentos específicos, e um detalhamento completo de causas, processos e efeitos (Gerring, 2012).

Seguindo a consagrada classificação proposta por Donald T. Campbell e Julian C. Stanley (1966), a tipologia mais conhecida para o estudo dos desenhos de pesquisa propõe classificá-los em experimentais e não-experimentais, em função da eventual manipulação de variáveis independentes ou realização de experimentos (conferir Tabela 1). Cumpre sublinhar que não existem desenhos de pesquisa intrínseca ou essencialmente superiores aos outros. Trata-se de alternativas metodológicas que dependem do problema-objeto, das perguntas, recursos, contextos político-sociais e de outras realidades do processo de pesquisa científica, em busca da verdade factual.

**Tabela 1. Tipologia de desenhos de pesquisa: experimental e não-experimental**

<b>Desenhos de pesquisa experimental: com manipulação de variáveis</b>	<b>Desenhos de pesquisa não-experimental: sem manipulação de variáveis</b>	
	<i>Longitudinal</i>	<i>Transversal</i>
<i>Experimentos puros - “verdadeiros”</i>		
Quase-experimentos	- Evolução de grupos	- Exploratório
Pré-experimentos	- Tendência	- Descritivo
	- Painel	- Correlacional ou causal

Fonte: Elaboração própria com base em Hernández, Fernández e Baptista (2013).

Os desenhos de pesquisa experimentais se subdividem, como mencionado, em experimentos puros ou verdadeiros, quase-experimentos e pré-experimentos. Seja dito de passagem que um experimento consiste em aplicar intencionalmente um estímulo (variável independente) a um sujeito ou grupo de entes ou matérias com intuito de mensurar e analisar os efeitos, consequências e reações diante dessa manipulação (variável dependente); tudo isso dentro de uma situação de controle favorável para o pesquisador. Tal experimento pode ser realizado em condições de maior ou menor controle e validade, principalmente no caso dos experimentos puros ou verdadeiros. Nesse contexto, depreende-se que um estímulo (manipulação de variáveis) teve um efeito quando se observa e mensura a diferenciação nas reações entre grupos de sujeitos, sobretudo entre àqueles aos quais lhes foi de fato aplicado o referido estímulo e manipulação, e outros que não o receberam (Christensen, 2000).

Todavia, para conseguir um mais elevado controle, validade, confiabilidade e pertinência, os grupos que se comparam deverão ser

equivalentes em todo, a exceção do referido estímulo, administrado a um deles e não ao outro — eis os casos dos estudos randomizados (aleatórios), comuns nas pesquisas clínicas. Em paralelo, entende-se que em algumas oportunidades o estímulo em questão pode ser aplicado de forma gradativa. Procura-se, em geral, a maior validade possível (interna e externa), bem como reduzir ao mínimo fontes de invalidação, quer nos laboratórios, quer nos campos (Cash, Sankovic e Storga, 2016).

Em comparação com os experimentos puros ou verdadeiros, nos quase-experimentos grupos de sujeitos não são designados de forma aleatória (randomizada). Neste caso, trabalha-se com grupos intacos, muitas vezes pré-existentes. Sendo assim, os quase-experimentos atingem validade interna na medida em que demonstram a equivalência no processo de experimentação. Entretanto, os pré-experimentos são desenhos de pesquisa exploratória e descritiva, realizados com um único grupo de sujeitos, com um grau mínimo de controle e muitas vezes com propósitos de natureza propedêutica (iniciação científica).

Perceba-se que, hierarquicamente, os desenhos experimentais são mais complexos, explicativos e transcendentais. Os quase-experimentos apresentam um grau intermediário de maturidade, e procuram estabelecer inferências correlacionais. Já os delineamentos pré-experimentais se limitam a procurar inferências descritivas e exploratórias. Cumpre insistir que os desenhos experimentais são muito significativos e influenciados pelo enfoque quantitativo da pesquisa científica (Dean e Voss, 1999).

Concomitantemente, a pesquisa não-experimental é a que se realiza sem manipulação deliberada de variáveis. Ela se fundamenta na observação de categorias, conceitos, acontecimentos, comunidades ou contextos, quer em andamento, ou então que já tenham acontecido, inclusive quando se deram sem a presença direta do pesquisador. Assim sendo, a pesquisa não-experimental se conhece também como pesquisa *ex-post-facto*; quer dizer, quando os fatos e as variáveis já aconteceram no passado. Além disso, nesse tipo de pesquisa frequentemente se observam os sujeitos em seu ambiente natural, para depois analisá-los. Corroborar-se, assim, a orientação empírica, indutiva e sistemática dos referidos desenhos.

A exceção de alguns estudos em psicologia, a maior parte dos desenhos não-experimentais não criam situações de teste para os sujeitos — já que esses sujeitos formam parte do grupo-objeto. Também, os pesquisadores têm um controle limitado sobre as variáveis, ou mesmo a capacidade para influir sobre elas. Portanto, os desenhos não-experimentais podem ser utilizados em projetos com enfoques qualitativos, quantitativos e mistos. Eis os casos de biografias, fenomenologia,

teoria de contraste, etnografias ou estudos de caso (Creswell, 1998).

Os desenhos de pesquisa não-experimental se classificam, como dito, em transversais e longitudinais. A diferença principal entre ambos os tipos de desenhos radica em critérios de temporalidade, bem como na quantidade de momentos nos quais as observações e coletas de dados — diretas e indiretas — precisam ser realizadas pelos pesquisadores, para atender os objetivos do projeto em andamento. Em outras palavras, os desenhos transversais realizam suas observações e coletas de dados em momentos únicos do tempo. Entretanto, os delineamentos longitudinais demandam da realização de observações e coletas de dados em dois ou mais momentos do projeto (Geddes, 2003).

Com efeito, os desenhos transversais — também chamados de transacionais — realizam observações e coletas em um único momento no tempo. *Grosso modo*, seu propósito é descrever variáveis, analisar a incidência daquelas e captar as regularidades do problema-objeto (comunidades, eventos, fenômenos, contextos). Em outras palavras, é como bater uma fotografia de algo que sucedeu e que precisa ser analisado de forma detalhada, profissional e científica.

Os desenhos transversais se subdividem em três categorias: (i) exploratórios, quando se coletam dados sobre uma nova área (imersão inicial), inclusive com abertura e sem ideias predeterminadas; (ii) descritivos, quando se coletam dados acerca de valores, ideias e interpretações relevantes acerca de fenômenos, contextos, comunidades, variáveis ou categorias, bem como se apresentam panorama, diagnóstico comparativo, e resultados sobre o trabalho realizado; e (iii) correlacionais-causais, além do anterior neste subtipo de desenhos se inferem associações entre variáveis e eventuais processos de causalidade; trata-se de desenhos com elevada complexidade e lógica inferencial (Pearl, 2000).

Os desenhos longitudinais se caracterizam pela realização de observações e inferências acerca de mudanças, continuidades e rupturas no problema-objeto, com coleta de dados em dois ou mais momentos ou pontos do tempo — isto é, coletas em momentos previamente especificados. De forma semelhante aos desenhos transversais, aqui também aparecem três subtipos específicos de pesquisas longitudinais: (a) de tendência ou *trend*, quando estudam a mudança em uma população geral ao longo de muito tempo (comunidades em transformação); (b) análise evolutiva de grupo ou *cohort*, quer dizer, estudos e pesquisas acerca da mudança de subgrupos (por exemplo, faixas etárias); e (c) painel, quando se trata de pesquisa relacionada à mudança de atores ou pessoas específicas ao longo de um tempo variável. Em comparação com os desenhos transversais, as pesquisas longitudinais proporcionam valiosos dados sobre mudanças, continuidades e rup-

turas no problema-objeto, ao longo de um período de tempo mais ou menos prolongado. Em contrapartida, sob um ponto de vista financeiro, os desenhos longitudinais frequentemente são mais custosos que os transversais (Gerring, 2005).

Para os fins do presente manuscrito, é importante assinalar que os desenhos de pesquisa experimental são de natureza mais rígida e com predomínio do enfoque quantitativo. Nesse caso, os desenhos normalmente emergem junto com o problema-objeto, perspectiva teórica, alcance inicial e mesmo com a hipótese. Por sua vez, os desenhos não-experimentais podem ser mais flexíveis — o que não deve ser considerado como carente ou caótico (Flick, 2009b). Eles podem ser preparados desde as primeiras etapas do projeto ou então modificados após uma imersão inicial no campo e/ou ao longo do processo de coleta dos dados. E são considerados mais próximos da natureza e da realidade político-social.

Vale insistir que, *a priori*, nenhum tipo de desenho de pesquisa é intrínseca ou essencialmente superior aos demais. Trata-se de instrumentos ou ferramentas de trabalho que estão à disposição dos pesquisadores. A escolha dependerá do problema-objeto, do enfoque predominante (quantitativo, qualitativo, misto), do alcance do estudo e outras peculiaridades, interesses e realidades que contextualizam o trabalho do cientista em questão (Chen e Popovic, 2002).

### **PASSOS NA FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE DESENHOS DE PESQUISA: REVISITANDO O IMPACTO DA LÓGICA INFERENCIAL**

Há quase trinta anos, Gary King, Robert O. Keohane e Sidney Verba (1994) publicaram seu famoso e até paradigmático livro intitulado: *Designing Social Inquiry*. Em pouco tempo, a referida obra se erigiu em um texto de referência, principalmente nas ciências sociais e humanas. Ainda que por razões de espaço não seja possível incluir aqui uma exegese completa desse conhecido trabalho, para os fins do presente capítulo é importante destacar que o assunto é de grande relevância no desenvolvimento de uma lógica e cultura metodológica mais pertinente, eficiente e transcendente, inclusive no caso de pesquisadores voltados para projetos em contextos de alta vulnerabilidade político-social.

Segundo os referidos autores, entre as principais tarefas e objetivos dos cientistas — sejam eles orientados pelo enfoque qualitativo, quantitativo ou misto — estaria a geração de inferências causais. Sendo assim, a formulação e implementação de desenhos de pesquisa social seriam altamente recomendados, vantajosos e, em alguns casos, até incontornáveis ou imprescindíveis, máxime no marco de um esforço de sistematização e validação de conhecimentos científicos.

Em termos operativos, King, Keohane e Verba (1994) sugerem cinco passos na elaboração de desenhos de pesquisa para ciências sociais humanas. Resumidamente, esses passos são os seguintes:

- a. Definir o problema de pesquisa: trata-se de explicitar e até justificar a questão da pesquisa (problema-objeto). Após uma necessária revisão sistemática de literatura (estado do conhecimento), os desenhos contribuem no planejamento, na seleção de variáveis e outros procedimentos. Todavia, sabe-se que os desenhos de pesquisa social e com enfoque qualitativo tendem a ser mais flexíveis e até podem ser ajustados no meio do processo da coleta dos dados. Isso dependerá das realidades no campo, principalmente quando se trata de comunidades humanas. Esse maior grau de flexibilidade não pode ser entendido como falta de rigor na formação de conceitos. Em paralelo, ainda que seja aconselhável, nem sempre é possível ou imperativo a apresentação de hipóteses em ciências humanas (resposta provisórias ao problema de pesquisa).
- b. Especificar a teoria a ser testada: em um contexto de pluralismo epistemológico é desejável que os pesquisadores identifiquem as opções teóricas e conceituais mais apropriadas ao projeto em andamento. Lembre-se que as teorias fornecem subsídios conceituais muito valiosos e consistentes — ainda que não necessariamente infalíveis — para a resolução de problemas de pesquisa, muitas vezes inspirados em paradigmas vigentes. Nessa linha, uma adequada formação teórico-metodológica é decisiva para o desenvolvimento e conclusão de um projeto. Sugere-se que os autores evitem a utilização de linguagem técnica excessivamente rebuscada. Igualmente, é razoável fugir de digressões e aproveitar ao máximo a conexão entre teorias, conceitos e dados.
- c. Selecionar os casos e as observações pertinentes: idealmente, os desenhos de pesquisa devem incluir casos e/ou observações com certos componentes básicos (variável dependente, variável independente e reação esperada/mudança). No meio dessa seleção de casos e do efetivo uso de técnicas, os pesquisadores deverão praticar valores e boas práticas científicas (exatidão, objetividade, imparcialidade, disciplina, equilíbrio, senso crítico, criatividade). A validade interna e externa de uma pesquisa dependerá, em grande medida, das escolhas dos casos e do correto uso das técnicas pré-determinadas. Em outras palavras, é crucial no dever do trabalho científico a reflexão acerca dos instrumentos e meios mais apropriados, quer no enfoque quantitativo, quer no



enfoque qualitativo e misto. Além disso, no tocante à validade externa, as bases de dados utilizadas deverão estar à disposição do público e serem susceptíveis de replicação, testagem, refutação, análise contrafactual e avaliação por pares (falseabilidade).

- d. Produzir as inferências descritivas: elas são muito importantes na localização das variáveis, bem como no concernente à especificação precisa, profunda e detalhada de um fenômeno. Trata-se de inferências diretamente vinculadas aos dados primários coletados, procurando-se identificar propriedades, características e outras peculiaridades do problema objeto. Em termos operativos, as inferências descritivas procuram responder ao “como são?” e “como se manifestam?” as variáveis no contexto de um fenômeno social de interesse. Em vista disso, o valor das inferências descritivas se centra na coleta dos dados básicos e imprescindíveis a uma pesquisa social (delimitação espacial, temporal, empírica), bem como a criar as possibilidades de propor previsões, e sustentar análises interpretativas lógicas, confiáveis e pertinentes.
- e. Produzir as inferências causais: na opinião de King, Keohane e Verba (1994) esse tipo de inferências teriam primazia, já que pretendem estabelecer explicações para os problemas-objeto. Por conseguinte, elas seriam especialmente valiosas na produção de conhecimento científico. Procura-se tentar entender e explicar o “por que?” ocorre um fenômeno de interesse, a correlação entre variáveis (causa-efeito-causa) e as implicações ou desdobramentos. Observe-se que as inferências causais aspiram a ser mais estruturadas e sofisticadas que outros tipos de inferências (descritivas, exploratórias). Eis o momento mais importante no desenvolvimento de uma lógica inferencial e voltada para o tema da causalidade nas ciências sociais.

Em suma, sob o ponto de vista da lógica e cultura metodológica impulsionada por King, Keohane e Verba (1994), os principais elementos de um desenho de pesquisa são os seguintes: (i) formulação do problema ou pergunta de pesquisa, (ii) geração de inferências descritivas e causais-explicativas, (iii) utilização de procedimentos públicos, bem como especificação dos procedimentos, (iv) identificação dos métodos e técnicas mais eficientes na coleta dos dados (qualitativos, quantitativos ou mistos), e (v) enunciação e divulgação dos resultados (conclusões da pesquisa).<sup>1</sup>

---

1 Considerando a situação da disciplina da Ciência Política, Flávio da Cunha Rezende (2015) ponderou que os desenhos de pesquisa também ajudariam nas seguin-

Cumpram acrescentar que, mesmo bastante celebrados nos meios acadêmicos especializados, o trabalho do referido trio de autores não esteve isento de algumas críticas. Em geral, certos especialistas denunciaram um aparente esforço de disciplinar os estudos e pesquisas de orientação qualitativa, sob o argumento da cientificidade bastante mais evidente no enfoque quantitativo. Por exemplo, na opinião de Henry Brady e David Collier (2004), faltaria em *Designing Social Inquiry* um posicionamento mais crítico em relação às limitações e erros estilísticos que acontecem no enfoque quantitativo.

Em retrospectiva, entende-se que o esforço intelectual dos autores daquele livro, bem como de sua longa lista de sucessores e apoiadores, é válido, apropriado e pertinente. Percebe-se um esforço de elevar a cientificidade das disciplinas sociais e humanas, inclusive com novos parâmetros. Eles insistem na necessidade de promover desenhos susceptíveis de gerar inferências causais, bem como da análise interpretativa, do diálogo interdisciplinar, da integração de métodos quantitativos e qualitativos, e do aprimoramento da lógica e cultura metodológica. Essas reivindicações tiveram muita ressonância em disciplinas como a ciência política, relações internacionais, economia, pedagogia, psicologia e sociologia (Rezende, 2015).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desenhos de pesquisa são instrumentos importantes, vantajosos e valiosos para profissionais das ciências sociais e humanas. Eles formam parte de uma renovada lógica e cultura metodológica sumamente relevante e mesmo fundamental na pesquisa contemporânea, principalmente no campo das ciências sociais e humanas. Corrobora-se que, *a priori*, nenhum desenho de pesquisa — quer experimental, quer não-experimental — é definitiva ou evidentemente superior aos outros. Ocorre que a escolha do desenho de pesquisa depende de numerosos critérios, inclusive as peculiaridades do problema-objeto. Todos eles apresentam suas respectivas vantagens e desvantagens (amostragem, custos financeiros, recursos materiais, paradigmas).

Nos desenhos experimentais predomina o enfoque quantitativo. Isso inclui um controle mais rigoroso das variáveis, da situação (la-

---

tes questões teórico-metodológicas: (i) expansão dos modelos clássicos de estimação via regressão linear, (ii) ampliação da sofisticação metodológica para gerar controle sobre vieses e reduzir os efeitos de outros fatores causais, (iii) ampliação da qualidade e lógica inferencial, além da ampliação do rigor sobre os problemas de validade interna e externa, e (iv) autorização de formas mais robustas de integrar métodos qualitativos e quantitativos. Salvo melhor juízo, elucubrações semelhantes acerca das contribuições dos desenhos de pesquisa poderiam ser propostas para outras disciplinas sociais e humanas.

boratório) e dos sujeitos. Tais peculiaridades permitem uma validade interna e externa bastante elevada (Montgomery, 2001). No caso dos desenhos não-experimentais, existe um maior equilíbrio de enfoques, sejam quantitativos, qualitativos ou mistos. Geralmente, trata-se de pesquisas que aceitam um grau maior de flexibilidade, em virtude das características das temáticas de interesse, principalmente quando se trata de contextos de alta vulnerabilidade político-social. Em suma, ambos os tipos de desenhos de pesquisa — experimentais e não-experimentais — são utilizados para o avanço do conhecimento científico, mesmo que, a depender da circunstância e da demanda concreta, um tipo de desenho possa parecer mais apropriado ou pertinente.

Sob uma perspectiva abrangente, especialmente para contexto de alta vulnerabilidade político-social, os desenhos de pesquisa se erigem em recursos muito valiosos, vantajosos e recomendáveis. Eles contribuem no processo de aprimoramento das pesquisas de interesse em questões de regime político, grupos subalternos, instituições sociais, minorias, relações urbano-rurais (centro-periferia), questões ambientais, e muitos outros. Em paralelo, é importante insistir que, doravante, tanto a explicitação dos referidos desenhos de pesquisa, quanto um esforço orientado à geração de inferências causais válidas — isto é, a lógica inferencial —, serão demandados de forma cada vez mais enfática em projetos, planos, processos seletivos, eventos e publicações científicas. Tendo dito isso, corresponderá aos interessados, quer pesquisadores já formados, quer estudantes em formação, impulsionar um esforço adicional para se familiarizar com o assunto em questão, principalmente pelas suas implicações em termos de validade, confiabilidade e pertinência.

## **BIBLIOGRAFIA**

- Booth, Wayne; Colomb, Gregory G. e William, Joseph M. (2008). *A arte da pesquisa*. São Paulo: Martins Fontes.
- Brady, Henry e Collier, David (2004). *Rethinking social inquiry: Diverse tools, shared standards*. Lanham: Rowman & Littlefield.
- Campbell, Donald e Stanely, Julian (1966). *Experimental and Quasi-Experimental Designs for Research*. Chicago: Rand McNally.
- Cash, Philip; Sankovic, Tino e Storga, Mario (2016). *Experimental Design Research: Approaches, Perspectives, Applications*. Nova York: Springer.
- Chen, Peter e Popovic, Paula (2002). *Correlation*. Londres: Sage.
- Christensen, Larry (2000). *Experimental methodology* [8<sup>o</sup> ed.]. Boston: Allyn and Bacon.
- Creswell, John W. (2018). *Qualitative Inquiry and Research Design. Choosing Among Five Traditions*. Thousand Oaks: Sage.

- Creswell, John W. e Creswell, J. David (2018). *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches* [5° ed.]. Los Angeles: Sage.
- Dean, Angela e Voss, Daniel (1999). *Design and Analysis of Experiments*. Nova York: Springer.
- Della Porta, Donatella e Keating, Michael (2008). *Approaches and Methodologies in the Social Sciences. A Pluralist Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Flick, Uwe (2009a). *Desenho da pesquisa qualitativa*. Porto Alegre; Artmed.
- Flick, Uwe (2009b). *Introdução à pesquisa qualitativa* [3° ed.]. Porto Alegre: Artmed.
- Geddes, Barbara (2003). *Paradigms and Sand Castles: Theory Building and Research Design in Comparative Politics*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Gerring, John (2005). Causation: A Unified Framework for the Social Sciences. *Journal of Theoretical Politics*, 17(2), 163-198.
- Gerring, John (2012). *Social Science Methodology: A Unified Framework* [2° ed.]. Boston: Cambridge University Press.
- Hernández, Roberto; Fernández, Carlos e Baptista, Pilar (2013). *Metodologia de Pesquisa* [5° ed.]. Porto Alegre: Penso.
- King, Gary; Keohane, Robert O. e Verba, Sidney (1994). *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*. Princeton: Princeton University Press.
- Montgomery, Douglas (2001). *Design and analysis of experiments* [5° ed.]. Nova York: John Wiley & Sons.
- Pearl, Judea (2000). *Causality: Models, reasoning, and inference*. Nova York: Cambridge University Press.
- Rezende, Flávio (2015). Transformações metodológicas na ciência política contemporânea. *Revista Política Hoje*, 24(2), 13-45.



# **O EXPERIMENTO EM PSICOLOGIA SOCIAL: FUNDAMENTOS, REFLEXÕES E PERSPECTIVAS**

Ana da Costa Polonia, Angélica Inês Miotto  
e Josefina Amanda Suyo-Vega

## **INTRODUÇÃO**

A pesquisa impulsiona os campos de conhecimento, constituindo em referenciais teóricos, metodológicos, técnicos e de avanços para a ciência (Clark e Castro, 2003; Droescher e Silva, 2014). O pesquisador tem como foco o objeto de estudo que pretende por métodos científicos balizados, em sua área de investigação, desvelar e contribuir para sua compreensão, com bases em teorias ou por meio de evidências, elaborar novas. Igualmente, revelam-se paradigmas, constroem-se teorias, hipóteses, método de pesquisa e princípios que regem a investigação e com isso, explicar os fenômenos e até predizê-los.

Sob esta égide, os preceitos que norteiam a pesquisa em Psicologia Social têm se constituído em fonte profícua de discussões. Ela pode ser definida como um campo dinâmico de estudo que explicita a relação entre as pessoas, envolvendo as percepções, ideias, pensamentos, sentimentos e comportamento no âmbito das interações (Campbell e Reiman, 2022; Carvalho e Costa Júnior, 2017). Desta maneira, vislumbra-se que a pesquisa está relacionada ao cotidiano das pessoas, grupos e sociedade, catalisando não somente fatores que indicam a adaptação dos sujeitos, contudo, aspectos de reprodução e transformação social (Crochick, 2018). Os autores (Rosenthal, 1963; Smith e Conrey, 2007; Spink, 2003) enfatizam que o campo de estudo analisa como o comportamento de uma pessoa ou grupo influencia outras e

vice-versa, com esse propósito, este fenômeno torna-se o centro do estudo experimental.

Lewin (1939), em seu texto clássico, advoga que o campo da Psicologia Social tem desafios de: (a) integrar em uma linguagem científica distintas áreas de conhecimentos: culturais, históricos, sociológicos, psicológicos e físicos; (b) explorar as interdependências entre eles; (c) evidenciar questões históricas e sistêmicas das situações a serem pesquisadas; (c) revelar questões inerentes aos grupos e, paralelamente, aos indivíduos; (d) analisar os fenômenos em várias dimensões, mundiais, regionais e locais, em resumo, de grandes aos pequenos grupos. No caso, processos migratórios e a globalização até a visão de uma tribo sobre a poliandria (costume himalaio que permite o casamento da mulher com vários homens).

Considerando esses desafios, Pilati (2011) desenvolve um estudo em sala de aula para investigar comportamentos pró-sociais, envolvendo 547 universitários. Foi elaborada uma simulação quase-experimental (4x2x3) com os temas subdivididos em quatro situações (anotações, teatro, fila e aula), ainda a questão da atribuição (controlabilidade e incontrolabilidade) e o custo em três níveis (baixo, médio e alto) que se combinavam. A variável dependente era intenção de ajuda, verificando-se as diferenças perante os cenários, passando pelos aspectos como proximidade social e normas concernentes ao contexto. Fica evidenciado que em cenários onde a norma da reciprocidade está presente, o comportamento de ajuda é mais frequente, bem como a variável incontrolabilidade, isto é, o sujeito que precisa de ajuda, não ter controle sobre a situação em que se encontra.

Principalmente que há um volume significativo de estudos envolvendo comportamentos pró-sociais, na medida em que aspectos relativos a cooperação, ajuda e civilidade são importantes para apreender fatores relacionados a conduta humana. Concomitantemente, alimentar políticas públicas que favoreçam o bem-estar da coletividade (Adair e Schachter, 1972; Pilati, 2011; Sigall, Aronson e Van Hoose, 1970; Sigall e Mills, 1998; Silva *et al.*, 1998). De forma sucinta, a investigação retrata a sua natureza psicossociológica ao investigar o comportamento do grupo e da pessoa, ou seja, ressalta bidirecionalidade entre pessoas e ambiente social e vice-versa.

Assim, este estudo pretende caracterizar o experimento em Psicologia Social, apresentando os métodos de investigação, instrumentos e processos de análise, avaliando as vantagens e desvantagens tendo como referências os objetivos da pesquisa. Ademais, descrever os experimentos clássicos e as tendências de investigações atuais, com base no método experimental englobando aspectos como: ética, multimétodos, abordagens quantitativas e qualitativas, modelos explicativos

complexos que possam abarcar o fenômeno a ser pesquisado. Inicialmente, discute-se o método experimental e o papel do experimento no escopo da área de pesquisa, seguido dos experimentos em laboratório, destacando o de Milgram (1961) com suas sucessivas replicações, além de se questionar a aplicabilidade em situações naturais. Exploram-se as contribuições e os desafios do experimento de campo e de natureza transcultural, por fim, as vantagens, desvantagens e perspectivas em relação ao experimento em Psicologia Social.

## **O MÉTODO EXPERIMENTAL E O PAPEL DO EXPERIMENTO NOS ESTUDOS DA PSICOLOGIA SOCIAL**

A Psicologia Social como campo da experimentação, segundo Gergen, (1978) descarta aspectos hipotéticos e especulativos, por isso, investe em uma base metodológica e fundamentada que poderia ser replicada e ampliada. Afinal, o experimento possibilita a testagem das hipóteses presentes na teoria, sistematizar métodos de investigação, construir instrumentos, concomitantemente, tornar-se repositório de conhecimentos, assim como analisar fenômenos sociais e sua predição. Enfim, a experimentação se reveste com os cânones da dimensão científica, crítica e analítica promovendo seu reconhecimento e papel no âmbito das ciências. Assumindo que uma de suas condições é a replicabilidade em situações similares.

Os investigadores (Feriani *et al.*, 2021; Rosa, 2020; Scott-Bottoms, 2020) enfatizam que o experimento em Psicologia Social busca então explicar, compreender e analisar como as interações entre as pessoas influenciam o comportamento e os processos psicológicos, utilizando de métodos variados, desde abordagens quantitativas quanto qualitativas. Podendo, sobretudo, utilizar de experimentos naturais (de campo) ou laboratoriais, em que se introduz as variáveis independentes e dependentes, observando como elas interagem e produzem modificações e ainda empregar grupos controle e experimental.

Neste sentido, Pereira (2010) alerta para o desconhecimento do papel e da base experimental, os registrando como uma lacuna do estudo da Psicologia e, ao mesmo tempo, enfatiza a necessidade de apreensão dos princípios pertinentes à metodologia experimental. Face ao exposto, conclui-se que é imprescindível ao pesquisador dominar e ter conhecimento sobre os fundamentos ontológicos e epistemológicos da Psicologia Social, sem essas bases, a investigação pode tomar uma direção equivocada. Ele reporta três grandes fontes de pesquisa em Psicologia: a experimentação, a observação e o autorrelato, cada uma com seu propósito e delineamento específico para o estudo.

Em relação ao autorrelato, Kohlsdorf e Costa Júnior (2009) e Vieira *et al.* (2021) salientam que tem sido empregado com frequência na



pesquisa em Psicologia e Ciências Humanas. Sobretudo, explorando questionários, inventários e escalas, ainda se somam o autorregistro e a entrevista com este fim. Consiste em uma autodescrição ou autoavaliação em que o participante aponta elementos ou situações vivenciadas por ele, como comportamentos, pensamentos, sentimentos e percepções dentro de uma perspectiva intersubjetiva. Críticas são adicionadas ao seu uso, retratando elementos como a desejabilidade, ainda a influência sobre atenção, memória e emoções. Sugere-se que seu emprego seja associado a outras fontes de informações.

No tocante a observação, Feriani *et al.* (2021) retomam que o instrumento é o registro de eventos, comportamentos ou fenômenos no contexto em que ocorrem (laboratório ou campo). No método observacional, o pesquisador está diante da situação a ser investigada, de maneira a não interferir no comportamento alvo. Buscam-se os vetores que o influenciam se investigando fatores antecedentes e consequentes. Além disso, divide-se em naturalística ou sistemática, sendo que a primeira se destina a uma descrição objetiva e minuciosa das condutas e do contexto em que ocorre a situação, de maneira a propiciar um quadro geral. A segunda exige um planejamento em que se elegem ações, formas de registro e tipo de análises que se transformam em categorias sistemáticas que podem ser realizadas *a priori* ou *a posteriori* requerendo métodos quantitativos, registrando-se a ocorrência dos comportamentos. Pode-se selecionar o que se quer enfocar, de acordo com o intuito do estudo, sem investir em descrição exaustiva como acontece na naturalística.

Consubstanciando a discussão, Rosa e Delabrida (2021) distinguem o método experimental do experimento propriamente dito, relatando que o primeiro compreende um conjunto de etapas, procedimentos e recursos empregados comumente nas ciências. Tem como propósito responder as questões levantadas em relação ao fenômeno, visando aceitar ou recusar as hipóteses propostas e apresentar os resultados. Ainda, pode retratar experimentos de laboratório com controle de variáveis, de campo ou experimentos naturais em que não há manipulação de variáveis ou controle do ambiente.

Por sua vez, os autores supracitados sublinham que o experimento se refere ao processo de construção de uma proposta de investigação que em um contexto mais específico, voltado à coleta de informações e evidências, estabelecendo situações em que os participantes estão envolvidos, 'criada artificialmente', pelo pesquisador para testar suas hipóteses ou uma teoria. Essencialmente, o método experimental implica na manipulação de variáveis (independente e dependente) para previsão, explicação e intervenções por intermédio de um controle rigoroso em que um ou mais vetores variam, enquanto outros

se mantém estáveis. No escopo da Psicologia Social se consideram as emoções, percepções, cognições inter-relacionadas ao comportamento social (Pereira, Sindic e Camino, 2013).

Mayrhofer, Kuhbandner e Lindner (2021) asseveram que o foco do experimento é a recriação de fenômenos em um ambiente de natureza experimental, abarcando os processos hermenêuticos que geram hipóteses que, conseqüentemente, produzem resultados. Sobretudo que não se trata de uma “cópia exata da realidade”, mas se fundamenta em uma “construção ativa”, implementada por pressupostos previamente estabelecidos pelo pesquisador. Ainda, Marconi e Lakatos (2023) reportam que o conhecimento científico é sustentado pelas seguintes premissas: (a) falseabilidade: sentido que pode ser refutável, verificando sua condição de ser verdadeiro ou falso; (b) replicabilidade: capacidade em condições similares de ser reproduzido, com resultados semelhantes; (c) sistematicidade: organização das etapas proposta no método e encadeá-las para obter os resultados; (d) objetividade: baseado em evidências; (e) falibilidade: no sentido de estar em constante modificação, aprimoramento e complementar o conhecimento já sedimentado, por isso, é aproximadamente exato, incluindo-se novas técnicas, instrumentos e até teorias.

**Tabela 1. Cinco experimentos em Psicologia Social famosos mundialmente<sup>1</sup>**

Pesquisador	Ano	Título	Objeto de estudo	Aspectos	Contexto atual
Solomon Asch	1950	Experimento de conformidade de Asch	Conformidade social	Condições sociais: resistência ou conformidade com o grupo	<i>Fake news</i> sendo aceitas e difundidas como verdades em certos grupos sociais
Leon Festinger e James Carlsmith	1959	Teoria da dissonância cognitiva	Dissonância cognitiva	Conflito: entre atitude vs comportamento	Uso da vaga de idosos por outros grupos
Stanley Milgram	1961	Experimento de autoridade e obediência	Autoridade e obediência	Autoridade e nível de obediência	Coação aos empregados e a determinados grupos sociais por empresários e líderes comunitários e religiosos em busca de votos nas eleições

<sup>1</sup> As referências que possibilitaram a construção do Quadro 1, contam com o apoio: Damacena, Mross e Antoni (2017), Haney e Zimbardo (1998), Miller (2009), Rodrigues e Assmar (2003), Scott-Bottoms (2020) e Sousa, Santos e Jaeger (2020).

Linder, Cooper e Jones	1967	Redução da dissonância frente à aquiescência forçada	Dissonância cognitiva: valor da recompensa	Recompensa alta vs baixa para apresentação do comportamento dissonante	Remédios falsificados (antibiótico, de combate à malária e antirretrovirais) na África Ocidental, vendidos para população
Philip Zimbardo	1970	Experimento da prisão de Stanford	Conflitos no sistema penitenciário (condutas abusivas)	Como pessoas boas podem se tornar más a depender das influências	Prisões de Guantánamo e Abu Ghraib

Fonte: Elaboração das autoras.

Retomando Rodrigues (1971), é imprescindível promover o experimento em Psicologia Social de sorte que, descreva os vários tipos consonantes com suas finalidades (Quadro 1): (a) nomológico que objetiva verificar a validade empírica das hipóteses, não derivado de um teoria geral, como o experimento de Ash sobre conformidade social (Sousa, Santos e Jaeger, 2020); (b) teóricos em que se aplica o teste empírico de hipóteses, contudo, oriundo de uma teoria geral, ilustrada na pesquisa de Festinger e Carlsmith (Damacena, Mross e Antoni, 2017); (c) experimento crucial cuja finalidade é testar predições oposta para um mesmo fenômeno, considerando também que são teorias contrárias, investigações de Linder, Cooper e Jones, trabalharam com a teoria da dissonância cognitiva, no contexto de uma aceitação (aquiescência) forçada e recompensa. Verificaram que aqueles que aceitam uma recompensa mais baixa, confrontam-se com maior dissonância cognitiva, proveniente da avaliação do controle interno sobre a situação. Todavia, a aceitação oriunda de uma coerção se mostra em função de fatores externos e baixa condição de controle, produzindo menos dissonância cognitiva do que aquela em função de recompensas (Rodrigues e Assmar, 2003).

Com o emprego do método experimental, o investigador busca reconhecer como uma dada variável que objetiva estudar interfere no comportamento social, bem como afeta o comportamento individual (Bargh, Chen e Burrows, 1996; Orne, 1962; Spencer, Zanna e Fong, 2005). Então, dois tipos de variáveis são investigados: independente que é manipulada pelo investigador a fim de obter a mudança ou provocar um dado efeito ou resultado e, a dependente que essencialmente é o próprio efeito sobre o comportamento. Sigall e Mills (1998) assinalam que o emprego das variáveis (independente e a variável mediadora\_dependente) propiciam compreender o efeito do tratamento experimental. Desta forma, indicando o uso com sucesso do experimento e o manejo das variáveis como um fator heurístico.

No estudo experimental empreendido por Cook *et al.* (2021) participaram 423 pessoas frente ao seguinte delineamento: nacionalidades (taiwanesa, paquistanesa e alemã), tipos de *trollagem*<sup>2</sup> (difamação, ostracismo e controle) e associação do perpetrador ao grupo (dentro ou fora) caracterizada como variáveis independentes. O objetivo da investigação era verificar como as pessoas reagem aos diferentes tipos de *trollagem* (difamação e ostracismo) considerando o seu grupo cultural e se quem a realiza pertence a um grupo interno ou externo, explorando as situações por meio de um programa de computador.

O jogo selecionado foi o *Cyberball* que consiste em interagir com um avatar que está programado para se comportar de acordo com o estudo, competindo em arremesso de bolas com o participante. A orientação se direcionava ao jogo de pega-pega em um parque, visando estimular um cenário mental. Dois avatares, na situação que não era do conhecimento dos participantes, interagiam falando de seus interesses, nacionalidade e agiam conforme a *trollagem* estabelecida (p.ex. você joga como uma criança). Em suma, os paquistaneses apresentavam uma frequência maior de expressão de raiva e probabilidade de retaliação, também se verificou a tendência de agredir aquele que não pertencia ao mesmo grupo cultural. Embora, eles apresentassem altas taxas de reparação, aspecto valorizado na cultura paquistanesa após um conflito.

Ademais, Spencer, Zanna e Fong (2005) elucidam que os experimentos permitem estabelecer relações de causa e efeito, em especial, identificar um mediador como resultante de uma variável independente e a causa representada pela dependente. Os produtos dos experimentos contribuem para ampliar a teoria, refutar, estabelecer novos parâmetros da pesquisa e agregar instrumentos diferenciados. Corroborando o valor do experimento em Psicologia Social, Heckman *et al.* (2010) lembram que podem propiciar a avaliação da eficácia das intervenções que estão balizadas no ambiente social e municiar políticas públicas.

### **EXPERIMENTOS EM LABORATÓRIOS: POSSÍVEIS GENERALIZAÇÕES PARA SITUAÇÕES NATURAIS?**

Um dos grandes estudos realizado em laboratório, com reconhecimento mundial, foi o experimento de Stanley Milgram que, resumidamente, consistiu em recrutar pessoas a aplicarem choque elétricos gradativos até atingirem 450 volts em um outro sujeito, denominado de “aprendiz inocente”, atividade pela qual receberia 50 dólares. Em-

---

2 Gíria empregada no espaço virtual (internet) sinônimo de zoar, chatear, humilhar, tirar sarro.

bora, o objetivo expresso aos recrutados era o de mensurar o efeito da punição sobre o processo de aprendizagem, o propósito do experimento era verificar o grau de submissão dos participantes às ordens dadas pelo pesquisador; posteriormente, se analisou as implicações éticas e as repercussões dos resultados para análise social (Benjamin Júnior e Simpson, 2009; Dahia, 2015).

Ressalta-se que aquele que recebia o choque elétrico era um ator contratado para representar a dor e demonstrava seu sofrimento ao ser eletrocutado (fato que não ocorria). Os recrutados a cada momento eram pressionados a aumentar os volts do choque elétrico, até o máximo, nível grave e, eram impedidos de se retirarem da pesquisa (Miller, 2009). A questão norteadora buscava verificar se a autoridade designada, no caso, atribuída ao papel do pesquisador poderia levar as pessoas a aceitarem e reproduzirem comportamentos considerados desumanos.

Sob essa ótica, Miller (2009) elenca um conjunto de indagações sobre o referido experimento no laboratório. Seria possível que os estudos sobre autoridade e obediência realizados por Milgram teriam resultados similares no mundo real? Esse questionamento se mantém até hoje, levantando várias hipóteses como: se fosse estudantes que recebesse o choque, participantes de grupos socialmente excluídos ou estigmatizados, como seria o comportamento do sujeito que administra o choque? O recrutado que administra o choque poderia ter seu comportamento extensivo às situações similares e gerar condições mais danosas?

Tentando reproduzir o experimento de Milgram sobre obediência a autoridade, Meeus e Raaijmakers (1995) o implementaram na Universidade de Utrecht (Holanda). Reverberam que o alto grau de obediência está proporcionalmente correspondente quando a violência tem nuances contemporâneos, mesmo ao receberem antecipadamente todas as orientações ligadas ao experimento. Apesar da tarefa ser muito estressante e desagradável, eles se comportaram de forma obediente, como se fosse 'normal', afinal estavam obedecendo a autoridade. Também, avaliam que a violência moderna, é mediada, no sentido que, aqueles que a exercem observam indiretamente, os seus resultados sobre suas vítimas. Em situação como essa, é possível prever um aumento considerável na obediência.

A partir desses resultados, observa-se que os papéis desempenhados são elementos a serem analisados, na concepção da pesquisa de obediência eticamente aceitável, como o cidadão que 'combate' o terrorismo (p. ex. prisão de Abu Ghraib em que os superiores ordenavam as punições violentas, em prol de seu país ou da história do filme *Mauritano*, no caso o aprisionamento injusto com nuances políticos).

Ainda, a luta do bem contra o mal em que líderes religiosos insuflam comportamento violento contra pequenos grupos (religião de matriz africana, no Brasil), situação de envenenamento de moradores de rua ou espancamentos, ainda recolhimento de cobertores no inverno dessa população, fomentados por políticas públicas excludentes.

Conclusões semelhantes foram encontradas nas investigações Burger (2009) ao lembrar que, a despeito das transformações sociais nas últimas décadas e das replicações parciais, por questões éticas em pesquisa, observa que os participantes infligiram os choques como o grupo o fizera a mais de 50 anos. Independentemente de serem informados que poderiam interromper o experimento, o que não era permitido no experimento original e, ainda receber 50 dólares. Uma parte dos participantes somente se recusou a continuar com os choques depois das reclamações e solicitações do aluno que supostamente estava sofrendo com essa ação. Generalizaram a partir dos resultados que os fatores relacionados à obediência e à autoridade funcionam na sociedade moderna.

Com o mesmo propósito, Dolinski *et al.* (2017) repetem a experiência de Milgram e, apesar de os investigadores admitirem a impossibilidade da replicação exata em funções de questões éticas, mas, registram que o nível obediência foi muito alto para o momento atual e similar ao proposto do experimento original. Ademais, introduziram a variável sexo dos participantes e estudantes como aprendizes, contudo, não produzindo alterações nos resultados e em suas conclusões.

Neste sentido, Miller (2009) levanta a questão da tortura na sociedade moderna em que deliberada e conscientemente um sujeito cumpre a ordem de infligir dor e machucar o outro, podendo levar à morte. Recorda condições ligadas aos massacres e genocídio de grupos e populações, em que a omissão ou simplesmente, ignorar a situação seria altamente nociva e danosa às pessoas. Nesta direção, os horrores da II Guerra Mundial, com o extermínio dos Judeus pelos nazistas, desde o projeto de fuzilamento até as câmaras de gás. Acrescentam-se, o genocídio em Ruanda da população Tutsi pelos extremistas éticos Hutus, bem como o tratamento dado nas prisões de Guantánamo e Abu Ghraib denunciadas por constantes torturas e desrespeito aos direitos humanos.

Benjamin Júnior e Simpson (2009) afirmam que poucos estudos em Psicologia contribuíram com tantas reflexões e posicionamento para a área, com as implicações éticas. Em especial, elenca as influências nos delineamentos de pesquisas em universidades, órgãos governamentais e militares sobre o controle dos experimentos e a garantia dos preceitos éticos. Outrossim, implicou em transformações nos campos do estudo da personalidade e da própria Psicologia Social,

provocando sensíveis mudanças em seus campos de estudo. Incluindo a diminuição da importância das variáveis de personalidade ou traço, em oposição à ênfase no poder das situações como determinantes comportamentais, também a migração de estudos de laboratórios para estudos de campo, com ressonância nas teorias em voga na época.

Ainda, experimentos sociais conduzidos por Cohen *et al.* (1996) para investigar a “cultura de honra”, objetivaram registrar as reações emocionais, cognitivas, e fisiológicas, em laboratório. Envolviam estudantes brancos do norte e sul do país da Universidade de Michigan. A investigação identificou que os estudantes do Sul, quando insultados, percebiam-se ameaçados em sua condição de homem, por conseguinte, ficavam mais chateados e mais reativos a agressão física quando comparados aos do Norte.

Orne (1962) enfatiza que estudos de laboratório possibilitam a abstração frente as variáveis que são consideradas essenciais em ambientes naturais e que podem ser replicadas a partir de extratos da situação, considerando-se os parâmetros envolvidos na identificação dos efeitos provenientes do manejo das variáveis, caracterizados como experimentais, como exposto no estudo de Cohen *et al.* (1996).

### **EXPERIMENTOS EM SITUAÇÕES NATURAIS: QUE EVIDÊNCIAS ALIMENTAM A PERSPECTIVA TEÓRICA E EXPLORAM O CAMPO DE ESTUDO?**

O experimento em Psicologia Social, não se restringe a visão clássica do laboratório em função do controle das variáveis dependentes e independentes. Mas, engloba situações naturais, em que muitas vezes, o pesquisador não tem controle sobre a variável independente. Desta maneira, pode-se conceituar o experimento de campo, também denominado de pesquisa quase-experimental, a situação em que o pesquisador exerce sua atividade de investigação no ambiente natural, isto é, fora do laboratório. Acentua-se que os participantes, na maioria dos estudos, não sabem que estão envolvidos em um projeto de pesquisa, por estarem implicados em eventos cotidianos. No entanto, a investigação pode incluir dois ou mais níveis de uma variável independente, contudo, os comportamentos frente à situação fornecem evidências que fundamentam a pesquisa. Desse modo, a seleção das pessoas pode ter características aleatórias, como não ocorrer o controle experimental da variável independente<sup>3</sup>.

---

3 Retirado de <https://dictionary.apa.org/field-experiment>, dicionário da *American Psychological Association*.



Para elaboração de pesquisa de campo em Psicologia Social, Narita (2006) sustenta que depois da escolha do objeto de investigação, é preciso avaliar que contextos, cenários ou situações, bem como os grupos sociais estarão envolvidos. Explicita que se deve ficar alerta em relação ao *lôcus* porque a sua representatividade histórica e social está presente, tendo um papel diferenciado na pesquisa social. Portanto, a definição de *lôcus* e do objeto permite a investida no espaço social, considerando que no primeiro transitam as relações, os processos psicossociais e o *habitus* do grupo social a ser investigado.

Um recente experimento de campo foi realizado no Brasil, gravado em vídeo, com o intuito de verificar a questão do racismo estrutural. Em síntese, duas situações foram criadas para identificar as reações dos transeuntes: (a) um ator negro, simulando ser cego, transitando na rua toca as pessoas próximas que estão circulando pelo espaço físico; e (b) a mesma situação se repete, contudo, o ator é branco. As reações quanto aos dois atores demonstraram posturas diferentes na população circulante, o comportamento em relação ao ator branco indicou acolhimento e no tocante ao negro espanto e medo, caracterizando o tratamento em função da raça da pessoa<sup>4</sup>.

Outra pesquisa de campo proposta por Pilati *et al.* (2010) abrange três experimentos conduzidos no contexto urbano, enfocando a concepção de civilidade que se constitui em um comportamento pró-social valorizado culturalmente. Aqui, para fins de ilustração são apresentadas duas. As variáveis independentes eram gênero do experimentador e do participante, somada ao fluxo de pessoas que transitavam no local (baixo, médio e alto) e a dependente o comportamento de ajuda. Entretanto, pessoas acompanhadas, com crianças, gestantes ou idosas foram excluídas. O protocolo de observação assinalava o gênero (pesquisador e participante), a situação de experimental vivenciada que era a 'perda' do livro, gerando duas situações de ajuda: (a) perceber e entregar ao livro ao experimentador que o deixara cair, definida como ajuda completa; e (b) tocar no corpo do experimentador para alertá-lo quanto ao objeto perdido, definido como ajuda física. Contrariamente, o comportamento era classificado de não ajuda, em função de se ignorar o fato ou apenas chamar o experimentador. O observador ficava a 1,5 km da situação para não comprometer as interações. O comportamento de ajuda atingiu o 66%, todavia, o cenário foi considerado um fator interveniente, na medida em que no campus universitário a frequência foi relativamente maior quando comparada a do centro comercial.

---

4 Ver <https://www.brasil247.com/tanostrends/experimento-social-viraliza-nas-redes-ao-expor-o-racismo-estrutural-capturado-no-dia-a-dia-video>



No segundo experimento, a situação de ajuda foi similar, contudo, mantendo constante o gênero do experimentador, sexo feminino, mas introduzindo o tipo de vestimenta, como forma de categorização do grupo social. Três variáveis foram submetidas às análises: (a) categorização do grupo social: vestimentas casuais (camiseta e jeans) e roupas que caracterizavam a cultura mulçumana; (b) local do evento (campus universitário e centro comercial); e (c) sexo do ou da participante que apresentava o comportamento de ajuda. Em resumo o comportamento de ajuda atingiu 72,5%, sendo maior no campus universitário e com frequência maior entre as mulheres.

Os experimentos descritos acima demonstram a importância de conhecer as condições que envolvem o objetivo da pesquisa, o planejamento e as características do ambiente para propor o estudo. Neste sentido, o experimento de campo é uma alternativa diferenciada para a Psicologia Social, ampliando a perspectiva teórica, metodológica e de utilização de instrumentos que permitem o avanço da área e, indubitavelmente, colaborando com a compreensão das dinâmicas sociais, ao promover intervenções e ao fomentar políticas públicas, bem como analisar fenômenos como preconceitos, racismo, violência, sexismo, etarismo entre outros.

### **EXPERIMENTOS TRANSCULTURAIS: QUE APORTES PODEM CONTRIBUIR COM A PSICOLOGIA SOCIAL?**

Quando se aborda a contribuição da Psicologia Transcultural para a Psicologia Social, Frager (1970) afirma que não pode restringi-la à mera duplicação do experimento em distintos países. Alude que deve se ter clareza dos problemas e das peculiaridades, ao se evidenciar fatores históricos, geográficos, culturais entre outros para assegurar a percepção das diferenças como peculiaridades de cada grupo ou sociedade.

Ilustra a condição com uma pesquisa incrementada por White e Lippitt, em 1960, realçando que os jovens americanos trabalham mais motivados, felizes e produtivos sob uma orientação democrática, contrariamente, do que ocorreria no Japão, em que as questões hierárquicas são valorizadas. Por isso, critica os modelos de pesquisa em Psicologia Social no Japão, alicerçados em estudos americanos que ocorriam na época. Em relação à investigação sobre conformidade na cultura japonesa, defende a necessidade de estudos transculturais com lastros com bases na Psicologia Social. Especialmente, considerando que a pesquisa sobre a não conformidade, na cultura japonesa, pode contribuir de forma teórica e possibilitar a apreensão da dinâmica desse comportamento, revelando questões sensíveis no Japão e em outros países, como instituir novas perspectivas para o campo social.

Em defesa da pesquisa experimental transcultural, Graupmann *et al.* (2016), Pfundmair *et al.* (2015), Pfundmair, Aydin e Frey (2017), e Pfundmair e Mahr (2022) afirmam que é recurso metodológico para caracterizar as diferenças entre as culturas e estabelecer as relações de causa e efeito. Colocam como elemento basilar, ao se propor um experimento, a adaptação das variáveis dependentes e independentes, de maneira a assegurar a equivalência metodológica, portanto, é essencial ter o conhecimento dos grupos sociais envolvidos. Advertem para as questões éticas que permeiam o estudo, emprego de medidas estatísticas coerentes e atentar-se para os vieses que se apresentam quando se pesquisam questões transculturais. Ao se empregar métodos específicos direcionados a uma cultura, instrumentos adaptados ou diferentes permitem que as idiossincrasias sejam identificadas.

O experimento promovido por Guimond *et al.* (2007) investiga as diferenças de gênero relativas ao autoconceito, com 950 pessoas de cinco nações: França, Bélgica, Holanda, Estados Unidos e Malásia. Os fundamentos do estudo se baseiam nas concepções que diferenças de gênero estão presentes em qualquer sociedade, entretanto, em algumas, a comparação é constante gerando maior pressão, por conseguinte, produzindo estereótipos. Nessa direção, o objetivo da pesquisa foi analisar como a comparação social entre os gêneros se reflete na constituição do autoconceito. Sendo que, na sociedade ocidental em virtude de ocorrer com mais frequência, as diferenças entre os gêneros estão mais acentuadas.

Costa (2011) realiza um estudo sobre cooperação, empregando dois jogos *on-line*, com 246 alunos do ensino superior em Coimbra, compreendendo três grupos: portugueses, brasileiros e africanos de língua portuguesa (Angola, Moçambique, Guiné e Cabo Verde). Dois jogos foram selecionados com e sem punição (ultimato e ditador). No tocante ao uso do dinheiro ficou evidente que (a) pressão da ameaça faz os valores ofertados maiores; (b) com amigo, a doação é maior; (c) mulheres são mais generosas e em situações que a outra pessoa é de origem diferente; (d) participantes com mais idade contribuem com mais dinheiro quando comparado aos mais jovens. As conclusões se direcionaram a verificar os mecanismos intrínsecos à cooperação em dilemas sociais, compreendendo o seu papel para benefício da sociedade.

## **CONSIDERAÇÕES SOBRE O EXPERIMENTO EM PSICOLOGIA SOCIAL: VANTAGENS, DESVANTAGENS E PERSPECTIVAS**

Reconhecendo o papel e a contribuição do experimento em Psicologia Social, Campbell e Reiman (2022) recomendam que os estudiosos invistam tanto nas pesquisas básicas (assegurando a validade externa) por meio de experimentos controlados de laboratórios quanto nas

aplicadas (ou quase-experimentais), oriundas de estudos de campo, em que predomina a validade externa. Frente às distintas condições de experimentação nem sempre a validade interna ou externa pode ser assegurada em todas as formas de investigação. Aliás, os pesquisadores podem construir hipóteses e elaborar estudos específicos para o ambiente de laboratório como direcionar esforços para ambiente naturais, dedicando-se a pesquisa de campo. Apostando que tanto a pesquisa básica quanto a de campo enriquecem, promovem e robustecem a perspectiva teórica, metodológica e a municiam com instrumentos validados, compondo o equilíbrio entre campo e laboratório fomentando aspectos basilares da ciência.

Por sua vez, Dolinski (2018) avalia o estágio atual de estudos da Psicologia Social em que seus esforços se concentram no preenchimento de baterias, testes e autorrelatos pelos participantes. Ele não nega a colaboração para o campo científico, contudo, alega que pode deixar a população investigada cansada e desatenta, e que recorrer apenas a esse tipo de estratégia de investigação poder reduzir as linhas de pesquisa. De resto que, a medição como é empregada, pode resultar na alteração do fenômeno que se propõe mensurar. Provoca a reflexão, no que concerne a Psicologia, que ao se medir um aspecto por intermédio do questionário, conversar ou coletar informações utilizando aparelhos psicofisiológicos, tais recursos podem afetar as emoções, percepções, atitude e comportamentos que serão fontes de pesquisa.

As análises acima foram alicerçadas no estudo de McPhetres *et al.* (2021) ao promoverem um mapeamento das publicações em *Psychological Science*, no período compreendido entre 2009 até 2010, computando-se 2225 artigos. Verificaram que mais da metade dos estudos (55,26%) coletaram suas informações por meio de autorrelato ou questionários, seguido, em número bem menor, de estudos observacionais (28, 35%) e os de natureza biológica e fisiológica (11, 03%).

Eles reconhecem a contribuição do autorrelato para área de Psicologia, contudo, concluem que o instrumento restringe informações concernentes a emoção, cognição e comportamento. Alertam que o respondente pode tentar atender, em suas respostas, a deseabilidade do pesquisador ou as expectativas sociais, como já abordado anteriormente. Por isso, critica o uso ostensivo do autorrelato e do questionário para fornecer explicações e robustecer a teoria. Por fim, constata o fluxo reduzido de pesquisas que se ancoram em dados do comportamento e sugerem a triangulação de instrumentos.

A preocupação quanto ao emprego dos experimentos em Psicologia Social denota problemas éticos, como aqueles identificados nas investigações relacionadas ao aprisionamento de Stanford e de obediên-

cia de Milgram que já foram superados atualmente, considerando os preceitos científicos que regem a pesquisa com seres humanos. Além de discutir se havia realmente uma contribuição do experimento de laboratório na perspectiva social e que se poderiam favorecer à compreensão dos processos coletivos. Indagando se retratam a realidade e a possibilidade de sua generalização para o âmbito social.

Silva (2019) retoma as críticas direcionadas ao experimento, entre elas se destacam aspectos como o individualismo, em uma visão que o grupo é um somatório de pessoas, minimizando as interações. A situação do experimentalismo retratado no âmbito do laboratório ou mesmo no campo por meio do manejo de variáveis dependentes e independentes, desconsiderando a retirada do sujeito de seu ambiente natural, gerando artificialidade e o possível manejo rigoroso das variáveis que pode engessar o estudo. A microteorização na perspectiva em que os conceitos predominam e, que podem não integrar uma teoria abrangente. Ainda, produções focadas no ocidente, por vezes, minimizando as diferenças culturais, em especial, em pesquisas transculturais, bem como a ideia de que a ciência seria capaz de resolver todos os problemas sociais. Acima de tudo, a ênfase no cognitivismo como aspecto relacionado ao controle do comportamento, reduzindo as influências culturais, afetivas e sociais.

Nessa direção, Doise (1980) ressalta que o experimento do laboratório não pretende retratar uma realidade complexa, contudo, contribui para a questões teóricas. Repreende a situação de polarização do experimento de laboratório e de campo, ressaltado a necessidade de reconhecimento de suas contribuições. O estudioso reflete que a pesquisa experimental pode combinar distintos níveis de análise em uma mesma investigação e integrar os aspectos psicossociológicos. Principalmente, quando se articulam elementos coletivos e individuais em experimentos, sempre balizados nos conhecimentos do contexto social. Avila (2001) complementa que a Psicologia Social deve articular os níveis do macroambiente, isto, é a sociedade como um todo, ainda o microambiente, o contexto em que o fenômeno ocorre e a pessoa, agente do processo social.

Outro ponto remete a dicotomia dos métodos quantitativos versus qualitativos em Psicologia que pode ser transferida para a área da Psicologia Social, Günther (2006) analisa que ambas têm vantagens e desvantagens, enfim, o pesquisador tendo oportunidade de utilizá-las pode combiná-las em um estudo, o que se denomina pesquisa mista ou quali-quantitativa. A pesquisa mista, segundo Galvão, Pluye e Ricarte (2017), é produto da utilização simultânea de métodos de investigação qualitativos e quantitativos em que se pode explorar as evidências de cada abordagem para o estudo. Reitera que os seguintes

instrumentos são utilizados quando da adoção de métodos mistos: entrevistas individuais não estruturadas, semiestruturadas e estruturadas, grupos focais, questionários, escalas, autorrelatos, observação e revisão da literatura, bem como a análise de conteúdo e temática também as análises estatísticas.

Corroborando com essa premissa, Santos *et al.* (2020) e Zappellini e Feuerschütte (2015) sugerem adotar uma postura envolvendo abordagem multimetodológica ou denominada de triangulação em pesquisa. Oliveira (2015), Zappellini e Feuerschütte (2015) explanam que a triangulação pode ocorrer em vários âmbitos: (a) pesquisadores em ações conjuntas (observação, estudo de campo, revisão sistemática, p. ex.); (b) dados ou informações, reconhecida como metodológica: uso simultâneo de distintos instrumentos (entrevista, questionário, escalas, coleta de situações em vídeo, etc.); (c) amostra ou população: familiares, professores, estudantes, funcionários e diretores, em uma investigação na escola ou pacientes, médicos e familiares sobre a adesão ao um tipo de tratamento; (e) teórica: uso de múltiplos paradigmas que podem estar sistematizados em várias etapas da pesquisa, inicialmente, no caso, combinação entre estudos transculturais, abordagens marxistas e modelos feministas; observação sistemática do comportamento e uso de escalas (Denzin e Lincoln, 2006).

Creswell (2010) postula que há três estratégias que despontam na abordagem multimétodos, nos métodos mistos sequenciais o intuito é expandir a investigação com a integração de diferentes estratégias, p.ex., iniciar com um grupo focal e a partir dos resultados construir um questionário para ampliar a amostra ou vice-versa, nesse caso, em distintas etapas da investigação. Já nos métodos mistos ou concomitantes se pretende, quase simultaneamente, utilizar mais de um instrumento para investigação para a mesma população ou não, no caso, aplicar uma escala geral e fazer uma entrevista semiestruturada. Em relação aos métodos mistos transformativos, eles se diferem pela teoria ser um aspecto orientador da investigação e da sistematização adotada, bem como aporte para análise dos resultados. Em uma pesquisa em desenvolvimento humano, adotando o modelo Bioecológico proposto por Bronfenbrenner, os instrumentos, pessoas, contextos (do micro, macro e exossistema) e o tempo são considerados para coleta de informações.

Na pesquisa experimental em Psicologia Social, é possível explorar diferentes populações frente ao fenômeno (gênero, faixa etária, etnias, regiões e culturas), ainda combinar instrumentos (observação, entrevista e escalas), contexto de laboratório e campo, a depender dos propósitos e do planejamento. A riqueza denota o papel das intervenções e mudanças sociais provocadas que influenciam as interações

sociais. Alia-se a condição da pesquisa integrar aspectos históricos que refletem os contextos de vida e ainda, as peculiaridades que certamente se estabelecem frente aos comportamentos dos indivíduos e dos grupos.

Essencialmente, os cientistas sociais precisam ter o domínio dos instrumentos, conhecerem os ambientes imediatos e estabelecerem os propósitos da investigação. Conscientes desses condicionantes, os pesquisadores sociais devem investir, catalisar e capturar a dinâmica presente e as peculiaridades dos fenômenos sociais.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É preciso reconhecer que o experimento em Psicologia Social evoluiu, produto de uma sistematização, enriquecendo o método e seus resultados que alimentam a teoria, por meio de suas hipóteses, variáveis e até mesmo estudos de campo que não necessariamente busquem o controle rígido das variáveis ou mesmo que se submetam ao rigor em bases das ciências físicas e biológicas. Contudo, estabelece um outro nível de investigação, centrado em captar os fenômenos sociais que se estabelecem no cotidiano das pessoas e transformam a sociedade. Como Lewin (1939) exortou a necessidade de integração e inter-relação de aspectos políticos, econômicos, individuais, históricos que se entrelaçam e dinamizam o fenômeno social.

Com ênfase na coletividade, busca-se então desvelar o intrincado do fenômeno e, paralelamente, analisar a influências dos elementos históricos, sociológicos, psicológicos, contextuais e imediatos. Principalmente, que se supere a polarização entre estudos de laboratório e de campo, avaliando que as distintas formas de pesquisa propiciam o avanço do conhecimento e novos desafios se estabelecem frente às transformações sociais. Deve-se reconhecer que o experimento em Psicologia Social requer um planejamento cuidadoso que demanda no laboratório ou em situações naturais uma equipe para desenvolvê-lo, devido a sua complexidade. Sendo imprescindível o cuidado com as questões éticas, no que tange aos participantes e, de forma a cuidar da saúde física e mental, no decorrer do experimento e após sua finalização.

Em suma, o investigador deve estar cômico que a trajetória e as etapas da pesquisa devem estar consonantes com as implicações do estudo, em suas dimensões teóricas, práticas, técnicas, metodológicas e éticas. Avaliar no seu delineamento os recursos materiais, humanos e temporais que estão vinculados ao problema de pesquisa, seus objetivos e os procedimentos para análise dos dados e sua difusão no âmbito acadêmico, político e social. Neste sentido, é essencial a escolha da abordagem teórico-metodológica que, a equipe de pesquisadores, em um tempo mínimo, implemente o estudo, realize a seleção dos

instrumentos vinculados a proposta de análise de maneira a corresponder aos propósitos da investigação, contribuindo para elucidação do fenômeno e de avanços no ambiente social.

## BIBLIOGRAFIA

- Adair, John G. e Schachter, Brenda S. (1972). To cooperate or to look good?: The subjects' and experimenters' perceptions of each others' intentions. *Journal of Experimental Social Psychology*, 8(1), 74-85. [https://doi.org/10.1016/0022-1031\(72\)90062-5](https://doi.org/10.1016/0022-1031(72)90062-5)
- Avila, Mara (2001). La psicología social. Algunas consideraciones sobre su estado actual en el contexto latinoamericano. *Revista Cubana de Psicología*, 18(1), 63-68.
- Bargh, John; Chen, Mark, e Burrows, Lara (1996). Automaticity of social behavior: direct effects of trait construct and stereotype activation on action. *Journal of Personality and Social*, 71(2), 230-244. <http://doi.apa.org/journals/psp/71/2/230.html>
- Benjamin Júnior, Ludy e Simpson, Jeffry (2009). The power of the situation: the impact of Milgram's obedience studies on personality and Social Psychology. *American Psychologist*, 64(1), 12-19. <https://doi.org/10.1037/a0014077>
- Burger, Jerry (2009). Replicating Milgram: would people still obey today? *American Psychologist*, 64(1), 1-11. <https://doi.org/10.1037/a0010932>
- Campbell, Dylan e Reiman, Anna-Kaisa (2022). Has Social Psychology lost touch with reality? Exploring public perceptions of the realism and consequentiality of social psychological research. *Journal of Experimental Social Psychology*, 98, 104255. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2021.104255>
- Carvalho, Tércio e Costa Júnior, Inácio César A. (2017). Psicologia social: conceitos, história e atualidade. *Psicologia-PT, O Portal dos Psicólogos*, 1(1), 1-9.
- Clark, Otávio Augusto e Castro, Aldemar (2003). A pesquisa. *Pesquisa Odontológica Brasileira*, 17, 67-76.
- Cohen, Dove; Nisbett, Richard; Bowdle, Brian e Schwarz, Norbert (1996). Insult, aggression, and the southern culture of honor: a "experimental ethnography." *Interpersonal Relations and Group Processes*, 70(5), 945-960.
- Cook, Christine Linda; Schaafsma, Juliette; Antheunis, Marjolijn; Shahid, Suleman; Lin, Jih-Hsuan e Nijtmans, Hanne (2021). Trolls without borders: A Cross-Cultural examination of victim reactions to verbal and silent aggression online. *Frontiers in Psychology*, 12. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.549955>



- Costa, Daniela (2011). *A cooperação e o sentido de justiça: teste da universalidade do sentido de justiça numa amostra multicultural de estudantes universitários de Coimbra* [Dissertação], Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Crochick, José (2018). Teoria crítica e psicologia social: relevância das pesquisas empíricas. *Psicologia & Sociedade*, 30(0), 1-9. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30174315>
- Dahia, Sandra (2015). Da obediência ao consentimento: reflexões sobre o experimento de Milgram à luz das instituições modernas. *Sociedade e Estado*, 30(1), 225-241. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922015000100013>
- Damacena, Cláudio; Mross, Julie e Antoni, Verner Luis (2017). Atitudes, comportamentos e dissonância cognitiva: um estudo do consumo sustentável de água. *Espacios*, 38(7). <https://www.revistaespacios.com/a17v38n07/a17v38n07p25.pdf>
- Denzin, Norman e Lincoln, Yvonna (2006). *O planejamento da pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Penso.
- Dolinski, Dariusz (2018). Is Psychology still a science of behaviour? *Social Psychological Bulletin*, 13(2), 1-14. <https://doi.org/10.5964/spb.v13i2.25025>
- Dolinski, Dariusz; Grzyb, Tomasz; Folwarczny, Michał; Grzybała, Patrycja; Krzyszycha, Karolina; Martynowska, Karolina e Trojanowski, Jakub (2017). Would you deliver an electric shock in 2015? Obedience in the experimental paradigm developed by Stanley Milgram in the 50 years following the original studies. *Social Psychological and Personality Science*, 8(8), 927-933. <https://doi.org/10.1177/1948550617693060>
- Droescher, Fernanda e Silva, Edna Lúcia da (2014). O pesquisador e a produção científica. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 19(1), 170-189.
- Feriani, Gabriela; Melo, Camila; Oliveira, Wanderley e Dellazzana-Zanon, Letícia (2021). A prática da observação sistemática para a formação do(a) psicólogo(a): relato de experiência. *Aletheia*, 54(2), 157-164.
- Frager, Robert (1970). Experimental Social Psychology in Japan: studies in social conformity. *Rice Institute Pamphlet — Rice University Studies*, 56(4), 243-253.
- Galvão, Maria Cristiane; Pluye, Pierre e Ricarte, Ivan Luis (2017). Métodos de pesquisa mistos e revisões de literatura mistas: conceitos, construção e critérios de avaliação. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, 8(2), 4. <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v8i2p4-24>



- Gergen, Kenneth (1978). Experimentation in social psychology: A reappraisal. *European Journal of Social Psychology*, 48(4), 507-527.
- Graupmann, Verena; Pfundmair, Michaela; Matsoukas, Peter e Erber, Ralph (2016). Rejection via video: The impact of observed group and individual rejection. *Social Psychology*, 47(6), 345-350. <https://doi.org/10.1027/1864-9335/a000283>
- Guimond, Serge; Branscombe, Nyla; Brunot, Sophie; Buunk, Abraham; Chatard, Armand; Désert, Michel; García, Donna; Haque, Shamsul; Martinot, Delphine e Yzerbyt, Vincent (2007). Culture, gender, and the self: variations and impact of social comparison processes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 92(6), 1118-1134. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.92.6.1118>
- Günther, Harmut (2006). Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22(2), 201-209. <https://doi.org/10.1590/s0102-37722006000200010>
- Haney, Craig e Zimbardo, Philip (1998). The past and future of U.S. Prison Policy. *American Psychologist*, 53(7), 709-727. <https://doi.org/10.1037//0003-066X.53.7.709>
- Heckman, James; Moon, Seong; Pinto, Rodrigo; Savelyev, Peter e Yavitz, Adam (2010). Analyzing social experiments as implemented: a reexamination of the evidence from the HighScope Perry Preschool Program. *Quantitative Economics*, 1(1), 1-46. <https://doi.org/10.3982/qe8>
- Kohlsdorf, Marina e Costa Júnior, Áderson Luiz da (2009). O autorrelato na pesquisa em psicologia da saúde: desafios metodológicos. *Psicologia Argumento*, 27(57), 131-139. <https://doi.org/10.7213/rpa.v27i57.19763>
- Lewin, Kurt (1939). Field theory and experiment in social. *American Journal of Sociology*, 44(6), 868-896. <https://doi.org/10.1086/218177>
- Mayrhofer, Roland; Kuhbandner, Christof e Lindner, Corinna (2021). The practice of Experimental Psychology: an inevitably postmodern endeavor. *Frontiers in Psychology*, 11. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.612805>
- McPhetres, Jonathon; Albayrak-Aydemir, Nihan; Mendes, Ana Barbosa; Chow, Elvina; González-Márquez, Patricio; Loukras, Erin; Maus, Annika; O'Mahony, Aoife; Pomareda, Christina; Primbs, Maximilian; Sackman, Shalaine; Smithson, Conor e Volodko, Kirill (2021). A decade of theory as reflected in Psychological Science (2009-2019). *PLoS ONE*, 16(3), 12-14. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0247986>

- Meeus, Win e Raaijmakers, Quinten (1995). Obedience in modern society: the Utrecht studies. *Journal of Social Issues*, 51(3), 155-175. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1995.tb01339.x>
- Miller, Arthur (2009). Reflections on “Replicating Milgram” (Burger, 2009). *American Psychologist*, 64(1), 20-27. <https://doi.org/10.1037/a0014407>
- Narita, Stella (2006). Notas de pesquisa de campo em psicologia social. *Psicologia e Sociedade*, 18(2), 25-31. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000200004>
- Oliveira, Fabiana (2015). Triangulação metodológica e abordagem multimétodo na pesquisa sociológica: vantagens e desafios. *Ciências Sociais Unisinos*, 51(2). <https://doi.org/10.4013/csu.2015.51.2.03>
- Orne, Martin (1962). On the social psychology of the psychological experiment: with particular reference to demand characteristics and their implications. *American Psychologist*, 17, 776-783. <https://doi.org/10.1037/h0043424>
- Pereira, Cícero Roberto; Sindic, Denis e Camino, Leoncio (2013). Metodologia de pesquisa em Psicologia Social. Em: Camino, Leoncio; Torres, Ana Raquel R.; Lima, Marcus Eugênio O. e Pereira, Marcos Emanuel (Orgs.), *Psicologia social: temas e teorias* (pp. 109-186). Brasília: Technopolitik. <https://doi.org/10.1001/jama.1935.02760510071036>
- Pereira, Marcos Emanuel (2010). O experimento na Psicologia Social: sobre a pesquisa experimental em um meio relativista. *Psicologia em Pesquisa*, 4(2), 156-164. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psipesq/v4n2/v4n2a09.pdf>
- Pfundmair, Michaela; Aydin, Nilüfer e Frey, Dieter (2017). Whatever? The effect of social exclusion on adopting persuasive messages. *Journal of Social Psychology*, 157(2), 181-193. <https://doi.org/10.1080/00224545.2016.1192098>
- Pfundmair, Michaela; Graupmann, Verena; Du, Hongfei; Frey, Dieter e Aydin, Nilüfer (2015). Suddenly included: cultural differences in experiencing re-inclusion. *International Journal of Psychology*, 50(2), 85-92. <https://doi.org/10.1002/ijop.12082>
- Pfundmair, Michaela e Mahr, Luisa (2022). Regaining power: how feelings of exclusion during Covid-19 are associated with radicalism among critics of containment policies. *Frontiers in Psychology*, 13, 1-8. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2022.952760>
- Pilati, Ronaldo (2011). Cenários experimentais: Efeito sobre a emoção e o comportamento pró-social. *Estudos de Psicologia*, 16(2), 163-170. <https://doi.org/10.1590/S1413->

[294X2011000200007](https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000200007)

- Pilati, Ronaldo; Iglesias, Fábio; Lima, Bárbara e Simone, Carolina (2010). Experimentos de campo em comportamento prosocial: sexo, densidade e grupo cultural. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(2), 361-370. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000200018>
- Rodrigues, Aroldo (1971). Pesquisa experimental em psicologia social. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 23(4), 47-59.
- Rodrigues, Aroldo e Assmar, Eveline Maria (2003). Influência social, atribuição de causalidade e julgamentos de responsabilidade e justiça. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(1), 191-201. <https://doi.org/10.1590/s0102-79722003000100020>
- Rosa, André Felipe (2020). A teoria da conformidade social e a influência do perfil de autoridade na persuasão do voto eleitoral. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, 3(7), 152-163. <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/46/63>
- Rosa, Cláudio e Delabrida, Zenith (2021). Método experimental e ensaios clínicos. *Psico*, 52(4), e36259.
- Rosenthal, Robert (1963). On the social psychology of the psychological experiment: the experimenter's hypothesis as unintended determinant of experimental results. *American Scientist*, 51(2), 268-283.
- Santos, Karine; Ribeiro, Mara Cristina; Queiroga, Danlyne; Silva, Ivisson Alexandre e Ferreira, Sonia Maria (2020). O uso de triangulação múltipla como estratégia de validação em um estudo qualitativo. *Ciência e Saúde Coletiva*, 25(2), 655-664. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020252.12302018>
- Scott-Bottoms, Stephen (2020). The dirty work of the Stanford Prison Experiment: re-reading the dramaturgy of coercion. *Incarceration*, 1(1), 263266632094431. <https://doi.org/10.1177/2632666320944316>
- Sigall, Harold; Aronson, Elliot e Van Hoose, Thomas (1970). The cooperative subject: Myth or reality? *Journal of Experimental Social Psychology*, 6(1), 1-10. [https://doi.org/10.1016/0022-1031\(70\)90072-7](https://doi.org/10.1016/0022-1031(70)90072-7)
- Sigall, Harold e Mills, Judson (1998). Measures of independent variables and mediators are useful in social psychology experiments: but are they necessary? *Personality and Social Psychology Review*, 2(3), 218-226. [https://doi.org/10.1207/s15327957pspr0203\\_5](https://doi.org/10.1207/s15327957pspr0203_5)
- Silva, Abelardo; Günther, Harmut; Lara, Andréa; Cunha, Ludmila e Almeida, Vânia Jussara (1998). Técnicas da carta-perdida como

instrumento de pesquisa social: um estudo sobre preconceito e ajuda. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(1), 117-134. <https://doi.org/10.1590/s0102-79721998000100007>

- Silva, Gervásio (2019). A crise da psicologia social brasileira: apontamentos históricos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 71(3), 48-63. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arp/v71n3/06.pdf>
- Smith, Eliot e Conrey, Frederica (2007). Agent-based modeling: a new approach for theory building in social psychology. *Personality and Social Psychology Review*, 11(1), 87-104. <https://doi.org/10.1177/1088868306294789>
- Sousa, Wesley; Santos, Matheus Philippe e Jaeger, Antônio (2020). Aspectos teóricos e implicações práticas da conformidade de memória: uma revisão. *Revista Psicologia em Pesquisa*, 14(3), 152-172. <https://doi.org/10.34019/1982-1247.2020.v14.30361>
- Spencer, Steve; Zanna, Mark e Fong, Geoffrey (2005). Establishing a causal chain: why experiments are often more effective than mediational analyses in examining psychological processes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 89(6), 845-885. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.89.6.845>
- Spink, Peter (2003). Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*, 15(2), 18-42. <https://doi.org/10.1590/s0102-71822003000200003>
- Vieira, Grazielli; Kamazaki, Daniely; Weiss, Cristiano; Zanon, Cristian e Bandeira, Denise (2021). Aquiescência em autorrelatos: introdução ao conceito, correlatos e possíveis soluções. *Interação em Psicologia*, 25(3), 361-370. <https://doi.org/10.5380/riep.v25i3.75797>
- Zappellini, Marcello e Feuerschütte, Simone (2015). O uso da triangulação na pesquisa científica brasileira em Administração. *Administração: Ensino e Pesquisa*, 16(2), 241. <https://doi.org/10.13058/raep.2015.v16n2.238>



SECCIÓN 2  
**OBSERVACIÓN**



# A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Claudia Gomes Gonçalves

## **INTRODUÇÃO: NATUREZA, PROPÓSITO DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE**

Na perspectiva da pesquisa qualitativa, o investigador tem como foco principal entender as percepções que os indivíduos têm do mundo, ou seja, aquela que excede as percepções estatísticas. O pesquisador põe em dúvida a existência de “fatos” sociais e examinam abordagens “científicas” a serem empregadas.

Entre os diversos desafios das ciências sociais, encontra-se os níveis de credibilidade diante da subjetividade que lhe é característica. Esse fato exige um emprego sistemático e cristalino do plano de ação no uso de métodos e técnicas com o fim de representar a realidade; assim, a pesquisa ou observação participante cumpre este papel com excelência.

A observação participante é considerada uma estratégia de campo que permite ao pesquisador submergir-se de forma irrestrita no campo e/ou objeto de investigação, tendo em vista a posição privilegiada desde a qual se observa o fenômeno como parte integrante daquele universo observado. A perspectiva do observador integrada ao fato, grupo ou contexto em observação permite uma visão de dentro para fora (Triviños, 1987). Seu uso enquanto procedimento científico amplia os diversos alcances da metodologia de investigação aplicada



tradicionalmente na antropologia, mostrando-se nos últimos tempos de grande eficácia em outras áreas das ciências sociais e humanas.

Dito isso, o propósito deste texto é tratar não só de ampliar o escopo das técnicas de pesquisa de observação participante, tendo em vista sua forma particular de procurar compreender aspectos que diferem do senso comum, mas principalmente em estabelecer um marco conceitual, seguido de descrever as características principais com uma apresentação detalhada do ciclo da técnica, suas implicações e fases de desenvolvimento. Ao final, pretende-se discutir pontos ordinários relativos ao método, tais como a participação e ética do processo.

### **APRESENTAÇÃO DA TÉCNICA ESTADO DA QUESTÃO**

A observação participante, pela definição de Tim May, é o processo no qual um investigador estabelece um relacionamento multilateral e de prazo relativamente longo com uma associação humana na sua situação natural com o propósito de desenvolver um entendimento científico daquele grupo (May, 2004; McCurdy, 2014). Ela é um dos principais meios para coletar dados e adquirir novos conhecimentos sobre um determinado grupo Cultural. Durante a pesquisa, requer-se que o pesquisador encontre uma forma ser incorporado ao grupo, de maneira que não apenas esteja presente, mas que principalmente participe e absorva os hábitos da comunidade ou grupo estudado. Ao finalizar o processo, o investigador e o grupo investigado atuarão de forma homogênea nas atividades cotidianas.

Michael Angrosino, reconhecido especialista no uso da técnica, destaca que mesmo sendo diferentes a etnografia e método de observação participante, encontrar-se intimamente ligado, nota-se que, de forma peculiar, pesquisadores de campo etnográficos se tornam observadores participantes (Angrosino, 2012).

Em adição, Jean Schensul (1999) define a observação participante como um processo de aprendizagem desde o qual o investigador adquire dados mediante sua própria participação ativa e continuada às atividades do cotidiano do grupo e ou comunidade a ser investigados.

Trata-se da inserção do pesquisador na comunidade estudada, e tomar notas registrando o que é essencial a fim de que o pesquisador consiga analisar e recuperar tudo que foi coletado. Angrosino esclarece, que a observação participante vista aqui como estilo e contexto: um estilo adotado por cada pesquisador em campo de pesquisa e que promove interações após ter sido aceito pela comunidade em estudo, propiciando um contexto ideal no qual o pesquisador pode ser capaz absorver novo saber sobre o grupo e/ou comunidade e seus modos de vida.

É importante ressaltar que tais interações são antecedidas e pautadas em princípios éticos, comunicações com o mínimo possível de distorções de entendimentos e numa dinâmica acessível de observações baseadas na escolha de um local acessível, na inserção do pesquisador na comunidade estudada e em tomar notas registrando o que é essencial a fim de que o pesquisador consiga analisar e recuperar tudo que foi coletado (Angrosino, 2012).

Especializada no ensino de pesquisas e estudos etnográficos, a antropóloga argentina Rosana Guber, afirma que o trabalho de campo etnográfico, comparado com os procedimentos de outras ciências sociais, tem como principal atributo ausência de sistematicidade. Tal atributo exhibe uma lógica própria e abrangente que identifica a observação participante como técnica de obtenção de dados com características próprias e até mesmo ambíguas: observar versus participar/participar para observar/observar para participar/envolvimento versus separação (Guber, 2001).

Em suma, a técnica de observação participante prioriza o contato direto entre pesquisador e grupo de estudo, conseguindo informações acerca da realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. O observador, como parte do contexto, estabelece uma relação de interação direta frente a frente com os observados, oferece a possibilidade de que um lado receba influências do outro, é uma forma consciente de observação na qual permite ao investigador participar e compartilhar das atividades do grupo ou instituição a ser pesquisada, de forma que essa interação propicie a compreensão e interpretação dos sentidos e significados deles através deste convívio.

#### **VANTAGENS E DESVANTAGENS**

Cada abordagem tem seus pontos fortes e fracos, e cada uma é particularmente adequada para um determinado contexto. A abordagem adotada e os métodos de coleta de dados selecionados vão depender da natureza da investigação e do tipo de informação necessária. Se por um lado a observação participante possibilita o acesso primário a fatos e informações inalcançáveis para apreciação por outros meios. Assim que pressupõe condições específicas de espaço, tempo e ambiente.

Na observação participante, o pesquisador necessita se despir da condição técnica de especialista e assumir uma posição de igual para ser aceito como parte do grupo ou comunidade estudada, seja como amigo ou vizinho que, por acaso, também é um pesquisador. Neste sentido, Angrosino explica que as condições e contextos para aderir este nível de aceitação estão à mercê de variações. Assim, terá diferentes significados desde o ponto de vista do comportamento, das condições de

vida e inclusive, em determinados contextos, a aparência e culturas diferentes. O observador deve adotar um estilo que seja admissível para a maioria das pessoas entre as quais se propõe a viver (Angrosino, 2012).

A seguir formulamos um quadro resumindo de forma pontual os principais aspectos a serem considerados ao se optar por utilizar a técnica de investigação.

**Quadro 1**

Vantagens	Desvantagens
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Permite a reafirmação de fatos, facilitada pela vivência de situações específicas</li> <li>• Possibilita o acesso à informação quando ocorre o fato na presença do observador.</li> <li>• O meio mais direto de se estudar uma ampla variedade de fenômenos, e grande maioria dos aspectos do comportamento humano</li> <li>• Exige menos dos sujeitos objeto de estudo</li> <li>• Comprova ou não os relatos dos sujeitos, porque nem sempre o que eles falam é o que demonstram em seus comportamentos</li> <li>• Útil para identificar novos problemas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O pesquisador incorre em risco de imersão total em outra realidade o que pode constituir deformações subjetivas da realidade estudada</li> <li>• Grande parte do processo centraliza o pesquisador exige habilidades pessoais</li> <li>• O observador participante como principal e mais confiável instrumento de observação, seleção, coordenação e interpretação</li> <li>• Há limitações no método da pretensa criação do ambiente natural.</li> <li>• Propicia o envolvimento do pesquisador com o grupo pesquisado, que poderá alterar os objetivos, não chegando a alcançá-los</li> <li>• Demanda tempo</li> </ul>

Com relação ao papel do pesquisador e à observação realizada, a maior crítica é a potencial perda da objetividade, pois o pesquisador não é um observador independente, mas um participante (Iacono, Brown e Holtan, 2009). Nesse sentido, é necessário acentuar que a observação participante deve ser orientada por princípios éticos rigorosos e transparentes, durante as interações, prevenindo qualquer possibilidade de distorções na linha de comunicação. Dois aspectos ressaltados por Angrosino (2009) na observação participante como aspectos de extrema relevância são a *confiabilidade* e a *objetividade*.

A confiabilidade tem como característica o alcance do fenômeno descoberto independente de circunstâncias acidentais, o que remete a um grau de consistência no processo de pesquisa obtidas de forma decisiva ao longo do tempo de investigação. Por outro lado, a objetividade do pesquisador se distingue primeiro por abandonar a neutralidade tradicional enquanto observador e assumir seu desígnio como agente ativo, que deriva de seu comprometimento com as atividades de campo e da transparência de suas ações (Kirk e Miller, 1986).

## INVESTIGAÇÕES PARADIGMÁTICAS UTILIZANDO A TÉCNICA DE OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Quanto ao surgimento inicial, não há um consenso sobre o ponto de partida da técnica de observação participante, alguns autores a remontam aos inícios do século XIX e XX como se encontra delineado ao longo deste capítulo. De acordo com Arthur J. Vidich e Stanford M. Liman (Denzin, 2006), os métodos qualitativos remontam sua história na sociologia e na antropologia, posteriormente, transformou-se em um modelo de técnicas adequadas à pesquisa.

A orientação etnográfica na universidade de Chicago deu uma nova guinada nas mãos de William Foote Whyte. Whyte tornou parte da experiência de vida o que se denominava pesquisa formal chamando-a “observação participante”. O departamento de sociologia de Chicago concedeu a Whyte uma oportunidade relatar em *Street corner society* (1993) suas descobertas sobre os ítalo-americanos residentes no extremo norte de Boston.

Esse trabalho, inicialmente motivado por um senso de responsabilidade moral para promover uma melhoria nas condições de vida dos moradores de bairros pobres transformou-se em um modelo de técnicas adequadas a pesquisa envolvendo a observação participante: Whyte residia no bairro italiano, e em muitos aspectos, porém não em todos, transformou-se em um dos rapazes de “Corneville”. Embora ele apresente suas descobertas sobre Corneville por meio de descrições, a postura teórica de Whyte permanece implícita. O livro revela uma qualidade enigmática, pois Whyte apresenta seus dados a partir da perspectiva de suas relações com os sujeitos estudados; ou seja, ele tanto é um pesquisador como um sujeito de seu próprio livro; o outro passou a ser o irmão dos moradores do gueto italiano (pp. 32-33).

Até 1929, a antropologia e a etnologia nessa universidade haviam sido classificadas como “sociologia histórica” em um departamento denominado departamento de ciência social e antropologia. Os estudos antropológicos e os etnológicos foram primeiramente dirigidos por Frederick Starr, antigo chefe do setor de etnologia do *American museum of natural history* (museu americano de história natural) (Diner, 1975).

De acordo com May, as metas da observação participante são diferentes do que em geral se é denominado positivismo. Tendo em vista que o pesquisador se envolve não apenas no planejamento de questionários, mas também participa ativamente no desenvolvimento das ideias na testagem, ou seja, na própria exploração e aplicação ou utilização dos instrumentos (May, 2004). O argumento apresentado por May para sustentar esta tese seria a de que os críticos argumentam que os pesquisadores que empregam esse método supõem que já

sabem o que é importante por outro lado se diz que a observação participante não faz suposições firmes sobre o que é importante em contraste o método encoraja os pesquisadores a mergulharem nas atividades do dia a dia das pessoas as quais eles tentam entender de acordo com a realidade os aspectos de maior relevância. Diferentemente das testagens de ideias, ou seja, da dedução elas podem ser desenvolvidas a partir de observações aplicando a indução.

Dessa forma, no que se alude aos paradigmas envolvidos na observação participante, May (2004) propõe reflexões em torno de algumas linhas de pensamento tomando como ponto de partida o positivismo e o formalismo; dessa forma, alguns combinam os dois entendimentos na explicação da realidade social. Assim que o pesquisador pode empregar supostos positivistas por exemplo na utilização de questionários no espaço social no qual convivem, percebendo e agindo diligentemente de acordo com as suas interpretações. Desde a perspectiva do formalismo, o investigador preocupa se também com as maneiras nas quais surgem as formas de vidas sociais, as culturas particulares. Adotando o pragmatismo e partem das preocupações práticas da existência cotidiana das pessoas, mas que umas bem estabelecidas como vida própria.

Ao retomar a questão dos paradigmas, Angrosino afirma que os funcionalistas são fortes defensores do trabalho de campo utilizando a na observação participante como técnica (Angrosino, 2009). O principal argumento, é que em termos de métodos, a funcionalista parte do princípio de que a investigação de um grupo social, pelo menos idealmente, se concebe como um compromisso a longo prazo, tendo em vista que a ordem subjacente de uma sociedade só pode ser revelada através da imersão paciente na vida das pessoas e ou grupos estudados. Dessa forma os funcionalistas preferem o trabalho de campo nas sociedades tradicionais isoladas ou em vizinhanças contidas nas modernas áreas urbanas.

## **DESENVOLVIMENTO DO TEMA ELEMENTOS DE ANÁLISES E ESTRATÉGIAS DE INVESTIGAÇÃO (FASES PRINCIPAIS DO DESENHO)**

Em busca de estabelecer aspectos úteis para novos investigadores que tenham interesse em aplicar esta técnica de investigação para esse fim, apresentaremos a seguir uma tentativa de sínteses que pretendem evidenciar aspectos centrais ou com uma maior aproximação de unanimidade entre diversos autores tendo em claro as diferentes perspectivas entre eles.

Inicialmente, a observação participante se deu a conhecer na Inglaterra por Malinowski ao utilizar a técnica para facilitar o acesso à

informação referente a estruturar e do funcionamento de sociedades da África, Oceania e das Américas, entre 1914 e 1918. A Malinowski se atribui a condição de implementador da observação participante no trabalho de campo em Antropologia, a necessidade do pesquisador de tomar notas das observações registro do diário de campo, a imprevisibilidade cotidiana, aprender a língua e os costumes dos sujeitos observados, os chamados (Malinowski, 1984).

Nos Estados Unidos, por outro lado, Angrosino promove máximo entrosamento conceitual e de procedimentos, situando a técnica como fundamentação da pesquisa etnográfica. Este autor assenta uma visão clássica dos distintos papéis que podem assumir o pesquisador: a) observador invisível, b) observador como participante, c) pesquisador participante como observador e participante totalmente envolvido considerado desde o meio antropológico como “tornar-se nativo” (Angrosino, 2009). Ao tratar especificamente da observação participante, Angrosino articula as interações reguladas por princípios éticos, comunicações diretas evitar o máximo possíveis distorções e eficácia acesso ao campo de observações fundamentadas na seleção do local, maior facilidade na inclusão do pesquisador no contexto da comunidade estudada e no registro das informações observadas por meio de notas e registros são elementares e determinantes para que o pesquisador alcance os objetivos ao recuperar tudo que foi coletado analisar. Outro, conhecedor da pesquisa qualitativa, o professor de sociologia Norman Denzin, remonta um momento determinante “escola de Chicago”, nas décadas de 1920 e 1930<sup>1</sup>, apresenta a observação participante “como uma estratégia de campo que combina, simultaneamente, a análise de documentos, a entrevista de informantes, a participação, a observação direta, e a introspecção” (Denzin, 2006, p. 15).

Após consultar diversos autores, pode-se identificar uma coincidência em três grandes fases processo de aplicação da técnica de observação participante, que vamos chamar aqui de *inserção*, *apropriação* e *síntese*. Na fase de inserção, busca-se saber um protocolo inicial de preparação da pesquisa; posteriormente, na fase de apropriação se desenvolve as etapas de entrada no campo, observação e análises com a conclusão.

---

1 Nas palavras de Denzin, a escola de Chicago: “[...] determinou a importância tanto da pesquisa qualitativa como no estudo de grupos humanos como na antropologia, citando alguns estudos importantes da mesma época, Boas, Mead, Benedict, Bateson, Evans-Pritchard, Radcliffe-Brow e Malinowski, que definiam a disciplina, traçaram os contornos do método de trabalho de campo [...]. A agenda era clara: o observador partia para um cenário estrangeiro a fim de estudar os costumes e os hábitos de outra cidade ou cultura [...]” (Denzin, 2006).

**Quadro 2. Fases processo de aplicação da técnica de observação participante**

<b>a) Primeira Fase: inserir</b>	<b>b) Segunda Fase apropriar</b>	<b>c) Terceira Fase: sintetizar e analisar dados</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisador busca uma primeira aproximação ao grupo social que pretende estudar, requer do investigador algumas habilidades de identificar as expectativas do grupo e capitalizar em favor do trabalho a ser desenvolvido, conquistar a confiança, identificar e eliminar obstáculos e ou resistências.</li> <li>• Essa fase é crucial para diminuir a distância que o separa do grupo social e ser aceito em seu próprio papel, ou seja, como um elemento externo disposto a realizar um estudo com a cooperação daquele grupo social;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisador adquire uma aproximação com o fim de traduzir presunção e ou constatar uma visão ampla da comunidade com a qual ela se identifique de forma comum.</li> <li>• Na instrumentalização desta etapa o investigador deve lançar mão de todas as fontes que estejam ao alcance, como documentos oficiais, reconstrução oral ou escrita da história do grupo, local, aspectos da vida cotidiana, identificar possíveis instituições e ou formas de atividades econômicas, identificar atores e ou figuras claves com as quais o grupo social se identifique e ou admirem. Nesta segunda fase se requer registro minucioso seja com uso de um diário de campo escrito ou gravado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisador realiza coleta dos dados, fase na qual é preciso sistematizar e organizar os dados esta é uma etapa difícil e delicada.</li> <li>• Análise dos dados deve informar ao pesquisador a situação real do grupo e sobre a percepção que este possui de seu estado.</li> </ul>

Ainda no sentido de estabelecer linhas gerais de análises do uso da observação participante, os autores DeWalt e DeWalt (2011), estabelecem uma distinção entre os processos a observação e a participação como dois momentos diferentes, além de evidenciar e um maior rigor metodológico na coleta de dados.

**Quadro 3**

<b>Distinção do processo em dois momentos:</b>		<b>Rigor Metodológico</b>
Observação	Fase I: aproximar/ solicitar permissão Fase II: desenho protocolo de pesquisa	Coleta de dados Seleção de dados (descara/conservar) Análise
Participação	(Aplicar protocolo/ registro)	

Adler e Adler (1987) dividem a observação participante em três categorias — periférica, ativa e completa — cujas características estão detalhadas

**Quadro 4. Observação participante**

<b>Tipos de observação</b>	<b>Periférica (Pouco Ativo)</b>	<b>Ativa (Ativo/ Funcional)</b>	<b>Completa (posição do pesquisador em relação grupo)</b>	
Papel do pesquisador	Pouco ativo: mais a margem, menor empenho, contato diário por meio de informantes-chave. pesquisador pouco ativo.	Desempenho ativo e funcional no grupo.	Duas categorias	Oportuno (pesquisador já faz parte do grupo)
				Conversão (pesquisador torna parte efetiva do grupo)
Pontos favoráveis	Propicia imparcialidade tanto na coleta como nas análises de campo.	Maior facilidade na aceitação do observador e na obtenção da confiança por parte do grupo.	Livre acesso ao ambiente pesquisado, possibilidade de coletar dados, mas completa minuciosas.	
Pontos desfavoráveis	Distância do grupo pesquisado, dificuldade em conquistar a confiança e inserção.	A imersão do pesquisador no grupo, limita autorreflexão, recomendado afastamento ou retirada periódicas do campo.	Linha de observação originário da experiência de longo período no campo.	

Em suma, após observar uma diversidade divisões, etapas e categorias, abalizados por autores apresentados anteriormente com uma ampla abrangência, identificamos três períodos elementares para realizar o desenho ou plano de trabalho à observação participante, estratégia inicial previa ao campo, a preparação da pesquisa (acercamento teórico e social/ preparação de protocolo e ferramentas de registro), logo a seguir o desenvolvimento da participação propriamente dita



(execução do plano inicial) e a conclusão ou finalização (seleção e classificação de dados coletados e análises dos resultados). Outros aspectos de grande relevância se refere a posição do pesquisador em termos de aproximação ao grupo de estudo e as distintas formas de atuação que venha a adotar durante o processo. As grandes etapas de uma a observação participante são a preparação da pesquisa, a entrada no campo, a observação (e análise) e a conclusão (e análise).

### **PLANEJAMENTO: PREPARAÇÃO DO TRABALHO, SELEÇÃO, SELEÇÃO DE MOSTRA**

Após apresentação anterior de uma rápida revisão bibliográfica, que pontuou os elementos de análises e estratégias de investigação com as fases principais do desenho, a continuação com o propósito de aprofundar a discussão, descrevem-se os procedimentos metodológicos que fundamentaram o estudo, fundamentados a partir da revisão da literatura sobre a observação participante.

Existe num consenso de que na Observação Participante não serão encontradas receitas prontas e acabadas de como executar cada passo com excelência, diligente e eficientemente. Em razão disso, a observação participante deve ser personalizada requerer um compromisso de longo prazo, considerando a variedade de fatores envolvidos. Diante do anterior, apresentamos a continuação, uma breve descrição de roteiro de procedimentos metodológicos, iniciando com a fase de preparação, análises, conclusão e redação do informe final.

Para operacionalizar o estudo, é basilar elaborar um protocolo de pesquisa contendo tema; objetivos e proposições teóricas utilizadas; dados do grupo ou comunidade participante; especificar as formas de coleta de dados; fontes de dados (primárias e secundárias); instrumento de coleta de dados; formatação do caderno de campo; critérios de análise e procedimentos de validade e confiabilidade adotados. Não é incomum o emprego de outras técnicas para complementar a observação participante, como entrevistas em busca de corroborar a percepção das pessoas e aprofundar ou excluir percepções destoantes das observações realizadas. Cabe ainda salientar a relevância da utilização de diários de campo, lançando mal de todas as ferramentas uteis na para preservar os elementos observados, assim evitando o risco de perder informações importantes se depender somente da memória do pesquisador.

1. Preparação:
2. Escolha do campo: previa revisão de informações preliminares preferencialmente com base teóricas e ou estudos de espertos sobre o tema e escolha: avaliar a disposição do grupo, a acessi-

bilidade às informações estratégicas e a possibilidade de atuar como um membro, ou seja, como observador participante, por um período de permanência indefinido.

3. Ingresso no campo, solicitar autorização, apresentar se como pesquisador e esclarecer os propósitos da investigação, trazer empatia e envolvimento nas atividades e rotinas diárias.
4. Processo de coleta de dados sistematizar as informações observadas, rever de forma constante os objetivos de pesquisa e fundamentar-se sempre na base teórica.
5. Análise das informações: a título de sugestão pode ser realizado em duas etapas sequenciais: “in loco” durante o processo e posterior após coleta de dados haver concluído.
6. “In loco” durante o processo avaliar as informações a partir das categorias previamente constituídas na coleta (exemplo: atores, tipo de relacionamentos, atuação, contexto)
7. Posterior após coleta de dados haver concluído, permitindo uma análise integrada, mas ponderada requer maior investimento de tempo e esforço significativo para concatenar os fatos, categorias de análises e finalidades.
8. Conclusão do processo de observação participante, será definida na ocasião em que o pesquisador se encontrar diante de duas situações possíveis, poderá encerrar a observação, revisitando seus dados e buscando complementações com outras formas de coleta.
9. O projeto ou fenômeno em estudo foi concluído ou extinto
10. Embora as observações estejam em andamento, não surjam novas informações ou padrões que ainda não tenham sido.
11. Redação do informe final para operacionalizar do estudo.

Cabe neste ponto uma breve ressalva, no sentido de que os aspectos e passos mencionados anteriormente busca apenas apontar um caminho para operacionalização de um estudo de campo empregando a observação participante, em hipóteses alguma pretende ser um receituário engessado. Para Angrosino (2009) e Kirk e Miller (1986), a confiabilidade na observação participante caracteriza-se pelo grau em que os achados independem de circunstâncias acidentais, e a consistência do processo de pesquisa ao longo do tempo contribui decisivamente para obtê-la. Na observação participante é importante considerar vários aspectos no processo de obtenção de dados, como por exemplo o investimento temporal, o pesquisador deve ter tempo, ser

paciente e se aplicar-se de forma muito cuidadosa ao planejamento prévio, considerando possíveis eventualidades que possam surgir durante o processo.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por fim, a aplicação da observação participante não deixa de ser um grande desafio, diante do envolvendo humano o pesquisador que exige uma capacidade de interatividade e intersubjetividade. Em direção a isso, compreende-se que um instrumento extremamente importante na aventura em busca pelo conhecimento social desde uma perspectiva interna humaniza a visão do “outro” enquanto indivíduo, encarados como atores ator principal de suas relações e condições de vida.

O papel que desempenha o investigador é fundamentalmente relevante tendo em vista que ao ser um novo membro do grupo passa a ser objeto de observação, tanto quanto, observa. Esta condição dúbia de observador e observado é a base sobre a qual de construir a relação de confiança absolutamente

A observação enquanto técnica demanda treinamento disciplinado, elaboração meticulosa e exige do pesquisador, habilidades para construir empatia ao colocar-se no lugar do outro, capacidade de entender os princípios gerais do cotidiana do grupo a ser investigado, flexibilidade para aderir os códigos de linguagem e interações pautadas nos princípios éticos. Finalmente o uso da técnica requer superar uma série de desafios em todas as etapas do processo desde a abordagem inicial como durante a coleta e a análise dos dados.

A utilização da observação participante como técnica de pesquisa de campo tem sido usada em diversos campos das ciências sociais o que teve início na antropologia, com uma grande afinidade por parte dos etnólogos, contudo nos últimos tempos vem sendo aplicada nas áreas de educação, empresas, internet, saúde em outras é possível encontrar uma ampla gama de publicações a respeito da técnica.

Finalmente, enfatizamos que as orientações contidas neste texto não pretendem encerrar a técnica em um modelo acirrado ou oferece regras estritas para seguir. Todavia limita se a sintetizar os diversos caminhos que estudiosos da área oferecem por meio de relatos de suas experiências em campo. Uma última caução importante na escolha da técnica é indagar: 1) se o estudo busca compreender uma realidade social específica? 2) necessita observar costumes, rituais e hábitos? Em resumo se o que se busca é a verdade dos fatos, conhecer um grupo social suas limitações e subjetividade a observação participante seria um instrumento excelente para alcançar tais metas.

**BIBLIOGRAFIA**

- Alves Mazzotti, Alda Judith e Gewandszajn, Fernando (1998). *O método nas ciências naturais e sociais*. São Paulo: Pioneiro.
- Angrosino, Michael (2009). *Etnografia e Observação Participante*. Porto Alegre: Artmed.
- Angrosino, Michael (2012). *Etnografía y Observación Participante en Investigación Cualitativa*. Madrid: Ediciones Morata.
- Becker, Howard Saul; Geer, Blanche e Simmons, Jerry (1969). *Participant observation and interviewing: a comparison.* Issues in participant observation: a text and reader. Massachusetts: Addison-Wesley.
- Bourdieu, Pierre (2003). *L'objectivation participante*. Paris: Actes de la Recherche en Sciences Sociales.
- Brandão, Carlos Rodrigues (1981). *Pesquisa participante*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Corbishley, Ângela e Carneiro, Maria (2001). Considerações sobre o uso da Observação Participante na pesquisa em enfermagem. *REME rev. min. enferm.*, 5(1/2), 82-85.
- Denzin, Norman Kent (2006). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens* (S. R. Netz, trad.). Porto Alegre: Artmed.
- DeWalt, De Kathleen Musante e DeWalt, Billie (2011). *Participant observation: a guide for fieldworks*. Plymouth: AltaMira.
- Diner, Steven J. (1975). *Departamento and discipline: The Department of Sociology at the University of Chicago, 1892-1920*. Chicago: Minerva.
- Godoy, Arilda Schmidt (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, 35(2), 57-63.
- Godoy, Arnaldo Sampaio de Moraes (2004). *Os desafios da antropologia em favor da interdisciplinaridade*. São Paulo: Tempo & Memória.
- Guber, Rosana (2001). *La Etnografía: Método, campo y reflexividad*. Bogotá: Norma.
- Kirk, Jerome e Miller, Marc (1986). *Reliability and validity in qualitative research*. Beverly Hills: Sage.
- Malinowski, Bronisław (1984). *Os argonautas do pacífico ocidental*. São Paulo: Abril Cultural.
- May, Tim (2004). *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. Porto Alegre: Artmed.
- McCurdy, Patrick (2014). Connecting Participant Observation Positions: Toward a Reflexive Framework for Studying Social Movements. *Sage Journals*, 26(1), 40-55.

- Milles, Matthew e Huberman, Michael (1984). *Qualitative Data Analysis: A Sourcebook of New Methods*. Thousand Oaks: SAGE publications.
- Schensul, Jean e Lecompte, Margaret (1999). *The Ethnographer's Toolkit. Seven Oaks Innovation*. California: Altamira Press.
- Serva, Maurício e Jaime Júnior, Pedro (1995). Observação participante e pesquisa em administração: uma postura antropológica. *RAE — Revista de Administração de Empresas*, 35, 64-79.
- Thiollent, Michel (1986). *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez.
- Triviños, Augusto Nivaldo S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa educativa em educação*. São Paulo: Atlas.
- Whyte, William F. (1993). *Street Corner Society* [4° ed.]. Chicago, Londres: The University of Chicago.

# **APLICAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DE METODOLOGIA QUALITATIVA NA PESQUISA SOCIAL EM SAÚDE**

## **REVISITANDO A TÉCNICA DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE**

Aldira Guimarães Duarte Domínguez

### **INTRODUÇÃO**

A técnica da observação participante, proposta no meio acadêmico pela Escola de Chicago nos anos 1920 e posteriormente adotada na América Latina a partir dos anos sessenta, tem sua origem no trabalho pioneiro do antropólogo britânico Bronisław Kasper Malinowski (1984), que buscava estudar os grupos sociais e sujeitos imergindo em suas rotinas e realidades. Sua obra, intitulada “Argonautas do Pacífico Ocidental” de 1922, introduz a observação-participante como método de pesquisa, discorrendo sobre o escopo da etnografia. O livro apresenta uma descrição densa da geografia do arquipélago de Trobriand (Papua-Nova Guiné) e relata a chegada do pesquisador às ilhas. A obra aborda o “kula”, um ritual vivenciado pelos habitantes locais, retratando as viagens realizadas em canoas, os aspectos mágicos envolvidos e as cerimônias associadas. O livro é concluído com um capítulo reflexivo sobre o significado do “kula”. Considerado um clássico da antropologia, essa obra fundamenta as teorias do funcionalismo, da etnografia contemporânea e da antropologia (Duham, 1986).

A observação participante consiste em uma ferramenta de coleta de dados utilizada em pesquisa de cunho teórico-empírico, que faz uso dos sentidos para obtenção de certos aspectos da realidade. Na técnica, o pesquisador insere-se no cenário de estudo, interagindo de forma

participativa em todas as situações e atividades realizadas pelos sujeitos observados. Pode ser classificada em observação simples — não estruturada, informal e espontânea — muito útil na fase inicial da pesquisa para melhor delimitar problemas e construir hipóteses; e observação sistemática ou estruturada — planejada, dirigida — com bases em categorias e instrumentos pré-definidos, apresentando como vantagem o fato de permitir a obtenção de dados mais homogêneos e rígidos (Brandão, 1984).

Apesar de sua relevância e pertinência no contexto da pesquisa qualitativa, ao longo dos anos, a técnica de observação participante tem sido fortemente criticada, principalmente por pesquisadores que fazem uso de métodos quantitativos e se debruçam nas pesquisas experimentais. Estes alegam que, na técnica em questão, há falta de rigor metodológico em relação à coleta, registro e interpretação da realidade pesquisada. As críticas impactaram tão fortemente a observação participante que a mesma ficou subvalorizada por algum tempo, o que explica a falta de estudos utilizando a técnica, principalmente no campo da pesquisa social e antropológica em saúde. Isso porque, em muitos casos, a observação participante ainda é associada a interpretações meramente emotivas e subjetivas, sem rigor técnico-científico (Chizzotti, 2003).

Sua aplicação, representa para o campo da saúde um movimento bastante promissor, principalmente quando o que se quer é entender como os fenômenos e fatos sociais influenciam as condições de vida e saúde das pessoas. Isso porque a técnica auxilia nas descrições e interpretações de situações socioemocionais não mensuradas pelo método de pesquisa quantitativa. Destaca-se aqui o relevante papel das pesquisas vinculadas à área da saúde coletiva, compreendida como um campo científico onde se produz conhecimentos sobre o conceito de “saúde”, que envolve diversas disciplinas que o abordam desde diferentes perspectivas.<sup>1</sup> Ademais, a saúde coletiva é também um promissor espaço de práticas, onde ocorrem ações que podem ser promovidas por várias organizações e instituições, realizadas por diferentes agentes especializados ou não, tanto de dentro, como de fora do setor da saúde (Paim e Almeida Filho, 1998).<sup>2</sup>

---

1 Vale destacar que o uso do termo “saúde coletiva” teve início em 1979, por um grupo de profissionais da saúde pública e medicina preventiva e social. O propósito era estabelecer um campo científico fundamentado em uma abordagem teórico-metodológica que enfatizasse o aspecto social como categoria analítica. É importante ressaltar esse marco na história da saúde, pois representa o reconhecimento crescente da relevância do enfoque coletivo na compreensão e promoção da qualidade de vida (Nunes, 1995).

2 Foi, portanto, no contexto dos movimentos sociais pela redemocratização do país na década de 1980 e pela reforma sanitária que surgiu a saúde coletiva enquanto campo de saber e de prática. Nesse período também, o Sistema Único de Saúde tem sua origem factual, sendo aprovado na Constituição de 1988. Estudadas a partir

Minayo (2018) em seu artigo sobre as contribuições da antropologia para a prática clínica e saúde coletiva, apresenta algumas razões pelas quais a aproximação entre biomedicina, saúde pública e antropologia é importante. Para ela:

a) cada vez mais gestores e profissionais são confrontados com a necessidade de avaliar a efetividade de suas intervenções, do ponto de vista dos usuários e da opinião pública; b) a antropologia e as abordagens qualitativas proporcionam uma abordagem mais abrangente e refinada das práticas e do setor e das representações dos atores implicados; c) a comunicação com o público por parte da equipe médica e de saúde exige uma melhor apreciação dos conhecimentos e das motivações de uns e de outros; d) o anseio de autonomia dos usuários e a consciência cada vez mais clara de que saúde é um bem da sociedade, ressalta a importância de uma interação compreensiva e recursiva entre as áreas. Por fim, reconhece que apesar da relevância desse encontro, a relação entre as ciências da saúde não é dada, não é fácil, e não é valorizada com a importância que deveria merecer (Minayo, 2018, p. 71).

Assim, reconhece-se aqui que são muitas as contribuições que as pesquisas sociais em saúde podem aportar para essa grande área do conhecimento. Por exemplo, mapeando conflitos e tensões, iniquidades, exclusões, vulnerabilidades, além de possibilitar a identificação de grupos sociais que têm em si a sensibilidade e motivação para se organizar e promover as mudanças necessárias (Richardson, 1999).

Neste sentido, este estudo tem como objetivo apresentar a técnica de observação participante como uma importante ferramenta de pesquisa social, inclusive com aplicações no campo da saúde coletiva. Aqui, o leitor terá informações sobre as vantagens e desvantagens, assim como, direcionamentos metodológicos que prezam pelo rigor científico ao se utilizar a técnica. Tudo isso, com o intuito de anular ou atenuar vieses que ao longo dos anos têm desqualificado uma técnica que é muito importante, relevante e necessária na construção de conhecimentos. Além de fornecer evidência passível de subsidiar os gestores de saúde em processos de tomada de decisão mais assertivos, e em consonância com as reais necessidades sociais.

### **MERGULHANDO NA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE: APRESENTAÇÃO DA TÉCNICA**

A técnica da observação participante consiste em um procedimento metodológico utilizado em pesquisa de cunho teórico-empírico, que

---

de três grandes dimensões: a saúde coletiva contempla áreas como: planejamento de gestão de políticas; epidemiologia social e clássica; e ciências sociais humanas, dimensão esta que legitima as pesquisas com a aplicação da técnica de observação participante no campo da saúde coletiva.



faz uso da vivência direta do investigador em campo para a obtenção de determinados aspectos da realidade que se deseja estudar. É também conhecida como observação ativa, já que a presença do acadêmico *in loco* se faz necessária para a coleta dos dados, sendo a interação do pesquisador com os sujeitos e os cenários observados um fator determinante para o sucesso da pesquisa (Severino, 2007).

Vale ressaltar que a técnica é utilizada para estudar fenômenos que ocorrem naturalmente, no sentido de não ser controlado ou manipulado pelo pesquisador. Os observadores não buscam por dados numéricos e estatísticos. A importância da técnica é atribuída à valorização do agir e da práxis humana, razão pela qual pode-se dizer que o observador participante deve usar seus sentidos como o principal e mais confiável instrumento da seleção, coordenação e interpretação dos dados. Destaca-se aqui a importância de um preparo técnico prévio do pesquisador antes de adentrar a campo. Em um estudo de observação participante em unidades de terapias intensivas desenvolvido por Sprenger (1989), o autor relata que primeiramente passou por um curso básico sobre medicina de terapias intensivas para se familiarizar com as terminologias comumente utilizadas pelos profissionais no setor. Ademais, traçou um roteiro do que deveria ser observado, contemplando aspectos como a rotina médica e as visitas de familiares, tudo isso, antes de entrar no cenário a ser estudado.

Leituras sobre como se posicionar no território/cenário, tanto quanto, entender a importância da rigorosidade científica e neutralidade do pesquisador, é sumamente necessário para a confiabilidade, validação e aceitação posterior dos resultados da pesquisa no meio científico. De fato, não se trata de uma observação informal do dia-a-dia. Consiste em um procedimento de observação sistemático, categórico e pragmático amparado por princípios técnicos, éticos e teórico-científicos (Flick, 2009).

A técnica difere das outras formas de coleta de dados porque registra em diários a realidade estudada, sendo a capacidade de dialogar e a memorização as principais aliadas do pesquisador. Isso porque o observador deve se inserir no cenário da pesquisa e na vida cotidiana das pessoas estudadas. Em outras palavras, a coleta dos dados se dá por meio da inserção direta do pesquisador no fenômeno a ser observado, devendo imergir nas atividades da vida diária das pessoas e/ou grupos a serem investigados com o propósito de observar: hábitos, posturas, atitudes, indiferenças, comportamentos, competências, habilidades, costumes, cultura, condições sociais, dentre outros aspectos (Le Boterf, 1999).<sup>3</sup>

---

3 Nesta linha de pensamento, vale relatar que em um projeto de pesquisa desenvolvido pela autora deste trabalho em São Sebastião, cidade satélite do Distrito Federal, em

Corroborar-se, portanto, que a técnica de observação participante se apresenta como uma importante aliada na busca por se construir conhecimentos para se entender as reais necessidades e demandas em saúde, principalmente as necessidades coletivas comumente presentes em muitos territórios e comunidades nas cidades e também em áreas rurais, bem como em contexto de alta vulnerabilidade político-social e sanitária.

Vale destacar que nas pesquisas qualitativas são utilizados métodos e técnicas na coleta de dados que costumam ocorrer de modo interativo e que podem ser norteadas por um roteiro flexível, podendo ser gravadas e/ou registradas em diários de campo. É importante mencionar que, embora nas anotações de campo os nomes das pessoas observadas sejam fictícios por respeito aos preceitos éticos do anonimato e sigilo das informações, os sujeitos da pesquisa são reais e geralmente se conhecem por serem parte de um coletivo, comunidade ou instituição (Turato, 2003).

Desde a perspectiva da pesquisa social em saúde, destaca-se aqui o papel do sanitarista. Quer dizer, um profissional que durante a graduação em saúde coletiva recebe uma formação que contempla aspectos da gestão, com vistas a otimizar os recursos existentes na superação dos desafios próprios do setor. Por princípio, a atuação desse profissional exige, sempre, o envolvimento de equipes multiprofissionais com um enfoque interdisciplinar (Domínguez e Cruvinel, 2018). Esse tipo de enfoque é sumamente relevante quando o que se busca é a solução dos problemas crônicos que constantemente são observados no setor da saúde como: recursos escassos, falta de financiamento, carência de profissionais e a centralização dos mesmos nos grandes centros urbanos. Além disso, infra-estruturas precárias, superlotação dos hospitais, falta de leitos, subvalorização de ações de prevenção e promoção da saúde, dentre outros. Em paralelo, a técnica permite identificar potencialidades, oportunidades e outros aspectos positivos decorrente de uma adequada atenção conforme preceitos constitucionais, cívicos e republicanos.

---

2004, cujo enfoque era destacar o papel social do fisioterapeuta, um grupo de estudantes acompanhou pessoas da comunidade em atendimento. Uma senhora com queixas de dores na coluna sempre ia para sua casa sem dores após os atendimentos. No entanto, quando retornava para as sessões seguintes relatava que as dores voltaram. Somente após um processo sistemático de observação e diálogos sobre sua rotina, assim como, a posição como dormia, foi que a senhora relatou que o colchão de sua cama estava afundado no meio. Intervenções para resolver as dores que a paciente apresentava e que estava relacionada com as más condições do seu colchão só podem ser resolvidas quando se descobre a causa. Neste sentido, a observação interligada à pesquisa social em saúde apresenta-se como uma ferramenta bastante promissora em mapear as causas e inferências dos problemas estudados em campo (Domínguez, 2005).

Em estudo realizado por Queiroz *et al.* (2007), sobre a aplicação da técnica de observação participante na pesquisa social em saúde, em que foi realizada uma revisão sistemática e crítica da literatura publicada sobre o tema, chegou-se à conclusão de que essa técnica se apresenta como uma importante ferramenta para a construção do conhecimento nas pesquisas na área, principalmente quando se trata de estudar as necessidades sociais e sanitárias de comunidades e pessoas. Aponta ainda que são poucas as publicações e experiências que permitem ao pesquisador comprometido em investigar as demandas setoriais, imergir na realidade do objeto de estudo. Aprofundar nessa realidade é essencial, no entanto, deve-se ter clareza e domínio da fundamentação teórica que embasa o estudo a ser desenvolvido, bem como conhecimento prévio da conduta e postura a ser adotada em campo.

Um dos grandes desafios dos pesquisadores sociais em saúde é desenvolver um olhar para o setor, que ultrapasse os muros dos conhecimentos técnicos e mecanicistas próprios do modelo biomédico, com foco na saúde pública, nas comunidades e indivíduos. Ressalta-se aqui mais uma vez o papel do profissional sanitário. Vale mencionar que existem diferenças entre a saúde coletiva e a saúde pública. Enquanto a saúde pública se concentra no estudo do adoecimento com base na epidemiologia tradicional, a saúde coletiva se dedica à melhoria da qualidade de vida da população, levando em conta os determinantes sociais no processo saúde-doença. Seu foco de estudo está nas necessidades sociais das coletividades (Minayo, 2004; conferir Apêndice 1).

É importante ressaltar que a saúde coletiva não nega a importância e relevância da saúde pública, mas busca atuar de forma a complementar seus princípios, desde uma perspectiva mais ampla, abrangente e holística no cuidado. Sabe-se que fortalecer ações de prevenção e promoção da saúde é sumamente necessário. É nesta linha de intervenção que a pesquisa social em saúde com foco nos interesses coletivos atua. Busca-se, em consequência, contemplar pesquisas sobre: a) estado sanitário da população; b) a degradação ambiental e o impacto na saúde humana; c) mudanças climáticas e saúde; d) relação do processo de trabalho com o adoecimento; e) intervenção de grupos e classes sociais sobre questões sanitárias; f) elaboração e implementação de políticas públicas, dentre outros (Paim e Almeida Filho, 1998). Em todos esses contextos, a técnica de observação participante pode ser aplicada como alternativa para os pesquisadores sanitários.

Assim, o comportamento e atitude do observador em campo deve considerar sob o ponto de vista do problema objeto pesquisado certos valores e condutas desejáveis. Dentre elas: respeito, profissionalismo,

ética, empatia, confiança e uma interação bastante próxima do cenário e das pessoas. Significa abrir-se para o coletivo, comunidade ou instituição em que se está inserido, e se mostrar sensível à cultura do local. Vale lembrar que a socialização do pesquisador faz parte da condição e da continuação da pesquisa. Há casos em que os informantes se desmotivam com a pesquisa e deixam de aportar suas opiniões e percepções sobre o fenômeno a ser observado, comprometendo a continuidade do projeto. Até porque a observação pode ocorrer de forma natural, quando o pesquisador já faz parte da comunidade a ser estudada; e artificial, quando ele se integra ao grupo a ser estudado apenas com o início da pesquisa. Nesse último caso, é quando o poder de empatia e carisma do pesquisador deve ser mais destacado para que possa ser aceito e acolhido pelos informantes e/ou coparticipantes.

Como já mencionado a coleta de dados pela observação participante segue uma série de regras e critérios científicos. *Grosso modo*, a técnica em questão permite ao pesquisador coletar dados por meio da observação do problema objeto que está sendo estudado, ou situações em que aquele fenômeno está ocorrendo, sendo este fato uma das vantagens da técnica. Outras vantagens da técnica incluem: a) ser de fácil aplicação e baixo custo; b) as informações são obtidas na presença do observador, ou seja, no momento em que os fatos ou fenômenos estão ocorrendo, sem encenações e artificialidades; c) permite o acesso a dados e informações muitas vezes confidenciais para o grupo, e que em outros contextos de pesquisa não seriam capturados; d) possibilita compreender determinados comportamentos devido a presença de esclarecimentos sobre fatos e fenômenos *in loco*; e) traz um retorno imediato na compreensão dos fatos e fenômenos sem exigir muitos dos sujeitos observados; f) consiste em uma das formas mais diretas de se estudar satisfatoriamente uma ampla variedade de fenômenos do comportamento humano; e g) é uma técnica bastante eficaz para comprovar, ou não, os relatos dos sujeitos, já que nem sempre o que eles falam, é o que demonstram em suas atitudes e comportamentos (Gil, 1999).

Embora a técnica de observação participante possua todas essas vantagens e traga importantes informações e aportes para a comunidade científica e tomadores de decisão, ela também apresenta algumas desvantagens. Dentre tais desvantagens é plausível identificar as seguintes: a) risco de influências subjetivas do observador sob a realidade estudada; b) é uma técnica de pesquisa que pode durar muito tempo, principalmente se o pesquisador não tiver domínio de aspectos teóricos, o que significa várias visitas a campo; c) a observação pode ser influenciada pelo olhar do pesquisador, ou seja, há riscos de se incluir juízos de valores (vieses) nos fatos e fenômenos observados; d)

exige muito estudo e expertise do pesquisador, pois se mal sistematizada pode não ter credibilidade, validade, confiabilidade e pertinência científica; e) pode se tornar tendenciosa caso o observador permaneça limitado e circunscrito a somente alguns aspectos do fenômeno observado, principalmente aos do seu interesse (Gil, 1999).

Em síntese, entende-se que assim como outras técnicas de pesquisa social em saúde, a observação participante também apresenta tanto vantagens como desvantagens que precisam ser consideradas no desenho e planejamento do trabalho. Em retrospectiva, quando bem utilizada e sistematizada, a referida técnica tem um potencial de contribuição muito significativo tanto para estudante quanto para pesquisadores formados.

### **ESTÁGIOS E MOMENTOS DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE**

Considerando que a pesquisa social em saúde deve girar em torno de um problema do coletivo, a aplicação da técnica de observação participante deve contemplar os seguintes estágios ou fases: a) desenho e preparação da pesquisa, em que busca-se traçar os procedimentos metodológicos a serem utilizados; b) entrada em campo, o que implica conhecimento preliminar da população que será estudada; c) observação e análise crítica dos problemas considerados; e, d) conclusão e aplicação de um plano de ação (Flick, 2009).

### **DESENHO E PLANEJAMENTO DA PESQUISA**

No que se refere ao desenho e preparação da pesquisa, recomenda-se: a) discussão do projeto de pesquisa; b) definição do quadro teórico de referência; c) delimitação da área/cenário/território a ser observado; d) mapeamento das instituições, grupos, associações que serão estudadas; e) distribuição de tarefas, partilhas e decisões; f) formação da equipe de profissionais que apoiarão a pesquisa; e g) construção de um cronograma de atividades (Le Boterf, 1999).

Na fase do desenho da pesquisa, reconhece-se que muitos analistas, incluindo aqueles que investigam as necessidades sociais em saúde, possuem algumas questões gerais em mente quando se dirigem a campo. No contexto do desenho de pesquisa utilizando a técnica da observação participante, essas questões tendem a ser flexíveis, tanto antes, quanto durante o processo. Embora os observadores participantes possuam uma metodologia e talvez se interessem por investigações gerais, as características específicas de seu estudo só se desenvolvem à medida que as atividades de campo ocorrem (Minayo e Sanches, 1993). Ao contrário do que acontece com a maioria dos métodos, nos quais as hipóteses e procedimentos dos investigadores são apresentados previamente, na observação participante, enquanto

não se vai a campo, o cientista não tem clareza sobre o que perguntar, e como fazer a pergunta. O mesmo ocorre com a elaboração dos objetivos do estudo.

Pronomes interrogativos como: que, quem, qual, quanto; tanto quanto, porquê, quando, onde, ou como, são comumente utilizados nesta fase. Como já mencionado, o problema de pesquisa, objetivo e a pergunta norteadora, devem ser considerados preliminares ou provisórios. Servirão de ponto de partida, pois dependendo do que o observador encontrar no cenário escolhido para o estudo, as referidas perguntas orientadoras precisarão passar por modificações. Ter essa clareza sobre a necessidade de ser flexível durante o desenho da pesquisa, e o trabalho de campo, é essencial.<sup>4</sup>

Ir a campo com uma imagem preconcebida das pessoas e acontecimentos que se pretende estudar é outro risco que deve ser evitado ao se começar um estudo. Eis o motivo de parte dos observadores participantes buscarem entrar em campo sem hipótese ou conceitos específicos. Pois é bastante comum os acadêmicos descobrirem depois de entrar em campo com perguntas e hipóteses preconcebidas, que suas temáticas e problemas de interesse de investigação não se ajustavam aos fenômenos observados nos cenários escolhidos para o desenvolvimento da pesquisa. Nessa linha, parece pertinente acrescentar que, em um estudo sobre hospitais para pessoas com problemas psiquiátricos, um pesquisador entrou em campo com o objetivo de investigar as perspectivas dos internados a respeito da instituição, só que se deparou com o fato de que muitos dos internados eram não verbais; e outros, resistentes a falar, muitas vezes se travando, sem conseguir se expressar (Taylor, 1977).

Sobre o tema, Flick (2009) destaca que uma vez iniciado o estudo não se deve surpreender se o cenário não é o que se pensava que era. Quem pauta pesquisas sociais em saúde a partir de questões teóricas específicas, deve estar aberto para ajustar seu planejamento ao adentrar em campo. Isso ocorre porque não se deve limitar o estudo

---

4 Sendo assim, considere-se a situação seguinte acompanhada pela autora deste texto, em um acordo de parceria entre futuros egressos do curso de saúde coletiva da Universidade de Brasília com o Sistema de Limpeza Urbano — SLU do Distrito Federal, os estudantes elaboraram uma proposta de atuação voltada para apoiar a parte de processamento de dados da instituição. No entanto, quanto a proposta foi apresentada aos gestores do SLU, os estudantes foram surpreendidos com uma outra demanda de intervenção totalmente diferente. Na verdade, os gestores em questão estavam precisando de apoio na área da saúde mental, pois percebiam muitos casos de alcoolismo, depressão e ansiedade entre os trabalhadores. Eis a importância de se fazer um diagnóstico preliminar e exploratório para se ter mais certeza na hora de propor o problema objeto de estudo propriamente dito.

a interesses teóricos, particularmente quando se analisam fenômenos sociais relacionados à saúde humana. Mas sim, explorar os fenômenos tais como eles insurgem durante a observação. É importante destacar que todos os cenários e grupos sociais elegíveis para os estudos no campo da pesquisa social em saúde levantam importantes questões teóricas.

É também nesta fase do desenho que o pesquisador deve escolher o local/cenário onde o estudo será desenvolvido, bem como, o grupo social que se pretende estudar. Podendo abranger comunidades, territórios, instituição/organização, hospital/ unidades de saúde, ecossistemas urbanos, órgãos públicos e semipúblicos, dentre outros. Aqui, o cientista tem que ter clareza acerca de qual será o seu papel durante a pesquisa. Essa escolha dependerá da natureza do seu estudo e dos objetivos planteados.

No que diz respeito à amostragem, os investigadores qualitativos que utilizam a técnica da observação participante definem quem participará da pesquisa à medida que o estudo progride. Glaser e Strauss (1967) utilizam a expressão “amostra teórica” para designar um procedimento mediante o qual os interessados incluem casos adicionais a serem estudados de acordo com aportes de novas percepções que poderão servir de aprimoramento e expansão das impressões já obtidas.

Desde a perspectiva analítica, é comum que as perguntas de pesquisa pertençam a uma das seguintes categorias: substanciais ou teóricas. As categorias substanciais abordam perguntas relacionadas com um problema específico em um particular tipo de cenário. Por exemplo, pode-se estar interessado em estudar um hospital para enfermos mentais, o acesso aos serviços de saúde na atenção primária, os parques urbanos como promotores de saúde, o agente comunitário de saúde em áreas de alta vulnerabilidade político-social e sanitária, dentre outros. A segunda categoria, ou seja, a teórica, está mais estreitamente ligada com problemas sociológicos básicos, tais como, a participação social, a equidade e o acesso universal ao sistema de saúde, a regionalização etc. Ambas as categorias estão inter-relacionadas. Um bom estudo qualitativo deve combinar uma compreensão e uma análise interpretativa do cenário estudado com abordagens teóricas mais abrangentes e transcendentais.

É sumamente importante que o pesquisador planeje detalhadamente todas as atividades que irá realizar em campo. Determine e registre os períodos de observação, as técnicas de coleta de dados (como observação direta, entrevistas informais, anotações em diário, realização de filmagens e gravações), bem como a duração e frequência das suas visitas. É recomendável nesta fase também, obter as permissões necessárias para acessar o ambiente de interesse do trabalho. Conco-



mitantemente, o projeto de investigação deverá ser aprovado em um Comitê de Ética em Pesquisa.

Trata-se de seguir as Resoluções de Ética em Pesquisa, bem como submeter os projetos aos devidos comitês de ética. Este assunto é particularmente sensível quando se trata de ética em pesquisa que envolve população em situação de vulnerabilidade, eis os casos de comunidades indígenas, idosos, crianças, mulheres, e minorias étnicas raciais.

Considerando o caso específico dos antropólogos que realizam pesquisa social em saúde, é necessário ter conhecimento acerca do denominado Código de Ética do Antropólogo e da Antropóloga (Associação Brasileira de Antropologia, 2012). Para os fins deste estudo, é significativo destacar que o referido documento preconiza que são direitos a serem respeitados nas populações objeto de pesquisa os seguintes: 1) Direito de ser devidamente informadas sobre a natureza da pesquisa em questão; 2) Direito de recusar-se a participar voluntariamente de uma pesquisa sem qualquer coação; 3) Direito de preservação de sua intimidade, de acordo com seus padrões culturais, assegurando sua identidade e privacidade; 4) Garantia de que a colaboração prestada à investigação não será utilizada com a intenção de prejudicar o grupo estudado; 5) Direito de acesso aos resultados da pesquisa, de modo a compreenderem os achados do estudo; ou 6) O reconhecimento do direito de autoria das populações sobre sua própria produção cultural, valorizando e respeitando sua contribuição com a pesquisa. Ponderações éticas semelhantes deverão ser consideradas por outros investigadores que utilizam a técnica de observação participante.

### **EXPLORANDO AS POSSIBILIDADES: A BUSCA PELO CENÁRIO**

O cenário ideal para a observação participante é aquele no qual o pesquisador tem fácil acesso, estabelece uma boa relação com os informantes e recolhe dados diretamente relacionados com os interesses investigativos. Vale mencionar que tais cenários não são tão simples de encontrar. Entrar em um cenário sem conhecer as pessoas do local é muito difícil, delicado, e pede paciência. O pesquisador deve negociar o acesso ao cenário gradualmente, e ir ganhando lentamente a confiança dos informantes. Nessa situação, existe o risco latente de que os observadores fiquem perdidos durante semanas e meses tentando articular o ingresso no cenário selecionado para o estudo (Bessa e Moreira, 2013).

Vale ressaltar que as dificuldades nessa fase inicial não devem ser motivo de desistência. Pelo contrário, o pesquisador deve insistir, pois não há guias indicando quando se deve desistir de um cenário. Ou-



trossim, não é recomendado que os investigadores estudem cenários nos quais tenham uma direta participação pessoal ou profissional. Sabe-se que alguns observadores tendem a estudar contextos envolvendo amigos, parentes e colegas de trabalho, correndo o risco de gerar vieses na observação dos fatos que podem ser analisados desde um único ponto de vista, já introjetado na percepção do observador, principalmente quando os assuntos são temas relacionados à saúde humana. Isso porque os intemperes da vida às vezes geram mal-entendidos e as pessoas assumem modos de ver as coisas de maneira unilateral.

Nesse sentido, o investigador deve estar sensível e aberto para entender que a sua visão da realidade é só uma entre muitas possíveis. Por outro lado, o receio de ofender e desgostar amigos, familiares e colegas de trabalho poderia limitar o estudo. É muito difícil e desafiador para os pesquisadores envolvidos em estudar temas nos quais tenham interesse direto, manter a neutralidade científica, anulando e controlando suas próprias perspectivas, opiniões e sentimentos sobre o assunto. Usualmente existe a tendência em compartilhar com os informantes suas percepções e sentidos em comum, assim como, seus princípios, valores, e visões de mundo. Neste diapasão, cumpre acrescentar que já houve caso em que o observador de um programa de modificação de conduta caracterizou os comportamentos dos clientes como apropriados e inapropriados. Eis um viés que pode vir a invalidar todo o esforço do referido acadêmico.

Sabe-se que a investigação nunca está livre de juízos de valores. Quando o assunto envolve as condições de saúde e vida humana, a busca pela neutralidade científica é mais desafiadora, tendo em vista que às vezes o observador pode ser envolvido por sentimentos de tristeza, dor, indignação, revolta e impotência. Nas pesquisas sociais em saúde comumente é impossível permanecer desapegado, frio e sem envolvimento sentimental. Sabe-se que, quanto mais próximo se está do problema-objeto, mais difícil fica desenvolver uma perspectiva crítica e reflexiva ideal para conduzir um estudo consistente. Assim, com poucas exceções, recomenda-se ao pesquisador fugir de temas acerca dos que tenha conhecimento prévio dos fatos e dos fenômenos que o margeiam, para não ser influenciado e influenciar a observação (Gouldner, 1970).

O envolvimento do cientista com os fatos e pessoas observadas é outro ponto a ser considerado. Os pesquisadores quase sempre desenvolvem algumas simpatias — ou deveriam desenvolver — com as pessoas que participarão do estudo, devendo fazer uso deste fato, para explicar para os informantes sobre os objetivos e seu interesse no projeto em questão. Lembrando que informações muito detalhadas podem gerar inibições, resistências, rejeições e até deixar os resulta-

dos do estudo tendenciosos. Comumente os observadores experientes fazem uso da verdade, no entanto, de forma vaga e imprecisa. É uma postura que atende os preceitos éticos e, ao mesmo tempo, blinda os objetivos a serem alcançados (Queiroz *et al.*, 2007). Tendo dito isso, cumpre reiterar que mentir sobre os interesses do estudo pode gerar no pesquisador insegurança e medo de ser descoberto. Ademais, se descoberto, corre-se o risco de ser expulso do cenário.

### **ACESSO AO CENÁRIO: UMA JORNADA NA BUSCA DE PERMISSÕES E CONSENTIMENTOS**

Comumente os observadores obtêm acesso aos cenários de pesquisa solicitando permissão às chefias responsáveis pelo setor, comunidade ou instituição. A estas pessoas Becker (1993) denomina “porteiros”. Trata-se de convencer ao porteiro de que você é um pesquisador que não representa ameaça e risco para as pessoas, comunidade ou coletivo. Ademais, não provocará danos ao local estudado. Tradicionalmente os porteiros se sentem mais cómodos em lidar com estudantes, por considerar que estes buscam somente cumprir com as tarefas atribuídas nas suas aulas, e com exigências muitas vezes dos programas de pós-graduação. A ingenuidade e ansiedade dos estudantes quando chegam ao cenário, com frequência, atraem simpatia e ajuda das pessoas da comunidade, que podem abrir as portas para o desenvolvimento do projeto.

Os pesquisadores às vezes se surpreendem com o acessível que são a maioria das comunidades ou organizações. No entanto, os escalões superiores de corporações, hospitais, presídios, quartéis militares, organismos governamentais ou semelhantes, são de penetração notoriamente difícil (Hass e Shaffir, 1984). Geralmente o observador precisaria obter uma permissão escrita de alguma outra pessoa para frequentar esses tipos de locais, e dependendo da repartição/setor/instituição/localidade pode ser muito burocrático conseguir esse acesso, considerando as mais diversas particularidades.

Quando a abordagem direta não dá resultado, é possível empregar outras táticas para obter acesso ao cenário. Seja por meio de indicação de algum conhecido que atua ou trabalha no local, ou até entrando no cenário como voluntário, para ganhar a confiança das pessoas e a partir de aí conseguir autorização para desenvolver a pesquisa. A maioria dos investigadores comumente conta com o apoio de amigos, parentes e conhecidos que têm contato dentro de organizações; são essas pessoas que facilitam a entrada em campo. Uma vez que o pesquisador consegue a autorização para acessar ao cenário a ser estudado, deve guardar certo distanciamento e não depender excessivamente do porteiro para evitar jogos de interesses e vieses na coleta dos dados (Van

Maanen, 1989). Entretanto, a literatura consultada também recomenda manter um relacionamento privilegiado com certos participantes nos quais possam consultar sobre fatos incompreensíveis ou duvidosos. Isto é traduzir gestos, condutas e determinações.

Vale destacar que os estudos utilizando a técnica de observação participante podem acontecer em cenários públicos como: parques urbanos, hospitais, unidades básicas de saúde, comunidades, dentre outros. Também em cenários semi-públicos, como bares, escolas, restaurantes, salões de beleza, teatros, negócios, etc. E até em espaços privados como empresas de diferentes setores da economia. Nestes dois últimos cenários, de modo geral, os investigadores devem negociar seu acesso com os porteiros e os proprietários ou responsáveis pelo local.

Recomenda-se que, em lugares públicos, o observador se coloque em locais de muita movimentação e ação, devendo se direcionar às pessoas e iniciar conversas casuais com elas. Deve criar estratégia para abordá-las pois, ainda que seja comum indivíduos que não se conhecem conversam informalmente, isso pode levantar suspeitas, principalmente se demonstrar demasiado interesse por determinados assuntos ou fazer demasiadas perguntas. Nesses casos, comumente o pesquisador poderá ser facilmente confundido como um curioso, fofoqueiro, infiltrado e até um agente secreto. Dependendo do cenário, é necessário que o observador se apresente como pesquisador e explique seus propósitos, antes de que os interlocutores comecem a duvidar de suas intenções (Angrosino, 2009).

### **IMERSÃO NO CENÁRIO DE CAMPO: DESBRAVANDO A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE**

Nesta fase começa o processo de interação direta do pesquisador com o cenário e as pessoas a serem observadas. Durante as suas visitas ao campo, é recomendável que o pesquisador anote todos os dados relevantes para seu trabalho. Isso pode envolver a observação de comportamentos, a participação em atividades, a realização de entrevistas informais com os participantes, dentre outros procedimentos de coleta de dados qualitativos. Adicionalmente, a autorização para participar da pesquisa deve ser respaldada pela assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Ademais, é imprescindível que o observador esteja atento a outros princípios éticos da pesquisa, como a confidencialidade, sigilo dos dados pessoais, respeito e proteção dos direitos dos participantes. Lembre-se de que o interessado é um observador e pesquisador e, portanto, deve agir sempre de forma ética.

Existem três modalidades de observador: a) o observador como participante, nas quais o tempo de contato com o grupo é curto e

superficial; b) o observador total, em que o pesquisador omite interação direta com os informantes e o grupo não sabe que está sendo observado; e, c) a modalidade de participante como observador, aliás, a que mais propicia o envolvimento do pesquisador com o grupo pesquisado, que poderá alterar os objetivos, não chegando a alcançá-los, pelo fato de a participação do pesquisador ser mais profunda (Haguette, 2013).

Os primeiros dias em campo constitui um período de adaptação no qual o observador deve procurar fazer com que as pessoas se sintam cómodas e a vontade do seu lado, eliminando qualquer dúvida sobre suas intenções e integridade. Deve entrar no campo buscando estabelecer relações abertas com os informantes, bem como se colocar como parte integrante do cenário. Tem que ter claro que sua inserção no cenário pode ter diferentes graus de aceitação já que comumente nesses espaços, há sempre disputa por poder. Em consequência, sugere-se manter as pessoas informadas sobre quem você é, e o que irá fazer no cenário para evitar contratempos, divergências, mal-entendidos e contradições.

Vale destacar que durante os primeiros dias em campo o pesquisador deve se dedicar somente a observar, buscando se adaptar e familiarizar-se com o ambiente e as pessoas. Neste período, a coleta dos dados é secundária. Um dos caminhos mais fácil para consolidar as relações com as pessoas consiste em estabelecer o que se tem em comum com elas. A troca de informações e conversas descontraídas é um meio pelo qual os observadores conseguem quebrar o gelo e as resistências naturais diante de uma pessoa até pouco tempo desconhecida. Perguntas abertas e desinteressadas também podem ajudar nesse processo. Portanto, uma boa dica é anotar algumas perguntas gerais antes de ir a campo, como por exemplo: poderia me falar da sua perspectiva sobre este lugar? Como chegou neste local? Comumente tem se observado que, se bem conduzida a entrada em campo, os observadores se tornam as pessoas que melhor conhecem e entendem o que pensa cada um dos informantes. Todavia, lembre-se que, desde o ponto de vista ético, deve-se manter esses conhecimentos e informações obtidas em sigilo absoluto. É um assunto ainda em debate se o sigilo acadêmico inclui encobrir práticas que chocam e contradiz os códigos penais e a legislação vigente em termos nacionais (exploração sexual, práticas criminosas, discriminações de diferentes tipos, dentre outras).

O observador deve estar sempre atento com os informantes que têm a tendência a controlar a investigação. Sendo assim, é o próprio pesquisador que deve eleger os lugares e momento para observar, mesmo considerando que isso possa representar um aumento ou di-

minuição da confiança dos informantes no observador. As condições da investigação de campo: o quê, quem, quando, onde, como e porquê devem ser negociadas continuamente, até se estabelecer um equilíbrio entre a realização da pesquisa tal como se considera adequada para a elaboração do relatório final e do plano de ação.

É importante o observador ficar bastante atento sobre a veracidade e confiabilidade das informações passadas pelos informantes. Comumente ao ser questionado sobre determinados assuntos, os interlocutores tratam de abordá-los da melhor forma possível, principalmente quando estão na presença de pessoas perante as quais há a necessidade de passar uma boa impressão, ou seja, os informantes podem compartilhar somente aqueles aspectos de sua vida e de seu trabalho que passam uma boa imagem e reputação (Goffman, 2014).

No mais, recomenda-se que o observador faça anotações detalhadas do número de visitas no campo, dias, horários, locais observados, e assuntos abordados com as pessoas com quem teceu diálogos no campo. Também, que se registre em notas suas impressões, reflexões e percepções de forma completa e precisa. Essas anotações serão essenciais para a análise posterior dos dados e elaboração do plano de ação que deve ser construído juntamente com os envolvidos na pesquisa. Dados objetivos sobre os sujeitos e cenários observados também são relevantes e significativos. Portanto, é importante registrar informações sobre: a) condições geográficas; b) dados demográficos; c) condições socioeconômicas; d) condições sanitárias e ambientais; e) dados habitacionais; f) acesso a bens e serviços de saúde e educação; g) acesso a transporte e meios de comunicação, dentre outros (Gil, 2010).

Desde o ponto de vista teórico-metodológico e empírico, o pesquisador deve garantir a confidencialidade de todos os dados e informações obtidas em campo. Nomes e informações colhidas dos observados deverão ser mantidos em sigilo durante a publicização e sustentação dos resultados, devendo ser utilizados somente para os fins restritos da pesquisa. Comumente no trato dos dados, as pessoas devem ser identificadas por nomes fictícios, números ou letras, tudo isso sem deixar de considerar suas opiniões, ideias, tradições, costumes, e seus sentimentos, verbalizados ou não (Brandão, 1984).

A capacidade de concentração e foco do observador deve estar afinada com os propósitos da pesquisa. É sumamente relevante o pesquisador criar estratégias para recordar tudo que ouvir, ver, sentir, cheirar e pensar. De modo que todo que aconteça em campo seja registrado, transformando-se em fonte de dados sobre o tema estudado. Vale destacar que as observações só são úteis na medida em que podem ser recordadas e registradas. Portanto, após o período de observação, sugere-se que o analista não permaneça em campo, pois

pode terminar se envolvendo em outras atividades e esquecendo ou deixando de registrar dados importantes para a pesquisa.

Outrossim, recomenda-se que o pesquisador inclua no seu diário de campo descrições densas de pessoas, acontecimentos e conversas; assim como, ações sentimentos e intuições. Ademais, é relevante registrar com a maior precisão possível tudo que conseguir recordar sobre o que foi observado. Isto é, a sequência e duração dos acontecimentos e conversas, e a estrutura e característica do cenário. Note-se que os registros também devem contemplar sentimentos, intuições e preconceitos do pesquisador. De modo geral, estes comentários subjetivos podem servir para subsidiar novos desenhos de pesquisas no futuro (Cresweel, 2010). No entanto, essas inferências devem ser claramente identificadas, podendo ser diferenciadas no diário de campo, sendo colocado entre parênteses, aspas, colchetes ou com a utilização de termos como percepção do observador ou outros que o pesquisador achar mais pertinente.

Além de observações anotadas em diários de campo, também podem ser gerados dados visuais, principalmente fotografados, gravados e filmados. Ocorre que há certos temas de pesquisa na área da saúde que, se forem fielmente armazenados, facilitam na hora da codificação e consolidação dos dados. No entanto, é preciso ter cautela, sobre o uso de ferramentas como câmeras fotográficas, filmadoras e celulares, já que podem desviar a atenção do pesquisador, interrompendo o fluxo natural dos acontecimentos e conversas no cenário estudado. Sem falar na inibição que estes equipamentos podem provocar nas pessoas que estão sendo gravadas e/ou filmadas, deixando-as mais tímidas, acanhadas e até bloqueadas na hora de passar as informações necessárias para o estudo (Polit e Beck, 2011).

Assim como a entrada em campo, a saída ao término da pesquisa é também um momento bastante difícil para o pesquisador, principalmente se tiver criado vínculos afetivos com os observados. Pois significa romper laços, e se distanciar de amizades com os sujeitos acompanhadas pelo estudo. É comum ouvir comentários vindo dessas pessoas de que se sentem usadas e até abandonadas ao término da pesquisa.

Na maioria dos estudos sociais em saúde, os investigadores conseguem em quatro meses já desenvolver uma compreensão bastante profunda do cenário, e validar ou negar sua hipótese de trabalho. No entanto, o tempo determinado para a saída do pesquisador do campo deve ser definido pelo próprio objetivo do estudo, bem como pela saturação dos dados (Queiroz *et al.*, 2007). Considera-se o período máximo de um ano um tempo razoável para o término das observações entre estudantes e pesquisadores em formação, ficando tempo suficiente

para a análise dos dados, a criação do plano de ação e a escrita do relatório final que geralmente culmina na apresentação pública dos resultados da investigação. A bem da verdade, o observador só deve se retirar de campo quando os fenômenos observados passarem a ser repetitivos e não aportarem novas informações, ou seja, chega-se à fase de saturação teórica do estudo (Glaser e Strauss, 1967).

Neste momento é recomendável ao pesquisador ir gradualmente se afastando do cenário, assim como, já ir comunicando às pessoas que a coleta dos dados está sendo finalizada. Todos estes aspectos precisam ser contemplados na fase de planejamento e desenho do estudo, inclusive o retorno dos resultados da pesquisa para as pessoas do cenário observado.

### **ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO CRÍTICA DOS PROBLEMAS OBSERVADOS**

Após a conclusão da fase de observação *in loco*, o pesquisador deverá dedicar tempo à análise e interpretação dos dados obtidos em campo. Essa fase requer de um processo cuidadoso e minucioso, sendo necessário ao pesquisador já ter organizado todos os registros, assim como, suas reflexões e percepções. Faz-se necessário também já ter codificado e categorizado os principais temas e as questões levantadas na observação. Utilizar marcadores de texto de diferentes cores pode ser uma boa alternativa para diferenciar temas, padrões, dimensões, variáveis e outros detalhes relevantes identificados durante a coleta de dados. Essa organização prévia das informações é fundamental, pois ajudarão a organizar os dados e a estruturar a análise.

A codificação e a categorização são estratégias bastante usadas em análises de dados obtidos em observações participantes, grupos focais e entrevistas. Consiste em mapear as partes mais relevantes dos dados colhidos em campo, e analisá-los comparando com outros estudos, dando-lhes nomes e classificações. Podem também ser combinadas com análises de dados quantitativos padronizados, bem como, outras fontes de dados qualitativos. Fazer a triangulação dos dados obtidos, considerando as diferentes perspectivas de outros pesquisadores, tanto quanto, validar as respostas obtidas dos observados, também qualifica bastante os resultados finais da pesquisa. Em outras palavras, a triangulação permite ao pesquisador comparar os dados obtidos, com outras fontes de conhecimentos presentes em documentos, banco de dados secundários, enquetes/questionários, entrevistas, dentre outros (Gibbs, 2007).

Com as informações já codificadas e categorizadas, o pesquisador poderá iniciar a exploração dos dados, procurando descrever as conexões e relações entre os diferentes elementos observados. A análise



pode envolver a busca por contradições, similaridades, padrões, costumes, resistências, dentre outros contextos pertinentes e relevantes para os objetivos do estudo, sempre que possível recomenda-se aos pesquisadores fazerem um esforço para gerar inferências descritivas e causais. Eis a relevância da lógica inferencial na pesquisa social em saúde (Velho, 2011). A citação de exemplos do que se observou em campo pode ser uma excelente estratégia para tornar os resultados do estudo mais confiáveis, válidos, pertinentes e consistentes. Em paralelo, é incontornável considerar e respeitar o anonimato das pessoas envolvidas, ocultando pistas e sinais que possam identificá-las, especialmente no momento da redação de um documento acadêmico, sejam estes artigos, livros ou trabalhos de conclusão de curso.

Na fase de interpretação e redação o pesquisador pode usar softwares de análises de dados assistido por computador, com destaque para o ATLAS.TI e o IRAMUTEQ — Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Texts et de Questionnaires.

A interpretação dos dados será influenciada por considerações teóricas e empíricas de diversas índoles, bem como os interesses gerais do pesquisador e do projeto. Sem pretender estreitar o alcance do estudo, sugere-se utilizar a teoria das representações sociais de Moscovici (2005), bem como as abordagens de análise de conteúdo e do discurso de Bardin (2011). Quando a observação participante foi acompanhada por outras formas de coletas de dados, como as entrevistas e grupos focais, os resultados obtidos com as mesmas também devem ser analisados.

Nessa fase do estudo, o pesquisador pode fazer deduções, comparar os resultados com teorias já existentes, e discutir a relevância dos achados. Além de apresentar os dados brutos, a discussão e interpretação dos resultados são cruciais para contextualizar as descobertas da pesquisa e gerar inferências causais. Vale destacar que o pesquisador deve prezar por uma escrita clara, objetiva, de fácil entendimento, evitando ao máximo termos técnicos que dificultem a compreensão do texto, já que o mesmo servirá de base para a formulação de problemas que deverão ser apresentados para os participantes da pesquisa para análises críticas, reflexões e elaboração do plano de ação (Gil, 2010). Em paralelo, recomenda-se ao pesquisador manter um senso crítico e evitar tentativas de manipulação quer de orientadores, lideranças comunitárias e outros interessados.

Por último, porém não menos importante, é necessário ter ciência das limitações dos estudos utilizando a técnica de observação participante. Dentre essas limitações destacam-se: a) o fato dos resultados das observações poder sofrer influência dos valores morais, crenças, conhecimentos e experiências do pesquisador, não retratando a reali-



dade estudada; b) ter que contar com a disponibilidade e boa vontade das pessoas observadas por um longo período de tempo, o que pode colocar a continuidade do estudo em risco; c) o fato de que o pesquisador e os sujeitos estudados estão em constante transformação, pode afetar a validação dos dados; d) o papel do pesquisador no processo pode gerar possíveis influências e preconceitos, que desde a perspectiva ética devem ser neutralizados; ou e) depende da expertise do observador, caso este não tenha experiência com a técnica os resultados da pesquisa podem sofrer influências e serem distorcidas (Flick, 2009).

A modo de síntese, cumpre referenciar aqui, os dez mandamentos da observação participante propostos por William Foote Whyte (2005), em seu estudo sobre a “Sociedade de Esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada”. Seguir categoricamente essas normativas é uma das chaves para a realização de uma pesquisa de observação participante dentro do pragmatismo técnico-científico que se espera das pesquisas sociais em saúde.

Resumidamente, as recomendações do referido autor são as seguintes: (i) considerar a necessidade de um período prolongado de tempo para o desenvolvimento da pesquisa; (ii) conhecer o território estudado, principalmente quando o pesquisador não tem conhecimento prévio de onde está entrando; (iii) gerar uma construtiva interação pesquisador/pesquisado, cabe aqui um ajuste de comportamento do observador para que sua presença no território seja aceita e gere confiança; (iv) o observador deve se apresentar como tal, ele nunca deve nem tentar enganar as pessoas sobre sua inserção e intenção no território/cenário a ser estudado; (v) procurar identificar e ter pessoas para abrir as portas (porteiro) de acesso ao cenário/território estudado, assim como, esclarecer as dúvidas e apresentar informantes chaves que com o tempo pode se tornar um importante colaborador da pesquisa

Também, aparecem entre as recomendações ou mandamentos os seguintes: (vi) ter ciência de que durante seu estudo o pesquisador é um observador que está sendo todo o tempo observado; (vii) saber ouvir, escutar e ver, aqui o conhecimento sobre o que se quer observar e a clareza sobre o problema objeto de estudo é importante; (viii) o pesquisador não deve recuar se tiver um cotidiano repetitivo e de dedicação intensa, pelo contrário, deve continuar com suas anotações de campo, buscando se autodisciplinar, ocorre que sua persistência contribui para gerar confiança na população estudada; (ix) entender que aprendizado em campo é uma constante, formada por erros e acertos; e (x) dar uma devolutiva dos resultados da pesquisa para os envolvidos, principalmente apontando os benefícios que ela trará para o grupo ou para as pessoas (Whyte, 2005).

Corroborar-se, portanto, que a observação participante é uma técnica de pesquisa social com importantes aplicações no campo da saúde. Apresenta vantagens, fortalezas e oportunidades. Concomitantemente, a correta aplicação de seus procedimentos e fases demanda um esforço metodológico aos praticantes. Somente assim, poderão ser constituídos e realizados projetos fundamentados em uma evidência confiável, válida e pertinente, principalmente em contexto de alta vulnerabilidade político-social e sanitária.

Mesmo ciente de todas as limitações do uso da referida técnica nas pesquisas sociais em saúde, reconhece-se que, se bem planejada e conduzida dentro dos rigores e pragmatismos científicos, ela tem um relevante e pertinente papel no mapeamento e levantamento de problemas vinculados com as necessidades em saúde, que por sinal não são poucas. Com efeito, a técnica da observação participante tem grande valor no meio acadêmico-científico, principalmente quando se trata da aplicação de pesquisas qualitativas na área das ciências sociais e humanas em saúde. Isso porque contribui com uma visão ampla e detalhada das realidades estudadas, resultante da inserção do pesquisador no cenário em questão. Ademais, pode servir de base para o planejamento de estratégias que impulsionam mudanças necessárias para promoção de saúde e prevenção de doenças, bem como, a melhoria da qualidade de vida no contexto observado.

É importante destacar que a observação participante, quando usada de forma concomitante com outros métodos de pesquisa, pode permitir a reafirmação de fatos por meio da experiência direta. Nessas condições, o pesquisador tem a real possibilidade de vivenciar intensamente situações como: dificuldades, facilidades, fortalezas, fragilidades, desafios, oportunidades e/ou ameaças no contexto em que está inserido, facilitando a melhor compreensão do campo estudado (Minayo, 2004).

Sendo assim, mais que a apresentação de um relatório técnico e formal, o que se espera de uma pesquisa participante é o instigar no local estudado, reuniões, discussões, debates, e narrativas que tracem estratégias para superar os problemas mapeados durante o estudo. Busca-se, em paralelo, a elaboração de um plano de ação que, segundo Gil (2010), deve compreender: a) ações educativas voltadas para soluções das situações problemáticas identificadas; b) levantamento de medidas e ações para resolver ou melhorar os problemas no local estudado; c) ações educativas para viabilizar a execução de tais medidas; e d) encaminhamento de soluções a curto, médio e longo prazo tanto em nível local como mais abrangente.

Entende-se que embora o método tenha recebido críticas ao longo de sua existência, seus pressupostos são sólidos e consisten-

tes. Todos os dados obtidos durante o período de observação em campo servem para levantar problemas que devem ser discutidos, analisados e pautados desde a perspectiva dos participantes da pesquisa. Em outras palavras, seus resultados não são conclusivos, devendo gerar problemas e ações que precisam ser superados (Gil, 1999).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo deste ensaio metodológico, explorou-se a importância da técnica de observação participante e sua aplicabilidade no campo da saúde. Como já descrito, essa abordagem, permite ao pesquisador mergulhar na realidade estudada, apresentando-se como uma valiosa ferramenta para compreender os complexos contextos socioculturais, políticos, ambientais e sanitários que afetam diretamente o campo da saúde de modo geral, e da saúde das coletividades, em particular.

Não resta dúvida que, através da observação participante, é possível capturar nuances que não foram facilmente identificadas por meio de outras metodologias, permitindo uma compreensão mais profunda e abrangente dos desafios que precisam ser enfrentados pelo setor saúde. Além disso, essa abordagem contribui para uma análise mais reflexiva, permitindo a identificação de pontos críticos e oportunidades de melhoria.

Ao estabelecer uma conexão empática com os atores observados em campo, o pesquisador pode criar um ambiente motivado para a coleta de dados qualitativos mais ricos e autênticos, favorecendo a formulação de políticas públicas e intervenções mais assertivas e contextualizadas.

Em suma, reconhece-se que a observação participante é uma abordagem metodológica recomendável para os estudos em saúde, permitindo uma investigação aprofundada e holística dos desafios e peculiaridades existentes. Ademais, essa metodologia promove uma visão mais completa e sensível, o que permite uma apropriação mais real do fenômeno observado, fornecendo subsídios fundamentais para aprimorar a busca por soluções para as necessidades sociais em saúde e promover qualidade de vida, equidade, e justiça social.

Por fim, espera-se que o aqui apresentado possa instigar, motivar e subsidiar estudantes de graduação e pós-graduação na condução de pesquisa social em saúde utilizando a técnica de observação participante. Estudar as necessidades sociais em saúde, através de uma inserção direta nos espaços onde os fenômenos ocorrem, é uma das formas mais fiéis para se mapear problemas, construir diagnósticos, buscar soluções e transformar realidades.

## BIBLIOGRAFIA

- Angrosino, Michael (2009). *Etnografia e observação participante*. São Paulo: Bookman e Artmed.
- Associação Brasileira de Antropologia (2012). *Código de Ética do Antropólogo e da Antropóloga Gestão 2011/2012*. Brasília.
- Bardin, Laurence (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: 70/ Almedina.
- Becker, Howard (1993). *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec.
- Bessa, Fernando Manuel e Moreira, Marcelo Rasga (2013). Considerações metodológicas sobre as possibilidades de aplicação da técnica de observação participante na Saúde Coletiva. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, 23(2), 511-529.
- Brandão, Carlos Rodrigues (1984). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Chizzotti, Antônio (2003). Pesquisa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. *Revista Portuguesa de Educação*, 16(2), 221-236.
- Creswell, Jonh (2010). *Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto* [3<sup>o</sup> ed.]. Porto Alegre: Artmed
- Domínguez, Aldira Guimarães Duarte (2005). *Fisioterapia com qualidade política. Repensando o papel social dos fisioterapeutas do Distrito Federal* [Tese de doutorado], Universidade de Brasília.
- Domínguez, Aldira Guimarães Duarte e Cruvinel, Vanessa Resende Nogueira (2018). Sustentabilidade ambiental e saúde coletiva no Brasil: afinidades eletivas atores sociais e cenários prospectivos. Em: Montagner, Ângelo Miguel e Montagner, Maria Inez (Comps.), *Manual de saúde coletiva* (pp. 135-158). Curitiba: CRV.
- Durham, Eunice Ribeiro (1986). Uma nova visão da Antropologia. Em: Ribeiro Durham, Eunice (Comp.), *Malinowski, Coleção Grandes Cientistas Sociais* (pp. 7-22). Rio de Janeiro: Editora Ática.
- Flick, Uwe (2009). *Introdução a pesquisa qualitativa* [3<sup>a</sup> ed.]. Porto Alegre: Artmed.
- Gibbs, Graham (2007). *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre: Artmed.
- Gil, Antônio Carlos (2010). *Como elaborar um projeto de pesquisa* [5<sup>a</sup> ed.]. São Paulo: Atlas.
- Gil, Antônio Carlos (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Glaser, Barney e Strauss, Anselm L. (1967). *The discovery of grounded theory: Strategies for qualitative research*. Chicago: Aldine Transaction.

- Goffman, Erving (2014). *A representação do eu na vida cotidiana* [20ª ed.]. Petrópolis: Editora Vozes.
- Gouldner, Alvin (1970). *The coming crisis of Western sociology*. Nova York: Basic Books.
- Haguette, Teresa Maria Frota (2013). *Metodologias qualitativas na sociologia* [14ª ed.]. Petrópolis: Vozes.
- Hass, Jack e Shaffir, William (1984). O “destino do idealismo” revisitado. *Vida Urbana*, 13, 63-81.
- Le Boterf, Guy (1999). Pesquisa Participante: propostas e reflexões metodológicas. Em: Rodrigues Brandão, Carlos (Comp.), *Repensando a pesquisa participante* (pp. 51-81). São Paulo: Brasiliense.
- Malinowski, Bronislaw (1984). *Argonautas do Pacífico Ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. [3ª ed.]. São Paulo: Abril Cultural.
- Minayo, Maria de Souza (2018). As contribuições da antropologia para a prática clínica e saúde coletiva. Em: Montagner, Ângelo Miguel e Montagner, Maria Inez (Comps.), *Manual de saúde coletiva* (pp. 13-16). Curitiba: CRV.
- Minayo, Maria de Sousa (2004). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.
- Minayo, Maria de Sousa e Sanches, Odécio (1993). Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública*, 9(3), 237-248.
- Moscovici, Serge (2005). *Representações sociais: investigações em psicologia social* [3ª ed.]. Petrópolis: Vozes.
- Nunes, Everardo Duarte (1995). A questão da interdisciplinaridade no estudo da saúde coletiva e o papel das ciências sociais. Em: Canesqui, Ana Maria (Comp.), *Dilemas e desafios das ciências sociais na saúde coletiva* (pp. 95-113). São Paulo: Hucitec.
- Paim, Jairnilson Silva e De Almeida-Filho, Naomar (1998). Saúde coletiva: uma nova saúde pública ou campo aberto a novos paradigmas? *Revista de Saúde Pública*, 32(4), 299-316.
- Polit, Denise e Beck, Cheryl Tatano (2011). *Fundamentos de pesquisa em enfermagem: avaliação de evidências para a prática de enfermagem*. Porto Alegre: Artmed.
- Queiroz, Daniela; Vall, Janaina; Alves e Souza, Ângela Maria e Cunha Vieira, Neiva Francenely (2007). Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. *Revista de Enfermagem UERJ*, 15(2), 276-282.

- Richardson, Roberto Jarry (1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas.
- Severino, Antônio Joaquim (2007). *Metodologia do Trabalho Científico* [23ª ed.]. São Paulo: Cortez.
- Sprenger, Anne (1989). *Teilnehmende Beobachtung in prekären Handlungssituationen — Das Beispiel Intensivstation*. Em: Reiner Aster, Hans Merckens e Repp, Michael (Comps.), *Teilnehmende Beobachtung. Werkstattberichte und methodologische Reflexionen* (pp. 35-56). Frankfurt: Campus.
- Taylor, James (1977). Job satisfaction and quality of working life: A reassessment. *Journal of Occupational Psychology*, 50, 243-252.
- Turato, Egberto Ribeiro (2003). *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa*. Petrópolis: Vozes.
- Van Maanen, John (1989). Processando as pessoas: Estratégia de socialização organizacional. Em: Leme Fleury, Maria Tereza et al., *Cultura e poder nas organizações* (pp. 45-62). São Paulo: Atlas.
- Velho, Gilberto (2011). Antropologia urbana: interdisciplinaridade e fronteiras do conhecimento. *Mana*, 17(1), 161-185.
- Whyte, William Foote (2005). *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

#### Apêndice 1. Característica da saúde coletiva e da saúde pública

	Saúde Coletiva	Saúde Pública
Origem	Nasce da crítica ao positivismo, no contexto da reforma do Estado nos anos 1980.	Tem origem com o paradigma microbiano, fundamentado na tecnociência e no modelo biomédico.
Modelo de referência	Programa da OMS — saúde para todos no ano 2000 — e promoção da saúde.	Relatório Flex — de caráter experimental de base subindividual.
Objeto de estudo	Enfatiza os determinantes sociais do processo saúde/doença/intervenção.	Baseia-se na epidemiologia tradicional. História natural da doença que privilegia o indivíduo e a sua fisiopatologia.
Pilar de sustentação	Busca a qualidade de vida da coletividade por meio de intervenções de promoção da saúde e prevenção de doenças.	A lógica de controle de endemias/epidemias, por meio da medicalização da população. Modelo hospitalocêntrico.

Tipo de prática	Preventiva previsional: propõem visões, formas, figuras e cenários holísticos e globalizantes.	Preventiva preditiva: prediz medidas e seu foco está nos tratamentos e na cura.
Agente de saúde	Equipe interdisciplinar de saúde. Sanitaristas, mestres e doutores em saúde coletiva e áreas afins.	Médicos e especialistas que atuam de forma isolada.
Público alvo	As coletividades. Analisa a saúde considerando o contexto social.	O indivíduo, ou seja, estuda os problemas de forma individualizada.
Disciplinas de referências	Política e planejamento, epidemiologia, gestão, estatísticas, demografia, saúde ambiental, ciências sociais e humanas em saúde.	Disciplinas com poder de explicar a história natural das doenças.

Fonte: Domínguez (2005).

# **O FAZER ETNOGRÁFICO EM CONTEXTO DE VULNERABILIDADE SOCIAL**

## **DIÁLOGOS ENTRE ANTROPOLOGIA E SAÚDE COLETIVA**

Sílvia Maria Ferreira Guimarães  
e Joaquim Pedro Ribeiro Vasconcelos

### **INTRODUÇÃO AO TEMA**

A Antropologia se define pelo fazer etnográfico, o que está marcada por um aprofundamento de compreensão da vida social em sua dimensão micro, propõe-se uma imersão na vida dos grupos sociais visando destrinchar como políticas macro do Estado ou ações do sistema capitalista marcam corpos, atingem sujeitos e seus coletivos. E esta perspectiva antropológica faz parte das Ciências Sociais e Humanas que estão inseridas na episteme da Saúde Coletiva e tem contribuído nas pesquisas focadas no campo da saúde.

Tal perspectiva é primordial para o campo da Saúde Coletiva, tendo em vista a necessidade de identificação dos problemas sociais e a necessidades de saúde dos grupos sociais para construção de políticas e intervenções mais efetivas. Do modo que, a disciplina antropológica, a etnografia se define mais do que um método, resulta em escolhas teóricas que buscam levantar dados e analisá-los a partir do mergulho no cotidiano de vida, nos processos de trabalho, nas entrelinhas que fazem a vida social.

Dessa maneira, faz-se o uso da descrição densa — elemento essencial para o fazer etnográfico e também para o fazer/produzir saúde na perspectiva popular; implica no mergulho na vida social ao lado das pessoas e grupo sociais, buscando a compreensão das estruturas



significantes implicadas nas relações sociais observadas. Ao “estar no mundo”, os sujeitos questionam, transformam e informam suas interações, cabendo à/ao pesquisador/a apreender essa realidade e ter uma descrição densa. Assim, aborda-se uma determinada realidade em profundidade permitindo se voltar para os significados, as interpretações e as representações produzidas pelos sujeitos. Essa perspectiva metodológica torna-se fundamental nos processos de construção de agendas e formulação de políticas públicas de saúde. Essa forma de olhar e agir para a saúde é adotado pelo movimento da participação popular no campo da Saúde Coletiva, para elaboração e implementação de políticas que dialoguem com a realidade dos grupos sociais, permitindo o diálogo, a pactuação e a responsabilidade de cada ator social envolvido, primordial para um sistema oficial de saúde com vistas a equidade, o enfrentamento das desigualdades sociais e as injustiças sociais.

Além disso, o fazer etnográfico busca também desenhar a teoria da social a partir do movimento de ouvir e estar com as pessoas, assim, a partir dos dados levantados, do diálogo estabelecido em campo, busca-se interpretar, traduzir e elaborar uma teoria etnográfica, o que potencializa a aproximação na realidade de vida e social de grupos historicamente vulnerabilizados, mostrando também as contradições sistemáticas.

Em contextos de vulnerabilidade social na saúde, a etnografia indica como técnicas centrais o ouvir e estar entre as pessoas para se destrinchar, pautado no diálogo, na autonomia e no compromisso político e social dos envolvidos. Diante dessas premissas a relação potencializa a troca de saberes e o pertencimento com os grupos sociais e suas necessidades em saúde, permitindo identificar e analisar como todo o processo de vulnerabilização foi feita em suas vidas, assim como sua continuidade sistêmica e como elas resistem a tal feito diante da inércia estatal.

Este capítulo pretende discutir o olhar da Antropologia, por meio do fazer etnográfico, para a análise de contextos sociais de vulnerabilidade em saúde e sua importância para o campo da Saúde Coletiva. Para tanto, irá se basear e fazer uma análise crítica da literatura que traz as temáticas referentes à interdisciplinaridade, Saúde Coletiva e Antropologia. As pesquisas nas áreas de Ciências Sociais e Humanas têm contribuído para a constituição do campo da Saúde Coletiva tanto pela importância de diferentes quadros teórico-conceituais quanto pelos referenciais teórico-metodológicos, os quais têm possibilitado aprofundar nas pesquisas aspectos até então pouco compreendidos sobre conceitos, processos e práticas em saúde.

O campo da Saúde Coletiva configura-se como uma área de conhecimento multidisciplinar pautado pelas ciências biomédicas e ci-

ências sociais, onde sua atuação se dá na investigação e identificação dos problemas e determinantes sociais na produção do adoecimento, com vista a elaboração de políticas públicas de saúde voltadas para organização dos serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) e atenção à saúde da população, sobretudo pelo fortalecimento da Atenção Primária à Saúde (APS).

O tripé epistemológico que sustenta a Saúde Coletiva — a Epidemiologia, as Ciências Sociais e Humanas e a Política, Planejamento e Gestão em Saúde — revela a complexidade interdisciplinar desse conhecimento, o qual conecta disciplinas e acaba por criar uma perspectiva de análise profunda da vida social no tocante à saúde. Pode-se apontar a interação dessas áreas a partir de lentes que seguem do macro ao micro na vida social, permitindo um olhar amplo ou panorâmico populacional que segue para um olhar micro da vida social.

Nesse sentido, a Saúde Coletiva como disciplina apresenta uma multiplicidade de olhares e se estrutura nessas três áreas centrais e a ideia do coletivo implica a possibilidade de compromissos com manifestações particulares, localizadas e histórico-concretas desse mesmo coletivo. Por sua vez, algumas áreas das ciências biomédicas que foca no indivíduo, como ser biológico unitário, tem tentado se resguardar por meio do estatuto de cientificidade dos campos de conhecimento que as fundamentam. No entanto, no campo da Saúde Coletiva, observa-se que se deve estabelecer um adequado equilíbrio entre os conteúdos metodológicos e teórico-conceituais, entre o biológico e o social, entre o quantitativo e o qualitativo como forma de evitar o tecnicismo e o biologismo (Nunes, 1994), os quais poderiam silenciar pesquisas que visam sanar problemas sociais mais amplos onde os indivíduos estão contidos e atuando e sofrendo condições transformadoras, há uma posição crítica em relação à tecnocracia, aos aspectos biomédicos, a centralidade de um modelo de atenção com foco na clínica e em doenças, na organização dos serviços de saúde com a supervalorização dos hospitais e de todo o processo de medicalização social.

Nesse jogo, é possível afirmar que os estudos epidemiológicos, os quais versam sobre a causa e efeito das doenças em populações humanas, apresentam uma visão do todo populacional e sua abordagem quantitativa nos leva a compreensões sobre o perfil populacional. Por sua vez, as Ciências Sociais e Humanas, especialmente com seu olhar antropológico, se inquietam com esse perfil epidemiológico populacional e faz um mergulho na vida dos sujeitos, no seu cotidiano e momentos ritualísticos, buscando uma compreensão dos efeitos de algum adoecimento na vida das pessoas e como essas respondem a esse adoecimento, por isso interpretando também a dimensão das subjetividades presente na concepção micropolítica do fazer/produzir

saúde e do processo saúde-doença. Nesse interim, coloca-se a importância para as experiências e percepções dos sujeitos, o que potencializa entender o jogo social e a arena de disputas sobre os interesses dos usuários e trabalhadores em saúde do SUS, ressalta-se que para isso é fundamental adotar práticas mais horizontais.

Desse pousar o olhar, do macro ao micro, é possível construir e propor análise mais eficientes da gestão em saúde e das políticas públicas. O contexto de análise da vida social em sua dimensão micro, ou seja, observando como se vive um adoecimento, como a pessoa o experiencia como uma condição ou processo, complementa a perspectiva mais estática de análise em saúde refletida em números e nos leva a análises mais eficiente da gestão em saúde e proposição de políticas públicas. Esse fio condutor que relaciona descrições de quadros populacionais a compreensões da vida dos sujeitos e análises da gestão em saúde e proposições de políticas, constitui as bases epistemológicas do campo da Saúde Coletiva.

Por conseguinte, a interdisciplinaridade significa a interação entre as disciplinas, a transferência de métodos, conceitos de uma disciplina para outra, o que promoveria um campo de produção do conhecimento original. Deve estar pautada por uma reciprocidade no intercâmbio que leva a um enriquecimento mútuo. As metodologias de cada área passam a ser o elo de interação, permitindo ao mesmo tempo especificar um campo disciplinar e traçar a interação entre esses. Deve-se pensar a metodologia como a reunião da: abordagem (método), operacionalização do conhecimento (técnicas) e criatividade da/o pesquisadora (experiência prévia e preparação teórica), ou seja, é muito mais do que uma técnica, pois inclui a realidade, a teoria e deve estar atenta a quebra de paradigmas. O campo da Saúde Coletiva é baseado nessa trama da interdisciplinaridade, o que a aproxima de temas de pesquisa que discutem a desigualdade em saúde e a garantia de direitos humanos em saúde.

Por meio do campo da Saúde Coletiva, o olhar sobre o coletivo, como escreve Cohn (2002), que não era desconhecido desde o final do século XIX, ressurge de maneira singular, pois irá se impor para ciências biomédicas, tanto para a prática terapêutica como de prevenção e promoção da saúde; apresentará especificidades próprias tanto para sua quantificação, como para a sua compreensão; e será dinâmico, ou seja, produto das relações sociais e que, ao se submeterem às suas regras, os indivíduos se transformam ativamente e as transformam.

Em outras palavras, a Saúde Coletiva se volta para os problemas de saúde que repercutem nas coletividades operando nas ações de promoção da saúde e prevenção das doenças, na busca por melhores condições de vida, acesso aos serviços de saúde e justiça social para

a população em geral. É importante ressaltar que, apesar dos esforços de se implantar ações e práticas de saúde que possa responder às necessidades de saúde das coletividades, beneficiando assim, o maior número de pessoas possíveis, a Saúde Coletiva ainda deve enfrentar desafios como: garantir a renovação conceitual e epistemológica contínua dentro do campo institucional com olhar atento para a justiça e práticas éticas.

Gadamer (2011) traz uma discussão sobre o campo da saúde onde vê a necessidade de aproximação da experiência ao contexto de produção científica e busca de autonomia dos sujeitos, assim o papel da ciência, dentro das práticas em saúde, deve evitar a dicotomização entre teoria e experiência, pois o início do conhecimento se dá através da prática. O autor relata que observou que, de um lado, estão os achados científicos e, de outro, o saber pautado na experiência. E que o método científico traz a ideia de que a experiência científica é segura independente da situação e do contexto. O papel da ciência seria o de aliar a experiência a um método, possibilitando um saber direcionado e o domínio do cientista sobre a técnica, constituindo um ser-capaz-de-fazer seguro (*techne*). O que o autor relata é que a ciência necessita de aplicação prática por intermédio de um ser-capaz-de-fazer orientado, em que as informações de pesquisas devem ser selecionadas, interpretadas e avaliadas e reelaboradas hermeneuticamente à medida que o saber prático do ser humano se torna objeto da ciência. Reflete também sobre a corresponsabilidade da ciência frente às consequências de sua aplicação.

Pode-se afirmar que o campo da Saúde Coletiva se relaciona ao campo dos direitos humanos, o qual apresenta como uma máxima a garantida de uma vida digna, onde o indivíduo possa ter suas necessidades básicas atendidas, respeitar a si mesmo e aos outros (Dias, 2010). O direito à saúde aparece na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) em seu art. 25 quando afirma que: “toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar, a si e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos”. Posteriormente, no ano de 1966, o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais reafirma essa ideia, e dispõe em seu art. 12 que os Estados-partes devem reconhecer o direito de toda pessoa de desfrutar o mais elevado nível possível de saúde física e mental. E os Estados Partes deverão adotar medidas para a diminuição da mortalidade e da mortalidade infantil, bem como o desenvolvimento são das crianças; a melhoria de todos os aspectos de higiene do trabalho e do meio ambiente; a prevenção e o tratamento das doenças epidêmicas, endêmicas, profissionais e outras, bem como a luta contra essas doenças; e a criação de condi-

ções que assegurem assistência médica e serviços médicos em caso de enfermidade para todos”.

No campo da Saúde Coletiva, esse mesmo pensamento é definido pelo conceito de determinantes e condicionantes em saúde — DSS, que segundo Buss e Filho (2007) são as condições sociais em que as pessoas vivem e trabalham, o que insere a discussão no sistema capitalista, o qual captura os processos de saúde-adoecimento das/os trabalhadoras/es. Essa percepção também é englobada nas camadas apresentados na clássica figura do modelo de Dahlgren e Whitehead, em 1991. Os elementos apresentados na camada condições de vida e de trabalho são: produção agrícola e de alimentos; educação; ambiente de trabalho; desemprego; água e esgoto; serviços sociais de saúde e habitação. Portanto, os aspectos relacionados a situação de saúde e o adoecimento da população envolvem sobremaneira as questões sociais e a vida cotidiana, inseridas em contextos de processo de trabalho, pois não há como fazer saúde para uma população, sobretudo as populações vulnerabilizadas sem considera-se os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais. No entanto, tal perspectiva não leva em consideração contextos em que os coletivos resistem às estruturas capitalistas e suas noções de família, de trabalho. Esse é o caso de muitos povos indígenas no Brasil, os quais estão inseridos em contextos socio-cosmológicos que afrontam as imposições de classe social. Nesse sentido, a Antropologia enfatiza a importância de se manter atento aos marcadores sociais da diferença, que nos ajudam a entender as contradições, a partir de uma perspectiva crítica sobre as categorias de gênero, raça, etnia, classe social e outras que emergem nas interações com sistemas opressores. É diante dessa perspectiva que o fazer antropológico em contextos de vulnerabilidade social está intrinsecamente relacionado com os quatro estágios do ciclo das políticas públicas em saúde, a saber: construção de agenda; formulação da política; implementação; e avaliação. Embora ainda haja o desafio no campo da saúde de romper com o cientificismo e o foco principal nos aspectos biomédicos, sobretudo com a padronização dos corpos não reconhecendo os impactos da desigualdade social na saúde.

Nessa esteira de agenda de pesquisa do fazer etnográfico na saúde, há como pano de fundo a observação dos direitos humanos, que se relaciona a uma ética universal de respeito a vida, reconhecimento e consagração da diferença, mas não a discriminação, esforço por promover a igualdade de oportunidades, inclusive de saúde, e a conquista da autonomia da pessoa através do exercício das responsabilidades. Na Constituição Federal de 1988, do Brasil, o direito à saúde está no artigo 196, o qual afirma que: “A saúde é direito de todos e dever do

Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. Essa perspectiva universal e solidária do direito à saúde, no Brasil, ancora-se em bases de diálogo com os direitos humanos.

No entanto, ao arrepio ou desdizendo este direito à saúde no contexto dos direitos humanos, vigoram realidades que transformam as desigualdades sociais em desigualdades de saúde. Essas desigualdades estão baseadas em relações de gênero discriminatórias, racismo e condições de vida de pessoas que são marginalizadas e criam disparidades perante a saúde. O campo das ciências sociais tem se revelado como central na discussão sobre essas temáticas e atuado em complementação às ciências biomédicas, ao desenhar contextos de vulnerabilidades em saúde.

### **A ANTROPOLOGIA E A VULNERABILIDADE EM SAÚDE**

As Ciências Sociais e Humanas, especialmente a Antropologia, no campo da saúde com seus temas de investigação sendo os contextos sociais, as formas de pensar e agir, os valores, crenças dos sujeitos e coletivos, acabam por tensionar/provocar um deslocamento do olhar sobre aqueles que recebem as tecnologias de cuidado ou sobre aqueles que as aplicam, sobre o que elas significam e para quem são usadas. Produz, assim, uma perspectiva de pesquisa diferenciada que leva a questionar, por exemplo, para quem estamos produzindo conhecimento e tecnologia, especialmente no campo da saúde.

No caso do Brasil, há uma enorme desigualdade social que mostra indicadores de saúde críticos para alguns segmentos da população, por exemplo, os povos indígenas, quilombolas, população negra, os quais exemplificam esses segmentos que apresentam indicadores de saúde que demonstram piores índices com relação aos demais (Stephens *et al.*, 2006; Coimbra e Santos, 2000). Assim, vigoram realidades que transformam a desigualdade social em desigualdade em saúde.

Desde o século XIX, as descobertas científicas e tecnológicas têm permitido a melhoria dos níveis de vida e contribuído para extraordinárias melhorias da saúde. As sociedades ocidentais, no século XX, ampliaram as expectativas de vida (Leandro, 2010). Porém, países com profundas desigualdades sociais não atingem, de modo algum, semelhantes patamares para o todo de suas populações, o que é bem revelador dos efeitos das profundas desigualdades. Essas se configuram em interferência das pertencas sociais, do gênero, da raça e da etnia. Esses marcadores sociais referentes ao gênero, raça, etnia, ocupação, local de moradia, crença, são observados quando se mergulha na vida social dos sujeitos e se analisa as vulnerabilidades. A vulnera-

bilidade deve ser analisada a partir de uma visão holística que permite observar como o pertencimento social marca os sujeitos e coletivos na interação com políticas estatais e grupos hegemônicos. Especialmente, a vulnerabilidade em saúde deve ser analisada como um processo de vulnerabilização, quando sujeitos e coletivos são inseridos em tais contextos, quando sobre os marcadores sociais pesam o racismo e a violência. O que portanto, difere do conceito muito adotado da categoria de risco à saúde ou grupos de risco nas áreas biomédicas, onde busca identificar as relações de causa-efeito entre eventos, com foco nas probabilidades que transformam os grupos, os sujeitos e questões de saúde em um conjunto de aspectos individuais e independentes, em detrimento ao reconhecimento associado a grupos privados de recursos materiais e simbólicos e/ou em situação de marginalização, exclusão e insegurança social (Dimenstein e Neto, 2020).

Também, além do desenvolvimento tecnológico, as grandes transformações socioeconômicas e a melhoria das condições de existência, das condições sanitárias durante o século XX, permitiram uma melhora nos modos de vida, mas não contribuíram para diminuir as disparidades perante a saúde, a doença e a morte, ainda que o estado sanitário das populações ocidentais tenha melhorado bastante. Por conseguinte, observa-se que as desigualdades sociais se acentuam, o que permite afirmar que se vive em uma era da civilização das desigualdades. Não se pode afirmar que as pessoas tenham as mesmas capacidades ou as mesmas possibilidades de atingirem os seus objetivos e de realizarem as suas aspirações, o que não corresponde de modo algum à realidade. Não se adoecer e morrer da mesma maneira quando se pertence a esta ou àquela categoria social, se vive nesta ou naquela família, sociedade, ou em tempos distintos. Nesse sentido, percebe-se que os sistemas de saúde e suas tecnologias contribuem para a melhoria da saúde das populações, mas também devem ser considerados que a pertença social e respectivos modos de vida exercem a maior influência a este respeito.

Um ambiente interdisciplinar de pesquisa em saúde provoca uma nova perspectiva e tensiona temas relevantes para países que vivem em contextos de desigualdades: a de produzirem tecnologias e análises inovadoras que se originam do trânsito entre disciplinas, conceitos, perspectivas e métodos, com o potencial de usufruírem de outros olhares e visualizarem a complexidade do fenômeno humano e do que estão formulando como pesquisa. Tal perspectiva interdisciplinar configura-se de extrema importância, especialmente, diante de um país que produz cotidianamente essa desigualdade em saúde.

Dentre as várias abordagens metodológicas nas Ciências Sociais e Humanas, a etnografia (descrição de uma cultura ou grupo social)



tem se mostrado nos últimos anos assumindo um lugar privilegiado, exatamente pelo perfil complementar às discussões com pesquisas quantitativas. A etnografia deve ser entendida como o fazer da Antropologia, que acontece quando nos engajamos no trabalho de campo, perseguindo os dados a partir das conversas e observações de como as pessoas se situam e as relações políticas coloniais onde os coletivos estão imersos. Os contextos em que o capitalismo e a construção de relações de trabalho que vulnerabilizam os sujeitos assim como o patriarcado e racismo, pilares da subjugação e construção de grupos hegemônicos são destrinchados no fazer etnográfico. Grandes temas epidemiológicos passam a ser observados em contextos diminutos, de onde se pretende realizar análises microscópicas. As macro-narrativas homogeneizadoras respondem a determinadas questões e as micro e localizadas narrativas respondem a outras, e é aí onde se dá a etnografia. Assim, os dados que revelam o aumento da mortalidade das mulheres no Brasil ao passarem pelo escrutínio da etnografia permite uma análise fina da vida dessas mulheres, mergulha-se nos sentidos e caminhos que levam a morte pelo feminicídio ou problemas cardíacos. Passasse dos números ao nome, à família ao contexto do trabalho, das alegrias e tristezas, da experiência do adoecimento, das feridas, das curas, das terapêuticas cotidianas e ritualizadas. E do macro ao micro, dos números às vidas individualizadas em um contexto coletivo/cultural se complexificam as análises em saúde.

A disciplina Antropologia se preocupa com o sentido, o significado da experiência humana. Tem como tentativa a compreensão do sentido das relações sociais, das instituições, dos sistemas de valores e crenças, das linguagens e dos códigos, das práticas simbólicas mais elaboradas às mais corriqueiras. O grande desafio da Antropologia é a compreensão e interpretação integrada e coerente da experiência humana (Duarte, 2011).

De acordo com Langdon e Wiik (2010), na interface com a saúde, o adoecimento e as preocupações para com a saúde são universais na vida humana, estão presentes em todas as sociedades. No entanto, cada coletivo se organiza por meios materiais, formas de organização social e criações culturais. Cada e toda sociedade desenvolvem conhecimentos, práticas, especialistas e instituições particulares, que articulam em “contextos populares de cuidados”, de acordo com Silva e Guimarães (2021), nesses contextos, as práticas de cuidado são criadas e:

[...] articulam vários elementos, os quais não dizem respeito a um todo autocontido, mas que se expandem e se espraiam concatenando várias relações e conformando uma rede ampla que dinamiza e relaciona trocas



entre espaços e temporalidades diversas. Nesse sentido, são produzidos localmente, lidam com dimensões subjetivas e dinamizam socialidades que criam pessoas e sentimentos de identidade e pertencimento. Aqui, definem-se contextos populares de cuidado no plural, os quais são criados a partir de uma intrincada articulação entre subjetividades e socialidades articuladas por grupos sociais (Silva e Guimarães, 2021, p. 25).

Em uma sociedade, as práticas de cuidado que se dinamizam nesses “contextos populares de cuidado” estão relacionadas com a saúde, mas não estão desacopladas de outros aspectos gerais da cultura. A vida social no campo da saúde se relaciona com a diversas outras práticas políticas, econômicas, agrícolas, religiosas. Está relacionada a um complexo conjunto de elementos e fatores experimentados no cotidiano e nos momentos extraordinários da vida coletiva.

Viver processos de adoecimento ou terapêuticos é estar inserido na perspectiva de um coletivo e é uma experiência integradora de pertencimento e formadora de grupos sociais que compartilham, comunicam e replicam suas formas, instituições e os seus princípios e valores culturais. Cada grupo interage com um ambiente determinado, e sua cultura define como sobreviver nesse ambiente. Devido ao caráter criativo e transformador, inerente às práticas e saberes culturais, os indivíduos são gradativamente socializados em formas culturais vigentes em uma sociedade, que são diversas internamente e compartilham com outras sociedades. Essas formas culturais são construídas por meio de interações sociais cotidianas assim como por meio de processos rituais e filiações institucionais.

Antropologia busca compreender os elementos sobre os quais os atores sociais constroem significados para as ações e interações sociais concretas, imaginadas e efetivadas ao longo do tempo e, também, sustentam as formas sociais vigentes, as instituições e seus modelos operativos. Nessa trilha, a Antropologia busca mapear modos de viver, regimes de conhecimentos compartilhados pelos coletivos. Também busca inferir sobre o que há em comum nas ações, nas atribuições de sentido, nos significados e no simbolismo projetado pelos indivíduos sobre o mundo que habitam. Busca também ponderar sobre a experiência de viver em sociedade, sobre adoecer e se cuidar, definindo-a como uma experiência intersubjetiva e relacional mediada pelo fenômeno cultural.

A especificidade da Antropologia e seu alicerce estão no fazer etnográfico, que se dá por meio da imersão em determinada realidade — na “observação participante” (Malinowski, 1978) — em uma dada situação de campo. Tudo o que ocorre na experiência humana depende de certas condições de formulação e compartilhamento do seu

sentido, e é, assim, passível de uma interpretação antropológica. Por meio do trabalho de campo, do olhar comparativo que vem de uma fundamentação teórica, essa técnica de pesquisa, de estar em campo, permite ter acesso a essa experiência humana.

De acordo com Geertz (1978), o homem está amarrado à teia de significados que ele mesmo teceu, portanto, a análise dessa teia requer um exercício de interpretação e busca pelos sentidos da vida. Não se deve perder de perspectiva que essa teia onde as pessoas se inserem não nos permitirá encontrar respostas acabadas e definitivas sobre os sentidos da vida, mas pessoas formulando continuamente questionamentos sobre sua existência, de outros, a nossa (antropólogo), acerca da existência e dos rumos que poderá tomar. O trabalho de antropólogo é realizar uma descrição densa desses sentidos, que se dá no fazer etnográfico.

A própria ideia/prática da “observação participante” tem passado por releituras que acompanha o reinventar da Antropologia, especialmente o abandono da dicotomia sujeito e objeto, que está na base dessa ideia/prática de Malinowski. Para James Clifford, a etnografia se configura não em uma experiência interpretativa de “outra” realidade, mas é sim um diálogo, uma negociação construtiva que envolve sujeitos conscientes e políticos (Clifford, 1988, p. 41).

Rappaport e Rodríguez (2007) entende que a etnografia é mais que um texto escrito ou um método de coleta de dados, mas é um espaço crítico onde as/os antropólogas/os e nossas/os interlocutoras/es podemos participar conjuntamente na co-teorização, na construção de novas teorias, que é onde se configura o resultado na produção de teorias etnográficas. Na interação entre sujeito e sujeito, onde se pretende ter uma relação dialógica, talvez seja mais fecundo usar a expressão de Brandão (2006), o qual trata da “pesquisa participante”, que está:

[...] quase sempre à margem das universidades e de seu universo científico, embora parte de seus principais teóricos e praticantes provenha delas e nelas trabalhem. Apenas alguns anos mais tarde, e com resistências, algumas teorias e práticas da pesquisa participante ingressam no mundo universitário latino-americano e de modo geral, mais pelo trabalho de estudantes e raros professores também ativistas de causas sociais, do que pelo de docentes e pesquisadores de carreira. [...] A pesquisa participante apresenta-se como uma alternativa de “ação participante” em pelo menos duas dimensões. A primeira: agentes sociais populares são considerados mais do que apenas beneficiários passivos dos efeitos diretos e indiretos da pesquisa e da promoção social dela decorrente ou a ela associada. Homens e mulheres de comunidades populares são vistos como sujeitos cuja presença ativa e crítica atribui sentido à pesquisa participante. Ou seja,

uma pesquisa é “participante” não porque atores sociais populares participam como coadjuvantes dela, mas porque ela se projeta, realiza e desdobra através da participação ativa e crescente de tais atores. Segunda: em outra direção, a própria investigação social deve estar integrada em trajetórias de organização popular e, assim, ela deve participar de amplos processos de ação social de uma crescente e irreversível vocação popular. Uma articulação de ações de que a pesquisa participante é um entre outros instrumentos. Um instrumento científico, político e pedagógico de produção partilhada de conhecimento social e, também, um múltiplo e importante momento da própria ação popular. Esta alternativa de investigação social é “participante” porque ela própria se inscreve no fluxo das ações sociais populares. Estamos em uma estrada de mão dupla: de um lado a participação popular no processo da investigação. De outro, a participação da pesquisa no correr das ações populares. Recordemos que, com Orlando Fals Borda, a proposta da pesquisa participante deveria desaguar na progressiva construção de uma ciência popular. Uma nova ciência capaz de pensar-se, de pensar o mundo social e de pensar as transformações sociais de uma maneira dialética realizada a partir da presença, da posição e dos interesses das classes populares (Brandão, 2006, p. 4, 9-10).

Albert (2014), por sua vez, cunhou o conceito de “participação observante”, voltada para uma antropologia engajada, baseada em uma solidariedade crítica. O autor segue argumentando:

Nesse contexto, a análise antropológica tem que lidar com um espaço social total de redes e discursos emaranhados, que integra o campo local de relações interétnicas à esfera global das relações entre sociedades. Além disso, o tempo de observação, abandonando o caráter fotográfico do trabalho de campo monográfico, converge para o tempo cinético do envolvimento de longo prazo. Desse modo, a análise antropológica também desloca seu foco da arquitetura de unidades sociais e formas simbólicas para a dinâmica histórica e política de sua produção e reprodução. (Albert, 2014, p. 136).

O fazer etnográfico pretende fazer uma leitura desses sentidos e significados, busca por esse contexto, onde se encontram as pessoas e o diálogo se fundamenta. Interpretar o fluxo dos discursos, sua dinâmica, em um nível microscópico, em um conhecimento que é localizado e passa a ser compartilhado com a/o pesquisadora. As grandes questões e sentidos estão em um contexto diminuto, onde se deve retirar a essência que emergem a partir de uma relação dialógica, focada na interação e ação política. E essa análise microscópica se revela ilimitada. O fazer etnográfico é marcado por técnicas de campo que visam fazer uma leitura sobre os sentidos da vida localizados, está pautado no compartilhar conhecimento com as pessoas e desenhar a teoria etnográfica.

A antropologia foi criada dentro de uma cultura específica a que se pode chamar de ocidental moderna (Duarte, 2004). Ocorreu uma grande transformação na Europa, ao longo do século XIX, que levou a emergência e dinamização das Ciências Humanas. Quando os ideais do racionalismo e do cientificismo estava estabelecido, os acadêmicos se oferecem à experiência humana de modo ilimitado, isso diante da convicção de que a razão contém a capacidade de criar a empiria, pois o controle cognitivo e técnico dominam experiências sensoriais e sentimentais humanas. De acordo com Duarte (2004), há um caráter materialista, ou melhor, *fisicalista*, quando se passa a ver o cosmos feito somente de elementos físicos, materiais ou “naturais”, excluídos os sobrenaturais. Esses são os principais elementos ideológicos da “grande transformação”, que inaugura a dimensão moderna da cultura ocidental. Ao lado dessa estavam processos econômicos e políticos complexos, envolvendo a hegemonia do capitalismo, da grande indústria, da ordem colonial, da democracia liberal e dos ideais socialistas.

Nesse meio, as Ciências Sociais e Antropologia foram se firmando. Por conseguinte, deve-se enfatizar que se está tratando da Antropologia como um conhecimento que emergiu de determinado contexto espacial-temporal. Um modo de análise da realidade de determinada cultura. De acordo com Duarte (2004), foi importante para a Antropologia se transformar enquanto ciência e perder de sua arrogância e caráter positivista que visava explicar o mundo social. Essa guinada partiu do movimento do romantismo alemão, nos séculos XVIII-XIX, que permitiu um novo contorno do objeto e da posição dos sujeitos na pesquisa científica, da explicação buscou-se a compreensão (Guimarães, 2016). E essa dinâmica transformação segue até os dias atuais, quando a Antropologia está se reinventando.

Portanto, a partir do século XVIII, há uma forte disposição para mudanças, inquietações sobre o novo rumo do pensamento e da ação coletivas, motivada pelo Romantismo alemão (Guimarães, 2016). Diante dessa nova situação que a Europa vivia, marcada pela consolidação de Estados modernos, do individualismo, começaram as críticas sobre os “males da civilização” que trilha um caminho ao lado da reação do movimento de revalorização da natureza e do mundo rural. A vida nas cidades com o artifício industrial envolvia cada vez mais as populações europeias e causam críticas. Ao lado dessa reação sentimental, há uma reação intelectual, com implicações políticas, que se fez mais presente no mundo da cultura germânica, onde esses intelectuais articularam mais claramente esse movimento. A reação germânica estava marcada pelo elemento religioso, por um sentimento de certa especificidade da cultura alemã no quadro europeu, pela desastrosa estagnação política e econômica que viviam, na acentuada

fragmentação de suas unidades políticas constitutivas e na distância que as “cortes” dirigentes mantinham em relação à cultura local e aos intelectuais. Sendo assim o romantismo vem como uma reação, resistência e denúncia ao universalismo, racionalismo e fiscalismo (Duarte, 2004).

E com esse movimento ganhou a Antropologia no seu delineamento enquanto ciência. Ganhou com críticas como a importância de se referir à totalidade, contra perspectivas individualistas que fragmentam o mundo e focam em “partes”. Passou-se a ter valor a totalidade e o holismo. Mas, não se ignorou a “parte”, essa deveria ser singular, o que implicava em uma totalidade em si, do espírito, da característica da experiência humana, individual ou coletiva. Outro ponto importante foi observar o fluxo, o movimento não reversível, o que era uma crítica à ciência positivista, que via o fluxo e o movimento como reversível, controlável, passível de ser observado várias vezes. A ideia de fluxo aqui era única, propriedade da condição íntima dos entes, não uma medida externa, objetiva. Também passaram a dar ênfase à pulsão, aos fenômenos e aos entes que se exprimem no tempo e espaço com uma qualidade especial, interna, toda própria. Outro ponto foi passar a privilegiar ou enfatizar a experiência, íntima, pessoal, passional, subjetiva. E passaram a enfatizar a compreensão no método de conhecimento, que levasse em consideração todos os atos na dimensão vivencial, subjetiva, e descartaram a explicação e busca de leis.

Nesse sentido, a pesquisa de campo é única, quebra com toda a rigidez de outros métodos científicos. Os sujeitos da pesquisa são únicos, tanto a/o antropóloga/o quanto suas/seus parceiras/os. A/O antropóloga/o é único, singular, em gênero, em classe social e em contexto social. E as/os parceiras-os/colaboradoras-es são únicas/os, no contexto, nos sentidos que dão a sua experiência humana. É uma ciência a sua maneira que tem outros parâmetros para “medir” sua cientificidade. A busca pelos sentidos da experiência humana tem que ser densa e compreensível, comparável entre culturas. A Antropologia continuará a ser uma ‘ciência’ e um ‘saber’, pois apresenta sua estratégia de conhecimento e meio de compreensão. É uma ciência por não se resignar com o já sabido, de desconfiar das convenções vigentes e sempre ambicionar mais compreender (Duarte, 2003).

A experiência de trabalho de campo é única e, também, leva a/o pesquisador/a a se transformar, contribuindo para nossa compreensão sobre o sentido da experiência humana. O fazer etnográfico permite levantar práticas e saberes singulares de um coletivo e negociar nossa posição com as pessoas. Neste campo, vive-se a imprevisibilidade de controlar os acontecimentos, o que fere a ciência positivista, mas essa

mesma imprevisibilidade permite o acesso à densidade da vida social.

Na pesquisa de campo, os procedimentos de investigação do problema em questão e as técnicas pertinentes a esses procedimentos terão como base os princípios do fazer etnográfico e seus contornos científicos passam a ser delineados. Assim, de acordo com Oliveira (1998), a pesquisa etnográfica como um todo é dividida em três momentos distintos, mas com vínculos estreitos. O primeiro momento compreende a leitura da bibliografia referente ao tema, que vai resultar numa revisão bibliográfica. O treinamento teórico irá permitir a realização de um trabalho de campo profundo. Saber como e o que observar; discernir o que é teoricamente significativo do que não é, depende da base cognitiva do pesquisador. Um bom treinamento em teoria permitirá ao pesquisador compreender os modos de operação nativos e permitirá também uma fecunda análise dos dados.

O segundo momento será o dedicado ao trabalho de campo junto às pessoas. Este trabalho terá como base alguns princípios do fazer antropológico: o primeiro, é a “Observação participante”, que para Oliveira (1998) acontece quando a/o pesquisador/a se coloca em estreito contato com os indivíduos ou coletivos, o que lhe permite ter uma acurada observação dos fatos em sua plena realidade. Portanto, deve estar atento ao trabalho diário, às práticas objeto de investigação, às conversas informais e formais; o segundo é buscar a compreensão da totalidade do tema de investigação. Diários de campo deverão mantidos de maneira sistemática ao longo de toda pesquisa. A observação direta das situações será complementada com entrevistas estruturadas e informais com as pessoas. A/O pesquisador/a deve alcançar o significado dos fatos inesperados ou não, de determinadas situações que se depara e saber o que esses fatos representam no sistema estudado. Para tratar de um único fenômeno social, a/o pesquisador/a que faz uso do método etnográfico deve procurar compreender a totalidade do coletivo, pois só assim ele consegue dar sentido aos dados coletados; e por último, seguir a máxima de “levar a sério” as pessoas estudadas, ou seja, a/o pesquisador/a deve dar crédito as crenças e ideologias e não pensá-las como ilusões ou delírios.

O terceiro momento da pesquisa será a análise dos dados, de acordo com Oliveira (1998). O interessante desta fase é a forma explícita de interação entre os fatos observados e a teoria estudada. Enquanto, num dado momento, a teoria orientou a coleta dos dados, em outro, os fatos novos coletados devem causar um incremento da teoria ou uma transformação da mesma. Por fim, após esta terceira fase, só restará desenvolver o produto final, o trabalho escrito.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo, essa construção etnográfica que promove uma descrição densa de uma realidade produz a teoria etnográfica, que pode ser uma perspectiva potente para identificar e analisar os problemas e as necessidades em matéria de saúde, assim como orientar as pesquisas, práticas sanitárias e políticas públicas no sentido de atenderem a realidade e partilhar o conhecimento popular na prática do SUS, a medida que fortalece a participação social. Essa se faz em uma perspectiva dialógica, os indivíduos e coletivos participam dessa construção, da criação do fio condutor, das linhas que acabam por apresentar o tema que se pretende compreender de forma a preservar a autonomia, estabelecer pactuações, relações horizontais e compromisso político-social. O mergulho na vida social, a imprevisibilidade do trabalho de campo faz os conflitos e contradições de processos de vulnerabilização na saúde emergirem. E assim busca-se compreender por que se morre mais quando se é um homem negro periférico, por que se adoce e morre mais quando é uma mulher negra periférica, por que se morre mais quando se é uma criança indígena. Esses elementos traz a necessidade de uma agenda estatal para organização das respostas a problemas solucionáveis, a fim de evitar e mitigar as injustiças sociais, em questão de saúde se torna mais complexo justamente por se tratar de vida ou morte. Portanto, a construção social como objeto de análise e intervenção no campo da Saúde Coletiva é essencial para as pesquisas em saúde, assim como também para qualificar a atenção à saúde nos serviços do SUS e aprimorar as políticas públicas em saúde. O valor dessas vidas vulneráveis e onde a precariedade se faz revelam-se na densidade das experiências que passam a ser compartilhadas, ao mesmo instante que mostra um Estado ausente de políticas públicas eficientes para essas populações vulnerabilizadas, de modo que somente o próprio Estado poderá prover uma vida mais digna para essa parcela que vive a margem de um sistema opressor e produtor de desigualdades sociais.

## BIBLIOGRAFIA

- Albert, Bruce (2014). “Situação etnográfica” e movimentos étnicos. Notas sobre o trabalho de campo pós-malinowskiano. *Campos*, 15(1), 129-144. <http://dx.doi.org/10.5380/campos.v15i1.42993>
- Brandão, Carlos Rodrigues (2006). A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. Em: Rodrigues Brandão, Carlos e Romeu Streck, Danilo (Orgs.), *Pesquisa participante: a partilha do saber* (pp. 21-54). São Paulo: Ideias & Letras.



- Buss, Paulo Marchiori e Filho, Alberto Pellegrini (2007). A saúde e seus determinantes sociais. *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva*, 17(1), 77-93. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312007000100006>
- Cardoso, Roberto de Oliveira (1998). *O trabalho do antropólogo*. Brasília/São Paulo: Paralelo 15.
- Clifford, James (1988). *The predicament of culture* (pp. 19-114). Cambridge: Harvard University Press.
- Cohn, Amélia (2002). O lugar do social. *Observatório da Cidadania*, 6, 83-85.
- Coimbra, Carlos Everaldo Alvares e Santos, Ricardo Ventura (2000). Saúde, minorias e desigualdade: algumas teias de inter-relação, com ênfase nos povos indígenas no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(1), 125-132.
- Dias, Maria Clara (2004). *Os direitos básicos: uma investigação filosófica acerca da fundamentação dos direitos humanos* (pp. 75-90). Porto Alegre: EDIOUCRS.
- Dimenstein, Magda e Neto, Maurício Cirilo (2020). Abordagens conceituais da vulnerabilidade no âmbito da saúde e assistência social. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 15(1), 2-17.
- Duarte, Luis Fernando (2004). A pulsão romântica e as ciências humanas no Ocidente. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19(55), 5-19.
- Duarte, Luis Fernando (2003). Indivíduo e pessoa na experiência da saúde e doença. *Ciência e Saúde Coletiva*, 8(1), 173-183.
- Gadamer, Hans-Georg (2011). Sobre o caráter oculto da saúde. Em: *O caráter oculto da saúde* (pp. 109-121). Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Geertz, James (1978). *A interpretação das culturas* (pp. 3-24). Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Guimarães, Sílvia (2016). A presença alemã na antropologia social a partir das perspectivas de Franz Boas e Clifford Geertz. *Boletín de Antropología Americana*, 1, 33-53.
- Langdon, Jean e Wiik, Flávio (2010). Antropologia, saúde e doença: uma introdução ao conceito de cultura aplicado às ciências da saúde. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 18(03), 173-181.
- Leandro, Maria Engracia (2010). Teias da Saúde: desigualdades de saúde, saúde das desigualdades. Em: Besserman, H. (Org.), *Saúde e direitos humanos* (pp. 17-32). Rio de Janeiro: Ministério da Saúde/Fundação Oswaldo Cruz.
- Malinowski, Bronislaw (1978). *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos*



*arquipélagos da Nova Guiné Melanésia* (pp 17-87). São Paulo: Abril Cultural.

Rappaport, Joanne e Rodríguez, Mariela Eva (2007). Más allá de la escritura: la epistemología de la etnografía en colaboración. *Revista Colombiana de Antropología*, 43, 197-229. <https://doi.org/10.22380/2539472X.1108>

SECCIÓN 3  
**TÉCNICAS DIVERSAS**



# **A TÉCNICA DO QUESTIONÁRIO: ESTUDO PROSPECTIVO**

Ana Clara Carvalho Machuca Voigt

## **INTRODUÇÃO**

A escrita livre, inerente a qualquer pessoa que com animus de produzir efeitos práticos no mundo real a seus próprios processos criativos e, utilizando-se de seu livre exercício de pensamento — capacidade esta, inerente aos seres humanos enquanto tal, diferencia-se da chamada escrita técnica. A escrita técnica, longe de possuir a liberdade de qualquer fase do processo de produção e dos resultados a serem obtidos que a escrita livre possui (salvaguardados limites legais e morais socialmente aceitos, local e mundialmente), deve atentar-se a regras rígidas, e são colocadas em práticas em ambientes direcionados. Isto porque, a escrita técnica geralmente visa alcançar um determinado fim, a exemplo de relatórios, ou a alcançar um maior número de leitores, tratando de forma mais aprofundada um determinado objeto, a exemplo das dissertações e teses, enquanto a escrita livre pode ser praticada até mesmo por crianças.

O próprio estilo do texto a ser definido possui regras, o que permite transmitir aos leitores maior confiabilidade e segurança nas informações que estão sendo transmitidas, evitando ruídos na comunicação ou dados falsos e infundados. Dentre as manifestações da escrita técnica, está a científica, que precisa atentar-se com afincamento às questões éticas da pesquisa acadêmica. Há responsabilidade e a consequente

responsabilização pelas informações difundidas. Noutro giro, traz ao debate a necessidade de preparação dos indivíduos para a escrita técnica, de forma que possam internalizar conhecimentos capazes de capacitá-los para tal e externalizar posteriormente associando a seus processos criativos individuais. E para que isto aconteça, investimentos são necessários.

Em países de alta vulnerabilidade político-social, a exemplo de alguns que compõem o Sul Global, a América Latina e a América Central, as demandas são muitas, tanto para as populações quanto para os Governos. Há a presença, em maior ou menor grau, de fome, pobreza, miséria, marginalização, violências etc., e que em razão de suas necessidades iminentes, tornam-se prioridades em detrimento de questões de outras naturezas. Não é de interesse dos países desenvolvidos, que países em desenvolvimento alcancem suas independências e liberdades, mas sim, perpetuam os jogos de poder de forma a manterem suas supremacias. O que se poderia perceber, contudo, é que uma das formas mais latentes dos países em vulnerabilidade político-social saírem deste contexto, é o acesso ao conhecimento crítico, transformando os indivíduos destas sociedades em sujeitos políticos, questionadores de suas próprias realidades. O poder do acesso ao conhecimento é o de transformar realidades.

Diante deste cenário, como então fazer pesquisa no campo das ciências sociais e obter dados em países com características tão complexas? Uma das possibilidades aventadas seria a utilização de métodos e técnicas com pouco demanda de investimento financeiro, e dotadas da capacidade de adaptabilidade para não se perder no tempo. Uma delas, é o chamado “questionário”. O presente artigo, portanto, pretendeu trazer à luz, explorando e aprofundando o estudo acerca da técnica denominada “questionário”, ou, também nominada em alguns países latino-americanos de “formulário”, a fim de criar, no campo teórico, instrumento que viabilize ou auxilie operadores das ciências investigativas a manusearem com confiabilidade e segurança a técnica, utilizando linguagem acessível e trazendo alguns exemplos ilustrativos.

Ao longo do tempo, a técnica foi ganhando novos contornos, demonstrando sua capacidade de adaptabilidade. Um questionário, que outrora era colocado em prática por um pesquisador *in loco*, utilizando papel e caneta, foi sendo associado à novas técnicas que maximizaram tempo e gastos com as demandas das respostas. Envios feitos pelos Correios, por exemplo, garantindo o anonimato do participante da pesquisa, puderam em alguns casos ser substituídos por endereços eletrônicos, os e-mails, mantendo a fidedignidade, mas facilitando o acesso à mobilidade espacial dos indivíduos que circulam pelo mun-

do e podem não ter endereço fixo. Ou seja, transformações sociais, ligadas principalmente à introdução e uso de tecnologias, forçaram pesquisadores à inovação. Associado a isto, o período pandêmico da SARS-CoV-2 (Covid-19) iniciado no ano de 2020, mundialmente experimentado, compeliu países e pessoas ao uso quase obrigatório de artifícios tecnológicos nos mais diversos setores sociais, transformando pensamentos e culturas de maneira não retroativa. A técnica do questionário vem respondendo bem a isto, uma vez que o enfrentamento pessoal do questionador com o participante, para análise comportamental (característica da técnica de entrevista), pode também ser adequada às perguntas bem formuladas, de modo a alcançar tais percepções por parte do investigador somente através das respostas.

A necessidade de aprofundamento no tema em questão cinge-se na complexidade de se fazer pesquisa em países que detêm poucas políticas e investimentos voltados para o incentivo da produção científica, o que denota, espacialmente, um óbice aos desenvolvimentos locais e regionais pela impossibilidade de produção de dados e resultados que potencialmente poderiam transformar realidades. Para a produção do artigo, o método utilizado foi o qualitativo, de revisão bibliográfica, com coleta de material teórico impresso e *on-line*, de autores que outra empreenderam esforços no estudo da técnica. Também fora coletado material de pesquisa publicada com amostragens de aplicação concreta da técnica do questionário, a fim de demonstrar sua concretude e elucidar como são elaborados e gerados os resultados associados à experiência que gerou sua necessidade no desenvolvimento da pesquisa.

## DESENVOLVIMENTO

A forma de se fazer pesquisa no campo das ciências demonstra a existência de um pluralismo metodológico que fica ao encargo do responsável ou interessado escolher. Entretanto, mais de um método ou técnica poderá coexistir em uma mesma pesquisa, de forma a se complementarem. Diante de um leque de possibilidades, a identificação dos melhores métodos ou técnicas pode gerar dúvidas, e o caminho pode ser longo até que se tenha certeza das melhores escolhas. E as melhores escolhas serão fator determinante para a qualidade do trabalho desempenhado e suas conclusões. Contudo, a definição da técnica está intrinsecamente correlacionada à escolha do tipo de pesquisa a ser desenvolvida. Neste sentido, Marconi e Lakatos explicam que “tanto os métodos quanto as técnicas devem adequar-se ao problema a ser estudado, às hipóteses levantadas e que se queria confirmar, e ao tipo de informantes com que se vai entrar em contato” (1999, p. 33).

Há ainda, a necessidade de se conhecer a realidade com a qual o investigador lidará. Segundo Chaer, Diniz e Ribeiro, realizar o estudo

prévio da realidade a qual se intervirá é a primeira necessidade a ser atendida para escolher a melhor técnica de pesquisa, podendo tal estudo de manifestar por meio de coleta de dados e informações do objeto a ser selecionado (2011, p. 258). A escolha da abordagem também dependerá das próprias experiências vivenciadas pelo pesquisador. Se o indivíduo já possui determinado trato com técnicas de elaboração de dados estatísticos, por exemplo, e com a escrita científica a partir de dados numéricos coletados, poderá tender a desenvolver uma investigação quantitativa. Ou se sentir a necessidade de aproximação do objeto através da observação dos fenômenos, ou de conversar diretamente com pessoas para se sentir estimulado a desenvolver a escrita, poderia tender ao trabalho qualitativo. Afinidades, características, habilidades e vivências pessoais do investigador são, portanto, fatores relevantes a serem considerados.

Creswell, com propósito de “apresentar modelos de estrutura, procedimento e abordagens integrativas para o planejamento de pesquisas qualitativas, quantitativas e de métodos mistos em ciências sociais e humanas” (2010, prefácio), esclarece que as estratégias colocadas à disponibilidade dos pesquisadores aumentaram com o passar dos anos vez que “a tecnologia da computação deu maior impulso à análise dos dados e a capacidade de analisar modelos complexos onde os indivíduos articulam novos procedimentos para conduzir a pesquisa nas ciências sociais” (2010, p. 35).

O autor propõe três componentes que envolveriam o chamado projeto de pesquisa; ou plano de pesquisa, senão: as concepções filosóficas, que esclareceriam o motivo da escolha do método, podendo ser pós-positivista, de construção social, reivindicatória/participativa ou pragmática; as estratégias de investigação selecionadas, que poderiam ser qualitativas (ex. etnografia), estratégias quantitativas (ex. experimentos) ou estratégias de métodos mistos (ex. sequencias) e, por fim, os métodos de pesquisa, que poderiam ser questões, coleta de dados, análise dos dados, interpretação, redação e validação (2010, p. 28).

Segundo Creswell, em linhas gerais, as características das estratégias de investigação são as seguintes: pesquisas quantitativas poderiam ser projetos experimentais ou projetos não experimentais (como os levantamentos de dados); pesquisas qualitativas poderiam ser pesquisas narrativas, fenomenologia, etnografias, estudos de teoria fundamentada e estudo de caso, e os métodos mistos poderiam ser sequenciais, concomitantes ou transformativos (2010, p. 36).

No tocante ao terceiro elemento que compõe o projeto de pesquisa (métodos de pesquisa específicos), Creswell explica que eles definem as formas de coleta, análise e interpretação de dados que os

investigadores propõem para suas pesquisas, sendo conveniente que estes considerem o leque de possibilidades da coleta dos dados, organizando-os por grau de natureza, ou uso de questionamentos fechados ou abertos, ou que foque a análise em dados numéricos ou não numéricos (2010, p. 40). O autor, assim organiza as características de cada um:

1. *Métodos quantitativos*: predeterminados; questões baseadas no instrumento; dados de desempenho, dados de atitudes, dados observacionais e dados de censo; análise estatística; interpretação estatística;
2. *Métodos mistos*: tanto métodos predeterminados quanto emergentes; tanto questões abertas quanto fechadas; formas múltiplas de dados baseados em todas as possibilidades; análise estatística e de texto; por meio da interpretação dos bancos de dados;
3. *Métodos qualitativos*: métodos emergentes; perguntas abertas; dados de entrevistas, dados de observação, dados de documentos e dados audiovisuais; análise de texto e imagem; interpretação de temas e padrões.

No presente estudo, as pesquisas no campo das ciências sociais são as de interesse. Longe do pragmatismo e das certezas encontradas nas pesquisas do campo das ciências biológicas, por exemplo, as ciências sociais enfrentam, para além de todos os obstáculos já mencionados, o subjetivismo de suas questões. Autores refutam, inclusive, a possibilidade de se fazer pesquisa social, ante a impossibilidade de se aplicar o chamado método experimental (muito presente em pesquisas que são desenvolvidas em laboratórios) às ciências sociais, deduzindo que não seria possível se atingir alguma objetividade científica. O esforço de se fazer pesquisa no campo social não é hodierno, a exemplo das primeiras tentativas com August Comte e o desenvolvimento da chamada “Física Social” ou “Sociologia”.

Considerado o precursor, Comte empreendeu esforços no sentido de estudar os fenômenos sociais, muito influenciado pelo período experimentado na Europa durante os anos de 1798 a 1857. Schneider e Schmitt explicam que a industrialização europeia provocou grande efervescência política e social, motivando Comte a fundar uma ciência social positiva, que poderia ser levada a sério tal qual as ciências experimentais (1998, p. 3). Para ele, a Física Social seria aquela capaz de complementar o “Sistema das ciências da observação”, formadas pela astronomia, a física, a química e a fisiologia/biologia. Comte conceituou, portanto, Física Social da seguinte forma: “a ciência que tem



por objetivo próprio o estudo dos fenômenos sociais, considerados com o mesmo espírito que os fenômenos astronômicos, físicos, químicos e fisiológicos, isto é, como realidades submetidas a leis naturais invariáveis” (1988).

Ainda segundo Schneider e Schmitt, Comte aceitava a impossibilidade de se fazer uma descrição empírica absoluta do modo de ser dos fenômenos, e que para se manter o rigor científico e metodológico, os estudos sociológicos deveriam em primeiro lugar se atentar à observação propriamente dita (ou exame direto do fenômeno); em segundo lugar se atentar à experiência, a contemplação do fenômeno em condições artificiais, utilizando-se de recursos de investigação, e em terceiro lugar, fazer comparação — consideração gradual de uma série de casos análogos. Os autores esclarecem que as duas primeiras características seriam triviais à todas as ciências, enquanto a última estaria mais relacionada aos estudos sociológicos propriamente ditos (1998, pp. 7-8).

Com o desenvolver dos fatos históricos e com o passar do tempo, novos pensadores colocaram esforços em desenvolver teorias e novas formas de se fazer pesquisa social. Consequentemente, métodos e técnicas foram surgindo, agregando cada vez mais robustez e confiabilidade aos resultados obtidos, conferindo às pesquisas sociais lugar de fala dentre as ciências gerais. As ciências sociais ganharam contornos próprios, personalidade própria e independente, alcançando disciplina e autonomia dentro dos centros de estudos, como universidades e faculdades. Há incentivos financeiros voltados para investigações sociais e publicações na área, não obstante, ainda enfrentem escassez neste sentido e alguma reticência no tocante à importância de seus estudos.

Dentre as possibilidades de aplicação de técnicas para as ciências sociais, aquela denominada “questionário” será o foco de análise. O questionário cinge-se em uma das formas de coleta de dados para pesquisa. Segundo o dicionário *online* Michaelis, trata-se de: “uma série de questões objetivamente ordenadas sobre determinado assunto ou; uma série de perguntas que servirão de guia para uma entrevista ou investigação ou; um conjunto de quesitos formulado aos participantes do tribunal do júri a respeito do réu e do delito ou; papel que contém essas questões, perguntas ou quesitos”. Gil conceitua questionário “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.” (1999, p. 128).

A técnica do questionário, assim como quaisquer outras, apresenta vantagens e desvantagens de aplicabilidade. Segundo Gil, o ques-

tionário tem como pontos favoráveis o fato de que: possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, já que o questionário pode ser enviado pelo correio; implica menores gastos com pessoal, posto que o questionário não exige o treinamento dos pesquisadores; garante o anonimato das respostas; permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais conveniente; não expõe os pesquisadores à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado (1999, p. 128-129). Para Ribeiro, os pontos fortes a se destacar são: a garantia do anonimato; questões objetivas de fácil pontuação; questões padronizadas que garantem uniformidade; deixa em aberto o tempo para as pessoas pensarem sobre as respostas; facilidade de conversão de dados para arquivos de computador e o custo razoável (2008, p. 13).

Em contrapartida, os mesmos autores também encontram pontos de desvantagem da técnica. Gil assim as pontua: exclui as pessoas que não sabem ler e escrever, o que, em certas circunstâncias, conduz a graves deformações nos resultados da investigação; impede o auxílio ao informante quando este não entende corretamente as instruções ou perguntas; impede o conhecimento das circunstâncias em que foi respondido, o que pode ser importante na avaliação da qualidade das respostas; não oferece a garantia de que a maioria das pessoas devolvam-no devidamente preenchido, o que pode implicar a significativa diminuição da representatividade da amostra; envolve, geralmente, número relativamente pequeno de perguntas, porque é sabido que questionários muito extensos apresentam alta probabilidade de não serem respondidos; proporciona resultados bastante críticos em relação à objetividade, pois os itens podem ter significados diferentes para cada sujeito pesquisado (1999, p. 128-129). Já Ribeiro, ressalta como pontos negativos da aplicação da técnica a baixa taxa de respostas para questionários enviados pelo correio; inviabilidade de comprovar respostas ou esclarecê-las; difícil pontuar questões abertas; dá margem a respostas influenciadas pelo desejo de “nivelamento social”; restrita a pessoas aptas a leitura; pode ter itens polarizados/ambíguos (2008, p. 13).

Verifique-se, contudo, que os autores mencionados citam o envio e recebimento das questões para os participantes, através dos Correios (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos — ECT). Tal prática ocorria com frequência em tempos mais remotos (mas ainda sendo possível fazê-lo assim), de forma a fazer a validação e confiabilidade dos dados obtidos através dos questionários. Atualmente, os meios eletrônicos vêm substituindo a forma de se alcançar os participantes, podendo ser enviados e devolvidos os formulários através de endereços de e-mails, por exemplo, ou através de instrumentos de levantamentos

*on-line*, como os *surveys*. Segundo Creswell, os *surveys* são produtos comerciais colocados à venda com termos de uso e permissão, onde os investigadores criam de maneira mais célere seus levantamentos utilizando gabaritos personalizados (2010, p. 181-183). Esclareça-se que os *surveys* não se confundem com os questionários, mas são ferramentas auxiliares para sua aplicação, maximizando tempo e esforço. Para aqueles que decidam pelas pesquisas realizadas pelos correios, o autor aconselha que os pesquisadores identifiquem os passos para administrar o levantamento e façam o acompanhamento de forma a garantir um maior índice de respostas.

Bebendo da fonte de Salant e Dillman (1994), Creswell, citando os autores, esclarece que aqueles desenvolveram um processo de administração de aplicação de questionário por correios em quatro fases, senão: uma primeira correspondência deverá ser enviada na forma de carta de apresentação constando informações que devem ser comuns a todos os indivíduos da amostra; uma segunda correspondência a ser enviada aproximadamente uma semana após o envio da primeira, que se trataria da pesquisa real; uma terceira correspondência a ser enviada para todos os indivíduos da amostra entre quatro e oito dias após o envio do questionário inicial, consubstanciando-se em um cartão de acompanhamento; e uma quarta correspondência que seria remetida aos não respondentes três semanas após o envio da segunda correspondência, em forma de carta de apresentação contendo informações com assinatura manuscrita e o questionário, num envelope selado e escrito à mão para o retorno pelos correios. Desta forma, o pesquisador conseguiria concluir todo o processo de aplicação do questionário em até quatro semanas, desde que, a quantidade de respostas obtidas seja suficiente para atender a amostra necessária (2010, p. 183).

Esclareça-se ainda que, a técnica do questionário não se confunde com outras, embora aparentemente possuam características parecidas. Uma delas é a chamada “entrevista”, utilizada também para a coleta de dados por parte do investigador, onde o entrevistador, *vis a vis*, elabora o roteiro de perguntas voltadas à um grupo mais restrito de pessoas e deixa, de forma imprescindível, a entrevista registrada, utilizando-se de ferramentas auxiliares para tanto. Aqui, o registro pode ser manual por escrito, gravada em gravadores ou aparelhos telefônicos, filmagens etc. Os dados coletados podem ser transcritos ou tratados de outras formas, como documentários. Creswell explica que a entrevista pode também ser aplicada por telefone ou em grupos focais, variando de seis a oito indivíduos por grupo. Por se tratar de uma técnica colocada em prática oral e em sua grande maioria pessoalmente, o entrevistador pode ter percepções outras, como comportamentos e reações dos entrevistados ante as perguntas, levando, in-

clusive, a encerrar a entrevista diante de um desconforto, ou, desistir de alguma questão, ou surgirem novas questões momentâneas diante de fatos novos, ou mesmo esclarecer melhor algum ponto. As entrevistas podem tratar de particularidades, questões de cunho pessoal do entrevistado, portando em si, características de natureza do método qualitativo puro (2010, p. 214).

Já o questionário, na prática, cinge-se na elaboração de questões; perguntas, por parte do investigador que podem variar em três tipos: mistas, abertas ou fechadas. Não obstante a técnica seja atrelada ao método quantitativo, os resultados gerados podem ser explorados em associação ao desenvolvimento de pesquisas quali-quantitativas ou mistas.

Voltados a atingir um grupo maior de participantes, os questionários lidam com dados numéricos, de forma a quantificar algo, ou seja, geram gráficos e/ou tabelas demonstrando os percentuais encontrados elaborados pelos pesquisadores após o levantamento. Creswell explica que, no método quantitativo, os pesquisadores apresentam as questões, e não os objetivos específicos da pesquisa e tampouco as hipóteses (que aqui são entendidas como sendo as previsões das variantes e dos testes de estatísticas), e que tais questões partem de uma central e, após, subquestões associadas a ela (2010, p. 145).

A pesquisa de levantamento propriamente dita, segundo Creswell, pode proporcionar a descrição quantitativa ou demonstrar números de tendências, atitudes e mesmo de opiniões de determinada população por amostragem. Para que tais pesquisas se desenvolvam, o autor explica que podem ser utilizados questionários ou entrevistas estruturadas, de forma que se concluirá genericamente partindo das amostras coletadas da população investigada (2010, p. 36).

O autor explica ainda que cabem às questões, em pesquisas quantitativas, investigar as relações entre as variáveis que o pesquisador está em busca de conhecer, sendo sim, bastante utilizadas nas ciências sociais e em estudos de levantamento. As hipóteses também são importantes para que se possa delimitar o objetivo do estudo, evitando a fuga do propósito aventado. O autor esclarece que as hipóteses quantitativas seriam as previsões que o investigador desenvolve acerca das relações que são previamente esperadas entre as variáveis.

Em um questionário, as questões abertas são aquelas que dão ao respondente a possibilidade de desenvolver a resposta. Não há sugestões prontas, podendo assim, fazer suas colocações de forma livre. Aqui, o investigador poderá limitar a quantidade de itens / caracteres, ou não. Contudo, não estará livre da subjetividade ou superficialidade das respostas, uma vez que, estando a questão bem elaborada, o respondente deveria refletir acerca do questionamento antes de se manifestar definitivamente, o que pode não ocorrer por diversos mo-

tivos (pressa, cansaço, falta de interesse etc.). A sistematização dos resultados também exigirá maior esforço do pesquisador, que, novamente, poderá se utilizar de ferramentas inovadoras de pesquisa em seu auxílio.

Já as questões fechadas, são aquelas em que as possibilidades de respostas já são colocadas ao respondente, cabendo ao sujeito escolher, dentre as opções, aquela que melhor lhe aprouver. É exigido do pesquisador, que sejam questões bem elaboradas, contextualizadas, a fim de não prejudicar os resultados quando do levantamento dos dados obtidos. Este tipo de questão é utilizada em aplicações de questionários voltados para grande número de indivíduos, sendo possível simplificar o processo da coleta dos dados e possibilitando quantificar determinado item objeto do estudo. Este tipo de questão, portanto, é o mais recomendada para aplicação de questionários, uma vez que, por lidar com um número mais expressivo de participantes, a compilação dos dados obtidos fica mais viável e célere para o pesquisador.

Noutro giro, as questões chamadas mistas, envolvem necessariamente questões abertas e fechadas. Aqui, se propõe ao respondente as possibilidades de resposta (fechadas), mas, também propõe que seja desenvolvida resposta aberta dentro do contexto da questão. Pode vir, por exemplo, com a designação “outro”, como possibilidade de manifestação livre para além das sugestões anteriormente apresentadas. Este tipo de questão pode permitir maior abertura no esclarecimento de dados profundos, a exemplo de comportamentos, mas enfrentará as mesmas dificuldades das questões abertas.

Creswell, estabeleceu uma espécie de proposta de roteiro sugestivo para que os pesquisadores possam elaborar questões e hipóteses nas pesquisas quantitativas, da seguinte forma:

O uso de variáveis nas questões ou hipóteses de pesquisa é tipicamente limitado a três abordagens básicas. O pesquisador pode *comparar* grupos em uma variável independente para ver seu impacto em uma variável dependente. Como alternativa, o investigador pode *relacionar* uma ou mais variáveis dependentes. Em terceiro lugar, o pesquisador pode *descrever* as respostas às variáveis independentes, mediadoras ou dependentes. A maioria das pesquisas quantitativas cai em uma ou mais dessas três categorias. A forma mais rigorosa da pesquisa quantitativa segue um teste de uma teoria (ver Capítulo 3) e a especificação das questões ou das hipóteses de pesquisa que está incluída na teoria.

As variáveis independentes e dependentes devem ser medidas separadamente. Esse procedimento reforça a lógica de causa e efeito da pesquisa quantitativa.

Para eliminar redundância, escreva apenas as questões ou hipóteses de pesquisa, não ambas, a menos que as hipóteses ampliem as questões de

pesquisa (segue discussão). Escolha a forma tendo por base a tradição, as recomendações de um orientador ou de um comitê de docentes, ou se as pesquisas anteriores indicam uma previsão sobre os resultados.

Se forem usadas hipóteses, há duas formas: nula e alternativa. Uma hipótese nula representa a abordagem tradicional: faz uma previsão que, na população geral, não há relação ou diferença significativa entre os grupos em uma variável. A maneira de expressar isso é, “Não há diferença (ou relação)” entre grupos [...]

[...] A segunda forma, popular nos artigos de periódicos, é a hipótese alternativa ou hipótese direcional. O investigador faz uma previsão sobre o resultado esperado, baseando essa previsão na literatura e nos estudos anteriores sobre o tópico que sugerem um resultado potencial. Por exemplo, o pesquisador pode prever que “As pontuações serão mais elevadas para o Grupo A do que para o Grupo B” na variável dependente, ou que o “O Grupo A vai mudar mais do que o Grupo B” no resultado. Esses exemplos ilustram uma hipótese direcional, pois é feita uma previsão esperada (p. ex., uma mudança maior, mais mudança) [...]

[...]. Outro tipo de hipótese alternativa é a não direcional — uma previsão é feita, mas a forma exata das diferenças (p. ex., mais alta, mais baixa, mais, menos) não é especificada, pois o pesquisador não sabe o que pode ser previsto a partir da literatura anterior. Assim, o investigador pode escrever, “Há uma diferença” entre os dois grupos [...]

[...]. A menos que o estudo empregue intencionalmente variáveis demográficas como preditores, use variáveis não demográficas (i. e., atitudes ou comportamentos) como variáveis independentes e dependentes. Como os estudos quantitativos tentam verificar teorias, as variáveis demográficas (p. ex., idade, nível de renda, nível educacional, etc.) tipicamente entram nesses modelos como variáveis intervenientes (ou mediadoras ou moderadoras), e não como importantes variáveis independentes.

Use o mesmo padrão de ordem de palavras nas questões ou hipóteses para permitir ao leitor identificar facilmente as principais variáveis. Isso exige repetição de frases-chave e posicionamento das variáveis começando com a independente e concluindo com a dependente, na ordem da esquerda para a direita (como foi discutido no Capítulo 6, sobre as boas declarações de objetivo) (Creswell, 2010, pp. 166-168. Ênfase original).

Seguir o caminho técnico, garante a validação e a confiabilidade nos dados obtidos e nos resultados. Segundo Gibbs, a validade qualitativa do trabalho cinge-se no fato de o pesquisador verificar a precisão dos resultados ao empregar procedimentos, ao passo, que a confiabilidade qualitativa representa que a abordagem utilizada é consistente entre diferentes pesquisadores e projetos. Ambas, validação e confiabilidade, ocorrem durante todas as fases de desenvolvimento de uma pesquisa, e não possuem a mesma forma das pesquisas qualitativas e quantitativas, mas são garantidas à medida que o investigador demonstra os passos seguidos, os procedimentos adotados (2007).

No tocante à validação e confiabilidade nas pesquisas quantitativas, Creswell enfatiza a apresentação de informações bem detalhadas da escolha do instrumento que será decidido pelo pesquisador. O autor propõe nomear o instrumento utilizado para a coleta dos dados, discutir se trata-se de instrumento criado especificamente para a pesquisa, modificado (aqui deverá indicar se o autor concedeu permissão de uso) ou intacto, ou se utilizou a mescla de mais de um tipo de instrumento. Para aqueles que decidirem por utilizar um instrumento já existente, o autor indica descrever a validade e a confiabilidade de seu uso em outras pesquisas, onde as três formas mais usuais de se buscar a validade são a de conteúdo do instrumento (se medem o conteúdo que se propõe a medir), a validade preditiva ou concomitante (verificar se os resultados se relacionam com outros resultados) e a validade de constructo (se medem construções ou conceitos hipotéticos, se servem a algum propósito ou se tem consequências interessantes quando usadas). Noutro giro, trazer à pesquisa as resultantes do instrumento em usos anteriores indicam a confiabilidade. Aqui, o autor indica verificar se há relatos de outros autores acerca de medidas de consistência interna e de correlação teste-reteste (demonstrando estabilidade no decorrer do tempo quando administrado mais de uma vez), se houve consistência na administração e pontuação do teste (2010, p. 182). Neste sentido, Creswell pondera:

Quando se modifica um instrumento ou se combina instrumentos em um estudo, a validade e a confiabilidade originais podem não corroborar o novo instrumento, e torna-se importante restabelecer a validade e a confiabilidade durante a análise dos fatos.

Inclua itens da amostra do instrumento para que os leitores possam ver os itens reais utilizados. Em um apêndice à proposta, anexe itens da amostra ou todo o instrumento.

Indique as principais seções de conteúdo do instrumento, como a carta de apresentação (Dillman, 1978, proporciona uma lista útil de itens a serem incluídos nas cartas de apresentação), os itens (p.ex., itens demográficos, itens atitudinais, itens comportamentais, itens factuais) e as instruções de fechamento. Também mencione o tipo de escalas usadas para medir os itens do instrumento, tais como escalas contínuas (p. ex., *concorda fortemente e discorda fortemente*) e escalas categóricas (p.ex., sim/não, classificação da maior para a menor importância).

Discuta os planos para o teste piloto ou teste de campo do levantamento e apresente uma justificativa para esses planos. Essa testagem é importante para estabelecer a validade de conteúdo de um instrumento e para melhorar as questões, o formato e as escalas. Indique o número de pessoas que testarão o instrumento e os planos para incorporar seus comentários nas revisões finais do instrumento. (Creswell, 2010, pp. 182-183, ênfase original)



No Brasil, uma enorme, senão a maior pesquisa realizada a cada 10 anos pelo Governo, através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e que utiliza a técnica do questionário, é o chamado Censo Demográfico. Realizada no ano de 2010, aquela que deveria ter sido realizada no ano de 2020 se concretizou com atraso de dois anos, somente no ano de 2022. Segundo documento emitido e publicado pelo Ministério da Economia Brasileiro e o IBGE, através das diretorias e coordenadorias responsáveis no site oficial do Governo/IBGE, o planejamento da realização do censo demográfico para o ano de 2020 fez-se impossível ante o período pandêmico experimentado e as medidas sanitárias adotadas, e no ano de 2021 em razão da falta de orçamento devido à cortes orçamentários feitos pelo Governo Federal<sup>1</sup>. Segundo matéria veicula no site oficial do Superior Tribunal Federal Brasileiro, a realização do Censo Demográfico no ano de 2022 somente foi possível através de julgamento da Ação Cível Originária (ACO) 3508 por parte da Corte Máxima Brasileira — o STF (Supremo Tribunal Federal). Nela, os Ministros determinaram que a União adotasse medidas administrativas e legislativas necessárias para a efetiva realização do censo no ano de 2022<sup>2</sup>.

A realização do Censo Demográfico Brasileiro exige uma super-organização que envolve diversos setores, desde o Estado, através de seus institutos e seus agentes públicos, até a população brasileira e os meios de comunicação (jornais, revistas, aplicativos etc.). O aparato para a concreção do Censo exige ampla divulgação, com posterior publicização através do formato publicação, de todo o processo, suas etapas e resultados. Tais resultados serão considerados para a posterior elaboração de políticas públicas, tendo em vista que permite ao Estado conhecer as características da população. É feito ainda um trabalho prévio de divulgação no início das atividades do Censo, de forma a estimular a população a participar, a fornecer dados reais, a cooperar com os agentes censitários e a fornecer dados através das plataformas disponibilizadas.

Longe da amplitude da prospecção de um Censo como este, as etapas, justificativas, recortes, planejamento, o questionário aplicado e os resultados servem de exemplo para investigadores em suas próprias pesquisas. Assim sendo, segue tabela elaborada contendo os principais dados entabulados que foram publicados pelo site oficial do IBGE, das etapas do processo<sup>3</sup>:

---

1 Ver <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101849.pdf>

2 Ver <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=466012&ori=1>

3 Ver <https://ibge.gov.br/>



Tabela 1

Justificativa do censo demográfico	<p>Conhecer em detalhe como é e como vive o nosso povo é de extrema importância para o governo e para a sociedade. Os resultados obtidos através da realização do Censo Demográfico permitem traçar um retrato abrangente e fiel do País.</p> <p>O Censo Demográfico produz informações atualizadas e precisas, que são fundamentais para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas e para a realização de investimentos, tanto do governo quanto da iniciativa privada. Além disso, uma sociedade que conhece a si mesma pode executar, com eficácia, ações imediatas e planejar com segurança o seu futuro.</p> <p>Retratar o Brasil que está entrando numa nova década é um desafio para o IBGE. Qual é o tamanho da população brasileira? Em que condições vive? Como se distribui no Território Nacional? Qual é o nível de escolaridade de nossas crianças e jovens? Quais as condições de emprego e renda da população? Estas e muitas outras perguntas serão respondidas pelo Censo Demográfico que o IBGE realiza em 2022.</p>
Participantes	<p>O Censo brasileiro adota o conceito de população residente ou “de direito”, ou seja, a população é enumerada no seu local de residência habitual. Conta-se todos os moradores residentes em domicílios particulares e coletivos, na data de referência.</p> <p>São também recenseadas as pessoas que estão ausentes de seu domicílio por motivo de viagens, estudo, trabalho ou internação em hospital, por menos de 12 meses.</p> <p>A investigação das características dos domicílios e das pessoas neles residentes terá como data de referência a meia-noite do dia 31 de julho para 1º de agosto de 2022.</p> <p>Portanto, de acordo com este critério, as pessoas nascidas após esta data serão excluídas do Censo, pois não farão parte do conjunto de moradores do domicílio na data de referência. Já as pessoas falecidas após esta data serão incluídas, pois eram moradores do domicílio na data de referência.</p>
Dados levantados	<p>A abrangência da coleta de dados e a qualidade das informações serão objeto de avançada tecnologia com uso intensivo de recursos de informática. Todos os questionários serão coletados em meio digital, com georreferenciamento dos locais de coleta e armazenados em bancos de dados, a serem atualizados interativamente.</p> <p>Desta forma, todo o deslocamento dos recenseadores dentro dos setores, assim como o local onde a entrevista foi realizada, estarão sendo monitorados durante toda a operação.</p> <p>O uso dessa tecnologia trará grande velocidade no acesso às informações coletadas, permitindo que eventuais erros sejam rapidamente detectados e as correções efetuadas imediatamente após a coleta dos dados.</p> <p>A utilização de imagens espaciais do território com sistemas de orientação para os recenseadores permitirá otimizar as rotas empreendidas e obter ganhos de produtividade na coleta de dados presencial.</p> <p>Todo o processamento, da coleta até a divulgação de resultados, será efetuado em data center do IBGE, em ambiente de alto desempenho e com redundância ativa para assegurar a permanente disponibilidade dos serviços e rapidez na divulgação de resultados.</p>

Obrigatoriedade e confidencialidade	<p>O IBGE tem sua fundamentação operacional baseada nos Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais e no Código de Boas Práticas das Estatísticas que garantem a independência estatística e a confidencialidade dos dados.</p> <p>[...] A <a href="#">Lei nº 5.534, de 14 de novembro de 1968</a>, que dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações estatísticas, assegura o caráter sigiloso das informações prestadas:</p> <p>Art. 1º — Toda pessoa natural ou jurídica de direito público ou de direito privado que esteja sob a jurisdição da lei brasileira é obrigada a prestar as informações solicitadas pela Fundação IBGE para a execução do Plano Nacional de Estatística (Decreto-Lei no 161, de 13 de fevereiro de 1967, Art. 2º, § 2º).</p> <p>Parágrafo único. As informações prestadas terão caráter sigiloso, serão usadas exclusivamente para fins estatísticos e não poderão ser objeto de certidão, nem, em hipótese alguma, servirão de prova em processo administrativo fiscal ou judicial, excetuando, apenas, na que resultar de infração a dispositivos desta lei.</p> <p>De acordo com essa lei, as respostas ao questionário do Censo 2022 são absolutamente confidenciais e serão usadas exclusivamente no preparo de cadastros e séries estatísticas.[...]</p> <p>O caráter sigiloso das respostas será enfatizado pelo recenseador antes do início das entrevistas. Em nenhuma hipótese as informações prestadas poderão ser vistas por pessoas estranhas ao serviço censitário. Os responsáveis pela violação do sigilo censitário serão punidos com demissão sumária e ficarão sujeitos a processo criminal.</p>
Recortes dos questionários aplicados	<p>Além dos questionários Básico e da Amostra aplicados nos domicílios durante a coleta do Censo 2022, existem outros questionários utilizados em etapas e situações específicas da pesquisa.</p> <p>Na Pesquisa Urbanística do Entorno dos Domicílios, que é realizada na operação de pré-coleta do Censo Demográfico 2022, os Agentes Censitários Supervisores percorrem os setores urbanos preenchendo, mediante observação, um questionário com o objetivo de prover um panorama estatístico de alguns elementos da infraestrutura urbana das cidades brasileiras.</p> <p>Os dados resultantes deste questionário possibilitam apoiar com informações os órgãos de planejamento nacional, estaduais e municipais no desenho de políticas públicas que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida nas cidades do país.</p> <p>Algumas semanas depois de concluída a Pesquisa Urbanística do Entorno dos Domicílios tem início a coleta do Censo 2022, quando nos domicílios são utilizados dois tipos de questionário: o Básico e o da Amostra.</p> <p>O Questionário Básico da pesquisa conta com 26 questões e investiga as principais características do domicílio e dos moradores. Além disso, uma parcela dos domicílios é selecionada para responder ao questionário da Amostra, que conta com 77 questões. A investigação nos domicílios selecionados, efetuada por meio do Questionário da Amostra, inclui, além dos quesitos presentes no Questionário Básico, outros mais detalhados, bem como quesitos sobre temas específicos: características dos domicílios, identificação étnico-racial, nupcialidade, núcleo familiar, fecundidade, religião ou culto, deficiência, migração interna ou internacional, educação, deslocamento para estudo, trabalho e rendimento, deslocamento para trabalho, mortalidade e autismo.</p> <p>Serão investigados cerca de 75 milhões de domicílios particulares permanentes do País. O Questionário da Amostra será aplicado em aproximadamente 11% desse contingente, ou seja, cerca de 8,5 milhões de domicílios.</p> <p>No Censo 2022, também será aplicado antes da coleta em agrupamentos indígenas o questionário de abordagem indígena, esteja esse agrupamento dentro ou fora de terras indígenas. O questionário de abordagem busca reunir informações de infraestrutura, educação, saúde e os hábitos do agrupamento indígena visitado.</p>

<p>Resultados do censo demográfico do ano de 2022</p>	<p><i>População:</i> Mais de 215 milhões de habitantes, aproximadamente 75 milhões de domicílios a serem visitados, 5.570 municípios.</p> <p><i>Pessoal envolvido:</i> Previsão de mais de 210 mil pessoas contratadas, temporariamente, para os trabalhos de coleta de dados, supervisão, apoio técnico-administrativo e apuração dos resultados.</p> <p><i>Estrutura de trabalho:</i> A coleta de dados do Censo Demográfico 2022 tem como previsão visitar cerca de 75 milhões de domicílios para recensear mais de 215 milhões de habitantes nas 5.570 cidades brasileiras (5.568 municípios, o Distrito Federal e o Distrito Estadual de Fernando de Noronha).</p> <p>Para dar suporte a essa operação, o IBGE montará uma estrutura de trabalho, composta por mais de 210 mil pessoas contratadas temporariamente, organizada em equipes multidisciplinares, distribuídas em todo o Território Nacional e coordenadas por servidores do quadro efetivo da Instituição.</p> <p>Para o Censo Demográfico 2022, estão estimados cerca de 6.040 Postos de Coleta, 583 Coordenações de Área e 1.444 Coordenações de Subárea, nas 27 Unidades Estaduais e mais de 450.000 setores censitários em todo território brasileiro.</p> <p><i>Mapas:</i> Serão utilizados 5.570 mapas municipais, 30.000 mapas de cidades, vilas e localidades e mais de 420 mil arquivos digitais e impressos dos setores censitários para orientar os recenseadores na sua área de trabalho.</p> <p><i>Tecnologia:</i> O IBGE usará a tecnologia para realizar o Censo Demográfico em 2022, agilizando o processo de coleta e transmissão das informações sobre a população brasileira.</p> <p>Os dispositivos (DMCs e tablets) utilizados pelos recenseadores e supervisores serão equipados com sinal de 3G e 4G. Isso permitirá que os recenseadores transmitam pela internet as informações levantadas, em tempo real, para o sistema do instituto. Também será realizado um gerenciamento digital, em tempo real, dos deslocamentos dos recenseadores em todo o território nacional, a utilização de “nuvens” na internet para suporte de comunicações e tráfego de dados e novos data centers de alto desempenho.</p> <p>Serão cerca de 211 mil aparelhos, entre DMCs e Tablets, utilizados durante a operação do Censo, além de 9,5 mil notebooks que servirão como ferramentas nos postos de coleta.</p>
---	---

Fonte: Governo Brasileiro. <https://ibge.gov.br/>. Tabela própria.

O questionário básico aplicado no Censo Demográfico Brasileiro do ano de 2022, e disponibilizado no site do IBGE, contém ao todo 05 páginas, e, conforme tabela, no item intitulado RECORTES DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS, possui 26 questões, em sua grande maioria fechadas. Estruturado em 10 “partes”, denominadas: 1. Identificação do domicílio; 2. Informações sobre moradores (para domicílios particulares e coletivos); 3. Características do domicílio; 4. Identificação étnico-racial (para todos os moradores); 5. Registro civil (para pessoas até 5 anos de idade); 6. Educação (para pessoas de 5 anos ou mais de idade); 7. Trabalho e rendimento (apenas para pessoa responsável pelo domicílio); 8. Mortalidade (para domicílios particulares); 9. Prestação das informações (para todas as pessoas); 10. Dados de contato, o questionário trouxe ainda questões para o esclarecimento da realidade das populações indígenas e quilombolas presentes no território brasileiro.

O item 1 do questionário básico visa esclarecer a espécie do domicílio ocupado pelos participantes, se é domicílio particular permanente ocupado, domicílio particular improvisado ocupado ou domicílio coletivo com morador; e o tipo de domicílio, se é casa, casa de vila ou em condomínio, apartamento, habitação em casa de cômodos ou cortiço, habitação indígena sem paredes ou maloca, estrutura residencial permanente degradada ou inacabada, tenda ou barraca de lona, plástico ou tecido, dentro do estabelecimento em funcionamento, outros (abrigo naturais e outras estruturas improvisadas), estrutura improvisada em logradouro público, exceto tenda ou barraca, estrutura não residencial permanente degradada ou inacabada, veículos (carros, caminhões, trailers, barcos etc.), asilo ou outra instituição de longa permanência para idosos, hotel ou pensão, alojamento, penitenciária, centro de detenção e similar, outro, abrigo, albergue ou casa de passagem para população em situação de rua, abrigo, casas de passagem ou república assistencial para outros grupos vulneráveis, clínica psiquiátrica, comunidade terapêutica e similar, orfanato e similar, unidade de internação de menores, quartel ou outra organização militar.

O item 2 buscou informações acerca dos moradores, tanto para domicílios particulares quanto coletivos, questionando quantas pessoas e quantas crianças de zero a nove anos de idade, inclusive recém-nascidos, moravam no domicílio em 31 de julho de 2022. À partir das respostas, à cada participante era perguntado o nome e sobrenome do morador, sexo (se masculino ou feminino), data de nascimento com dia, mês, ano e se desconhecido mês e ano de nascimento, e a relação de parentesco ou de convivência com a pessoa responsável pelo domicílio, se o participante se tratava da pessoa responsável pelo domicílio, cônjuge ou companheiro(a) de sexo diferente, cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo, filho(a) do responsável e do cônjuge, filho(a) somente do responsável, enteado(a), genro ou nora, pai, mãe, padrasto ou madrasta, sogro(a), neto(a), bisneto(a), irmão ou irmã, avô ou avó, outro parente, agregado(a), convivente, pensionista, empregado(a) doméstico(a), parente do(a) empregado(a) doméstico(a), ou se individual em domicílio coletivo.

O item 3 levantou dados das características dos domicílios, tanto particulares permanentes quanto domicílios improvisados, questionando aos respondentes qual a principal forma de abastecimento de água utilizada no domicílio, se rede geral de distribuição, profundo ou artesiano, raso, freático ou cacimba, fonte, nascente ou mina, carro-pipa, água da chuva armazenada, rios, açudes, córregos, lagos e igarapés, ou outra; se o domicílio tem acesso à rede geral de distribuição de água, com possibilidade de resposta sim ou não; se a água utilizada no domicílio chega encanada até dentro da casa, apartamento ou ha-

bitação, encanada, mas apenas no terreno ou se não chega encanada; quantos banheiros de uso exclusivo, com chuveiro e vaso sanitário existem neste domicílio, inclusive os localizados no terreno; se utiliza banheiro de uso comum a mais de um domicílio, com chuveiro e vaso sanitário, inclusive os localizados no terreno, com possibilidade de resposta sim ou não, se utiliza sanitário ou buraco para dejeções, inclusive os localizados no terreno, com possibilidade de resposta sim ou não; para onde vai o esgoto do banheiro, para a rede geral ou pluvial, ligada à rede, não ligada à rede, fossa rudimentar ou buraco, vala, rio, lago, córrego ou mar, ou de outra forma; para onde vai o esgoto do sanitário ou buraco para dejeções, se para rede geral ou pluvial, ligada à rede, não ligada à rede, fossa rudimentar ou buraco, vala, rio, lago, córrego ou mar, ou de outra forma; e se o lixo do domicílio é coletado no domicílio por serviço de limpeza, depositado em caçamba de serviço de limpeza, queimado na propriedade, enterrado na propriedade, jogado em terreno baldio, encosta ou área pública, ou tem outro destino.

Já o item 4 buscou levantar dados de características adicionais dos moradores, com a identificação étnico-racial de todos os moradores, com questões como se a sua cor ou raça é branca, preta, amarela, parda ou indígena. Para o participante em área indígena, que não se declarou indígena, foi questionado se se considera indígena, com possibilidade de resposta sim ou não, e para pessoa que se declarou ou que se considera indígena, foi questionado qual a sua etnia, povo ou grupo indígena, com possibilidade de até duas respostas; se fala língua indígena no domicílio, com possibilidade de resposta sim ou não, a especificação da(s) língua(s) indígena(s) em até três registros, se fala português no domicílio (considerando também o uso de língua brasileira de sinais). Para pessoas em áreas quilombolas, fora questionado se o participante se considera quilombola, com possibilidade de resposta sim ou não, e para pessoas declaradas quilombolas, fora perguntado qual o nome da sua comunidade.

No item 5 foram realizadas questões sobre o registro civil (para pessoas até 5 anos de idade), como se tem registro de nascimento do cartório, registro administrativo de nascimento indígena (rani), não tem ou não sabe.

No item 6 são encontradas questões sobre educação (para pessoas de 5 anos ou mais de idade), como se o participante sabe ler e escrever, com possibilidade de resposta sim ou não.

No item 7 estão as perguntas sobre trabalho e rendimento (apenas para pessoa responsável pelo domicílio), como qual era o rendimento bruto mensal normalmente recebido pelo responsável pelo domicílio (considerando todos os rendimentos de trabalho, aposen-

tadoria, auxílio brasil (antigo bolsa família) ou outra origem), se valor em dinheiro, produtos ou mercadorias, outra forma (moradia, alimentação, treinamento etc.) ou não tem, o valor em reais; a faixa de rendimento, em reais, se de 1,00 a 500,00, 501,00 a 1.000,00, 1.001,00 a 2.000,00, 2.001,00 a 3.000,00, 3.001,00 a 5.000,00, 5.001,00 a 10.000,00, 10.001,00 a 20.000,00, 20.001,00 a 100.000 ou 100.001 ou mais.

No item 8, está a coleta de dados sobre a mortalidade (para domicílios particulares) com perguntas como se de janeiro de 2019 a julho de 2022, faleceu alguma pessoa que morava com os participantes (inclusive recém-nascidos e idosos), com possibilidade de resposta sim ou não, nome, sobrenome, mês e ano do falecido(a), sexo (se feminino ou masculino), e a idade ao falecer.

O item 9 solicita dados do participante que prestou as informações (para todas as pessoas), se foi a própria pessoa, outro morador ou não morador, e no item 10 são solicitados os dados de contato, como nome, e-mail, telefone com número e CPF (cadastro de pessoas físicas).

Servindo como exemplo para pesquisadores, as questões elaboradas pelo questionário básico permitem ter um panorama geral da sociedade brasileira, e, embora pareçam simples, abarcam características complexas da heterogeneidade brasileira, como moradias precárias, desigualdades sociais e econômicas e a diversidade de tipos de formações familiares. Por trás de tais questões, existem todos os esforços dos organizadores na construção dos questionários e da logística para sua concreção. Novamente, trata-se de uma pesquisa em formato Censo de grande amplitude, com investimentos em torno R\$ 2,292 bilhões de Reais (dois bilhões, duzentos e noventa e dois milhões de reais). Note-se ainda, que houve todo um aparato tecnológico introduzido como ferramenta de pesquisa, com o intuito de maximizar a transmissão e compilação de dados.

Para uma pesquisa de menor alcance, os custos financeiros ficariam longe desta soma. Há à disposição dos investigadores, *surveys* gratuitos (com limitação de ocupação de dados) e alguns que exigem investimento financeiro mensal ou anual para a compilação dos dados colhidos pelos questionários. Para remessa dos questionários via Correios, a modalidade carta simples, com peso de até 20 gramas e sem registro ou aviso de recebimento por parte do participante, gira em torno de R\$ 2,45 (dois reais e quarenta e cinco centavos). Ou ainda, os pesquisadores podem se utilizar de estratégias mais econômicas, diante de facilidades que possam ter em razão da acessibilidade à locais de suas convivências, como o local onde trabalham, habitam e estudam. Desta forma, é viável financeiramente utilizar a técnica em pesquisas de menor alcance.

A título de exemplo, selecionando no campo de pesquisa a palavra “questionário” no repositório institucional da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), encontra-se uma gama de trabalhos acadêmicos disponíveis (monografias, dissertações e teses) e artigos publicados, em que a técnica fora utilizada como ferramenta de levantamento de dados. Na dissertação de mestrado intitulada “Comprometimento organizacional em uma instituição em mudança: o caso da Polícia Militar de Minas Gerais”, Fonseca explica que pretendeu fazer uma análise da diversidade de comprometimentos organizacionais entre policiais militares do Estado de Minas Gerais com enfoque no afetivo, instrumental e normativo, a partir do episódio de um movimento reivindicatório dos policiais militares havido no ano de 1997. Comparando níveis funcionais, políticas de recursos humanos e clusters de comportamento organizacional, o autor, associando à outras técnicas válidas, desenvolveu questões e aplicou um mil e seiscentos questionários, sendo considerados válidos e efetivamente analisados ao final, um mil, cento e sessenta. Para checar as resultantes dos questionários aplicados, o autor explica ainda que se utilizou de instrumentos estatísticos, senão a denominada Análise Fatorial, o Teste de Esfericidade de Bartlett, a Medida de Adequação da Amostra (KMO), a Análise de Variância, o Teste de Comparações Múltiplas (LSD) e a Análise de Correlação de Pearson (2002).

Para a concreção da aplicação dos questionários, Fonseca optou por entregar e recolher os formulários junto às seções de recursos humanos de todas as unidades da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, sem que houvesse identificação dos respondentes, acompanhados por relação de indivíduos por nível hierárquico da corporação, e estabelecimento de prazo de 20 dias para a devolutiva por parte dos participantes. Houve a divulgação prévia da pesquisa de forma pessoal, contato telefônico e via e-mails, além de ofício aos aplicadores dos questionários. Para tratamento dos dados, o autor informa na pesquisa que, embora tenha utilizado o pacote estatístico SPSS v.7.5 para Windows, encontrou dificuldades na entabulação dos dados ante o grande número de questionários aplicados (2002, p. 52).

No tocante às questões, o formulário elaborado por Fonseca possui quatro páginas e 72 perguntas fechadas, estruturadas em dados pessoais (sem identificação de nomes), dados funcionais, e 62 questões em formato de escala, com possibilidades de respostas enumeradas de 01 a 05, onde 01 discorda totalmente, 02 discorda um pouco, 03 nem concorda nem discorda, 04 concorda um pouco e 05 concorda totalmente (2002, pp. 118-121).

Um outro exemplo de pesquisa de menor alcance que utilizou a técnica do questionário, é o artigo publicado intitulado “Programa na-



cional de assistência estudantil: uma avaliação de estudantes de baixa condição socioeconômica em uma universidade pública”. Nele, Lima e Melo analisaram as contribuições das ações do chamado Programa Nacional de Assistência Estudantil a partir da percepção de estudantes de baixa condição socioeconômica. O recorte da população estudada foram alunos do 4º período em diante do curso de graduação de uma universidade pública federal localizada na cidade de Belo Horizonte, classificados entre os níveis I e III pela Fundação Universitária responsável pelo programa e no período compreendido entre os anos de 2011 e 2014. Também associando à outras técnicas complementares, as autoras aplicaram questionários no quantitativo de alunos bolsistas do programa, obtendo retorno de 124 respostas. Enviados por meio eletrônico e de forma física após orientação e assinaturas em termos de consentimento livre e esclarecido, as autoras explicam que as perguntas se cingiram no formato de discursivas e fechadas em consonância com os objetivos específicos (2016, pp. 216; 228).

Pelos dados colhidos através dos questionários, Lima e Melo puderam traçar o perfil sociodemográfico dos estudantes, elucidando a faixa etária, se provieram de escolas públicas ou particulares com ou sem bolsa, o gênero dos respondentes, o turno de estudo, se matutino, noturno ou integral e o período pelo qual farão uso dos benefícios da assistência estudantil, como alimentação, moradia universitária, bolsa de acesso à material didático, bolsa de auxílio financeiro, assistência à saúde, bolsa de acesso à informação digital, bolsa permanência, bolsa estágio e bolsa de acesso ao livro “Bernardo Álvares” (esta última voltada para alunos que apresentem mérito por desempenho acadêmico). Para além de traçar o perfil, os questionamentos feitos esclareceram às autoras a essencialidade do programa para a entrada e permanência do grupo estudado no ensino superior, vez que sem os benefícios oferecidos, não poderiam levar adiante seus processos formativos em razão da extrema baixa renda (2016, pp. 229-233).

## CONCLUSÕES

Diante das informações trazidas, foi possível perceber que estão à disposição dos pesquisadores das ciências sociais uma gama de métodos e técnicas de pesquisa que os auxiliam a atingir seus objetivos. Dentre elas, o presente artigo dedicou-se a explorar a técnica do “questionário”, como forma de se desenvolver pesquisa social com confiabilidade, podendo ser colocada em prática por investigadores de países em alta vulnerabilidade política e social.

Não obstante apresente pontos desfavoráveis à sua aplicação, os pontos favoráveis aqui demonstrados, como grande alcance de respondentes, resultados mais fáceis de sistematização e, principalmen-



te, o baixo custo de aplicabilidade, superam as desvantagens, demonstrando a potencialidade do uso da técnica.

Foi possível verificar que o questionário é utilizado para a coleta dados, sendo a escolha ideal para aqueles que se propõem a fazer o levantamento de dados, gerando como resultados tabelas e gráficos. O diálogo da técnica com outras praticadas no campo das pesquisas científicas, a exemplo dos *surveys*, e sua relação com métodos qualitativos e quali-quantitativos para além da quantitativa, também demonstram sua habilidade de flexibilização ante as transformações ocorridas em nível mundial, com a introdução de tecnologias e a latente necessidade de inovação. Verificou-se ainda que, não obstante a aplicação do questionário permita o uso de questões mistas, abertas e fechadas, as denominadas fechadas são as mais recomendadas ao investigador, em razão de atingirem um número mais expressivo de participantes e por facilitar a compilação dos dados obtidos, poupando tempo e esforço.

Através dos exemplos explorados, também foi possível perceber como o questionário pode ser utilizado em pesquisas de maior ou menor porte em sociedades complexas, como o caso brasileiro do Censo Demográfico, gerando dados fundamentais no auxílio da elaboração de políticas públicas nacionais, e em pesquisas de menor alcance e que exigem amostras menores, como o caso de teses, dissertações e artigos. Os custos e financiamentos voltados também podem oscilar de acordo com a amplitude da pesquisa, variando desde dotações orçamentárias dos Estados, atendendo às leis fiscais, até incentivos mínimos, como bolsas de pesquisa ou custeamento próprio do pesquisador.

A técnica, portanto, se mostra eficaz nas pesquisas sociais, perpetuando-se no espaço e tempo com validade e confiabilidade, gerando segurança nos dados coletados, desde que atendidos os requisitos necessários para sua correta aplicação por parte dos investigadores.

## **BIBLIOGRAFIA**

- Chaer, Galdino; Diniz, Rafael Rosa Pereira e Ribeiro, Elisa Antônia (2011). A técnica do questionário na pesquisa educacional. *Evidência*, 7(7), 251-266.
- Comte, August (1988). *Curso de filosofia positiva*. São Paulo: Nova Cultural.
- Creswell, John Ward (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto* [M. França Lopes, trad.] [3ª ed.]. Porto Alegre: Artmed.
- Gil, Antônio Carlos (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social* [5ª ed.]. São Paulo: Atlas.

- Fonseca, Jeferson Aderbal (2002). *Comprometimento organizacional em uma instituição em mudança: o caso da Polícia Militar de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Repositório Institucional da UFMG. <http://hdl.handle.net/1843/FACE-5NETJW>
- Gibbs, Graham (2007). Analyzing qualitative data. Em: Flick, U. (Ed.), *The Sage qualitative research kit*. Londres: Sage.
- Governo Brasileiro, IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021). *Estimativa da população 2021. Notas metodológicas*. Brasília: IBGE. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101849.pdf>
- Governo Brasileiro, IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022a). *Censo Demográfico 2022*. Brasília: IBGE. <https://ibge.gov.br/>
- Governo Brasileiro, IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022b). *Questionário básico completo 2022*. Brasília: IBGE. [https://censo2022.ibge.gov.br/np\\_download/censo2022/questionario\\_basico\\_completo\\_CD2022\\_atualizado\\_20220906.pdf](https://censo2022.ibge.gov.br/np_download/censo2022/questionario_basico_completo_CD2022_atualizado_20220906.pdf)
- Lima, Maria Célia Nogueira e Melo, Marlene Catarina de Oliveira Lopes (2016). *Programa nacional de assistência estudantil: uma avaliação de estudantes de baixa condição socioeconômica em uma universidade pública*. Belo Horizonte: Repositório Institucional da UFMG. <http://hdl.handle.net/1843/40120>
- Marconi, Maria de Andrade e Lakatos, Eva Maria (1999). *Técnicas de pesquisa* [3ª ed.]. São Paulo: Atlas.
- Michaelis (s/d). *Dicionário online*. <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=question%c3%a1rio>
- Ribeiro, Elisa (2008). A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. *Evidência*, 4, 129-148.
- Salant, Priscilla e Dilmann, Don (1994). *How to conduct your own survey*. Nova York: John Wiley.
- Schneider, Sergio e Schmitt, Cláudia Job (1998). O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. *Cadernos de Sociologia*, 9, 49-87.
- Superior Tribunal Federal (2021). STF. Matéria: *STF determina que governo realize censo demográfico em 2022*. <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=466012&ori=1>



# **ANÁLISE DOCUMENTAL (ARQUIVOS, PRONTUÁRIOS, MEMÓRIAS, CORRESPONDÊNCIA)**

Carlos Eduardo Vidigal

## **INTRODUÇÃO**

A análise documental se refere ao exame de fontes de diversas naturezas, formatos e suportes, abrangendo documentação oficial (ofícios, leis, textos constitucionais, memorandos, telegramas) e privadas, tanto de instituições da sociedade civil — igrejas, empresas, sindicatos —, quando documentos particulares como títulos de propriedade, ações, cartas). O advento da revolução microeletrônica ou da informática ou das comunicações ou termos equivalentes trouxe o ineditismo da comunicação em tempo real, a estreitar os laços entre comunidades humanas de distintas regiões do planeta, permitir um fluxo extraordinário de recursos financeiros mundo afora e elevar o conhecimento humano a um novo patamar, como o expresso no polêmico conceito de multiculturalismo.

Se os novos recursos tecnológicos disponíveis para os registros humanos têm permitido melhor desempenho no registro da memória e, conseqüentemente, da cultura em geral, sua preservação ainda é tema em aberto. O advento da cultura da imagem e do consumo, a desregulamentação dos mercados e a “retração” ou diminuição do papel do Estado, assim como a desmontagem dos mecanismos de distribuição e apoio social vigentes em boa parte do mundo entre o segundo pós-guerra e o novo século, tiveram impactos contraditórios

na maioria das sociedades. Por um lado, promoveram novas formas de inclusão social e digital, por meio do aparelho de telefonia móvel (o celular), do crescente acesso à internet e, mais recentemente, da profusão de redes sociais. Por outro, aprofundou a passagem do pensamento pensante para o pensamento “calculante”, nos termos propostos por Martin Heidegger (2018), tornou a manipulação da informação um instrumento ainda mais formidável, condicionando o pensamento político do homem comum e influenciando resultados eleitorais, tanto em países centrais quanto periféricos, e permitiu inusitada crítica ao conhecimento científico, crítica esta impensável há alguns anos atrás.

O aprofundamento do processo de mundialização econômica e da ideologia da globalização, na qual se destacou a doutrina neoliberal, resultou no crescimento do número de corporações transnacionais, beneficiadas pelo recuo do Estado e pelo domínio cada vez mais exclusivo das tecnologias de ponta, fator relativamente negligenciado até os anos noventa. As fontes de poder das grandes potências podiam, nas décadas finais do século XX, ser agregadas em quadro dimensões: a produção, o crédito, as armas e o conhecimento, sendo que este último tomou novas proporções com a revolução microeletrônica (Strange, 1996). Na outra ponta, no cotidiano de homens e mulheres comuns, pacientes da precarização do trabalho, do desemprego e dos novos instrumentos de dominação, tornou-se mais difícil transitar da consciência individual para a consciência coletiva, requisito para a participação política efetiva. A nova fase do capitalismo mundial intensificou a expansão da “estrutura da cotidianidade alienada”, como já identificado por Agnes Heller (2016) na década de 1970. Quais as possíveis relações dessas mudanças profundas com a análise documental?

A “cotidianidade alienada”, com dificuldades para compreender a “máquina mercante” que rege o principal das relações socioeconômicas e para decifrar informações simples e complexas no cipoal da informação automática e das redes sociais, tornou ainda mais difusas as fronteiras entre conhecimento e opinião. Na própria academia, ao lado da tomada de consciência da perenidade de formas de dominação vinculadas ao gênero, às sexualidades e às etnias, prosperou a dimensão instrumental do conhecimento, não raras vezes reduzida à militância, à atuação política, a uma leitura tão parcial quanto as visões dos adversários a serem combatidos. Seria possível em meio à degradação do emprego e da cidadania, da vulnerabilidade político-social — exacerbada, ademais, pela pandemia da Covid 19 — enfrentar os desafios teórico-metodológicos e empíricos que se nos apresentam? Como tratar de temas complexos, transcendentais, que exigem reflexão profunda e anos de investigação? Qual o lugar de nosso tema

específico, a análise documental, em meio à profusão de informações veiculadas ao todo momento por meio das novas tecnologias?

O propósito do texto que o(a) leitor(a) tem à frente é resgatar o papel decisivo que o documento ainda desempenha na esfera do conhecimento, por meio da recuperação de algumas tradições de investigação enraizadas nas ciências humanas, da reflexão sobre a análise das fontes documentais, notadamente o documento escrito, e verificar possibilidades de “novos” procedimentos na inclusão do documento na redação de trabalhos científicos, diante das críticas pós-modernas ao conhecimento tido como “moderno”. Para tanto, a primeira seção trata dos passos preliminares da investigação científica, a escolha do tema, a problematização, o levantamento de hipótese(s), ou seja, da preparação do trabalho de campo, a pesquisa em arquivo. A segunda se ocupa da coleta das fontes, que devem atender à problematização do objeto e às hipóteses levantadas. Em seguida, o texto se ocupa da interpretação das fontes selecionadas a serem incorporadas ao texto final, para finalizar com uma reflexão sobre a tarefa da redação do texto científico, tendo como contrapontos os recursos de estilo e narrativa e as críticas pós-modernas aos métodos mais tradicionais.

Uma advertência se faz necessária: a referência majoritária a historiadores e os exemplos vinculados à história e à política da América Latina se devem às áreas de atuação do autor, a pesquisa em História das Relações Internacionais e em Política Exterior Brasileira e o magistério superior em História da América Latina. Entendemos que os exemplos históricos e historiográficos podem ser estendidos, em termos teórico-metodológicos, à Ciência Política e à Sociologia e mesmo a outras disciplinas das humanidades. Cabe observar, além disso, que as reflexões não se ativeram somente ao tema específico aqui tratado, mas a outros fatores que intervêm no processo de investigação. Não se trata de eludir o tema, mas da convicção de que a análise documental não pode ser compreendida sem os demais procedimentos do trabalho científico.

## **EXPLORAR**

Os primeiros passos da pesquisa que antecedem a análise documental podem resumidos na escolha do tema, elaboração de uma questão norteadora — dispensável em alguns poucos casos — e na identificação das fontes que podem concorrer para o conhecimento do tema e para responder à indagação inicial. A depender da natureza do objeto de estudo — cultural, econômica, social, política ou outra — as fontes poderão ser impressas ou registradas em áudio, em vídeo ou outro suporte material. A forma como as comunidades humanas vivem, se alimentam, habitam, se vestem, trabalham, se locomovem, deixam

registros e vestígios que, ao serem utilizados como fonte de conhecimento se tornam documentos. Todo registro humano é, ao menos potencialmente, um documento.

Quem se dedica à investigação em ciências humanas sabe, de forma mais ou menos consciente, que o sujeito cognoscente é, em geral, parte do objeto de estudo. Há diferença entre escolher como campo de estudo o social, o econômico, o político ou o cultural. Não é mesmo estudar os efeitos da crise de 1929 e da grande depressão na América Latina, as origens socioculturais do tango argentino ou do culto aos mortos entre os mexicas, a intervenção da OEA/Estados Unidos na Guatemala de Jacobo Arbenz ou os movimentos indígenas nos países andinos de ontem ou de hoje. Quem escolhe um tema e não outro, embora possa estar motivado por uma oportunidade de emprego, pela afinidade com algum professor ou em razão do interesse em participar de determinado concurso público, mas em geral se move por valores presentes em sua formação, por preferências políticas e ideológicas, pela escolha em atuar em prol de uma causa social ou pelo interesse em certa atividade empresarial (por que não?). O tema escolhido, nesse sentido, diz muito a respeito do pesquisador.

Entretanto, é na problematização, na eleição de uma questão principal a ser investigada, que se define a perspectiva teórico-metodológica e a abordagem mais pertinente ao tema. A escolha de um tema para pesquisa e de um problema específico trazem, de forma combinada, o interesse pessoal e profissional do pesquisador, a relevância atribuída pelo próprio autor ao tema escolhido e os valores envolvidos na atividade, ou seja, sua dimensão axiológica. Além disso, o investigador sofre pressões provenientes do ambiente acadêmico, dos professores encarregados de um determinado programa de estudos, da Instituição que atua e mesmo da sociedade, embora nem sempre de maneira consciente.

A escolha de um problema a ser investigado traz algumas questões complexas. É preciso saber o que a sociedade, em uma época específica, considera digno de estudo e se o tema tem ou não receptividade no mercado de trabalho. Os estudos sobre a mulher, por exemplo, eram de pouquíssimo interesse no século XIX, ao passo que no século seguinte adquiriu grande relevância para historiadores e demais cientistas sociais. Nas últimas décadas, foram publicadas na França e em outros países, obras volumosas sobre a história das mulheres, abarcando diversas sociedades e épocas. Além do reconhecimento social da relevância do objeto, há a questão das pressões políticas e éticas que atuam sobre o investigador e que podem delimitar seu campo de estudo. Agregar a dimensão ética ou política à pesquisa científica — aqui tomada como sinônimo de investigação — é legitimar o tra-

balho do pesquisador em seu compromisso social (Barros, 2015). Os valores e preferências políticas não devem, porém, ocupar o centro da atividade científica, pois certamente se transformaria em ensaio, em panfleto, com a perda do rigor analítico.

Sem embargo, a dimensão axiológica é, no limite, incontornável. Edward Carr observava este aspecto em suas conferências pronunciadas na Universidade de Cambridge, entre janeiro e março de 1961, publicadas sob o título *What is History?*, nas quais sustentava que o trabalho do historiador não é sua propriedade exclusiva, pois ele se beneficia de um conhecimento acumulado por muitas gerações e por diferentes países. Daí a imagem do historiador como “um figurante caminhando com dificuldade no meio da procissão”, um figurante que é parte da história e que seu ângulo de visão sobre o passado depende do ponto da procissão em ele se encontra (Carr, 1985). Antes mesmo de Carr alertar para as peculiaridades que envolvem o ofício do historiador, Antonio Gramsci advertia nos *Cadernos do Cárcere*, em sua “Introdução ao estudo da filosofia” que não existe uma filosofia geral e sim diversas filosofias e concepções do mundo, podendo se manifestar como pensamento academicamente elaborado ou de forma difusa, pois cada grupo social formula uma determinada concepção, em geral por meio da religião ou do senso comum. Do que decorre a necessidade de se explicar o fato de ser normal, a cada época, a coexistência de diferentes sistemas e correntes da filosofia; a necessidade de se “sistematizar crítica e coerentemente as próprias instituições do mundo e da vida, fixando com exatidão o que se deve entender por ‘sistema’, a fim de evitar compreendê-lo num sentido pedante e professoral” (Gramsci, 2020). Nesse sentido, não seria exagero supor que um mesmo acervo documental pode ser interpretado de distintas formas, com resultados igualmente distintos, por historiadores, filósofos e cientistas sociais vinculados a uma ou outra filosofia, a uma ou outra visão de mundo.

Isso não significa que cientistas sociais, historiadores e filósofos estejam presos a determinados valores, princípios e convicções, a ponto de esposar uma visão relativista do conhecimento. Considerar incontornável a dimensão axiológica do conhecimento é reconhecer que o investigador, como membro de uma sociedade e como sujeito que abraça, consciente ou inconscientemente, uma determinada visão de mundo, espelha em seu trabalho elementos desses condicionantes. Assim, a análise documental não é e não pode ser utilizada de modo “neutro”, embora tenha o dever da fidelidade ao que a fonte disse e/ou pretendeu dizer.

## **COLHER**

A coleta de dados, etapa fundamental da investigação em ciências sociais e sociais aplicadas é precedida da definição do tema a ser abor-



dado, de sua delimitação e da identificação o mais precisa possível dos subtemas a serem trabalhados. Exige do investigador a compatibilização da objetividade com a preservação da flexibilidade dos procedimentos e da criatividade no tratamento das fontes. A cada passo do processo sua trajetória intelectual e profissional e sua experiência de vida podem sugerir novos caminhos, correlações até então impensadas e/ou uma nova abordagem, a iluminar dimensões ou aspectos não percebidos anteriormente.

Há que se observar — e refletir — na escolha do tema sobre quais as melhores fontes para atender ao propósito inicial e sua adequação à dimensão a ser eventualmente priorizada: o social, o econômico, o político, o cultural, o religioso etc. É neste momento que se fazem presentes o interesse do pesquisador, a relevância que atribui ao tema escolhido, a viabilidade do trabalho e a conexão tema-fontes-interpretação, além da originalidade requerida. Ademais, há a presença nem sempre percebida pelo investigador de “pressões” advindas da sociedade, da conjuntura de época, dos paradigmas predominantes na disciplina em que a pesquisa se realiza e mesmo da instituição em que a investigação foi alocada, ou de seus pares (Barros, 2015). O interesse de quem investiga, a dimensão e as implicações políticas do tema selecionado e, com algum grau de flexibilidade, o público ao qual se destina o trabalho conformam, se prejuízo de outras interfaces envolvidas, a dimensão axiológica da pesquisa. Reconhecê-la como estruturante do conhecimento científico na área das humanidades é um requisito necessário na atualidade.

No passado, quando predominavam concepções muitas vezes abrigadas sob o adjetivo *positivista* se acreditava que as fontes poderiam falar por si e que seria possível acessar, recuperar e trazer a lume a quase totalidade do objeto. A partir de meados do século XX, até as décadas de setenta e oitenta, o tratamento das fontes ultrapassou o documento escrito, alcançou diferentes registros humanos e seus suportes e tornou necessário reconhecer que a produção científica não ocorria em meio ao vazio, pois os acontecimentos nunca chegam a nós de forma “pura”. O investigador precisa fazer uso de sua imaginação para compreender o que provavelmente passou pela mente dos envolvidos na produção da fonte e considerar as exigências do presente no processo do conhecimento (Carr, 1985). Interesses, problemas e demandas passaram a se fazer presentes no cotidiano acadêmico que, no caso latino-americano, gerou investigações e debates sobre “grandes temas”, como indianismo, desenvolvimento, dependência e populismo.

Na América Latina, essas temáticas predominantes entre os anos cinquenta e setenta e a produção latino-americana da época revela-

vam certo déficit de acumulação, não obstante a capacidade de assimilar o alheio e incorporá-lo a uma identidade mutável, embora este movimento comportasse a dependência cultural. Enquanto autores latino-americanos traziam aportes originais para conhecimento das sociedades da região, como a teoria da dependência, intelectuais e acadêmicos dos países centrais negligenciavam a originalidade desta produção — para Svampa, um ato de *expropriación epistémica* — e consolidavam assimetrias. Os temas próprios dos países latino-americanos, entre outros, eram invisibilizados, a exemplo dos citados acima, e a possibilidade de produção teórica latino-americana era omitida por autores europeus e latino-americanos, embora houvesse exceções (Svampa, 2016). Problemas distintos suscitavam abordagens, fontes e interpretações diferenciadas.

Nas últimas décadas do século XX e iniciais do século atual, as ciências sociais e sociais aplicadas ganharam novas perspectivas, novos métodos e novos objetos, cobrando ainda mais a reflexão sobre a natureza das fontes documentais, sua veracidade, a apropriação para as finalidades estabelecidas e sua dimensão política e axiológica. Isso não significa o abandono de procedimentos preconizados anteriormente: saber “quando a fonte, escrita ou não, foi produzida (data); onde foi produzida (localização); por quem foi produzida (autoria); de que matéria preexistente foi produzida (análise); em que forma original foi produzida (integridade); qual é o valor da certeza do seu conteúdo (credibilidade)” (Carraghan, 1946 apud Rodrigues, 1978). Este último aspecto assumiu, a partir da revolução nas telecomunicações e da proliferação de redes sociais informatizadas, dimensão incontornável, sendo que a veracidade ou a falsidade dos documentos é questão prévia e crucial para bom andamento da investigação, sendo que a própria falsificação pode ser tornar objeto de estudo. Neste caso, é preciso identificar o objeto da falsificação, seu sujeito ativo, o destinatário da falsificação, as razões pelas quais se falsifica, o modo como ela se realiza, o meio utilizado, e — talvez os elementos mais relevantes — o uso e o efeito esperado da falsificação (Rodrigues, 1978, p. 321). O cuidadoso tratamento das fontes, de diferentes naturezas e formatos — documentos escritos (textos constitucionais, leis em geral, discursos, registros, filmes (documentários e ficção), áudios, diferentes elementos da cultura material — é indispensável para a segurança e a consistência da investigação.

Após esta etapa prévia, a crítica interna passa pela avaliação do testemunho, sua credibilidade e seu significado, de acordo com a materialidade da fonte. Tanto no caso de documentos escritos como textos oficiais emanados de autoridades do Estado, ou de autobiografia, cartas, diários, jornais, memórias e relatórios, as fontes devem

ser tratadas com prudência, com certo distanciamento a permitir a crítica mais efetiva e submetidas ao cruzamento com outras fontes, primárias e secundárias (o que já se escreveu sobre o acontecimento ou tema). O exame da credibilidade deve estar presente também em fontes como boatos, piadas, lendas, provérbios, letras de música e tradição oral (Rodrigues, 1978). Na atualidade, muitos são os riscos no uso de fontes provenientes da internet, sendo necessário avaliar a credibilidade do site/instituição que veicula as informações, a credibilidade do autor ou autora e se a informação é plausível, ou seja, se está em consonância com a literatura consolidada da área e com outras fontes de informação sobre o mesmo tema e período.

Privilegiamos como fonte na redação dos parágrafos acima o historiador brasileiro José Honório Rodrigues em razão de ser um intelectual que teve o principal de sua produção nos anos sessenta e setenta, ou seja, em meio à ditadura militar brasileira (1954-1985), e que alimentou o pensamento crítico, sem perder o rigor metodológico. Durante a ditadura, preconizava em favor da política externa independente, identificando o interesse nacional com o interesse da sociedade e não com o da classe dominante ou de seus dirigentes (Rodrigues, 1966). Foi, ademais, um dos primeiros a tratar — se não foi o primeiro — de teoria e metodologia da História do Brasil: “o historiador não pode se limitar à pesquisa e ao exame crítico das fontes. Deve interpretá-las; deve extrair do texto histórico a plenitude da vida que foi e que permanece nas formas presentes” (Rodrigues, 1978, p. 419). As fontes, contudo, constituem a matéria-prima sobre a qual se debruça o investigador, que deve ir além do que elas nos trazem.

## **ANALISAR**

A análise das informações coletadas constitui o momento no qual o (a) pesquisador (a) passa a realizar a crítica interna do documento, em um duplo movimento. Por um lado, procura compreendê-lo em sua razão de ser, ou seja, quanto à mensagem como foi formulada pelo autor ou o mais próximo disso. Por outro, situa o texto no quadro geral da investigação, para identificar a relevância e a força dos argumentos apresentados para a consecução do trabalho. Não se trata de uma atividade prática, mas de uma reflexão que se situa na confluência do interesse do pesquisador, dos elementos e valores construídos ao longo de sua formação profissional, e dos elementos trazidos pela documentação em análise. Seu maior desafio é sopesar as informações contidas no texto com o propósito da pesquisa, sem que o segundo se sobreponha ou distorça o primeiro. Atividade sensível na qual o compromisso profissional deve prevalecer sobre eventuais

expectativas inicialmente superdimensionadas ou sobre preferências de natureza político-ideológica.

Exemplos históricos podem contribuir para o esclarecimento das dificuldades enfrentadas na interpretação das fontes. Na década de sessenta, quando a História da América ou História da América Latina tornou-se uma disciplina acadêmica nos Estados Unidos e em diversos países latino-americanos, a necessidade de se conhecer mais profundamente a região adveio dos efeitos da Revolução Cubana e da Crise dos Mísseis de 1962, em meio à instabilidade política regional, que ensejaria golpes de Estado em alguns países da sub-região (Williams, 2009; Bandeira, 1998). A Revolução Cubana e os golpes de Estados em países como Argentina, Peru, Bolívia, Brasil, Chile, Uruguai dividiram e dividem ainda hoje a opinião — e as paixões — no cotidiano latino-americano. Contudo, a pesquisa metódica e a interpretação profissional podem iluminar os aspectos essenciais desses acontecimentos, trazendo questões relevantes para sua compreensão, ao guardar alguma distância em relação às divergências políticas e ideológicas.

No caso da Revolução Cubana, Moniz Bandeira trabalhou com fontes colhidas em distintos arquivos, o que lhe permitiu a abordagem do tema em diálogo com uma base documental robusta. Entre os principais arquivos por ele utilizados pode-se destacar o *Auswärtiges Amt-Politiches Archive (AA-PA)*, Arquivo do Ministério das Relações Exteriores-Brasília (ARMRE-B), Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-GV), *Foreign Relations of the United States (FRUS)*, *John Fitzgerald Kennedy Library (JFKL)*, *National Archive (NA)*. A documentação recolhida foi analisada no contexto da conjuntura política regional e internacional — crise do Sistema Interamericano, compreendido como o conjunto de iniciativas e instituições regionais criadas após a Segunda Guerra Mundial, como a Conferência de Chapultepec, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar), a Organização dos Estados Americanos (OEA), e a presença da Guerra Fria na América Latina — e em suas relações com os processos políticos nacionais.

Assim, o autor pode elaborar hipóteses consistentes, embasadas na documentação pesquisada: i) a revolução teria sido preponderantemente a resultante do conflito Norte-Sul e dos conflitos de interesse entre Estados Unidos e países latino-americanos; e não uma decorrência da Guerra Fria ou do conflito Leste-Oeste; ii) a revolução cubana foi autóctone, nacionalista e democrática, mas, embora alguns de seus líderes esposassem ideias marxistas, não era inevitável que ela se aproximasse do comunismo e da URSS; iii) a implantação de um regime semelhante aos do Leste europeu foi uma “contingência

histórica”, mais pela forma como foi tratada pelo Departamento de Estado norte-americano, a contrapelo do posicionamento de países como Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador e México; iv) a radicalização da Revolução Cubana deveu-se à necessidade percebida por suas lideranças no sentido de assegurar suas conquistas e defender a nação diante das pressões norte-americanas; v) a maioria da população cubana permaneceu na ilha, alimentou o nacionalismo local e entendeu que a mudança de regime não iria melhorar a situação. Ou seja, a ampla base documental, a leitura atenta da documentação e o situar o tema no contexto mais amplo da região e do jogo de forças internacional permitiram a construção de hipóteses consistentes.

Essa breve referência às hipóteses (e conclusões) de Moniz Bandeira em sua obra *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*, teve por intuito apresentar o processo de interpretação calçado em forte base documental, mesmo para um tema tão polêmico na política mundial como os sentidos da Revolução Cubana. Não é um simples endosso à interpretação do historiador brasileiro, posto que cada uma de suas hipóteses são passíveis de contestação. Entretanto, a crítica a elas exigiria pesquisa documental equivalente em termos de amplitude e profundidade e uma abordagem igualmente estruturada, o que possibilitaria uma interpretação alternativa. É nesse sentido que em ciências humanas não há uma verdade capaz de fazer convergir investigadores com diferentes pressupostos, valores e convicções políticas. O que existem são interpretações, que se mostrarão mais fortes quanto mais numerosas e significativas forem as fontes utilizadas, mais cuidadosa for a interpretação das fontes e e mais criteriosa a redação do trabalho.

Outro exemplo foi trazido recentemente por José D’Assunção Barros, no opúsculo *As hipóteses nas ciências humanas: aspectos metodológicos*, cuja exemplificação se estruturou em torno da Conquista da América. Propôs o autor um problema a partir do qual identificou na literatura as principais hipóteses, com a finalidade de avaliar o valor dessas hipóteses, em diferentes combinações. O problema foi expresso nos seguintes termos: “a sujeição de impérios meso-americanos extremamente organizados, habitados por milhões de nativos, em tão pouco espaço de tempo e por apenas algumas centenas de conquistadores espanhóis”. As hipóteses levantadas foram: i) superioridade bélica dos espanhóis; ii) superioridade dos espanhóis em estratégia militar; iii) divisões políticas no interior destes impérios que favoreceram ou foram exploradas habilmente pelos espanhóis; iv) aspectos da mitologia dos povos meso-americanos, que favoreceram a identificação dos conquistadores espanhóis com deuses; v) choque cultural entre espanhóis e meso-americanos, que teria desfavorecido estes

últimos devido a uma menor capacidade de lidar com a alteridade; e vi) doenças transmitidas pelos espanhóis para as quais os nativos não possuíam capacidade de resistência orgânica” (Barros, 2017). Essas hipóteses foram elaboradas a partir de grande conhecimento sobre o tema Conquista da América e de suas mais diversas interpretações, sem pretensão de esgotar sequer a maior parte da literatura. Foram citadas nominalmente as contribuições de Tzvetan Todorov, que enfatizou o choque cultural ocorrido em meio à conquista, Bernal Díaz, que acompanhou a expedição de Hernán Cortés, William Hikling Prescott, entre outros.

Barros afirma em seu texto que possivelmente nunca se chegará a uma explicação da Conquista da América que seja mais “pertinente” que todas as outras, pois o conhecimento histórico — e, pode-se agregar, das demais ciências do homem — consiste precisamente no permanente reexame do passado, com base em novas e antigas fontes, abordadas de um determinado ponto de vista. Ou seja, as hipóteses, em razão de cumprirem diferentes papéis como norteadoras da investigação, delimitadoras do objeto e interpretativa, por meio de respostas provisórias, desempenham uma função argumentativa. Sua consistência será dada, entre outros elementos, pela natureza, amplitude e significado das fontes utilizados.

Não por acaso, quando a área de História da América (Latina) foi incluída no currículo de ensino superior brasileiro, por meio da resolução do Conselho Federal de Educação, de 19/12/1962, e do Parecer nº 377/62, que dispuseram sobre o conteúdo e a duração do curso de História e seu currículo mínimo, muitos desafios se apresentaram em sua institucionalização. Entre os principais problemas estavam o impedimento de seu acesso à América Portuguesa, domínio reservado à História do Brasil, certa confusão com conteúdos de História Moderna e de História Contemporânea, a carência de profissionais especializados e de produção bibliográfica na área (Belloto, 1998). Ao relatar sua experiência como professor de História da América em Instituto Isolado, na cidade de Assis, São Paulo, que faria parte da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Belloto enfatizou o diálogo com a intelectualidade latino-americana e europeia coeva — Althusser, Laclau, Gunder Frank, Gramsci e muitos outros — e a preocupação com as fontes primárias. Desta última resultou o livro organizado em co-autoria com Anna Maria Martinez Corrêa, *A América Latina de colonização espanhola* (1991), que procurava preencher uma lacuna existente na universidade brasileira, por meio da reprodução de diversas fontes “primárias”, agregadas em quatro seções: o colonizado, o colonizador, a América nacional, a América contemporânea.

Um terceiro exemplo é dado pela interpretação de Waldo Ansaldi e Verónica Giordano em *América Latina: la construcción del orden* (2012),

no qual perpassam a história da região na perspectiva da sociologia histórica. Os autores dialogam com clássicos da sociologia e da ciência política latino-americana, estadunidense e europeia, mesclam narrativa e conceitos e fazem uso de fontes diversas: dados socioeconômicos, textos constitucionais e legislações nacionais e regionais, ao lado de fontes secundárias. No último capítulo da obra, ao tratar das sociedades em processo de reestruturação, enfatizam a análise das transições recentes para a democracia (1978-1990) e a consolidação de regimes democráticos na região, além discutirem a própria democracia. Como já havia adiantado Ansaldi em texto anterior (2007), a democracia na América Latina foi conformada como *democracias pobres e de pobres*. A densidade da pesquisa realizada e o diálogo com ampla literatura tornou possível chegar a um conceito “latino-americano” de democracia: *“las realmente existentes son ‘democracias políticas relativamente estables, no consolidadas ni, mucho menos, irreversibles’. Están aún más cerca de la precariedad que de la fortaleza. Es como un barco que termina de encontrar el rumbo, navega a la deriva tocado en línea de flotación y amenazado a estribor (derecha) por piratas que solo piensan en el botín”*. Aplicado às redemocratizações, a especificidade do conceito proposto mostrava sua validade como regime político, que em sociedades divididas em classes se apresentava igualmente como uma forma histórica de dominação político-social de classe. Embora as democracias latino-americanas sejam comumente consideradas democracias liberais, ao se fundar na igualdade de direitos, ela dá lugar a todas as lutas e conflitos pela igualdade de direitos, colocando em questão o tema da desigualdade social e da redistribuição de renda. Ou seja, as fontes utilizadas na investigação podem assegurar a força de um conceito, mas sua interpretação e aplicação no cotidiano revela uma dimensão axiológica e política incontornável. Também neste caso, o que é comum no conhecimento científico, o conceito pode ser relativizado ou contestado, mas exige de eventual conceito alternativo uma força explicativa equivalente.

Como nos indica o conceito de democracia, e muitos outros, a perspectiva teórico-metodológica do investigador tem peso relevante na interpretação científica e, juntamente com os valores éticos, políticos e/ou religiosos, conformam os pressupostos utilizados pelo cientista social na análise de documentos. A interação entre as fontes e as interpretações se dá no processo de redação do trabalho científico que, ademais, traz uma série de problemas de ordem linguística a serem tratados.

## **REDIGIR**

A aplicação da análise documental no texto científico é momento decisivo da narrativa, compreendida em suas interações com o estilo,



como observou Peter Gay. Forma e conteúdo, entrelaçados para formar a tessitura de toda arte e todo ofício. É a arte da narração, que precisa estar munida de fontes documentais adequadas ao propósito do investigador e ser interpretada com técnica refinada. Afinal, “a narrativa histórica sem análise é trivial, a análise histórica sem narrativa é incompleta” (Gay, 1990). Entretanto, antes de se ocupar do estilo, o cientista social precisa fazer a aplicação da análise documental, cuja simplicidade pode ser apenas aparente.

Recorremos novamente a um exemplo, neste caso hipotético, para melhor compreensão do argumento. Se tomarmos três artigos da Constituição brasileira de 1988, os artigos 4º, 5º e 170 temos aspectos de fortes implicações sociais e políticas para reflexão. Obviamente, a análise da carta constitucional não é o melhor caminho para a compreensão das estruturas e forças que conformam a vida de um país. Porém, as constituições liberais costumam evidenciar a força e os limites do discurso liberal, como a proposição de que todos são iguais perante lei. As cartas constitucionais contemporâneas expressam, ademais, tradições da sociedade, elementos jurídicos e políticos consonantes com a conjuntura em que foram elaboradas e aspirações pautadas muitas vezes em valores e princípios “universais”.

O artigo 4º versa sobre as relações internacionais do país, agregando preceitos historicamente construídos. Da “independência nacional” e “igualdade entre os Estados” à “defesa da paz” e “solução pacífica de conflitos”, já presentes no século XIX. Da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade”, “autodeterminação”, “não-intervenção” e “concessão de asilo”, elementos próprios do século XX, à “prevalência dos direitos humanos” e ao “repúdio ao terrorismo e ao racismo”, estes últimos fortalecidos no século XXI. São princípios, ou seja, regeram em maior ou menor grau a política exterior brasileira da independência ao processo de redemocratização dos anos setenta e oitenta, para se consolidar — ao menos aparentemente, entre 1985 e os dias de hoje, com o interregno de 2019 a 2022, em que alguns deles foi relegado a um segundo plano. Em seu parágrafo único, o artigo 4º trouxe o tema da integração latino-americana, a contemplar a dimensão econômica, social e cultural dos povos da região, incluindo o intuito de se criar uma comunidade latino-americana de nações. Sabe-se, porém, que, por um lado, se o texto constitucional contemplou o processo integracionista que ganhou substância com o advento do Mercosul — e mesmo da Unasul e da Celac; por outro, foi priorizada sua dimensão comercial e a cadeia produtiva automotiva, sem alcançar compatibilização de regras e políticas macroeconômicas entre os países associados como membros plenos. As áreas social e cultural não receberam a mesma atenção nas décadas seguintes, sen-



do contempladas com medidas paliativas como o Parlasul e iniciativas pontuais na área cultural. De qualquer modo, este artigo, considerado uma das cláusulas pétreas das Constituição, sobreviveu a sérios ataques nos últimos anos, mas tem resistido como conjunto de preceitos e orientações gerais em matéria de política exterior.

Utilizado como fonte um texto científico, os dispositivos constitucionais devem ser lidos no que eles expressam em seu texto, cotejados com o acumulado histórico da área, com a conjuntura na qual foi redigida e em que é desenvolvida a investigação. Ao serem inseridos no texto, devem ser observados da mesma forma o que o texto constitucional não diz, sugere ou omite. No caso do caput do artigo 5º da Constituição brasileira, há o compromisso com a igualdade direitos, expressa nos seguintes termos: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...)”. Seus incisos contemplam a igualdade de direitos e obrigações de homens e mulheres, a condenação da tortura, do tratamento desumano ou degradante, a inviolabilidade da liberdade de religião e de crença, entre muitos outros direitos. Inseridos no texto acadêmico, a interpretação desses dispositivos deve atentar para uma série de possibilidades e silencia-mentos, como o fato de poucos brasileiros e brasileiras terem acesso à justiça de forma plena e em igualdade de condições; de a discriminação de mulheres e de orientações sexuais diferentes da heterossexualidade tradicional ocorrer muitas vezes de forma velada ou se vincular a uma questão de sobrevivência, como a manutenção do emprego; ou da discriminação em relação a crenças e religiões que fogem do vasto campo do cristianismo latino-americano. Como observou Karina Bidaseca (2010) ao analisar a construção da alteridade e a representação do outro na América Latina, o que está em questão é a relação entre metafísica e política e o outro como imagem de uma identidade hegemônica, ou seja, a necessidade de se resgatar, como preconizado por Todorov em *La Conquista de América*, as dimensões epistemológica, ética ou axiológica e praxeológica (relativa à proximidade ou à distância entre o eu e o outro), para reforçar a ideia da prevalência dos direitos humanos e o repúdio às diversas formas de discriminação.

O processo de mundialização/globalização econômica trouxe em seu bojo a reestruturação e enfraquecimento do mundo do trabalho, dando ensejo à flexibilidade e à precarização sob o manto da modernização e da eficiência. Contudo, as transformações ocorridas nas relações capital-trabalho não foram capazes de ocultar a dominação intrínseca às diversas formas de exploração do trabalho e de apropriação do excedente da produção. Nesse sentido, as redemocratizações

de países latino-americanos possibilitaram a retomada da discussão e de mobilizações em nível sindical, tanto nos espaços urbanos quanto no campo. Neste último, o tema da reforma agrária ocupou destaque nas décadas iniciais do processo, e se fez presente, no caso brasileiro, no artigo 170 da Constituição. No texto, a “ordem econômica” é vinculada ao trabalho humano e à livre iniciativa, com a finalidade de assegurar a todos “existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os princípios da soberania, nacional, propriedade privada, função social da propriedade, livre concorrência, defesa do consumidor, defesa do meio ambiente etc. O não dito, no caso específico de seu inciso III, a “função social da propriedade”, na ausência de detalhamento ou conceito sobre o que seria sua função social, dificultou, na prática, sua aplicação, pelo que se viu nos governos posteriores à promulgação da Constituição. Assim, este dispositivo não concorreu para o aprofundamento da reforma agrária ou para a revisão da concentração da propriedade.

Nesse sentido, o uso da fonte documental no texto de pesquisa deve observar os silenciamentos e trazer ao debate os mecanismos de dominação que, não previstos na legislação, fazem parte do cotidiano e determinam muito da condição subalterna da maioria da sociedade. Outro aspecto a ser considerado é que a força da ideologia neoliberal, apresentada muitas vezes como “pensamento único”, tornou temas fortemente debatidos entre meados dos anos oitenta e noventa um capítulo praticamente esquecido nas últimas duas ou três décadas. É o caso, ao menos no Brasil, de temas como a reforma agrária, a dívida externa, a dívida interna, o papel dos sindicatos etc. É também o que ocorreu com conceitos como classes sociais, excedente do trabalho social, exploração, dominação, alienação, entre outros.

Os três exemplos acima, que trataram da aplicação de uma fonte documental (a Constituição) ao texto científico ilustraram componentes muitas vezes esquecidos no fazer acadêmico. Outro problema diz respeito ao plano especificamente textual ou narrativo e às críticas que se consolidaram nas últimas décadas ao factual, à macro-história, à grande narrativa. Desde o *linguistic turn* dos anos sessenta e setenta, com a emergência do “pós-moderno”, a influenciar fortemente a cultura contemporânea, tornou-se mais ou menos corriqueiro o diálogo com “correntes teóricas baseadas num pressuposto comum acerca da filosofia da linguagem, isto é, da linguagem como instância constituinte da ‘realidade’” (Falcon, 2000). Francisco Falcon se referia ao longo debate anglo-saxônico entre positivistas e hermenêutas analíticos, analisado por Ankersmit, e ao narrativismo de Hayden White, nas teses de Foucault sobre “as palavras e as coisas”, nas leituras de Foucault realizadas por Paul Veyne etc. Era “a ‘crise da representação’, ou seja, da ideia mo-

derna de representação e de sua substituição pela ideia de que, como ‘representação’, o texto histórico é um ‘artefato linguístico’ elaborado segundo princípios literários que remetem às estruturas da ‘narrativa’, sendo sua referencialidade unicamente de ordem intra e extra-textual”.

A crítica às concepções pós-modernas, assim como sua afirmação, tem longa trajetória acadêmica. Destacamos aqui a visão de Terry Eagleton (1998) que, após reconhecer as contribuições do pós-modernismo no aprofundamento do conhecimento sobre as artimanhas do poder — racismo e etnicidade, o pensar a identidade, os perigos da totalidade e o medo da diferença etc.—, apresentou suas preocupações com o relativismo cultural, seu convencionalismo moral, seu ceticismo, bairrismo e pragmatismo, sua falta de teoria “adequada” de ação política, a refletir o desagrado com as ideias de solidariedade e de organização disciplinada. Para Falcon (2000), a produção intelectual em geral e a historiográfica em particular sempre terão fragilidades incontornáveis como as insuficiências e as distorções inerentes às fontes, os pressupostos e valores presentes no fazer do historiador e a própria subjetividade do investigador, que principia em sua inserção em seu próprio presente. Contudo, se é inevitável reconhecer a crise da representação ao se cotejar a historiografia moderna e pós-moderna, no trabalho cotidiano do pesquisador é igualmente importante aceitar a ideia de que o acesso à “realidade” se faz por meio da mediação das fontes e em função dos limites da própria linguagem. Nas palavras desse autor, “prisioneiro da linguagem, o historiador produz interpretações, mas, a rigor, seu discurso não pode mais se propor como ‘representação’ de uma suposta ‘realidade histórica’, salvo, convenhamos, se admitirmos que essa ‘realidade’ é também um conjunto de práticas discursivas”.

Não nos parece exagero acrescentar, o que consideramos válido para o conhecimento histórico e para as ciências humanas em geral, que o método científico indica a possibilidade de produção de um conhecimento válido, consistente, capaz muitas vezes de sobreviver às injunções do momento. Como observou Georges Duby a respeito do conhecimento em História, o que estendemos às demais ciências humanas: “ela contribui para formar pessoas cujas opiniões sejam mais livres, que sejam capazes de submeter as informações com que são bombardeadas a uma análise lúcida, mais capazes de agir com ‘conhecimento de causa’, menos enredados nas malhas de uma ideologia” (Duby; Lardreau, 1989). A análise documental, sua interpretação e sua aplicação ao texto, à narrativa, concorrem para a leitura do presente de forma menos ingênua, a perceber pela força do exemplo de outras sociedades, de ontem e de hoje, como interação diversos elementos de uma cultura, de uma formação social.

## CONCLUSÕES

As fontes sustentam o principal do argumento dos cientistas sociais, independentemente de sua natureza, formato ou suporte. Fonte adequada ao propósito da investigação, numericamente satisfatória, confiável em sua veracidade e rica em conteúdo pode significar o sucesso do trabalho científico e seu reconhecimento por distintos setores da sociedade. É página virada o entendimento de que a fonte fala por si só, pois em rigor ela nada diz enquanto não é encontrada, lida, avaliada pelo pesquisador. Mais do que isso, a análise documental não é possível, ao menos em nossa visão, sem incorporarmos outras dimensões do trabalho científico: a preparação da investigação, a coleta das fontes, a redação do texto.

Nas seções acima, procuramos estabelecer alguns nexos entre as várias etapas da produção do conhecimento científico, tendo por base a análise documental. Ao tratar da preparação da pesquisa enfatizamos o ato da escolha do tema que, embora não se dê no vazio, sendo mais ou menos condicionada, é uma ação discricionária. Neste procedimento podem estar presentes as convicções mais fortes do investigador, sejam elas religiosas, políticas ou éticas. Um tema específico, por si só, traz consigo algumas implicações, em especial a forma como ele se insere no ambiente acadêmico ou na sociedade, podendo cumprir funções diferenciadas. O passo seguinte, a recomendada elaboração de uma questão principal, a nortear o conjunto e cada parte do trabalho, é igualmente influenciado por uma série de fatores e pode, muitas vezes, direcionar o futuro profissional do investigador. Identificado o objetivo geral, os objetivos específicos indicarão os procedimentos, as etapas, o caminho a ser trilhado para se chegar a uma resposta à questão orientadora. Nesse processo, convém avaliar a disponibilidade, o acesso e a pertinência das fontes a serem utilizadas, pois muitos projetos se extinguem no nascedouro em razão da insuficiência ou inacessibilidade das fontes.

Em seguida, tratamos da coleta das fontes, etapa crucial na formação de uma base ampla de informações a serem trabalhadas. Os arquivos públicos, quando regulamentados e organizados por meio de técnica apropriada, são repositórios indispensáveis para investigações que envolvam o Estado ou suas instituições, o que nem sempre vale para os arquivos militares. Mais difícil é o acesso à documentação de empresas, igrejas, sindicatos patronais e de trabalhadores. Nas últimas décadas, têm crescido as pesquisas em jornais, magazines, revistas e outros tipos de periódicos presentes no cotidiano. Como nos lembra Barros (2015) a respeito do historiador, “o mais banal magazine, e talvez exatamente por causa desta banalidade, constituir-se-á para ele uma fonte privilegiada para perceber a vida cotidiana, os pa-

drões de consumo, o vocabulário de uma sociedade, os seus modos de pensamento, sensibilidade e representação”. Eventualmente pode ocorrer o contrário, quando a relevância atribuída pela sociedade ou pela academia impede este passo.

A análise da fonte documental ocupou a terceira seção, que procurou destacar as dificuldades e riscos envolvidos nesta atividade, por meio de alguns casos concretos. O uso por parte de Moniz Bandeira de diversos arquivos oficiais, em países que acompanharam de perto o tema da Revolução Cubana, exemplificou efeitos positivos — no caso, a elaboração de hipóteses — sobre o trabalho realizado, superando, inclusive, algumas das eventuais críticas à sua interpretação. As hipóteses sobre a relativa facilidade da conquista espanhola na América, sobre astecas e incas, levantadas por Barros, foram utilizadas para demonstrar a diversidade de interpretações sobre um mesmo tema que, como várias outras temáticas em ciências sociais, não chegaram e não chegarão a um denominador comum. No caso da “construção da ordem” na América Latina, eixo analítico de Waldo Ansaldi e Verónica Giordano, a intenção foi enfatizar o papel que as fontes podem desempenhar na elaboração de conceitos, como o de democracia, assim como em seus limites, o que aqui nos referimos como dimensão axiológica do conhecimento.

Finalmente, a quarta seção tratou da redação do trabalho e do emprego da documentação analisada, em diálogo com as tendências acadêmicas surgidas nas últimas décadas. Foram avaliados os diversos aspectos envolvidos na análise documental, no caso, artigos da Constituição brasileira de 1988, que serviu de base para exposição do argumento. Um dispositivo constitucional pode trazer múltiplos significados e diversas camadas de interpretação. Outro aspecto abordado foram as concepções pós-modernas que trouxeram críticas consistentes às concepções “modernas” presentes nas ciências sociais e indicaram a necessidade de reflexões mais aprofundadas sobre o significado da linguagem e sua aplicação em trabalhos científicos. Acompanhamos Francisco Falcon (2000) na percepção de que o conhecimento científico, enquanto representação, se desenvolve em um duplo movimento: a mediação de fontes que permitem o acesso à “realidade”; e a reflexão sobre a linguagem que perpassa o ofício do investigador. A propósito, tomamos os termos investigação e pesquisa como sinônimos, este último mais utilizado no Brasil, aquele nos meios acadêmicos hispânicos.

As últimas décadas propiciaram o avanço extraordinário do processo de mundialização econômica, a revolução na área das telecomunicações e a oferta incalculável de informações científicas nas mais diversas áreas do conhecimento. Simultaneamente, cresceu de forma inédita os

mecanismos de desinformação, a propagação de mentiras (*fake news*) e o número de agentes e agências a serviço dessas “novidades”. Os novos instrumentos de manipulação da informação concorreram para o aumento da vulnerabilidade política e social, em especial de seus setores subalternos. Nesse cenário, o conhecimento científico foi fortemente atacado, mas mostrou sua resiliência em todas as suas dimensões. Revisitar a temática da análise documental e valorizar o rigor intrínseco a ela são pequenas contribuições na preservação da ciência e na criação de contrapontos aos fantasmas que assaltam o cotidiano do investigador.

## **BIBLIOGRAFIA**

- Ansaldi, Waldo (2007). *La democracia en América Latina, un barco a la deriva*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Ansaldi, Waldo; Giordano, Verónica (2012). *América Latina: la construcción del orden*, 2 vols. Buenos Aires: Ariel.
- Bandeira, Luiz Alberto Moniz (1998). *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Barros, José D’Assunção (2015). *O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Barros, José D’Assunção (2017). *As hipóteses nas Ciências Humanas: aspectos metodológicos*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Belloto, Manoel Lelo (1998). História da América: uma avaliação da trajetória de uma experiência. Em: Almeida, Jaime de. *Caminhos da História da América no Brasil* (pp. 22-26). Brasília: Associação Nacional de Pesquisadores de História Latino-Americana e Caribenha (Anphlac).
- Bidaseca, Karina (2010). *Perturbando el texto colonial: los estudios (pos)coloniales en América Latina*. Buenos Aires: Editorial SB.
- Cardoso, Ciro Flamarione e Brignoli, Héctor (1983). *Os métodos da história*. Rio de Janeiro: Graal.
- Carr, Edward Hallet (1982 [1961]). *Que é história?* Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra.
- Duby, Georges e Lardreau, Guy (1989). *Diálogos sobre a Nova História*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Eagleton, Terry (1998). *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Falcon, Francisco J. Calazans (2000). História e representação. Em: Cardoso, Ciro Flamarione e Malerba, Jurandir (Orgs.), *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar* (pp. 41-79). Campinas: Papyrus Editora.

- Gay, Peter (1990). *O estilo na História*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Gramsci, Antonio (2020). *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Heidegger, Martin (2018). *O que é isso — a filosofia?* Petrópolis: Editora Vozes de Bolso.
- Heller, Agnes (2016). *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro / São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Rodrigues, José Honório (1966). *Interesse nacional e política externa*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Rodrigues, José Honório (1978). *Teoria da história do Brasil: introdução metodológica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Strange, Susan (1996). *The retreat of the state: the diffusion of power in the world economy*. Cambridge University Press.
- Svampa, Maristella (2016). *Debates latino-americanos: indianismo, desenvolvimento, dependência, populismo*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Edhasa.
- Williams, William Appleman (2009). *The Tragedy of American Diplomacy* (4ª ed.). Nova York: W. W. Norton & Company.

# ANÁLISE DE CENÁRIO, CONJUNTURA E POLÍTICA EXTERNA

## FERRAMENTAS PARA PENSAR E PROJETAR A AUTONOMIA?

Cristina Soreanu Pecequilo

### INTRODUÇÃO

O campo teórico-metodológico de pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, dentre as quais se incluem as Relações Internacionais, apresenta uma singular diversidade. No caso das Relações Internacionais, tal diversidade deriva tanto de sua natureza quanto de suas origens. Nascidas à sombra da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), na University of Wales em Aberystwyth, as Relações Internacionais surgiram no núcleo do poder mundial da época, anglo-saxônico, por meio da criação da Cátedra Woodrow Wilson em 1919. Nomeada a partir do Presidente dos Estados Unidos, Wilson, esta cátedra surge no núcleo hegemônico da época, a Grã-Bretanha, já sinalizando a transição do domínio global inglês (a *Pax Britannica*) ao estadunidense (a *Pax Americana*). O campo de estudo emerge para pensar a guerra e a paz, sendo a guerra entendida, como aponta Halliday (1999), como a maior das intrusões à vida social.

Para compreender a abrangência destas intrusões, era necessário um campo ampliado, de caráter multidisciplinar, representado por uma composição múltipla de outras disciplinas, como história, geografia, direito, ciência política, economia, sociologia, dentre outras,



criando um espaço acadêmico de intersecção de saberes<sup>1</sup> (Brailard, 1990). Portanto, o “fazer Relações Internacionais” não estaria mais limitado a soldados e diplomatas, mas avançaria para a criação de uma ciência política do internacional (Carr, 2001). A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a Guerra Fria (1947-1989) pareceriam somente reforçar este vínculo guerra-Relações Internacionais, assim como seu caráter anglo-saxônico, com a consolidação da Pax Americana, da era nuclear e dos estudos estratégicos. Inclusive, Hoffmann (1987) definiu as Relações Internacionais como uma ciência social norte-americana.

A partir dos anos 1950, as Relações Internacionais foram forçadas a “[...] englobar uma agenda mais ampla (...) à medida que o mundo muda também mudam as questões colocadas para o estudo acadêmico do internacional” (Halliday, 1999, p. 19). Além das “intrusões” associadas aos conflitos Estado-Estado, sejam frias, ou quentes, a área passou a ser pressionada por fenômenos como a descolonização afro-asiática, a emergência do Terceiro Mundo, as clivagens Norte-Sul, a globalização, a interdependência e a transnacionalização de fluxos sociais, econômicos, culturais, dentre outros. Ou seja, não somente se ampliava a agenda, como se ampliavam os atores estatais e não-estatais, demandando novas formas de pensar e ver o mundo. Tanto no núcleo quanto na periferia do sistema internacional, a complexidade do cenário global, gerava novas demandas do campo de estudo e a descolonização do pensamento (Chowdry, 2002).

Como primeiros efeitos desta mudança, dos anos 1960 em diante puderam ser observadas tendências de ampliação das subáreas das Relações Internacionais, associadas ao alargamento de suas perspectivas e de sua busca por autonomia. Dentre as subáreas que começam a ganhar espaço e já se encontram consolidadas no século XXI podem ser mencionadas, de forma não exaustiva, a Análise de Política Externa (APE), a Análise de Conjuntura (ACON) e a Análise de Cenário (AC). Enquanto a APE possui raízes mais ligadas às Relações Internacionais, a ACON, a AC e suas práticas, principalmente de análises prospectivas possuem fortes pontos de contato com a dinâmica empresarial e pensamento estratégico.

Combinadas, estas subáreas são essenciais para a compreensão dos contextos, estruturas e variáveis de atuação e construção de preferências de Estados e atores não-estatais. Como métodos de pesquisa e análise podem ser avaliadas como ferramentas importantes para pensar e projetar a autonomia. O objetivo deste texto é apresentar um

---

1 Todas as intersecções de saberes aqui mencionadas são não-exaustivas e não esgotam o potencial de colaboração e influência das e nas Relações Internacionais como área e suas subáreas.

panorama dos instrumentos teórico-metodológicos associados à APE, ACON e à AC, para auxiliar na reflexão dos atores político-sociais. O texto estará estruturado em uma Introdução e Considerações Finais, e duas partes: um mapeamento não exaustivo de APE, ACON e AC e um estudo de caso para ilustrar o alcance, a viabilidade e a utilidade destas ferramentas para empoderar e sustentar um pensamento e ação autônoma.

### **SOBRE AS TÉCNICAS DE ANÁLISE: POLÍTICA EXTERNA, CONJUNTURA E CENÁRIO**

Considerando a emergência das subáreas das Relações Internacionais cuja prática teórica-metodológica é foco deste texto, APE, ACON e AC, alguns pontos de convergência podem ser apontados: primeiro, a emergência a partir da década de 1950 e a sua permanência e amadurecimento desde então; segundo, a manutenção do caráter multidisciplinar de cada uma destas agendas e técnicas de pesquisa, com fortes intersecções com outras áreas das Ciências Humanas e Sociais; terceiro, o alargamento destas intersecções para as Ciências Sociais Aplicadas (Administração e Estratégia Empresarial) e as Ciências Exatas e Biológicas (Psicologia, Neurociência); e, por fim, a dinâmica proativa destas subáreas, consideradas como fontes de reflexão e de ação (i.e. a junção teoria-práxis).

São estes pontos de convergência que permitem considerar cada uma destas práticas como instrumentos separados de análise ou como ferramentas de análises multinível. Nas análises multinível, podem ser combinadas as três vertentes a partir da identificação de suas variáveis comuns, associando a compreensão do tempo presente à projeção do tempo futuro. Para dar conta destas duas dimensões — separada/individual e a multinível, será apresentado na sequência um panorama de cada uma das técnicas, para, depois, proceder-se a uma proposta de combinação multinível para a aplicação e análise dos dados.

A primeira das subáreas analisada é a de APE, que se solidifica como um instrumental específico para a compreensão da política externa. Mas o que é política externa? Cabe recorrer a algumas definições do que é política externa. Para Hermann (1990), política externa é,

[...] um programa orientado em torno de objetivos ou problemas por formuladores de política (ou seus representantes) legítimos direcionados a outras entidades fora da jurisdição política dos tomadores de decisão. Em outras palavras é um programa (plano) elaborado para dar conta de algum problema ou perseguir algum objetivo que demanda ação diante de entidades estrangeiras. O programa, por princípio, especifica as condições e instrumentos da ação governamental (Hermann, 1990, p. 5; tradução do autor).

Outra definição que ajuda à delimitação da área e sua natureza é a de Alden e Aran (2012, p. 3),

(...) a análise de política externa (APE) é o estudo da conduta e da prática das relações entre diferentes atores, principalmente Estados, no sistema internacional. Todas, diplomacia, inteligência, negociações comerciais e trocas culturais, formam parte da substância da política externa entre diferentes atores. No núcleo deste campo está uma investigação sobre a tomada de decisão, os tomadores de decisão individuais, os processos e condições que afetam a política externa e os resultados destas decisões [...] a APE necessariamente se preocupa não somente com os atores envolvidos no aparato formal de tomada de decisão do Estado, mas também com a variedade de fontes subnacionais de influência que agem sobre a política externa estatal. Adicionalmente, ao buscar fornecer uma explicação mais completa para a escolha de política externa, os acadêmicos têm levado em consideração as fronteiras entre os ambientes internos e doméstico do Estado e o seu ambiente internacional. (Alden e Aran, 2012, p. 3; tradução do autor)

Apresentadas estas definições, cabem ainda alguns esclarecimentos sobre termos e discussões associadas à política externa e que podem gerar confusões. O primeiro esclarecimento refere-se à definição da política externa como sendo, ou não, uma política pública. Com base nas definições de Hermann (1990), Alden e Aran (2012) trazidas, e outras similares da literatura, parte-se do seguinte princípio: a política externa pode — e deve — ser entendida como uma política pública à medida que é pensada, exercida e implementada por um Estado, em interação com outros entes sociais públicos e privados. Ainda que esta não seja uma percepção consensual na literatura sobre o tema, devido aos embates teóricos sobre o perfil e o peso dos Estados e dos atores envolvidos nas Relações Internacionais como apontam Brummer *et al.* (2019), é preciso compreender que a ação do Estado é composta de diferentes atores e campos de luta política. É esta composição que trará forma à política externa seja pela inclusão ou exclusão destes atores e dos processos institucionalizados de formulação de políticas e tomadas de decisão. Este processo varia de Estado a Estado devido à natureza de seus regimes políticos e natureza de sua estrutura constitucional e institucional.

O segundo esclarecimento refere-se à articulação entre política externa, diplomacia, grande estratégia e tática. O planejamento em política externa, e a agenda dela derivada, não pode ser vista como separada destes campos. A política externa informa e forma a diplomacia, assim como é interdependente com a grande estratégia e a tática de um Estado, em particular no setor de segurança e defesa, mas que

se estende em todas as dimensões de projeção de poder de uma nação. O diplomata, o soldado, o executor, são responsáveis, cada qual em seu campo pela execução da política externa, de seus guias de orientação, e pela complementação dos instrumentos necessários para a consecução da decisão e implementação das políticas, independente do campo. Kennedy (1991), no caso, indica que a grande estratégia é a articulação de todos os meios à disposição do Estado, militares e não militares, para a obtenção dos seus objetivos.

Por fim, um último esclarecimento: política externa, também não é sinônimo de paradiplomacia. A paradiplomacia também não deve ser confundida com a diplomacia, referindo-se à atuação diplomática que não é realizada pelo Estado (Aldecoa e Keating, 2013; Kuznetsov, 2015). Neste campo atuam os atores subnacionais e privados, que possuam agendas externas autônomas diante do Estado, e que podem atuar contrariamente aos interesses destes mesmos Estados. Este é um fenômeno que se torna cada vez mais presente devido à descentralização das Relações Internacionais e a pressão sobre os mecanismos tradicionais de diplomacia. Quanto mais estas práticas paradiplomáticas evoluírem, mais poderão afetar direta e indiretamente a própria política externa dos Estados (e tornar-se uma variável da APE por exemplo)

Tendo como base este debate pode-se verificar que há uma sobreposição de termos e preocupações, que muitas vezes se confundem na realização dos estudos e escolha das metodologias. Como Silove (2018) indica, esta realidade é produto do uso e definição operacional dos conceitos, principalmente quando se estabelece a correlação política externa-grande estratégia. Segundo a autora, isto ocorre devido à existência de três conceitos intercambiáveis de grande estratégia, que são complementares, não são mutuamente exclusivos, e que são interdependentes à visão de política externa. Segundo Silove (2018, p. 29),

Primeiro, analistas fazem uso de grande estratégia para se referir a um plano deliberado e detalhado elaborado pelos indivíduos. Segundo [...] para se referir a um princípio organizador que é conscientemente compartilhado e utilizado pelos indivíduos para guiar suas decisões. Terceiro [...] utilizam o termo para se referir a um padrão de comportamento estatal. (Silove, 2018, p. 29, tradução do autor)

Feitos estes esclarecimentos sobre o que é a política externa, e os potenciais riscos de sobreposição e confusão com outros conceitos, cabe voltar à apresentação das metodologias propostas, começando pela APE. Como citado, a subárea de APE iniciou seu desenvolvimento a partir do desdobramento de uma série de questões associadas ao pro-

cesso de formulação de políticas e tomada de decisão. Além disso, abrem-se as perspectivas de análise do papel dos atores neste processo e os contextos nos quais formulam as políticas e tomam as decisões. Posteriormente, ocorre o maior detalhamento destas preocupações, com a introdução de uma série de novas agendas: atores estatais e não-estatais, valores, cultura e identidade, organizações e instituições sócio-políticas e econômicas, os mecanismos de funcionamento do Estado e da sociedade privada, o papel da liderança e da burocracia, a interdependência entre fatores internos e externos (a dimensão *intermestic*), o ambiente societal, a psicologia, a mídia e a tecnologia, a discurso, a representação e a análise comparada<sup>2</sup>.

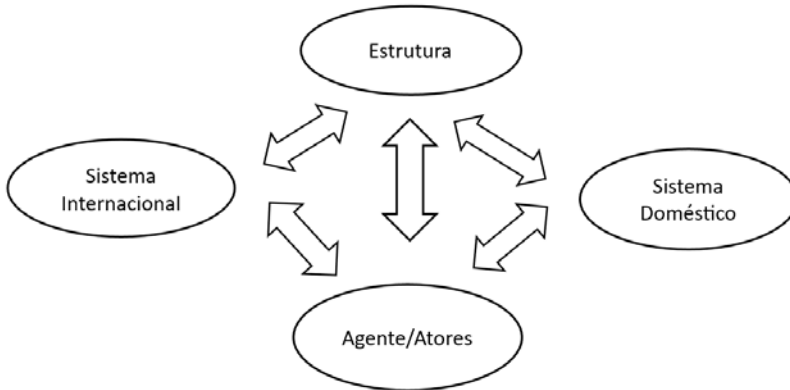
Em síntese, as principais preocupações da APE são:

- Estudar o sistema internacional e doméstico e o papel das instituições com foco em seus principais agentes públicos e privados;
- Compreender as raízes estruturais e valorativas dos Estados e agentes que conformam suas preferências, analisando a inter-relação entre política, cultura e sociedade;
- Avaliar os contextos interno e externo de inserção dos atores estatais e não-estatais;
- Identificar e definir as questões internas, externas e *intermestic*;
- Investigar o processo de formulação de políticas e tomada de decisão;
- Realizar estudos de caso;
- Compreender a continuidade e a mudança da política externa.
- Assim, podem ser observados os seguintes níveis de análise:

---

2 Para a evolução do campo ver Hudson (2014).

Figura 1



Fonte: elaborado pela autora a partir de Hudson (2014) e Alden e Aran (2012).

A partir destes quatro níveis, considerando o processo de APE, isto representa definir “o que” e “o quem”, em três dimensões e suas subdivisões: a definição da agenda (*agenda setting*) a partir da qual se estabelece qual tema/problema/objetivo/estratégia se pretende estudar, a definição da política (*policy setting*), nas dimensões da elaboração, da implementação e da compreensão do próprio resultado da política (*policy making e/ou policy makers e/ou policy*), e, por fim, a tomada de decisão, os tomadores de decisão e a decisão em si (*decision maker and taker e/ou e/ou decision*). As perguntas referências sugeridas, também em uma lista não exaustiva, giram em torno de: o que? Por quê? Quem? Qual? Como? Efeitos? Eficiência e consequências?

Porém, ainda é necessário compreender como operacionalizar a APE. Dentre as opções de operacionalização, podem ser escolhidos modelos únicos ou mistos de análise (ou multinível, a partir da combinação de dois ou mais focos e perguntas de pesquisa), cuja definição passa pela escolha de qual ou quais variáveis a serem estudadas, que, por sua vez, associam-se à definição dos instrumentos e das perguntas de pesquisa.

Deve estar claro que nem sempre é possível ou necessário que o analista aplique em sua metodologia de análise de APE todos os elementos aqui descritos, mas sim que os utilize como base para a construção dos seus estudos. A questão central é ter clareza, e isso se aplicará a todas as demais técnicas aqui descritas, sobre de onde se deseja partir e quais perguntas fazer.

Somente exemplificando, alguns dos trabalhos mais conhecidos de APE são os de Allison e Zelikow (1999) e de Margaret Hermann e

Charles Hermann (1989). Alisson e Zelikow focam na dimensão associada à decisão analisando o caso da Crise dos Mísseis em Cuba (1962), a partir do ponto de vista dos Estados Unidos. Assim, constroem modelos sobre o processo de tomada de decisão estadunidense, divididos em três: o da escolha racional, o processo organizacional e a política governamental ou burocrática. Portanto, o tema-problema é a Crise dos Mísseis em Cuba na época da Guerra Fria, disputa bipolar entre os Estados Unidos e a União Soviética, a categoria ator é Estados Unidos e, dentro desta categoria, os atores burocráticos envolvidos neste tema-problema (Presidência, Departamento de Estado, Departamento de Defesa, dentre outros) e, por fim, o estudo da decisão.

Por sua vez, alguns dos trabalhos de Hermann e Hermann (1989) sobre APE, tidos como referência na subárea, apresentam, tanto um panorama teórico-metodológico desta técnica, como um recorte temático. Hermann (2001) igualmente aborda a questão das unidades decisórias em política externa e os autores mapeiam possibilidades de análise em cinco dimensões (aqui resumidas em seus pontos principais):

1. As Categorias de Estudo: estudos de caso, instituição interna e descrição dos processos, variáveis independentes, cronologias relacionais, análise conflitos;
2. Política Externa como Variável Dependente: características dos atores, política burocrática, pequenos grupos, atributos nacionais, fatores externos, análise multinível integrada;
3. Política Externa como Variável Independente: a ligação entre políticas (*linkage*), dependência, percepção, redes (cibernética) e adaptação;
4. A Importância da Compreensão da Decisão: quem decide, como decide, influências sobre a decisão (líderes, grupos, atores múltiplos, instituições, percepções, redes, comportamentos);
5. Mudanças e Estágios da Decisão (fatores): expectativas políticas iniciais, estímulo do ator e ambiente externo, reconhecimento da informação e informação, desvendar a conexão entre problema e política, desenvolver alternativas, construção de consensos para escolha política e delegação de autoridade para a implementação da política.

Sobre a dimensão 5, Hermann (1990) ainda aprofundou o que considera essencial para a compreensão da mudança: o estudo dos principais agentes das mudanças, tomando como variáveis a liderança, a burocracia e a reestruturação doméstica, a decisão governamental de

mudar o curso relacionada ao processo de tomada de decisão e a avaliação da mudança, com foco em sua extensão: mudou o programa da política externa? Mudou o objetivo ou o problema a ser considerado nesta agenda de política externa? Ou mudou o contexto internacional e a orientação da política externa? Ou, ainda, uma combinação de todas estas mudanças ou outras que podem ser percebidas a partir dos níveis de análise agente, estrutura, sistema internacional e sistema doméstico?

Como se pode perceber, a APE preocupa-se mais com o passado e o presente das ações estatais (e, em certa medida, das não-estatais) na política externa, examinando os componentes desta política, entendida, como aponta Hermann (1990) como um projeto articulado de ação, seu processo formativo, os contextos nos quais emerge, suas influências objetivas e subjetivas e seus elementos de continuidade e mudança. Entretanto são temas que podem ser considerados como “dados”, isto é, partem de uma situação razoavelmente definida e conhecida, já sintetizada em documentos ou ações dos envolvidos naquela determinada formulação de política ou tomada de decisão. Existem elementos concretos que permitem ao analista compreender o quadro mais geral do problema que deseja estudar e ter em mãos mais informações e referenciais disponíveis para escolher suas variáveis e construir seus modelos explicativos.

Porém, dependendo do problema nem todos os documentos, informações ou agendas estarão disponíveis à pesquisa seja pela ausência ou restrição de fontes (como em caso de temas de segurança nacional, vide o próprio caso da Crise dos Mísseis em Cuba, ou golpes de Estado, dentre outras situações sensíveis), mas haverá uma razoável quantidade de informações e dados disponíveis a serem coletados a partir da definição do recorte do estudo e da análise. Ou seja, há incerteza, mas um certo recuo temporal.

As fontes podem ser primárias ou secundárias, como também qualitativas ou quantitativas. Com o acesso cada vez mais rápido e ampliado a fontes, principalmente as associadas às novas mídias como Youtube, Facebook e Twitter por exemplo, abrem-se novos questionamentos: como a tecnologia impacta a APE? O que é verdadeiro ou falso em uma mídia digital? Pode uma agenda de política externa ser definida por um *tweet*? Como lidar com a velocidade e a tecnologia dos dados e da informação? Estas são perguntas que somente crescem na área e já foram foco de alguns trabalhos como os de Ayres Pinto e Moraes (2020) que aborda como a decisão sobre a saída do Reino Unido da União Europeia (o BREXIT) foi afetada pelas *fake news*.

Por oposição, as outras duas técnicas de pesquisa aqui analisadas, a ACON e a AC, encontram-se imersas no “calor do momento”.



Com isso, por vezes são percebidas essencialmente como “opinativas”, “achismo”, “jornalismo midiático” ou “exercícios de futurologia”. Inclusive, muitas vezes são técnicas descartadas nas Relações Internacionais por não possuírem comprovado rigor científico e metodológico, por beirarem o excesso de subjetividade e serem mera “adivinhação”. Mesmo que a ACON esteja inserida na área de Ciência Política e no Pensamento Estratégico, algo que se estende a AC, somando-se setores como gerenciamento e administração, prevalece um certo desconforto. Seriam técnicas restritas a nichos preditivos ou apenas exercícios de militância política, baseados, muitas vezes no desejo de seus participantes (*wishful thinking*).

Ainda que não se pretenda discutir nestes textos as questões de subjetividade das Ciências Humanas e Sociais ou a natureza dos paradigmas científicos, reconhece-se que estes são debates muito amplos e que opõem os pesquisadores das diversas áreas do conhecimento (Brailard, 1990). A suposta neutralidade da ciência exata ou a suposta excessiva subjetividade das ciências humanas e sociais são extremos que devem ser evitados. O que se busca com estas reflexões é justamente aclarar possibilidades metodológicas que podem, ou não, ser adotadas por pesquisadores do campo em suas experiências de investigação.

Aparte estes preconceitos e pré-julgamentos, que também são incrementados pelo fato destas técnicas e visões serem desenvolvidas no mundo anglo-saxônico, europeu e empresarial, o que já os tornaria, por princípio, negativos, estas são dinâmicas que poderiam e deveriam ser mais incentivadas na América Latina e em países como o Brasil. Afinal, como visto no início deste texto, as Relações Internacionais e suas subáreas, estando aí incluída a APE, são, em suas origens, também reflexões vindas do Norte e que, ao longo do tempo, fizeram, e fazem parte, das construções teóricas e do pensamento do Sul. A descolonização do pensamento não deveria passar pela negação da validade da técnica, mas sim por sua desconstrução, e introdução de preocupações próprias que é o que permite a autonomização.

Como aponta Cox (1986), a teoria é produto de forças sociais, sempre para alguém e para algum propósito, e cabe ao pesquisador compreender esta dinâmica, as limitações e os ganhos da teoria e das práticas metodológicas disponíveis. A ciência pode caminhar ao lado da práxis, ser uma práxis ou, ainda, trazer dados para o seu desenvolvimento. Além disso, nem a ACON e nem a AC são produtos da imaginação ou do desejo, mas sim relacionadas a técnicas específicas que trabalham com variáveis similares a da APE, recebem as contribuições desta subárea como forma de estruturar as ideias e os processos.

Uma constatação inicial é que tanto a ACON quanto a AC envol-

vem, por princípio, uma dimensão de práxis, associada à interpretação do tempo presente (isto é, o agora) na ACON, e a projeção do futuro na AC. Para isso, variáveis precisam ser definidas para organizar o pensamento, assim como no caso da APE, e que podem estar associadas a componentes qualitativos e quantitativos. Outro pressuposto é que a coleta de dados e informações para a elaboração da ACON e da AC passa pelos mesmos desafios já descritos em APE, aos quais se somam a dimensão da pressão do momento (ACON) e a da previsão (AC). Por fim, um elemento que fica subjacente à APE, mas que na ACON e na AC tornam-se mais presentes é o da habilidade e da capacidade do pesquisador ou de uma equipe pensar o problema e, a partir dele, fazer inferências, constatações e prospecções.

É nesse ponto que a subjetividade se faz presente, pois se trabalham a partir de dados, mas com interpretações, que não podem ser desconectadas do *feeling* do sujeito ou sujeitos envolvidos na análise. Mas, como citado, não necessariamente esta é uma fraqueza da ACON e da AC. Pelo contrário, são elementos que podem se configurar em forças, derivadas da criatividade, dos *insights*, da ousadia e da originalidade de líderes e agentes políticos, sejam eles formuladores de política ou tomadores de decisão no Estado e em atores não-estatais.

Temporalmente, tanto a ACON quanto a AC possuem uma trajetória similar à da APE. Quanto mais complexos os fluxos sociais, políticos, econômicos, culturais e estratégicos se tornaram, maior se tornou a demanda para compreender a sua natureza e desenvolvimento. A interdependência e transnacionalização, a pressão do imediatismo por soluções, como as tentativas de prever agendas de curto, médio e longo prazo para descobrir e resolver problemas conhecidos e novos explicam esta tendência pela busca de um conhecimento diferenciado. Os esforços de pensar o agora e o futuro se tornaram mais sistemáticos e estruturados em termos de técnicas e desenvolvimento de metodologias.

Caracterizando inicialmente a ACON, uma definição operacional pode ser observada em Souza (1984),

A análise de conjuntura é uma mistura de conhecimento e descoberta, é uma leitura especial da realidade e que se faz sempre em função de alguma necessidade ou interesse [...] é uma tarefa complexa, difícil e que exige não somente um conhecimento detalhado de todos os elementos julgados importantes e disponíveis de uma situação determinada, como exige também um tipo de capacidade de perceber, compreender, descobrir sentidos, relações, tendências, a partir dos dados e das informações (Souza, 1984, p. 8).

O autor complementa,

A análise de conjuntura deve levar em conta as articulações e dimensões locais, regionais, nacionais e internacionais dos fenômenos, dos acontecimentos, dos atores, das forças sociais. A importância dos elementos na análise de conjuntura depende de cada situação, da relação ou posição num contexto mais amplo e permanente [...] (Souza, 1984, pp. 16-17).

Portanto, diante do tema/problema que deseja diagnosticar naquele determinado recorte temporal, o analista necessita compreender os elementos que produzem aquele fato, que nele atuam, e o dinamizam. Realizar uma ACON é, na prática, realizar um diagnóstico de uma dada situação que ocorreu na realidade e a afeta. Os objetivos deste diagnóstico são: compreender o que está acontecendo, entender como o que está acontecendo afeta a situação na qual se vive e decidir se, e como, vai existir uma resposta frente àquela conjuntura. Esse terceiro elemento relaciona-se à práxis, isto é, à ação que será desencadeada por um ou mais atores diante do seu contexto.

Para Souza (1984), não há como desvincular a práxis da ACON, as duas caminhariam juntas. Entretanto, é preciso reconhecer que poderá existir uma desvinculação entre o agente da ACON e o agente da ação. Isto é, o analista, estrategista, ou pensador, poderá atuar para informar o operador, o tático. Na ACON o diagnóstico pode ser apenas uma recomendação que será ou não seguida.

Além disso, nada impede que a ACON aponte caminhos que não necessariamente irão se realizar devido a efeitos inesperados ou à dificuldade em obter informações que permitam a compreensão da situação como um todo. O papel do imponderável e da mudança não pode ser descartado. Embora Souza (1984) indique que é relevante que se possuam todas as informações para se realizar a ACON, ele mesmo reconhece a dificuldade dessa dinâmica acontecer e a volatilidade dos fenômenos políticos. Assim,

Uma questão chave na análise de conjuntura é a percepção da complexidade e da dificuldade em determinar relações de causalidade [...]. Existe um elemento constante de imprevisibilidade em relação à ação política: sua existência, seus efeitos, suas causas. A ação política é em si mesma um elemento da realidade política: é a base da possibilidade de transformações de mudança do surgimento do novo. Falar de uma lógica da ação é falar também de sua imprevisibilidade. (Souza, 1984, p. 17)

A ACON está debruçada sobre a compreensão de acontecimentos no “calor do momento” como indicado, e trabalha com esta dimensão de imprevisibilidade. Porém, a ACON é também uma forma de acompanhamento dos fenômenos em andamento, com diagnósticos passo a passo das situações cotidianas. Como exemplo de uma situação “calor

do momento”, os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 ao território continental dos Estados Unidos nas cidades de Washington e Nova Iorque pode ser mencionado. As ACONs derivadas deste acontecimento inédito e inesperado foram realizadas em meio à surpresa diante do ataque a maior potência militar global, vencedora da Guerra Fria e líder do sistema internacional. Nestes casos, a ACON surge mais como uma “relatoria de fatos” ocorridos com poucas informações disponíveis, que procura expor e interpretar o que aconteceu. As perguntas orientadoras giravam em torno “do que”, “quem”, “como”, e se buscava a maior quantidade de informações possível.

Por sua vez, a ACON percebida como acompanhamento situacional e cotidiano é, como indicado, baseada na realização de diagnósticos. Por exemplo, uma avaliação sobre a conjuntura econômica gira em torno de algumas perguntas base: qual é a inflação? Qual o salário médio do consumidor? Qual a visão do consumidor sobre o país naquele momento? Assim, é uma atividade também informativa, de coleta de dados, mas que tende a ser baseada em dados mais densos e confiáveis do que uma ACON que está explicando um atentado terrorista ou um cenário de guerra como a invasão da Rússia pela Ucrânia em fevereiro de 2022, que comporá nosso estudo de caso no próximo item.

Portanto, são componentes da ACON:

- A definição do tema-problema.
- A investigação do que é e do que ocorreu.
- A compreensão de suas forças motrizes, atores e fluxos sistêmicos.
- Entendimento da estrutura que leva ao tema-problema.
- Avaliação dos efeitos gerados pelo tema-problema.
- Diagnóstico situacional.
- Potenciais recomendações e previsões.

Independente de qual caminho predomina em uma determinada ACON, é preciso desvincular a ideia de que ela é sempre um exercício de adivinhação-opinativo. Estará mais capacitado a realizar uma ACON, de qualquer natureza, o agente que tiver em mãos tanto a informação do presente, como o conhecimento da história, da cultura, do passado de um povo, dentre outros elementos. Como indica Braillard (1990),

Podemos, sem dúvida, conceber outras esferas de generalização para além da criação das variáveis explicativas potenciais. Através da elaboração de diversos modelos explicativos, visando conjunturas históricas específicas,

os investigadores podem esperar obter certas leis tendenciais evolutivas e, bem assim, certas estruturas explicativas comuns a diferentes fenômenos [...]. A diversidade cultural deve, do mesmo modo que a dinâmica histórica, estar no centro do projeto teórico das ciências sociais, no estudo das relações internacionais. (Brailard, 1990, pp. 110-111)

O analista que se dedica a este campo deve compreender a dimensão estrutural que compõem os contextos que observa, a fim de que seus comentários não sejam apenas baseados em impressões imediatistas e vazias. Entretanto, este é mais um dos grandes desafios do século XXI: como debatido, ao mesmo tempo em que aumentou a coleta e a disponibilidade de fontes e informações, via novas tecnologias e canais, não há um processo similar de crescimento da qualidade destas fontes e informações, que permita verificar sua veracidade.

Algo que também coloca em xeque a ACON é o surgimento natural de algumas perguntas. Tais perguntas são derivadas da sua pretensão de explicar o tempo presente e procuram expor supostas falhas: não teria sido possível prever o 11/09? Ou estabelecer uma tendência para o aumento ou a retração da inflação? E, no caso, é neste momento que é necessário adentrar o campo da AC, tanto como diagnóstico do presente como construção de futuro. Há uma sobreposição entre a ACON e a AC pois, muitas vezes, confunde-se conjuntura com cenário. A conjuntura é o presente, o hoje e o agora, que é afetado pelo que veio antes (passado) e poderá influenciar o que virá depois (futuro) dependente das decisões que forem tomadas em resposta ao acontecimento e/ou contexto vigente. A AC tem como objetivo, projetar o futuro, a partir do presente e olhando o passado. Portanto, guardadas as proporções, uma AC poderia, de fato, ter “previsto” o 11/09.

O pioneirismo da AC como estudos de prospecção de futuro é associado ao setor empresarial e estratégico conforme apontam Kahane (2012) e Van der Heijden (2011). Segundo estes autores, a *expertise* inicial desta prática, e o desenvolvimento de técnicas para a sua elaboração, foi estabelecido pela Companhia Petrolífera Shell. Nos anos 1960, ao ser confrontada por inúmeras transformações no mercado petrolífero que incluíam o processo de descolonização afro-asiático que afetava os países produtores e exportadores de petróleo, o início do movimento ambiental e sua preocupação com o consumo de hidrocarbonetos, a instabilidade econômica global, a Shell tomou a iniciativa de pensar adiante para poder adaptar suas estratégias e táticas no setor energético.

Dentre as perguntas principais que surgiam como forma de se planejar para o futuro encontravam-se: quais eram as transformações em andamento (a dimensão da ACON)? Quais eram os resultados das transformações (a junção da ACON + AC)? Como responder a estas

transformações e se preparar para novas mudanças (o foco na AC)? Seria possível agir e interferir no cenário para obter mais benefícios para o agente (ênfase na AC novamente)? Sistematizando estas perguntas encontra-se a razão do porquê estudar cenários, conforme exposto por Van der Heijden (2011):

A ideia de pensar estrategicamente para o futuro é [...] baseada na imprevisibilidade do futuro, sobre o qual, podemos supor, alguns elementos podem ser previstos. O tradicional “senso comum” precisa ser baseado nos seguintes elementos: conhecimento dos objetivos [...], avaliação das características da organização [...] avaliação do ambiente atual e futuro, e de sua interdependência, criação e desenvolvimento de políticas para melhorar a interdependência, decisões e ação para implementar a estratégia. (Van der Heijden, 2011, p. 15; tradução do autor)

Van der Heijden ainda complementa, destacando os objetivos da AC:

Alguns projetos de cenário são desenvolvidos para dar conta de um problema ou questão específica, outros são desenvolvidos para implementar uma capacidade permanente. Alguns tem como objetivo abrir mentes, outros fechar posições em torno de uma estratégia. Alguns objetivam tentar compreender uma situação intrigante; outros visam produzir ideias para ação. Alguns procuram desenvolver capacidades de antecipação; outros procuram tornar os participantes aprendizes da experiência [...]. Muitos enfatizam a criatividade, a expansão dos mapas mentais e pensar o impensável a partir, somente, de uma referência vaga à estratégia. (Van der Heijden, 2011, pp. 17-18)

O empreendimento da Shell era definido como um esforço para incorporar práticas de pensamento estratégico já utilizadas em setores como as Forças Armadas ao gerenciamento empresarial que precisava ser modernizado para definir ações de médio e longo prazo e saber responder ou prever crises. A crescente atuação dos setores de inteligência públicos como CIA e FBI nos Estados Unidos, assim como dos *think tanks* norte-americanos também serviam de exemplo e inspiração para esta ação de pensar o futuro. Portanto, independentemente de seu pioneirismo, em seu setor, a Shell não era o único local de investimentos em AC.

Segundo Soares *et al.* (2019), o método Shell é um dos modelos mais clássicos do campo, composto de três fases: a orientação, a construção e a afirmação de cenários. Entretanto, o método Shell é, como também apontam Soares *et al.* (2019), um dentre vários possíveis para a realização da AC. No caso, este trabalho coletivo de Soares *et al.* (2019), referência nos estudos de cenário no Brasil, apresenta uma sistematização de diversas metodologias e técnicas possíveis. Assim,

A prospectiva é alentada por conceber estudos sistêmicos e não compartimentados. A redução a uma ou poucas dimensões pode ser atrativa, porém redundará em estudos fragilizados. A prospectiva se propõe a apreender a realidade pelo conjunto de suas dimensões, o que exige considerar os fenômenos a partir de um estudo do conjunto de fatores e de suas inter-relações. Ademais, precisará considerar algo complexo, que é articular passado, presente e futuro, o que permitirá compreender as inércias, os efeitos das estruturas e de seus limites, assim como a margem de manobra dos atores. A síntese é a permanência da concepção de mudança, o que implica atenção aos fenômenos de descontinuidade e de ruptura resultantes de fatores diversos. (Soares *et al.*, 2019, p. 9)

São diversos os métodos e técnicas disponíveis. Ao analista caberá definir qual modelo de AC escolherá para sua tarefa de pensar e, também por sua decisão, quais variáveis terá como prioritárias. Como citado, o trabalho de Soares *et al.* (2019) oferece um mapeamento bastante completo destes métodos e técnicas, recomendando-se sua leitura. Porém, neste texto, serão apresentadas algumas sugestões de técnicas (o passo a passo) para elaborar uma AC. O Quadro I apresenta caminhos possíveis de reflexão de forma não exaustiva:

**Quadro 1. Ferramentas e passos de Análise de Cenário**

<p>As oito perguntas orientadoras ou variáveis (Schwartz, 1991)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificação do problema definida como questão focal</li> <li>• Identificação dos principais atores envolvidos no processo</li> <li>• Estabelecimento das forças motrizes, recursos e fenômenos envolvidos</li> <li>• Ranqueamento, por ordem de importância, incerteza e certeza destes elementos prévios</li> <li>• Seleção de cenários possíveis, estabelecendo um conjunto limitado de hipóteses em torno dos eixos prioritários do problema a ser resolvido</li> <li>• Ranqueamento dos cenários possíveis em termos de probabilidade</li> <li>• Avaliação das consequências e implicações de cada cenário</li> <li>• Definição dos principais indicadores e referenciais que estabelecem, a partir da questão focal, de onde viemos, onde estamos e para onde vamos</li> </ul>
<p>Modelos de pensamento e decisão (Van der Heijden, 2011, p. 117 e p. 295)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Definição da agenda e da posição atual</li> <li>• Perguntas de pesquisa</li> <li>• Definição das variáveis chave</li> <li>• Entendimento sistêmico</li> <li>• Definição dos cenários possíveis</li> <li>• Definição do cenário desejado</li> <li>• Passos para a transição</li> <li>• Execução e consecução de objetivos</li> </ul>

Os passos da construção de cenários (Kahane, 2012)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Definição do problema e agenda</li> <li>• Montar uma equipe multidisciplinar e multifacetada</li> <li>• Observar o que está acontecendo</li> <li>• Construir histórias sobre o que pode acontecer (certezas e incertezas; mais prováveis, menos prováveis)</li> <li>• Verificar o que pode e deve ser feito (viabilidade e escolha de opções)</li> <li>• Agir para transformar o sistema</li> </ul>
As etapas do processo (Soares <i>et al.</i> , 2019)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Delimitação do tema e do escopo</li> <li>• Identificação e sistematização das variáveis</li> <li>• Identificação e sistematização dos atores</li> <li>• Identificação e sistematização das sementes do futuro</li> <li>• Análise morfológica</li> <li>• Seleção dos cenários</li> <li>• Construção dos cenários</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora a partir de sistematizações das obras de Schwartz (1991), Van der Heijden, (2011), Kahane (2012) e Soares *et al.* (2019).

Uma breve observação do quadro e das diferentes metodologias propostas para a aplicação da técnica de AC mostra uma grande convergência entre as propostas das obras selecionadas. Tais obras são de áreas diversas, o que indica a necessidade da intersecção dos campos das Ciências Humanas e Sociais (Soares *et al.*, 2019) e as Ciências Sociais Aplicadas e Exatas (Schwartz, 1991; Van der Heijden, 2011; Kahane, 2012). Deve-se destacar que estas práticas de AC também fazem parte de agendas de pesquisa associadas ao campo de teorias de solução de problemas e de Análise de Risco e/ou Análise de Risco Político (AR). Em alguns aspectos preditivos, a AR é um desdobramento da AC, à medida que se debruça sobre a tarefa de prever e mitigar riscos (Franco e Meyer, 2011). Porém, não é foco deste texto avançar este debate, mas já apontar esta possibilidade de se aprofundar a temática da AR isoladamente ou em conexão com as técnicas aqui abordadas de APE, ACON e AC.

Algo a ser destacado no quadro, aparte as convergências é a recomendação de Kahane (2012) sobre a relevância de que a equipe a identificar, pensar e construir cenários seja multidisciplinar e multifacetada, uma vez que isso trará um diferencial para a capacidade de olhar e compreender o mundo. As origens de áreas diversas em termos disciplinares e sociais, políticas, econômicas, culturais, permite alcançar uma diversidade no pensamento e compreensão de outros, que não se obteria com equipes homogêneas.

Mesmo em países como os Estados Unidos que possuem um dos mais avançados campos de estudos de área, a necessidade de compor equipes mistas e de ampliar o escopo dos times de construção os cenários é um desafio. Ainda assim, já se reconhecem as limitações de olhares sobre determinadas situações com pouca semelhança à



norte-americana, e que levaram a avaliações equivocadas em conflitos como Vietnã nos anos 1960 e mais recentemente no Afeganistão (2001/2014) e Iraque (2003/2011), em particular sobre a resistência dos exércitos destes países e suas transições políticas.

Avaliando o processo decisório que levou à Guerra do Iraque em 2003, Daalder e Lindsay (2003) expõem algumas destas contradições, em um estudo de APE. Os autores demonstram como especialistas de diferentes setores do Departamento de Estado (DOS) e do Departamento de Defesa (DOD) construíram cenários diferentes, a partir de um mesmo conjunto de dados, sobre a operação militar e a reconstrução política do Iraque pós-Saddam Hussein, para informar a tomada de decisão do Executivo.

Embora concordassem com a avaliação de uma fácil e rápida vitória militar, os cenários eram muito divergentes sobre a transição do regime: o DOS apontava profunda instabilidade e vácuo de poder, com disputas entre os grupos locais xiitas, sunitas e curdos pelo poder, com risco de guerra civil e baixa receptividade aos norte-americanos, enquanto o DOD sugeria que a facilidade militar se estenderia à governabilidade. Por consequência, os cenários e as recomendações divergiam: para o DOS, lideranças locais deveriam ser contatadas antes da invasão militar, montando um governo de coalizão com o apoio de forças multilaterais como a Organização das Nações Unidas e, para o DOD, a transferência de poder seria rápida a um nome indicado pelos Estados Unidos (na época Ahmed Chalabi, refugiado iraquiano nos Estados Unidos) que seria legitimado pelas forças locais. O Executivo optou pelo cenário do DOD, e as consequências previstas pelo DOS ocorreram. Parte da decisão da Casa Branca é explicada pela maior influência do DOD na organização burocrática, pelo desejo de não envolver outros atores como a ONU no processo e pela pressão de grupos de interesse econômicos.

O que essa longa digressão indica é que como as outras perspectivas teórico-metodológicas, a AC é influenciada por diversos fatores e interesses objetivos e subjetivos. Mais ainda, indica que estas técnicas são ferramentas de análise que podem gerar tanto acertos quanto fracassos políticos quando implementadas. Da mesma forma, ressalta que nenhuma técnica é isenta em suas interpretações, ou imune ao viés daquele que a aplica. Não é a técnica em si que define se ela será ferramenta para pensar e projetar a autonomia, mas sim a sua aplicação, que depende do sujeito que a aplica. Na próxima seção, tentando demonstrar estas dinâmicas e aplicar as técnicas em uma análise multinível, o texto apresenta um estudo de caso sobre a posição do Brasil diante da Guerra Rússia-Ucrânia, cenários e recomendações. Pretende-se indicar caminhos para a construção de um olhar brasileiro sobre o tema.

## ESTUDO DE CASO

Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia, em violação ao status soberano da Ucrânia, invadiu o território deste país. As justificativas apresentadas pela Rússia indicavam a existência de uma política agressiva da parte da Ucrânia contra cidadãos de origem russa residentes em seu território e na Península da Crimeia anexada pela Rússia em 2014. Adicionalmente, a Rússia opunha-se à inclusão da Ucrânia na aliança militar do ocidente, a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e à UE (União Europeia) e alegava que a Ucrânia incentivava movimentos nazistas. A invasão era justificada como uma operação especial, devido à ameaça existencial representada pela Ucrânia à Rússia. O Quadro 2 oferece uma proposta de análise multinível do tema:

**Quadro 2. Uma proposta de análise multinível (fevereiro 2022 a julho 2023)**

<b>Fase I: Os níveis de análise (apreciação geral) / APE+ACON+AC</b>	
Problema	Guerra Rússia-Ucrânia (2022-atual)
Estrutura	Sistema internacional do pós-Guerra Fria: Pax Americana Supremacia militar dos Estados Unidos X Multipolaridade econômica Aprofundamento clivagens Norte-Sul Ascensão do Sul emergente Paralisia negociações e organismos multilaterais
Contexto internacional	Pós-pandemia do novo coronavírus, desaceleração econômica dos Estados Unidos e da União Europeia, ascensão sino-indiana, fraqueza relativa russa, exclusão de América Latina, África e Oriente Médio. Competição sino-americana, parceria sino-russa, ampliação parcerias sino-europeias, sino-asiáticas, sino-africanas, sino-Oriente. Iniciativa do Cinturão e da Rota (BRI) em ampliação, com redesenho do mapa da Eurásia. Polarizações políticas e fragmentações nacionais.
Contexto doméstico	Processo eleitoral polarizado entre Jair Bolsonaro (PL) identificado à centro direita e extrema-direita (forças conservadoras), e Luis Inácio Lula da Silva (PT), identificado à centro esquerda e extrema esquerda (forças progressistas). Crise econômica e instabilidade política. Vitória Lula em outubro 2022. Posse em Janeiro de 2023, seguida de crise institucional.
Agentes	Protagonistas: Rússia e Ucrânia Visivelmente envolvidos: Estados Unidos e União Europeia; China e Índia Brasil/América Latina, África, Oriente Médio, como satélites.
<b>Pais Interessado: Brasil</b>	
Problema	Como a guerra Rússia-Ucrânia afeta o Brasil? Quais os riscos e oportunidades? Quais as opções brasileiras?
Estrutura	Sistema internacional do pós-Guerra Fria: Pax Americana Supremacia militar dos Estados Unidos X Multipolaridade econômica Aprofundamento dos clivagens Norte-Sul Ascensão do Sul emergente Paralisia negociações e organismos multilaterais

Contexto internacional	<p>2022. Predomínio de instabilidade política e econômica em cenário complexo que envolve parceiros comerciais e políticos brasileiros. País em situação vulnerável e marginalizada devido a sua crise econômica, opções de política externa, mudança no perfil da relação com os EUA de apoio à pressão devido à saída de Trump do poder e chegada de Biden. Fragilidade de América Latina. Ausência de opções e aliados de peso para o governo.</p> <p>2023. Manutenção da percepção sobre o predomínio de instabilidade política e econômica em cenário complexo que envolve parceiros comerciais e políticos brasileiros. Retomada da política externa de perfil autonomista com Lula pode promover a volta ao mundo. Vulnerabilidade e tensões.</p>
Contexto doméstico	Vulnerabilidade, polarização, tensões e instabilidade política e econômica em uma eleição acirrada Derrota de Bolsonaro, tentativa de golpe de Estado após a posse de Lula em janeiro de 2023. Contrarreação e transição do governo, desafio da recuperação econômica, manutenção da estabilidade e governabilidade. Recuperação de confiança interna e externa.
Agentes	Executivo e Agências do Executivo: Presidência da República, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Economia (depois Ministério da Fazenda), Grupos de Interesse: Agronegócio e Direitos Humanos*
<b>Fase II: O acompanhamento do conflito pelo Brasil / ACON</b>	
Fevereiro 2022	Guerra de curta duração que não forçará o Brasil a tomar posições contra a Rússia ou a favor dos EUA. Visita presidencial de Bolsonaro à Rússia. País mantém proximidade com a Rússia por causa do agronegócio e rejeita aproximação com a agenda dos EUA de condenação à guerra por conta de divergências ideológicas e da necessidade de manter o acesso ao comércio de fertilizantes.
Agosto 2022	Percepção de que a guerra parece se prolongar mais do que o esperado e que a coalizão EUA-UE não deixará de pressionar a Rússia. Neutralidade diante dos embargos e sanções econômicas à Rússia, rejeição a alinhamentos políticos e condenação da invasão. Percepção de que a crise poderia gerar mais oportunidades comerciais para o agronegócio brasileiro. Foco nas eleições presidenciais de outubro de 2022 visando a reeleição do presidente Bolsonaro.
Fevereiro 2023	Brasil sob nova presidência, de Lula, mantém a neutralidade e não condenação da Rússia. Política externa de defesa do meio ambiente, direitos humanos, retomada de protagonismo e credibilidade. Brasil como potencial mediador de plano de paz. Foco em relações bilaterais e multilaterais visando a reconstrução da imagem do país. Pressões dos EUA e da UE para condenar a guerra. Contradição de pautas, defende temas de paz e soberania, mas se mantém neutro diante da guerra. Brasil enfatiza BRICS e Cooperação Sul-Sul.
Julho 2023	Brasil mantém autonomia e neutralidade apesar das pressões dos EUA e da UE para condenar a guerra. Ausência de avanços em qualquer negociação de paz, apesar dos esforços brasileiros e de outros atores como o Vaticano. Guerra prolongada e de desgaste, cansaço populações europeias e fracasso contraofensiva ucraniana. Manutenção do conflito sem sinalizações de paz.
<b>Fase III: A projeção de cenários para o Brasil / AC</b>	
Curto prazo (2023-2024)	Cenário 1: Neutralidade e mediação Brasil mantém política externa neutra e busca ampliar esforços de mediação.

	<p>Cenário 2: Neutralidade e acomodação          Manutenção da guerra, mas com sinalização de menor apoio ocidental à Ucrânia —fator chave— eleições presidenciais dos EUA em novembro de 2024, somado ao agravamento da crise político-econômica europeia e a percepção da ascensão sino-indiana. Esvaziamento Paz Americana e prioridade dos Estados Unidos a seus problemas internos. Aceleração potencial cessar-fogo e abertura negociações de paz.</p> <p>Cenário 3: Neutralidade, barganha e alinhamentos          Aceleração de potencial cessar-fogo e abertura de negociações de paz leva o Brasil a matizar a neutralidade barganhando com os Estados Unidos e a China em campos político-econômicos para mudar sua posição sobre a Rússia. Ascensão sino-indiana pressiona Estados Unidos e União Europeia. Paz tensionada, mas encaminhamento do encerramento do conflito devido às eleições presidenciais dos Estados Unidos em 2024. Crise político-econômica.</p>
Médio prazo (2028-2029)	<p>Cenário 1: A sombra da guerra          Manutenção em ritmo mais lento do crescimento chinês no vácuo do poder dos EUA e da UE, e devido à competição com a Índia e a crise russa. Brasil pode aproveitar para barganhar enquanto se mantiver a estabilidade política. Priorizar a recuperação econômica e buscar a construção de quadros para manutenção da agenda progressista e vitória eleitoral nas eleições presidenciais de 2026.</p> <p>Cenário 2: Retrocesso e crise          Manutenção em ritmo mais lento do crescimento chinês no vácuo do poder dos EUA e da UE, e devido à competição com a Índia e a crise russa. Brasil pode aproveitar para barganhar enquanto se mantiver a estabilidade política. Falha em recuperar a economia e imersão em polarizações políticas, perda do poder pelos progressistas em 2026 nas eleições presidenciais.</p>
Longo prazo (2033-2035)	<p>Cenário 1: Brasil renovado          Recuperação papel relevante no sistema internacional a partir da barganha. Continuidade da política externa em caso de manutenção de forças progressistas no poder, mas com abalos devido à crescente instabilidade global devido à competição sino-americana, os desequilíbrios europeus e latino-americanos.</p> <p>Cenário 2: Brasil primário          Periferização e reprimarização completa da economia e polarização política devido à vitória da direita conservadora, agravadas pela instabilidade global devido à competição sino-americana, os desequilíbrios europeus e latino-americanos.</p>
Recomendações	<p>Manutenção da política de neutralidade diante da Guerra Rússia-Ucrânia, buscando um papel de mediação, mesmo que secundário. Buscar oportunidades de barganha com os Estados Unidos e a China diante da instabilidade global, observando que a guerra é parte da transição hegemônica. Atenção à instabilidade política doméstica, dependente do crescimento econômico e dos impactos dos fluxos internacionais. Atenção redobrada às eleições presidenciais dos EUA em 2024. Compreender que o Brasil é país vulnerável, mas que pode se reposicionar devido à incerteza nos demais polos de poder globais, aproveitando oportunidades na competição sino-americana, diante da UE, Índia e Rússia. Reconhecer a fragilidade da América Latina, da perda de espaços na África e no Oriente Médio, principalmente para a China, e o declínio do multilateralismo. Defesa da agenda de direitos humanos e meio ambiente como diferenciais positivos. Revisão periódica dos cenários mediante as transformações estruturais e as mudanças no contexto interno e externo.</p>

Fonte: Elaborado pela autora com base em Visentini (2019); Mearsheimer (2022); Goldman Sachs (2023) e Pecequillo (2023).

\* Optou-se por dois extremos de posição diante da Rússia devido aos seus valores e interesses: o agronegócio como defensor da neutralidade (leia-se não condenação da Rússia pela guerra) e os direitos humanos como defensor da condenação da Rússia pela invasão.

Como ressaltado, esta é apenas uma proposta de análise multinível, não exaustiva, sobre um tema em andamento. Porém, é um exemplo prático de aplicação das técnicas que nos ajuda a compreender e validar as análises aqui desenvolvidas.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo deste texto, tivemos como objetivo apresentar possibilidades analíticas nem sempre muito valorizadas ou conhecidas no campo das Ciências Humanas e Sociais. Desvantagens como imediatismo, subjetividade excessiva, são algumas das razões apresentadas para tanto, assim como a dificuldade em promover estudos que façam a intersecção com outras áreas do conhecimento. Mais ainda, a APE, a ACON e a AC, são análises que por vezes sofrem preconceitos por serem predominantemente originários dos centros de poder. Entretanto, como se procurou demonstrar estas são ferramentas úteis e que nos ajudem a ter rigor teórico-metodológico e fazem parte da nossa ciência.

Também se defendeu a premissa de que em linhas gerais, a APE vincula-se ao tempo passado e presente, promovendo a compreensão da estrutura e dos fundamentos da continuidade e da mudança. A ACON liga-se ao tempo presente, enquanto a AC projeta o futuro. Porém, as três dimensões tornam-se interdependentes por suas variáveis comuns, com a ACON e a AC compartilhando os fundamentos estruturais desvendados pela APE. Como se procurou destacar, os quatro níveis de análise apresentados — Estrutura, Sistema Internacional, Sistema Doméstico e Agentes/Atores — são a base destes pensamentos que procuram identificar, compreender e projetar ideias e conhecimento sobre um determinado tema e problema.

Portanto, para desvendar estas perguntas de qual é o problema, onde se está, para onde se vai, quem faz, somente para listar algumas indagações, cabe ao pesquisador escolher em qual dimensão deseja trabalhar: a individual da técnica ou a multinível. Porém, independente desta escolha, todas as subáreas da APE, ACON e AC, demandam a identificação do problema, a construção das perguntas, que leva a escolhas temáticas e de variáveis, indicando o recorte a ser aprofundado, o aprendizado a ser buscado, e a previsão a ser pensada e/ou problema a ser compreendido e/ou analisado e/ou resolvido. Compreender-se como agente da teoria e da práxis, no domínio destes saberes e ferramentas, com um olhar próprio, é o que permitirá a construção e a projeção ética da autonomia.

**BIBLIOGRAFIA**

- Aldecoa, Francisco e Keating, Michael (Eds.) (2013). *Paradiplomacy in Action-the Foreign Relations of Subnational Governments*. Nova York: Routledge.
- Alden, Chris e Aran, Amnon (2012). *Foreign policy analysis — New approaches*. Nova York: Routledge.
- Allison, Graham e Zelikow, Philip (1999). *Essence of decision: explaining the Cuban missile crisis*. Nova York: Pearson PTR.
- Ayres Pinto, Danielle Jacon e Moraes, Isabela (2020). As mídias digitais como ferramentas de manipulação de processos eleitorais democráticos: uma análise do caso Brexit. *Revista de Estudos Sociais*, (74), 71-82.
- Braillard, Phillipe (1990). *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Brummer, Klaus; Harnisch, Sebastian; Oppermann, Kai e Panke, Diana (Eds.) (2019). *Foreign policy as public policy? Promises and pitfalls*. Manchester: Manchester University Press.
- Carr, Edward (2001). *Vinte anos de Crise — 1919-1939*. Brasília: IPRI/IMESP/FUNAG.
- Chowdry, Geeta e Nair, Sheila (Ed.) (2002). *Power, Postcolonial and International Relations — Reading race, gender and class*. Nova York: Routledge.
- Cohen, Jared (2023). The rise of geopolitical swing states. *Goldman Sachs*. <https://www.goldmansachs.com/intelligence/pages/the-rise-of-geopolitical-swing-states.html>
- Cox, Robert (1986). Social forces, States and world orders: beyond International Relations theory. Em: Keohane, Robert (Ed.), *Neorealism and its critics* (pp. 158-293). Nova York: Columbia University Press.
- Daalder, Ivo H. e Lindsay, James (2003). *America unbound*. Washington: Brookings Institution.
- Franco, Chiara de e Meyer, Christoph (Eds.) (2019). *Forecasting, warning and responding to transnational risks*. Londres: Palgrave MacMillan.
- Halliday, Fred (1999). *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/FAPA.
- Hermann, Charles (1990). Changing course: when governments choose to redirect foreign policy. *International Studies Quarterly*, 34(1), 3-21.
- Hermann, Margaret (2001). How decision units shape foreign policy: a theoretical framework. *International Studies Review*, 3(2), 47-81.

- Hermann, Margaret e Hermann, Charles (1989). Who Makes Foreign Policy Decisions and How: An Empirical Inquiry. *International Studies Quarterly*, 33(4), 361-387.
- Hoffman, Stanley (1987). *Janus and Minerva — Essays in the theory and practice of international politics*. Londres: Westview Press.
- Hudson, Valerie (2014). *Foreign Policy Analysis — Classic and Contemporary Theory* [2ª ed.]. Maryland: Rowman and Littlefield.
- Kahane, Adam (2012). *Transformative scenario planning*. San Francisco: Berret-Koehler Publishers.
- Kennedy, Paul (1991). *Grand strategies in war and peace*. Londres: Yale University Press.
- Kuznetsov, Alexander (2015). *Theory and Practice of Paradiplomacy-Subnational Governments in International Affairs*. Nova York: Routledge.
- Mearsheimer, John (2022). Playing with fire in Ukraine — The underappreciated risks of catastrophic escalation. *Foreign Affairs*, agosto. <https://www.foreignaffairs.com/ukraine/playing-fire-ukraine>
- Pecequilo, Cristina (2023). *A reconfiguração do poder global em tempos de crise*. Rio de Janeiro: Altabooks.
- Schwartz, Peter (1991). *The art of the long view*. Nova York: Doubleday.
- Silove, Nina (2018). Beyond the Buzzword: The Three Meanings of “Grand Strategy”, *Security Studies*, 27(1), 27-57.
- Soares, Samuel; Florêncio, Jéssica; Araujo de Assis, Jonathan; Digolin, Kimberly; Gontijo, Raquel e Montesano Canesin, Ronaldo (2019). *Alcances, limites e antinomias de métodos e cenários prospectivos*. Texto para discussão IPEA 2443. Rio de Janeiro: IPEA.
- Souza, Herbert José de (1984). *Análise de Conjuntura* [27º ed.]. Petrópolis: Vozes.
- Van der Heijden, Kees (2011). *Scenarios — The art of strategic conversation* [2º ed.]. Chichester: John Wiley and Sons.
- Visentini, Paulo Fagundes (2019). Eixos do poder mundial no século XXI. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, 8(15), 9-25.

# **CARTOGRAFIAS SOCIAIS E METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS**

## **UMA DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA E PRÁTICA A PARTIR DE DUAS EXPERIÊNCIAS**

Lidiane M. Maciel e Fabiana Félix do Amaral e Silva

### **INTRODUÇÃO**

No Brasil, no campo do Planejamento Urbano e Regional as cartografias sociais vêm ganhando destaque na produção do conhecimento sobre o urbano, e ainda algumas experiências exitosas vinculadas à gestão dos territórios têm sido valorizadas no ambiente das lutas sociais. Esta metodologia de pesquisa vem sendo utilizada sobretudo por pesquisadores engajados na produção de uma ciência cidadã e debates sobre novas formas de produção de conhecimento que rompem com modelos coloniais trazendo para o centro das reflexões os agentes sociais que sofrem vulnerabilidades ocasionadas pelo capitalismo

Desta forma, a produção de cartografias sociais ganham destaque no campo acadêmico e dos movimentos sociais, com alternativa metodológica que, ao promover a sistematização de conhecimento sobre e com as comunidades, têm impulsionado a elaboração de propostas de ações que atendam às vulnerabilidades identificando as demandas e as potencialidades. As experiências apresentadas neste artigo partem de ações e projetos extensionistas que concebem a extensão universitária como espaço de produção do conhecimento de forma reflexiva e integrativa ao considerar a participação comunitária efetiva e permanente. Neste sentido, a extensão pressupõe o aspecto da práxis,



do fazer não “para” ou “sobre” o outro, mas “com” o outro.

A título de exemplo destaca-se o trabalho do Plano Popular da Vila Autódromo desenvolvido com apoio e assessoria do NEPLAC/ETTERN/IPPUR/UFRJ orientado pelo Prof. Dr. Carlos Vainer e do NEPHU/UFF; o trabalho de mapeamento colaborativo do Observatório de Remoções da FAU/USP e da UFABC coordenado pela Profa. Dra. Regina Bienenstein, e o trabalho Laboratório de Geoprocessamento e Cartografia Social — LABOCART coordenado pela Profa. Dra. Adryane Gorayeb na Universidade Federal do Ceará — PIRF que assessorou o Plano Integrado de Regularização Fundiária em Fortaleza. Estas práticas potencializam o protagonismo da comunidade na leitura de suas problemáticas sociais e colaboram para a legitimidade das proposições por vezes realizadas pelas associações de moradores de bairro ao poder público que normalmente desconsidera o conhecimento social comunitário.

Considerando os aspectos acima, o artigo traz reflexões sobre a pesquisa participante e pesquisa-ação (tal como definidas por Brاندão, 1981, 1984; Thiollent, 1985), na construção de uma leitura técnica e comunitária da dinâmica socioespacial urbana. Discute-se o processo de elaboração prática e os resultados da composição de diferentes cartografias sociais realizada no Laboratório de Cartografias Sociais e Metodologias Participativas da Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, São Paulo, Brasil nos últimos cinco anos.

Das experiências do laboratório selecionou-se duas, a primeira delas realizada entre 2018 e 2022<sup>1</sup> em um bairro que sofre de irregularidade fundiária, e a segunda com trabalhadores de cooperativas de reciclável entre 2022 e 2023, ambas experiências estão localizadas em São José dos Campos/SP. As cartografias sociais produzidas nos encontros se mostraram como uma estratégia significativa para a sistematização da experiência vividas dos moradores do bairro irregular e em diferentes condições sociais/trabalhistas, no caso dos cooperados da reciclagem. Os resultados e conclusões dos trabalhos indicam vínculo identitário socioterritorial, conflitos com diferentes instâncias de poder, incertezas ocasionadas pela insegurança jurídica de diferentes ordens.

Logo, valoriza-se neste artigo a dimensão metodológica, fundada na organização das atividades e princípios teóricos orientadores das

---

1 Destaca-se a fundamental contribuição do pesquisador Paulo Romano Reschlian no desenvolvimento do trabalho no âmbito teórico-metodológico, bem como, no desenvolvimento da pesquisa durante o período de 2018 a 2021 quando ainda compunha o quadro de pesquisadores do Laboratório. Outras contribuições à pesquisa também foram garantidas pela participação de professores dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Psicologia e Jornalismo da Universidade do Vale do Paraíba.

duas atividades realizadas. Ele se estrutura da seguinte forma, além de uma introdução e considerações finais, a primeira seção traça algumas linhas gerais sobre a ideia da cartografia social e apresenta o território trabalhado, na segunda seção apresenta as duas experiências realizadas pelas pesquisadoras que assinam o artigo, para em seguida na terceira seção apresentar os desafios da análise e organização dos dados, bem como confrontação com a teoria, resultando um produto científico-acadêmico (para os pares acadêmicos), e outro um instrumento de luta a partir da produção de um material de comunicação (para os “ímpares” agentes sociais não acadêmicos).

### **UM SOBREVÃO SOBRE A IDEIA DE CARTOGRAFIA**

Os mapas, cartas, plantas apresentaram representação gráfica da organização espacial que simbolizavam as informações contidas nos territórios. Estas representações estão submetidas a produção histórica e cultural de um grupo social. Os primeiros mapas foram elaborados ainda no século VI a.C. pelos gregos, a função principal era a orientação das expedições militares e de navegação, o primeiro atlas da história moderna surgiu no século XVI, em 1570. Nos estudos do caso brasileiro a palavra cartografia foi introduzida pelo historiador português Manuel Francisco Carvalhosa, Visconde de Santarém, numa carta datada de 8 de dezembro de 1839 e endereçada ao historiador brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen.

No século XVI as grandes navegações impuseram à Europa a criação de formas de representação do mundo. Neste mesmo período, Gerard de Cremer “Mercator” (1512-1594) tratou de produzir a projeção cartográfica mais relevante ao ocidente, uma das projeções mais utilizadas em todo o mundo. Ela conserva o formato dos continentes, alterando as dimensões de suas áreas, dividindo o planeta em 24 meridianos e 12 paralelos, igualmente espaçados e distribuídos sobre a camada terrestre.

Após a consolidação da geografia como ciência moderna no século XIX e a definição de seu objeto de estudo imediato, o espaço, inúmeras representações do mundo e seu “espaço geográfico” foram realizadas por geógrafos. No entanto, os processos políticos desencadeados no século XX pelas duas grandes guerras mundiais, colocaram a geografia e suas representações no centro da discussão política. Em 1964, a Associação Cartográfica Internacional definiu a cartografia como:

Conjunto de estudos e operações científicas, artísticas e técnicas, baseado nos resultados de observações diretas ou de análise de documentação, com vistas à elaboração e preparação de *cartas, planos e outras formas*

*de expressão*, bem como a sua utilização (ICA apud Duarte, 1994, p. 14. Grifos nossos).

No entanto, em função dos intensos debates acadêmicos e políticos sobre a ação imperialista, estudiosos da área começaram a questionar as representações criadas e sobretudo, seus usos. Em 1972, Yves Lacoste no livro “Geografia serve para quê? Para fazer a guerra” esclareceu que a representação cartográfica do espaço, é um trunfo dos grupos hegemônicos não sendo neutra, mas um construto social.

Desde então a discussão extrapolou as ciências geográficas, encontrando na filosofia e em outras ciências sociais uma nova perspectiva. Deleuze e Guatarri (1995) ao produzirem uma reflexão sobre os dispositivos de poder utilizando o referencial de Michel Foucault (1926-1984), nos apresenta a possibilidade de entendimento da vida por meio de uma cartografia social rizomática. Ou seja, vidas atravessadas por relações de poder ou de capacidade de definição de verdades, os rizomas apresentam a multiplicidade de conexões, conflitivas e pacíficas, sendo variáveis relacionais difíceis de serem compreendidas de maneira objetiva em uma única observação. A partir dessa postura filosófica abriu-se possibilidades de estudos das trajetórias dos sujeitos e suas geografias políticas. Para os estudos no campo do Planejamento urbano, passa-se a valorizar os conflitos e estratégias de sobrevivência no espaço de vida.

### **ASPECTO TEÓRICO-METODOLÓGICOS DAS CARTOGRAFIAS SOCIAIS**

Para a produção das cartografias sociais, tal como se compreende nesse artigo, foi necessário um diálogo aproximado com a tradição da pesquisa participante e pesquisa-ação (Brandão, 1981; 2003, Thiollent, 1985). Tal como os autores, a composição das cartografias valoriza a participação dos sujeitos nos processos de pesquisa, apresentando suas reflexões e questionamentos dos processos de opressão. “As abordagens de pesquisa participativa aspiram a participar de processos mais amplos e contínuos de construção progressiva de um saber mais partilhado, mais abrangente e mais sensível às origens do conhecimento popular” (Brandão, 2003, p. 51). Que em alguma medida, por meio da “pesquisa-ação”, preza por:

- a) ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada;
- b) desta interação resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta;
- c) o objeto de investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nesta situação;
- d) o objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da situação ob-

servada; e) há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação; f) a pesquisa não se limita a uma forma da ação (risco de ativismo): pretende-se aumentar o conhecimento dos; pesquisadores e o conhecimento ou o “nível de consciência das pessoas e grupos considerados. (Thiollent, 1985, p. 16)

Mesmo considerando desenvolvimentos diferenciados entre os teóricos da “pesquisa-ação” e da pesquisa participantes, o objetivo de ambas é a fuga dos métodos tradicionais, teóricos ou estatísticos, que baseados em dados secundários derivados menosprezam a sofisticada elaboração popular sobre sua realidade. Desse modo, “os procedimentos a serem escolhidos devem obedecer a prioridades estabelecidas a partir de um diagnóstico da situação no qual os participantes tenham voz e vez” (Thiollent, 1985, p. 8).

Parte-se do entendimento que a composição da cartografia social permite, aproximações diretas com a experiência local e principalmente uma análise reflexiva e coletiva garantida por uma metodologia de análise realizada conjuntamente com a comunidade envolvida de suas experiências vividas. Nesse sentido, para construir a reflexão adotamos a composição metodológica da sistematização de experiência, elaborada por Oscar Jara Holliday (1998).

A proposta de Holliday (1998) compreende uma observação densa de processos cotidianos e a sua reflexão constante, articulando dialeticamente com elementos conceituais. O reordenamento e a reconstrução do processo vivido e suas interconexões são tratados como elementos centrais da metodologia. Estas estratégias permitem repensar os processos de ordenamento territorial e da questão fundiária a partir da efetiva participação popular.

Ribeiro (2001a) considerava que a maior dificuldade do estudo daquilo que ainda é emergente está justamente na sua condição, o tempo presente, como definido por Agamben (2009), é marcado pelo intempestivo, o importuno e imponderável. Deste modo, para construir um objeto de pesquisa que dialogue com a atualidade é necessário que o pesquisador suporte o que chamou de precariedade analítica que decorre da reflexão de processos ainda em aberto, ou seja, cujo desdobramento encontra-se em curso. Portanto, encontrar vestígios da ação social e compreender as micro-conjunturas (Ribeiro, 2001b) que se desenvolvem no próprio tempo e desvelam as condições de afirmação dos sujeitos sociais presentes no tecido urbano, exige a composição de diferentes estratégias de pesquisa.

A cartografia social (Acselrad, 2013) sugere a denúncia e uma postura do pesquisador que visa construir um diálogo entre os lugares de legitimidade da fala e os destituídos da fala, ou seja, compreender

as tensões existentes entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento comunitário e popular emerge como um desafio na produção do conhecimento (Freire, 1987). As experiências vividas no espaço de vida (Marandola Jr., 2012), são de difícil objetivação, encontrar estratégias metodológicas para sistematizar elas é um desafio à pesquisa social (Holliday, 1998).

Dessa maneira, a experiência dos lugares vividos pode ser captada pela cartografia social, sempre incompleta e se faz por meio da prática. Ela não expressa somente os usos e funções dos espaços de vida, mas os conflitos e a plasticidade ligada à nossa condição contemporânea do movimento. Nela se manifesta a sincronia espaço-temporal, produzida e produtora da ação. A proposta se funda em pesquisa “com o outro” e não “sobre o outro” e revelam por fim mais do que a ação, mas também a estrutura dos macroprocessos sociais, no caso, de desigualdades. Logo, as cartografias sociais potencializam o protagonismo da comunidade na leitura de suas problemáticas, garantindo a legitimidade destes grupos frente às ações hegemônicas que colocam a técnica acima do conhecimento social comunitário.

Henri Acselrad em “Cartografia social, terra e território” (2013) salienta que as experiências autônomas de mapeamento frequentemente estão na contramão das linhas de expansão das fronteiras de acumulação do capital e, portanto, numa leitura não hegemônica dos territórios que habitam.

As “novas cartografias sociais”, “cartografias participativas”, “cartografias da ação”, entre outras, pretendem tensionar a cartografia oficial (estatal), a partir do questionamento do uso dos mapas como instrumentos de jogos político; das possibilidades e limites da representação cartográfica (sobretudo, diante da complexidade desses jogos); da denúncia da linguagem ou formação discursiva da cartografia como uma forma de saber-poder em disputa (uma arena), propondo, então, o debate acadêmico sobre as representações espaciais, o uso de cartografias como instrumentos de luta; o uso de cartografias como tecnologias sociais de gestão; e como sistemas de informações, “meio” de comunicação e representação cujo controle é objeto de disputa conforme cita Acselrad (2010).

Nesse âmbito, os estudos publicados por Acselrad (2013) na coletânea “Terra e território”, derivados de diversos estudos, possuem como preocupação o saber local; o trabalho Landim *et al.* (2016) sobre a terra indígena Pitaguary no Ceará; bem como o trabalho de Almeida (2018), sobre o uso da cartografia social para sistematizar os conflitos territoriais no assentamento Sabiaguaba, também no Ceará, merecem destaque como exemplo da importância do mapeamento participativo sobre o uso e ocupação dos territórios, saberes, dinâmicas locais, e

conflitos. Mapeamentos, esses, sempre conjugados com aspectos positivos e que, portanto, potencializam não apenas a denúncia como também abrem perspectivas para a constituição de uma gestão popular dos territórios.

Soma-se essas experiências reflexivas sobre o fazer da cartografia social os estudo de Holliday (1998) ao propor a sistematização de experiências como método de a avaliação processualmente do espaço de vida dos movimentos sociais e grupos subalternizados, o autor mostrou os componentes e os trajetos que as comunidades elaboram apontando suas reflexões retrospectivas e prospectivas, a partir das experiências, e por isso, julga-se que tal referência na composição de cartografias sociais pode ser uma estratégia interessante.

Holliday (1998) desenvolveu um método de aplicação da sistematização de experiências dividido em cinco tempos. O autor salienta o caráter orientativo de tal método, pois considera na condução do processo de sistematização os impactos das dinamicidades e peculiaridades dos grupos envolvidos no processo de sistematização. Para ilustra a dinâmica proposta seguem os momentos:

- 1º tempo corresponde a reunir os autores e os registros de experiências.
- 2º tempo é o momento de apresentar e definir para que se quer sistematizar e que experiências se quer sistematizar.
- 3º tempo propõe a reconstrução da história, a ordenação e a classificação das informações e dos momentos vividos.
- 4º tempo tem como objetivo analisar, sintetizar e interpretar criticamente o processo.
- 5º tempo é o momento para comunicar a aprendizagem (Holliday, 2006).

Estas cinco etapas podem ser aplicadas considerando a posição dos sujeitos em seus espaços materiais e simbólicos de vida. Essa estratégia aprofunda o conhecimento coproduzido.

### **APRESENTANDO O TERRITÓRIO: SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP: UMA CIDADE INTELIGENTE E VULNERÁVEL**

São José dos Campos é um município do Estado de São Paulo, no Brasil e que integra a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) criada em 2012, pela Lei Complementar Estadual Nº 1.166, e é composta por 39 municípios paulistas. Essa região possui área de 16.180 km<sup>2</sup> e comporta 2.264.594 habitantes. Além disso, possui um grau de urbanização de 94,1%. Segundo o último

Censo Demográfico, a RM possui um Índice de Desenvolvimento Humano aproximado da faixa de muito alto, sendo esse 0,781. A Figura 1, é uma cartografia oficial do território de São José dos Campos (em destaque), conectado com os outros municípios pelos limites e pela Rodovia Presidente Dutra.

Figura 1: Mapa São José dos Campos e região (2007)



Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico — IGC (2007).

Ademais, a RMVPLN é dividida em cinco sub-regiões sendo a primeira composta por Caçapava, Igaratá, Jacareí, Jambeiro, Monteiro Lobato, Paraibuna, Santa Branca e São José dos Campos; a segunda por Campos do Jordão, Lagoinha, Natividade da Serra, Pindamonhangaba, Redenção da Serra, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São Luiz do Paraitinga, Taubaté e Tremembé; a terceira por Aparecida, Cachoeira Paulista, Canas, Cunha, Guaratinguetá, Lorena, Piquete, Potim e Roseira; a quarta pelas cidades de Arapeí, Areias, Bananal, Cruzeiro, Lavrinhas, Queluz, São José do Barreiro e Silveiras; e a última sub-região por Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba. A RMVPLN está inserida entre as Regiões Metropolitanas mais importantes do país: São Paulo e Rio de Janeiro. Além de se destacar pela intensa e diversificada atividade econômica, mas principalmente pela atividade industrial.



São José dos Campos fez parte da rota que nos últimos cinquenta anos descentralizou a metrópole paulistana criando por todo território estadual área de expansão econômica (Cano, 2007); marcado pela redistribuição da população e da produção industrial. Nesse contexto, ela passou a se destacar por sua interligação com pelo menos dois outros estados brasileiros: Rio de Janeiro e Minas Gerais; e por sua dinâmica econômica alavancada pelos segmentos industriais nacionais e internacionais, com destaque para o ramo aeronáutico, automobilístico e eletroeletrônico.

O Censo Demográfico de 2022, atestou que São José dos Campos é a maior cidade do Vale do Paraíba e Litoral Norte do Estado de São Paulo, foi registrado pelo Censo de 697. 428 mil habitantes. Em 2020, tamanha a significância do município no cenário nacional, a cidade recebeu o título de primeira Cidade Inteligente do Brasil, a certificação foi dada pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) utilizando três normas internacionais NBR ISO (37120, 37122 e 37123) regulamentadas pelo World Council on City Data, instituição vinculada ao debate de gestão de cidades da ONU (Organização das Nações Unidas). Vale salientar que a dinâmica da implementação de certificações, como está de cidades inteligentes, está associada a um processo de consolidação da gestão neoliberal dos territórios por meio de estratégias de marketing urbano (Forti, 2020). Em São José, essa lógica é legitimada pela produção de uma cidade altamente tecnológica, inovadora, sustentável e inteligente (Forti, 2020; Araújo, 2022), porém estrategicamente localizada em áreas já valorizadas economicamente e que ocultam e não retratam a desigualdade socioespacial da cidade em sua totalidade. Nesse sentido, a cidade de São José dos Campos apresenta os problemas urbanos como: o modelo de urbanização disperso e desigual, a intensificação da política urbana inacabada e aplicada de forma arbitrária, o controle dos territórios e a criminalização dos movimentos sociais urbanos.

Portanto, por mais significativa no quesito desenvolvimento, a cidade ainda em 2018, segundo dados da Prefeitura Municipal, convivia com 112 bairros irregulares. Assim, para parte da população, o acesso à terra urbana se deu em áreas cujo valor era baixo, em novos loteamentos criados que passaram a abrigar centenas de famílias, sendo que muitos desses loteamentos são irregulares, ou seja, ainda precisam atender um conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais para serem considerados regulares como definido na Lei Federal 13465/17. A ocupação desses bairros normalmente sofre dois processos: a ação de imobiliárias na venda dos terrenos com a promessa de regularização e a ocupação espontânea, conforme os dados do Censos Demográficos (2010, 2022) a maior parte dos setores cen-



sitários, com densidade populacional, que constituem bairros irregulares, possuem um perfil de baixa renda. É forte a vinculação entre o acesso à moradia em loteamentos irregulares e situação de pobreza e precariedade. A maior parte da população vive de trabalhos precários, sem formalização.

Segundo a PMSJC: O PDDI-2006 apontava, entre os fatores que contribuíram para esse processo, a ausência de uma política habitacional para a população de baixa renda, o alto custo da terra no Município e o alto nível de exigências e de dificuldades administrativas para a aprovação de loteamentos” (PMSJC, 2018, p. 77).

Da mesma forma, vale mencionar que em resposta a esses processos existe uma expressiva atuação do movimento de luta por moradia que ao longo dos últimos trinta anos vem se consolidando na luta pelos direitos socioespaciais. Vale mencionar o papel desempenhado pela Associação de Favelas de São José dos Campos, bem como, pelas ações pontuais de algumas comunidades tais como: o Banhado, Rio Comprido, Nova Tatetuba e Pinheirinho. (Silva, 2020; Souza, 2021; Reschilian, Silva y Maciel, 2022).

Salienta-se a presença das universidades e da Defensoria Pública com agentes apoiadores nas inúmeras mediações, orientações, ações e suporte para o fortalecimento da luta por moradia digna. Destaca-se o papel fundamental da extensão universitária, ao promover, por meio das cartografias sociais, um processo colaborativo e comunitário de formação técnico-política. Neste sentido, estas parcerias têm promovido o debate sobre a legitimidade técnica das comunidades, bem como, espaços de denúncia e visibilidade das lutas sociais.

### **A PRODUÇÃO DAS CARTOGRAFIAS SOCIAIS DA VULNERABILIDADE SOCIAL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP: A OPERACIONALIDADE, PROCESSOS E RESULTADOS**

Diante da complexidade que o território de São José dos Campos/SP indica, a opção metodológica do Núcleo de Pesquisa foi das cartografias sociais. A atuação de pesquisadores do Núcleo com os movimentos sociais e órgão de defesa dos cidadãos, como a Defensoria Pública do Estado de São Paulo atuante na cidade, também colaborou para a escolha metodológica. A produção das cartografias sociais em pelo menos dois trabalhos do grupo de pesquisa-ação pode ser classificada em tipos: cartografia de longo processo de pesquisa-ação (Caso 1) e cartografias sociais situacionais que visam atender demandas da comunidade de maneira mais imediatas (Caso 2). Para as composições foram necessários estudos prévios e treinamentos das equipes para a realização da atividade.

## A CARTOGRAFIA SOCIAL DO BAIRRO RIO COMPRIDO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS<sup>2</sup>

Para iniciar um processo de cartografia social é importante conhecer por meio dos dados “oficiais” a maneira como o território é retratado. Dessa forma, foi realizado uma série de estudos pelo grupo de pesquisa que em síntese concluiu que segundo os dados do Censo Demográfico brasileiro (IBGE, 2010) o bairro do Rio Comprido, em São José dos Campos, possuía 2.385 moradores, 659 residências, e a renda mensal de seus moradores, em média, era de um salário-mínimo. No documento oficial do Plano Diretor de São José dos Campos (2018), o bairro do Rio Comprido é descrito da seguinte forma: Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), irregular com abastecimento de água, luz, esgoto, sem pavimentação e sistema de drenagem (PMSJC — Leitura técnica do Município para revisão do Plano Diretor).

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo e a Associação de Moradores do Rio Comprido, propuseram ao poder judiciário uma ação civil pública, com pedido liminar, em face do Município de São José dos Campos, no dia 23 de março de 2011. Dentre os pedidos, os proponentes da ação requereram a apresentação de um projeto de regularização urbanística dos imóveis situados na ZEIS do Rio Comprido, com realização de intervenções urbanísticas para a eliminação dos riscos existentes no bairro.

Desde 2018, a Universidade do Vale do Paraíba, por meio do Laboratório de Cartografias Sociais e Metodologias Participativa (NE-PACS) se engajou na luta pela regularização do bairro por meio de um projeto de extensão universitária que visava assessoria técnica aos moradores e mobilização popular para construção de um Plano de Bairro Popular. Esclarece-se que as oficinas só foram possíveis por conta das conexões criadas durante dois eventos oportunistizados pela Universidade em parceria com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, realizados nos anos de 2016 e 2017. Nestas ocasiões, lideranças de alguns dos movimentos populares da cidade estiveram presentes e projetos foram pensados a partir do evento.

Em 2018, o grupo de professores e alunos se dedicaram aos estudos da questão fundiária em São José dos Campos/SP e estudos metodológicos. Foram realizadas diferentes formações como convidados

---

2 Os primeiros resultados dessa cartografia foram publicados no artigo assinado pelas pesquisadoras, e pode ser consultado integralmente em: Maciel, L. M., Felix do Amaral e Silva, F., Romano Reschilian, P., e Rosado, A. M. da C. (2021). Por uma cartografia social dos espaços de vida irregulares: um estudo de caso da reconstrução comunitária do território em São José dos Campos (SP). Caminho Aberto: Revista De extensão do IFSC, (14), 25-40. Recuperado de <https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/caminhoaberto/article/view/3023>

externos e a primeira visita de campo. Após o treinamento, em 2019, foram realizadas 7 oficinas com moradores do bairro com objetivo de sistematizar as experiências vividas por meio de diferentes técnicas. O grupo se reunia quinzenalmente para discutir os resultados e para pensar coletivamente novas estratégias e abordagens, não havia uma metodologia ou estratégia de trabalho de campo pré-elaborada, mas um processo. Este ia indicando as novas etapas e necessidades apresentadas pelo próprio campo, apenas o princípio rizomático da cartografia era mantido.

As oficinas criavam estratégias de escuta qualificada por meio da divisão em grupos focais com um (a) mediador (a) treinado anteriormente no grupo de pesquisa do laboratório. Também foi necessário a utilização de materiais de apoio que estimulassem os participantes a falarem no grupo, pois é bastante comum que em contextos de vulnerabilidade social encontrar indivíduos pouco treinados à participação. Os grupos também tinham como objetivo secundário o estímulo e desenvolvimento de habilidades discursivas dos moradores, para que eles passassem a assumir total protagonismo na elaboração do plano do bairro. Os materiais eram cartografias impressas em papel A0 e A1, canetinhas, flip-chart, papel adesivo para escrita autônoma caso os participantes se sentissem à vontade na atividade da escrita.

O Quadro 1 apresenta a síntese das atividades realizadas, seus objetivos, etapas, técnicas, materiais, metas compridas e resultados parciais de cada atividade. As cartografias sociais, em sua maioria, utilizaram como base mapas disponíveis na plataforma do Google Earth, por considerar a princípio, como um recurso de ensino e visualização de fácil acesso (Evangelista. *et al.*, 2017). O conjunto das atividades produziu dados qualitativos analisados por meio de estratégia de análise de conteúdo e compreensiva. O Quadro 1 apresenta a síntese das atividades e registros delas.

**Quadro 1. Síntese das técnicas utilizadas nas oficinas / Ficha de controle das atividades**

<p>Oficina 1: Reconhecimento do território / conflitos / processos</p>	<p><i>Data:</i> 13/04/2019.  <i>Público:</i> 65 moradores.  <i>Divulgação:</i> Cartilha informativa distribuída com o apoio da Associação de Moradores de Bairro do Rio Comprido  <i>Objetivos e temáticas trabalhadas:</i> 1. Reconhecimento das dinâmicas locais e das relações estabelecidas com a cidade. 2. Levantamento dos conflitos.  <i>Etapas:</i> 1. Leitura de mapas em duas condições: bairro e seu entorno e bairro e a cidade de São José dos Campos; 2. Construção da “árvore” de problemas. <i>Técnica:</i> construção de cartografias por camadas/legendas sob base de mapa do Google Earth. Roda de discussão com todos os participantes para elaboração da árvore de problemas.  <i>Material:</i> mapas (base Google Earth) canetas coloridas papéis, adesivos marcadores.  <i>Metas cumpridas:</i> 1. Compreensão das dinâmicas do bairro e as relações com a cidade. 2. identificação dos conflitos em diferentes ambiências-estrutural (relações com o Estado políticas e processos), local (dinâmicas e problemáticas locais) e futura (desejos e propostas).  <i>Resultados parciais:</i> 1. Elaboração de mapas por construção de camadas — trajetos, locais de trabalho, local da moradia; 2. Sistematização das questões apresentadas na árvore de problematizações.</p>
<p>Oficina 2: Leitura comunitária da dinâmica do território</p>	<p><i>Data:</i> 18/05/2019.  <i>Público:</i> 27 moradores.  <i>Divulgação:</i> Cartilha informativa distribuída com apoio da Associação de Moradores de Bairro do Rio Comprido e da Escola Municipal — EMEF Mercedes Maria Perotti.  <i>Objetivos e temáticas trabalhadas:</i> mapeamento e reconhecimento das dinâmicas locais (Bairro).  <i>Etapas:</i> divisão dos participantes em três grupos de discussão questões identificadas no mapa das dinâmicas (1. trabalho, 2. saúde, 3. educação, 4. comércio/serviços, 5. relações afetivas)  <i>Técnica:</i> Construção de cartografias por camadas/legendas sob base de mapa do Google Earth.  <i>Material:</i> mapas, canetas coloridas papéis, adesivos marcadores.  <i>Metas cumpridas:</i> Identificação das dinâmicas, espacialização e mapeamento dos principais conflitos.  <i>Resultados parciais:</i> Elaboração de três mapas com informações sobre as dinâmicas locais e apontamentos de conflitos.</p>

<p>Oficina 3: Leitura da problemática do território — Formação dos grupos de trabalho</p>	<p><i>Data:</i> 29/06/2019.  <i>Público:</i> 18 moradores.  <i>Divulgação:</i> Cartilha informativa distribuída com apoio da Associação de Moradores de Bairro do Rio Comprido e da Escola Municipal — EMEF Mercedes Maria Perotti.  <i>Objetivos e temáticas trabalhadas:</i> 1. Elaboração de quatro grupos de trabalho em conjunto com a comunidade com seguintes temas: Vulnerabilidade e meio-ambiente; Cultura, Educação, Juventude, Comunicação e Lazer; Renda e Trabalho; Moradia. 2. Reconhecimento do território para composição de uma etnografia.  <i>Etapas:</i> Apresentação à comunidade dos temas dos grupos de trabalho organizados a partir da sistematização dos resultados das dinâmicas realizadas nas oficinas anteriores. <i>Técnica:</i> Discussão em grupo focal e reconhecimento de campo com orientação e acompanhamento de alguns moradores do bairro. <i>Material:</i> apresentação via projetor da síntese dos mapas da oficina anterior e dos temas sintetizados em quatro grupos de trabalho.  <i>Metas cumpridas:</i> Discussão em grupo dos temas centrais elaborados a partir do levantamento e mapeamento das oficinas anteriores.  <i>Resultados parciais:</i> Construção dos temas centrais que servirão de orientação para elaboração das propostas de ação.</p>
<p>Oficina 4: Proposições e criação de tipificações sociais (personas)</p>	<p><i>Data:</i> 24/08/2019.  <i>Público:</i> 16 moradores.  <i>Divulgação:</i> Cartilha informativa distribuída com apoio da Associação de Moradores de Bairro do Rio Comprido e da direção da Escola Municipal — EMEF Mercedes Maria Perotti.  <i>Objetivos e temáticas trabalhadas:</i> 1. Elaboração de mapeamento e reconhecimento dos temas no espaço.                  2. Construção de personagem síntese sobre os temas.  <i>Etapas:</i> Divisão dos participantes por grupos de discussão dos temas. Identificação no mapa das dinâmicas e conflitos relacionados. Construção do personagem síntese dos debates.  <i>Técnica:</i> Construção de cartografias por camadas/legendas sob base de mapa do Google Earth. Adaptação da técnica de Design Thinking (Brown, 2010).  <i>Material:</i> mapas (base Google Earth) canetas coloridas papéis, adesivos marcadores.  <i>Metas cumpridas:</i> Espacialização das problemáticas relacionadas aos temas de discussão. Promoção da capacidade de sistematizar as discussões com a construção de personagens representativos dos temas em estudo. Levantamento de questões e dúvidas dos moradores e da equipe de pesquisadores sobre os temas em estudo.  <i>Resultados parciais:</i> Sistematização das características, conflitos, demandas por meio da construção de personagens.</p>

<p>Oficina 5: Reconhecimento das trajetórias de vida dos moradores do bairro</p>	<p><i>Data:</i> 21/09/2019.  <i>Público:</i> 7 moradores.  <i>Divulgação:</i> Cartilha informativa distribuída com apoio da Associação dos Moradores de Bairro do Rio Comprido e da direção da Escola Municipal — EMEF Mercedes Maria Perotti.  <i>Objetivos e temáticas trabalhadas:</i> Atividade de reconhecimento de trajetórias de vida de moradores do bairro e suas relações com as dinâmicas levantadas nos grupos de trabalho.  <i>Etapas:</i> Exposição oral dos sete moradores sobre suas experiências vividas no bairro e projetos de futuro. Caminhadas orientadas com moradores do bairro a fim de etnografar processos e levantar dados e conflitos referentes aos temas dos grupos de trabalho.  <i>Técnica:</i> Etnografia e sistematização de experiências (Holliday, 1998) a partir da coleta dos dados e elaboração de reflexões por meio de diário de campo, fotografias e gravações de áudio dos diálogos.  <i>Material:</i> gravador.  <i>Metas cumpridas:</i> Levantamento das experiências de vida identificando e mapeando trajetórias de vida e deslocamentos Identificação e análise de processos estruturais, assim como, micro sociais. Construção e reconstrução da linha do tempo apontando momentos de importância inflexão  <i>Resultados parciais:</i> Material de registro dos diários de campo. Levantamento fotográfico do território sistematizados em relação aos temas dos grupos de trabalho.</p>
<p>Oficina 6: Recuperando a experiência da infância no Rio Comprido</p>	<p><i>Data:</i> 01/10/2019.  <i>Público:</i> 20 crianças moradoras.  <i>Divulgação:</i> direção da Escola municipal — EMEF Mercedes Maria Perotti.  <i>Objetivos e temáticas trabalhadas:</i> Levantamento das experiências das crianças do bairro sobre o que é viver e brincar no Rio Comprido. Elaboração de cartografias sociais por meio de desenhos e maquetes.  <i>Etapas:</i> Oficina com crianças da escola do bairro (terceiro e quarto ano do ensino fundamental). Reconhecimento no mapa da Localização da sua casa. Construção do mapa mental (desenhos) sobre o que é morar e brincar no Rio Comprido. Elaboração de maquetes para proposta de área de brincar. Apresentação para as crianças das maquetes do bairro em processo de elaboração por alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo.  <i>Técnica:</i> Construção de cartografias sociais. Construção de cartografias por camadas/legendas sob base de mapa do Google Earth. Desenho livre; Construção de maquetes livres.  <i>Metas cumpridas:</i> Análise das experiências das crianças sobre o que é viver e brincar no bairro. Identificação no território das fragilidades e potencialidades relacionadas aos espaços livres do bairro.  <i>Resultados parciais:</i> Mapa com a localização das moradias das crianças que participaram da oficina. Desenhos individuais: mapas mentais sobre o que é viver e brinca no bairro. Duas maquetes construídas pelas crianças com projetos para intervenção na área livre do bairro.</p>

<p>Oficina 7: Reconhecimento do território — Construção da maquete do bairro</p>	<p><i>Data:</i> 05/10/2019. <i>Pública:</i> 15 moradores. <i>Divulgação:</i> Cartilha informativa distribuída com apoio da Associação dos Moradores de Bairro do Rio Comprido e da direção da Escola Municipal — EMEF Mercedes Maria Perotti e Grupo em aplicativo de mensagem. <i>Objetivos e temáticas trabalhadas:</i> Construção coletiva das possibilidades de ações vinculadas aos temas dos grupos de trabalho por meio de cartografias (maquetes físicas). <i>Etapas:</i> apresentação das maquetes elaboradas pelos alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo (foram construídas duas maquetes: uma que apresenta bairro e entorno e a outra apenas os limites do bairro). Dividir os moradores nos mesmos grupos de trabalho referentes aos temas de discussão. Construção de propostas de ação de curto, médio e longo prazo. Espacialização nas maquetes das principais estratégias de ação. Debate sobre as ações apresentadas. <i>Técnica:</i> construção de cartografias (camadas/legendas) sob base maquete física em escala gráfica. Grupos focais e sistematização de experiências. <i>Material:</i> mapas (base Google Earth) canetas coloridas papéis, adesivos marcadores, maquetes físicas. <i>Metas cumpridas:</i> levantamento das estratégias de ação que apontam para soluções dos problemas e das potencialidades identificadas nos grupos de trabalho. Identificação dos principais agentes das ações propostas <i>Resultados parciais:</i> maquete com as informações e apontamentos da comunidade em relação às estratégias de ação. Sistematizou-se as propostas para resolução dos problemas de cada grupo.</p>
--	--

Fonte: Elaboração própria, 2019.

O percurso do trabalho indicou que para os moradores os seguintes temas — organizados em quatro Grupos de Trabalho — eram importantes na composição do Plano do bairro: 1) Renda e Trabalho, 2) Vulnerabilidade e Meio-ambiente; 3) Cultura, educação, juventude, comunicação e lazer; 4) Moradia. Esta organização permitiu elucidar o entendimento dos moradores sobre essas questões e não havia hierarquia entre eles, são temas que afetam a vida no bairro e estão inter-relacionados.

Os resultados da leitura das cartografias indicaram que sobre “Renda e trabalho”, os jovens, desprovidos de oportunidades, são os mais afetados. “Os pais de família estão envolvidos em atividades que geram renda no próprio bairro e fora dele. As principais atividades as quais se empregam são emprego doméstico e/ou diárias, construção civil, comércio e serviços. A cartografia indicou certa circulação laboral em determinadas ruas do bairro, as mais centrais, e nos bairros vizinhos, como o Chácaras Reunidas, e bairros também distantes, como no caso das diaristas que trabalham em condomínios fechados da cidade.

O acesso a outros mercados de trabalho é dificultado pela baixa escolaridade dos moradores e pela própria escassez de transporte público. Apenas uma linha de ônibus serve o bairro, em média a cada trinta minutos, o itinerário atende somente a rua que dá acesso ao mesmo. A frágil cobertura do sistema de transporte público no bairro é um problema que afeta o cotidiano dos moradores, para acessar o ponto de ônibus alguns moradores andam 700 metros ou mais. Em dias de chuva esse problema se agrava e a noite, também por conta da falta de iluminação adequada que oferece risco, principalmente para as mulheres, por mais que elas citam que no geral o bairro seja seguro.

As áreas de risco do bairro, estão relacionadas à questão ambiental e habitacional. No dia 10 de janeiro de 2011 ocorreu um grave deslizamento de terra no bairro do Rio Comprido, que marcou profundamente os moradores da área. Os moradores compreendem que na área existe diferentes níveis de risco, e enfatizam o desejo de permanecerem em suas casas, até uma análise exata da situação do mesmo, porém são constantemente pressionados pela Prefeitura Municipal para se retirarem. Considerando isso, a cartografia social referente a questão moradia, além de enfatizar os problemas estruturais, muitas das quais derivadas da autoconstrução e da situação de insegurança fundiária, também demonstrou preocupação, com a possível retirada dos moradores da área e alocação dos mesmos em outros terrenos do bairro.

No entanto, a única área disponível e provável no bairro para alocação de população, caso haja a remoção, é justamente uma área pública não ocupada por edificações sob a forma de um campo aberto cujo sua funcionalidade atual é o lazer, especialmente o jogo de futebol. Evidenciando assim, um possível conflito entre os moradores na possibilidade da composição de um plano de regularização popular para o bairro. Na cartografia “Cultura, educação, juventude, comunicação e lazer” ficou evidente o quadro da ausência dos serviços do Estado em áreas periféricas não regularizadas, tais como escolas (o bairro só conta com uma escola de ensino fundamental), unidade básica de saúde (UBS), áreas de lazer como parques, praças, quadras, projetos sociais e culturais, o que permite, propositalmente, um alijamento da comunidade das dimensões básicas de existência. Esta realidade levanta a reflexão sobre a dimensão da regularização fundiária urbana em acordo às diretrizes da ReubS (Lei 13465/2016) no que se refere a postura adotada pelos gestores públicos sobre fomentar a regularização fundiária (a entrega do documento de posse) que tem sido ao longo da história política prática de troca de ações públicas por votos, e não promover a regularização urbanística que garantiria aos moradores acesso aos direitos como a moradia, a cultura, a educação,



a saúde, ou seja, atendendo a dimensão do direito à cidade.

Ainda nesta lógica de exclusão, tais dados de vulnerabilidade são apropriados pelo discurso da gestão pública que os utilizam para “degradar” a imagem do bairro e de seus moradores e não legitimar sua regularização, pois geralmente estas regiões são futuras áreas para o investimento do capital imobiliário. O que chamou atenção no exercício de sistematizar experiências vividas foi a lembrança de ações comunitárias que existem no bairro e hoje, por diversos motivos, não existem mais, tais como: a organização e realização de festas; grupos de danças e concursos; a importância do time de futebol do bairro; projetos de aulas de futebol para crianças e feiras livres. O grupo que participou desta cartografia também foi capaz de mapear que a ausência de tais equipamentos e/ou projetos potencializam que a juventude do bairro se vincule à lógica do tráfico pela falta de opção e tempo de ócio que estão fadados. Outro elemento que apareceu como preocupação do grupo foi o processo de comunicação interna entre a comunidade, avaliaram que é deficitária e que as pessoas do bairro estão mais preocupadas com suas demandas pessoais e falta um maior entrosamento capaz de retomar ações coletivas em prol da permanência na área.

A presença de igrejas também chamou nossa atenção, sendo este um dos principais locais de encontro apontados pelos moradores nas figuras-mapas aplicados nas visitas, tanto igrejas evangélicas que aparecem em maior número (de 4 a 5 contadas em uma rua) e uma igreja católica localizada próxima a um grande campo aberto, local em que os moradores demandam a construção de uma área de lazer para os jovens do bairro.

Os moradores dizem se relacionar mais com a cidade de São José dos Campos, mesmo o bairro fazendo limite com outro município, Jacareí. A relação com a cidade de São José dos Campos nem sempre é centralizada, ela ocorre principalmente com os bairros vizinhos. Os principais deslocamentos são motivados pelo estudo, trabalho, acesso ao comércio (sobretudo supermercados), saúde, compras e lazer; no entanto, alguns moradores ainda mantêm relações com familiares que moram em bairros distantes.

Vale destacar o impacto causado pela condição da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) que lançou o desafio de pensar como desenvolver estratégia de “estar lá” mesmo à distância. Ou como garantir uma presença em um momento tão delicado, em que normalmente as diretivas institucionais sugerem o distanciamento social e o cancelamento de atividades acadêmicas que envolviam aglomerações. Estes questionamentos promoveram ações extensionistas entre os anos de 2020 e 2021. O grupo de extensionistas, incluindo professo-

res e alunos, apresentaram como alternativas um conjunto de ações para apoiar o bairro. Como resultados se desenvolveu atividades nos seguintes eixos: prevenção e combate a infecção por COVID-19, informação “atenção” às Fake News, segurança alimentar, cuidados com a saúde física e emocional e fortalecimento da Escola Municipal do bairro atendido, e geração de renda<sup>3</sup>.

Em 2023 a equipe de pesquisadores iniciou o trabalho de sistematização de todas as ações, pesquisas, trabalhos e reflexões geradas no âmbito da pesquisa-ação<sup>4</sup>. Como resultados, para além da confecção de artigos científicos e relatórios de pesquisa, está em fase de finalização a elaboração de produtos gráficos e midiáticos que sirvam de ferramentas de luta e de autonomia da comunidade. Neste sentido, produziu-se um podcast e uma revista física e digital que deve ser lançada em evento presencial para promover a divulgação e a reflexão de forma mais ampla.

### **CARTOGRAFIA SOCIAL COM OS TRABALHADORES DA RECICLAGEM DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP**

Diferentemente do primeiro caso, que se trata de um processo de pesquisa-ação de longa duração, a experiência de composição de cartografia social pode ser também situacional para amparar a luta de setores da sociedade. É neste contexto que o Laboratório de Cartografias Sociais produziu um estudo com trabalhadores da reciclagem em São José dos Campos/SP. O caso apresentado teve como objetivo amparar ações do Ministério Público do Trabalho de São Paulo e Defensoria Pública do Estado, os órgãos se engajaram na questão dos trabalhadores da reciclagem após denúncias de condições de trabalho suspeitas. Para a composição da cartografia pelo Núcleo também foram realiza-

---

3 Os resultados dessas ações e seus impactos foram publicados no artigo assinado pelas pesquisadoras, e pode ser consultado integralmente em: Maciel, L. M., Felix do Amaral e Silva, F., Romano Reschilian (2022). Como estar lá mesmo à distância? Desafios de uma Experiência de Extensão Universitária Durante a Pandemia do novo Coronavírus (COVID-19). *Revista de Extensão da UNIVASF [Petrolina]* 10 (2), pp. 104-117.

4 Vale destacar que no decorrer de cinco anos (2018-2022) foram gerados alguns produtos e ações: 3 artigos científicos; promoção de interfaces com as disciplinas extensionistas dos cursos de graduação da Universidade que geraram propostas de ação tais como: biblioteca comunitárias, circuitos de cultura; desenvolvimento de hortas comunitárias, formação de cursos profissionalizantes, etc.; promoção de espaços de reflexão e trocas com outros projetos e experiências internas e externas à Univap por meio de ciclo de *lives* e debates sobre extensão, pesquisa-ação e estratégias metodológicas; desenvolvimento de Iniciações Científicas, apresentação de trabalhos em eventos, desenvolvimento de 4 trabalhos de final de curso; apoio a projetos de pós-graduação.

dos estudos preliminares sobre a questão e preparação da equipe para as oficinas. No total foram realizadas duas oficinas, a primeira em 2022 e a segunda no ano de 2023.

No Brasil a Lei nº 12.305/10 e regulamentada pelo Decreto nº 7.404/10 traça as principais diretrizes, os municípios com o objetivo de alcançar a universalização dos serviços e manejo de resíduos sólidos, garantindo à saúde pública e à proteção do meio ambiente. São José dos Campos/SP possui, com a maior parte das cidades brasileiras, uma Política de gestão de resíduos sólidos. O município em 2022 gerou cerca de 17 mil toneladas de resíduos, deste montante apenas 25% é reciclado. Neste processo, o trabalho de cooperativas e associações é fundamental.

O Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de São José dos Campos foi publicado em julho de 2015 e traz as principais diretrizes para a coleta. O município realiza a coleta seletiva desde início dos anos 90, para tanto é fundamental o trabalho de três instâncias: a empresa Urbam, as cooperativas de catadores, as associações e catadores autônomos (sucateiros). Eles são os responsáveis na garantia que vidros, metais, plásticos, papéis, isopor, e outros materiais tenham uma destinação correta. Neste cenário há um protagonismo importante da Urbam, com cerca de 3.500 funcionários foi fundada em 1973 como uma sociedade de economia mista, e tem a Prefeitura de São José dos Campos como sua acionista majoritária, ela é responsável por diversos serviços da Gestão Integrada e Gerenciamento de Resíduos Sólidos da cidade.

Listam-se:

*Operação do Aterro Sanitário, Operação do Centro de Triagem, Coleta e Destinação de Resíduos de Serviços de Saúde, Varrição de Sarjetas e Guias das Vias e Logradouros Públicos, Varrição de Feiras Livres, Coleta Seletiva de Resíduos, Coleta de Resíduos Inservíveis e Volumosos, Coleta de Resíduos Eletroeletrônicos, Lavagem de Vias Públicas Pós-Feiras Livres etc. Sua atuação abrange ainda o Serviço Funerário e o Velório Municipal, a Administração dos Cemitérios Municipais, dos Terminais Rodoviários e do Estádio Martins Pereira, assim como o Desenvolvimento de Serviços de Informática e a Execução de Obras em geral para a Prefeitura de São José dos Campos. Resolução 15/94. (Diretoria urbam, 2021, grifos nossos)<sup>5</sup>*

Destaca-se para a pesquisa ação e composição da cartografia social, as relações sociais desenvolvidas no aterro sanitário e centro de triagem, espaço que atuam as cooperativas. No entanto, pouco se sabia dos

---

5 Disponível em Urbam — Urbanizadora Municipal S.A., acesso em 26 de julho 2023.

mais de 300 catadores (estimativa do Plano Municipal de Resíduos Sólidos) cooperados ou não que atuam na coleta em São José dos Campos. Atesta apenas que são majoritariamente moradores da região sul, próximos ao aterro sanitário da prefeitura no bairro Torrão de Ouro.

Em 2020, durante ações do grupo de pesquisa e extensão no combate à pandemia, algumas ações foram realizadas junto a uma associação de catadores de São José dos Campos. A partir de conversas informais com os trabalhadores, verificou-se uma situação conflituosa com o poder público vinculada à destinação dos materiais. Dada essa demanda dos associados a coordenação do projeto abriu um diálogo com o Ministério Público do Trabalho (MPT), a partir deste momento foram realizadas reuniões com os catadores que atuam em diferentes cooperativas e associações, que atuam diretamente ou não na sede da Urbam. O MPT, junto com o GAEMA (Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente) do Ministério Público e Defensoria Pública do Estado de São Paulo passaram a realizar tratativas com a empresa Urbam. Com a finalidade então de melhor conhecer as trajetórias dos trabalhadores da reciclagem em São José dos Campos.

O Quadro 2 apresenta as etapas da composição dos dois momentos da Cartografia Social.

**Quadro 2**

<p>Oficina 1: Reconhecendo território da reciclagem</p>	<p><i>Data:</i> 16/09/ 2022. Público: 28 participantes  <i>Divulgação:</i> convite por meio ligações as líderes de associação e cooperativas  <i>Objetivo e temática trabalhada:</i> localizar os territórios da reciclagem em São José dos Campos/SP; sistematizar as experiências dos trabalhadores da reciclagem  <i>Etapas:</i> 1. Reconhecimento por meio da cartografia. Técnica: Grupo Focal; 2. Sistematização de experiência do trabalho em 5 etapas.  <i>Materiais:</i> mapas em A0, canetinhas, papel adesivo.  <i>Metas cumpridas:</i> compreender a trajetória laborai e as principais questões que envolvem os trabalhadores.  <i>Resultados parciais:</i> 1. Elaboração da cartografia dos espaços de coleta de reciclagem, identificando os espaços de trabalho, coleta e moradia. 2. Sistematização das experiências e apresentação dos resultados dos grupos pelos participantes.</p>
---	---

<p>Oficina 2: Reconhecimento do “ser” trabalhador/a da reciclagem e comunicando experiência</p>	<p><i>Data:</i> 01/07/2023. <i>Pública:</i> 25 participantes <i>Divulgação:</i> convite aos líderes de associação e cooperativas pela Defensoria Pública <i>Objetivo e temática trabalhada:</i> Treinar a participação popular, comunicar a experiência do trabalho <i>Etapas:</i> 1. Construção de uma nuvem de palavras-chave sobre a visão da sociedade sobre os catadores. 2. Conhecendo formas de comunicação da experiência <i>Materiais:</i> Lousa, Flip-chart, papel sulfite e canetas, celulares para gravações. <i>Metas cumpridas:</i> reconhecimento da identidade do(a) trabalhador(a). <i>Resultados parciais:</i> 1. Elaboração da cartografia dos espaços de coleta de reciclagem, identificando os espaços de trabalho, coleta e moradia. 2. Sistematização das experiências e apresentação dos resultados dos grupos pelos participantes. 3. Produção de um minidocumentário (em elaboração).</p>
---	---

Fonte: Elaboração própria.

Na primeira atividade os participantes foram organizados em dois grandes grupos, cada um deles tinha disponível uma carta/mapa da cidade de São José dos Campos. Os resultados sistematizados foram: No grupo I, os trabalhadores relataram que não participavam de fato das decisões da Cooperativa, que desconheciam o estatuto da Cooperativa, que desconheciam também a quantidade de material recebido e por eles triado.

O questionamento das decisões pelos cooperados desagradava os dirigentes; que não havia transparência sobre os rateios dos valores repassados pela empresa gestora à Diretoria, informaram que desconheciam eventuais premiações da empresa gestora pelo atingir de metas de produtividade, que nunca votaram para diretor presidente da cooperativa, e que desconheciam o contrato firmado pela Cooperativa com a empresa “S” (nome alterado), pois acreditavam que o referido contrato era firmado pela empresa gestora com a empresa “S”; que o contrato com a empresa não beneficia os cooperados pois a empresa realiza a triagem dos materiais mais nobres, sendo que as cooperativas têm acesso ao rejeito da empresa “S” em uma das esteiras (existindo duas esteiras no centro de triagem), que o material da esteira é bastante contaminado e misturado com matéria orgânica, que alguns cooperados acreditam que triam também lixo orgânico sendo direcionado diretamente para a triagem, tamanha a presença desses resíduos na esteira, que não recebem os EPI (Equipamentos de Proteção Individual) necessários, inclusive protetor auricular (apenas receberam os equipamento necessário no dia da vistoria). Informaram que às vezes, quando fazem a triagem de materiais “ricos”, não conseguem encon-

trá-los, ao final, na tabela de pesagem. Questionados, informaram que os caminhões das cooperativas são do tipo caçamba/baú.

No grupo II, os trabalhadores relataram diferentes condições, havia entre eles catadores autônomos, membros de cooperativas e de associações ainda não consolidadas. Todos os participantes tinham mais de vinte anos na atividade da coleta e já trabalhavam em outros setores, como de construção civil, serviços domésticos e indústria em São José dos Campos. A roda de sistematização contou com trabalhadores da Associação dos Catadores e Catadoras do Pinheirinho dos Palmares, um cooperado da Futura, três participantes da associação de moradores do Banhado, um trabalhador do setor de reciclagem de PVC e dois trabalhadores autônomos. Eles relataram a dificuldade de acessar os materiais recicláveis em São José dos Campos, relatam que sofrem constantes violências da população por não considerar o trabalho deles como digno, muitas vezes são vinculados à criminalidade. Os trabalhadores relataram que a empresa gestora orienta os condomínios a não deixarem os catadores autônomos ou de associações/cooperativas desvinculadas a coletar os recicláveis em suas portas. Os trabalhadores propuseram a criação de uma ação em rede entre os catadores, a criação de galpões e centro de triagem descentralizadas na cidade e o cumprimento do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de São José dos Campos, por fim, ainda sugeriram uma auditoria na empresa gestora. Verifica-se, que a condição de trabalho do autônomo é bastante precária, não havendo, por exemplo, definição de horário de trabalho, muito menos utilização correta de Equipamentos de Proteção Individual.

A síntese desta atividade amparou uma série de tratativas entre o Ministério Público do Trabalho e a empresa que administra o centro de triagem onde atuam os trabalhadores da reciclagem. Deste acordo inicial foi proposto um curso de extensão a fim de melhor instrumentalizar os trabalhadores, intitulado “Política de Resíduos Sólidos, Cooperativismo e meio ambiente”, o curso foi realizado entre junho e julho de 2023. A segunda cartografia produzida pelo grupo de pesquisadores foi realizada durante o curso, ela permitiu o avanço das discussões do encontro anteriormente relatado, no entanto, seu objetivo maior foi reconstruir a identidade dos trabalhadores da reciclagem, e produzir um material para comunicar a sociedade a experiência vivida.

Na atividade por meio da estratégia de composição de “nuvem de palavras” realizada na lousa da sala de aula, os trabalhadores foram submetidos a dois questionamentos: 1) como a sociedade os vê? 2) como gostariam de ser vistos? O grupo anotou todas as intervenções e ao fim, os trabalhadores foram questionados a partir dos resultados das expressões sínteses.

A estratégia permitiu a construção coletiva da categoria central para os (as) trabalhadores (as), segundo eles (elas) a sociedade em geral tende a ver eles como “sujeitos” como “resíduos sociais”. Mas, eles gostariam de ser vistos como “agente ambiental” e “sujeito de direitos como qualquer outro trabalhador”.

A partir dessas duas sínteses iniciou-se a produção de conteúdo audiovisual a partir dos aparelhos celulares dos trabalhadores. Este material está sendo editado pela equipe de pesquisadores do Núcleo de pesquisa e será enviado aos (às) trabalhadores (as) na forma de minidocumentário. O objetivo é que os (a) trabalhadores (as) em posse desse material chamem atenção para a importância de seu trabalho, a comunicação é apresentada como chave no processo de luta social.

### **ANÁLISE DOS DADOS: O DESAFIO QUALITATIVO NAS CARTOGRAFIAS SOCIAIS**

Após a coleta de dados um dos maiores desafios do (a) pesquisador (a) é a análise. É por meio dela que a síntese dos resultados pode ser apresentada ao público maior e o encaminhamento para o produto, caso a pesquisa inclua a perspectiva da extensão. Em pesquisas qualitativas podemos citar pelo menos quatro perspectivas analíticas: 1) análise de conteúdo (Bardin, 1977); 2) análise compreensiva (Sayad, 2007); 3) análise reconstrutiva (Demazière e Dubar, 2007); 4) análise por campo temático (Rosenthal, 2014), e 5) análise Swot (Hofrichter, 2017) adaptada às questões sociais. Nos trabalhos apresentados neste utilizou-se a perspectiva da análise de conteúdo confrontada com a sistematização de experiências e explicitações por meio da análise Swot.

Laurence Bardin (1977), a partir do debate das mídias e seus conteúdos, elaborou um importante estudo sobre as técnicas de organização e de análise de conteúdo que influenciou pesquisadores da linha qualitativa. A sua proposta demanda rigor na organização dos dados por meio de sua codificação e categorização, com a finalidade de realizar inferências interpretativas.

A técnica de análise é utilizada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos (Bardin, 1979). Logo as informações coletadas nos grupos focais e rodadas de construção de narrativas por meio dos mapas foram transformadas em textos relatórios. Está descrições sistemáticas das informações qualitativas ajudou a reinterpretar as mensagens disponíveis nos mapas e nuvem de palavras elaboradas nas oficinas.

As etapas do trabalho realizado foram:

1. Organização dos dados: exploração do material; transcrição das informações; Unitarização/codificação ou transformação

- dos conteúdos em unidades (de frequência)
2. Classificação das unidades em categorias (por eixos temáticos)
  3. Descrição e levantamento de inferências (Raciocínio desenvolvido a partir da teoria sobre o urbano e sociologia do trabalho)

A partir dessa postura foi possível compreender significados em um nível que vai além de uma leitura comum, permitindo investigar os textos dentro de múltiplas perspectivas. O objetivo maior foi capturar as experiências dos moradores do bairro Rio Comprido, no primeiro caso, e dos trabalhadores da reciclagem no segundo caso, considerando as problemáticas que ambos percebiam no dia a dia e as potencialidades que veem no bairro e no trabalho, bem como os conflitos do cotidiano.

Na etapa da análise também foram construídas sínteses por meio da análise Swot adaptada às demandas da cartografia social que se pretendia. No estudo do bairro Rio Comprido, a partir dos grupos de trabalho formados valorizou-se a construção de quadros que mostrassem as franquezas ou dificuldades vividas no território, ameaças e oportunidades do bairro. Valorizou-se na análise a demonstração das ações propositivas nascidas no ambiente do grupo temático, para que se valorizasse a dimensão criativa dos moradores na resolução dos problemas que identificaram.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Construir de maneira colaborativa a pesquisa-ação valorizando a autonomia das escolhas dos sujeitos sociais, moradores do bairro Rio Comprido e aos trabalhadores da reciclagem, foi o maior desafio da proposta das cartografias apresentadas. Neste percurso o papel extensão universitária na produção do conhecimento foi fundamental, as experiências como as relatadas aqui têm ampliado o debate sob dois elementos centrais de ação: uma problematização da realidade ao impulsionar a compreensão das causas e pensar as possibilidades; o fomento na formação mútua e permanente entre universidade e comunidade partindo de metodologias participativas e cartografias sociais. Tais práticas têm contribuído no processo de formação ética, política e social do aluno ao abrirem campo para repensar práticas, atuações e ações que não sejam determinadas pela lógica de mercado. A promoção de cartografias sociais, ao garantir o protagonismo das subjetividades e saberes locais, contrapõe a prevalência da acadêmica como promotora do conhecimento.

Nos estudos de caso apresentados algumas estratégias de ação expressam avanços e permitem trazer à tona outras formas de or-



ganização política, social e comunitária, tais como o processo de compreensão e sistematização dos reais conflitos identificando suas causas, os agentes e os processos desiguais gerados. Estes processos indicam possibilidades formativas de suas lideranças e da comunidade, e por fim, também a construção de autonomia da comunidade na leitura de suas problemáticas sociais e na capacidade de auto planejamento territorial, desenho das políticas públicas e disputa pela máquina do Estado.

## **BIBLIOGRAFIA**

- Acselrad, Henri (2010). *Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate*. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional.
- Acselrad, Henri (2013). *Cartografia social, terra e território*. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Pesquisa e Planejamento urbano e Regional.
- Almeida, Beatriz França Machado Alves de (2018). *Cartografia social e conflitos territoriais no assentamento Sabiaguaba, Ceará* [Dissertação de mestrado], Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Araújo, João Paulo Fortaleza (2022). *Cidades inteligentes, tecnologia e a gestão do território em São José dos Campos* [Dissertação de mestrado], Universidade do Vale do Paraíba.
- Bardin, Laurence (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Brandão, Carlos Rodrigues (1981). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense.
- Brandão, Carlos Rodrigues (2003). *A pergunta a várias mãos: a experiência da pesquisa no trabalho do educador*. São Paulo: Cortez.
- Cano, Wilson (2007). *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Campinas: Unicamp. Instituto de Economia.
- Deleuze, Gilles y Guattari, Félix (1995) *Mil Platô. Capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Demazière, Didier e Dubar, Claude (2007). *Analyser les entretiens biographiques, l'exemple de récits d'insertions*. Québec: Les presses de l'université Laval.
- Duarte, Paulo Araújo (1994). *Fundamentos de cartografia*. Florianópolis: UFSC (Série Didática).
- Evangelista, Armstrong Miranda; Moraes, Maria Valdirene Araújo Rocha e Silva, Carlos Vinícius Ribeiro (2017). Os usos e aplicações do Google Earth como recurso didático no ensino de

- Geografia. *Revista PerCursos*, 18(38), 152-166.
- Forti, Mariana Cyrino (2020). *O marketing urbano como forma de dominação na produção capitalista do espaço em São José dos Campos, SP* [Dissertação de mestrado], Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos.
- Freire, Paulo (1987). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Hofrichter, Markus (2017). *Análise Swot: quando usar e como fazer*. Porto Alegre: Revolução Ebook.
- Holliday, Oscar Jara (1988). *El aporte de la sistematización a la renovación teóricas prácticas de los movimientos sociales*. San José: Alforja.
- Holliday, Oscar Jara (2006). *Para sistematizar experiências* [2ª ed.]. Brasília: MMA.
- Lacoste, Yves (1988 [1972]). *A geografia — isso serve, em primeiro lugar para fazer guerra*. Campinas, SP: Papirus.
- Landim Neto, Francisco Otávio; Galdino, Lúcio Keury Vicente da Silva, Edson e Gorayeb, Adryane (2016). Territorialidade e meio ambiente da terra indígena Pitaguary, Ceará, Brasil: reflexões acerca das possibilidades de mapeamento participativo na Aldeia de Monguba. *ACTA Geográfica*, Ed. Esp. V CBEAGT, 114-127.
- Maciel, Lidiane Maria; Silva; Fabiana; Reschilian, Paulo e Cunha Rosado e Ana Maria (2021). Por uma cartografia social dos espaços de vida irregulares: um estudo de caso da reconstrução comunitária do território em São José dos Campos (SP). *Caminho Aberto: Revista De extensão do IFSC*, (14), 25-40.
- Marandola, Eduardo Junior (2012). Mobilidades contemporâneas: distribuição espacial da população, vulnerabilidade e espaços de vida nas aglomerações urbanas. Em: Cunha, J. M. P. (Org.), *Mobilidade espacial da População* (pp. 95-116). Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp.
- Reschilian, Paulo Romano; Silva, Fabiana, e Maciel, Lidiane Maria (2022). O simulacro participativo: revisão do Plano Diretor de São José dos Campos. *Cad. Metrôpoles*, 24(55), 963-987.
- Ribeiro, Ana Clara Torres (2001a). Micro-conjuntura: Uma proposta de análise da aceleração da vida urbana. *Revista de Ciências Sociais*, (19), 94-103.
- Ribeiro, Ana Clara Torres; Silva, Cátia Antonia; Perucci, Luis; Schipper, Ivy e Carvalho Vinicius (2001b). Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. *Cadernos IPPUR*, 15(2), 33-52.

- Rosenthal, Gabriele (2014). História de vida vivenciada e história de vida narrada. A interrelação entre experiências, recordar e narrar. *Civitas*, 14(2), 227-249.
- São José dos Campos (1999). *Lei N° 5366/99 de 23 de abril de 1999 que autoriza a implantação do “Programa Habitar Brasil/BID” no Município de São José dos Campos.*
- São José dos Campos (2006). *Lei Complementar N° 306 de 17 de novembro de 2006. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI).*
- São José dos Campos (2012). *Ação Civil Pública n° 0013546-60.2011.8.26.0577. Proposta pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo e Associação de Amigos do Bairro Rio Comprido contra o Município de São José dos Campos, que trata sobre Medida Cautelar de Atentado.*
- Sayad, Abdelmalek (2007). *Uma família deslocada. Bourdieu, Pierre. A miséria do mundo.* Petrópolis: Vozes.
- Silva, Douglas (2020). *Planejamento urbano, campo intelectual e sistema simbólico: a vida no Banhado, cartão postal de São José dos Campos (1937-2016)* [Tese de doutorado], Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos.
- Souza, Jairo Salvador (2021). *Planejamento insurgente, justiça socioespacial e o direito à cidade: práticas de resistência no território às políticas públicas de desfavelização em São José dos Campos, São Paulo, no Século XXI* [Tese de doutorado], Universidade do Vale do Paraíba.
- Thiollent, Michel (1985). *Metodologia da pesquisa-ação.* São Paulo: Cortez.

## **SOBRE AUTORAS, AUTORES Y EDITORES**

### **ALDIRA GUIMARÃES DUARTE DOMÍNGUEZ**

Possui doutorado em Ciências da Saúde com ênfase em Saúde Coletiva pela Universidade de Brasília. Mestrado em Estudos Sociais e Políticos Latino Americano, Universidad Alberto Hurtado, Santiago, Chile. Graduação em Fisioterapia pela Universidade Estadual da Paraíba. Tem pós-doutorado em Integração Contemporânea da América Latina, pela Universidade da Integração Latina Americana, UNILA. Especialização em Gestão Ambiental. Atualmente é professora associada III da Universidade de Brasília, Faculdade de Ceilândia, Curso de Saúde Coletiva. Orientadora no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Biomédica da Universidade de Brasília, FGA. Atua principalmente nas seguintes linhas: Políticas Públicas; Inovação Tecnológica e Saúde; Urbanismos, Saúde e Sociedade; Cidades Sustentáveis, Habitação Saudável; Ambiente e Saúde Humana; Abordagem Ecológica da Saúde. Foi membro do Núcleo de Sustentabilidade da Universidade de Brasília durante o ano de 2015. Atualmente coordena os projetos de pesquisa e extensão: Ecoplanetário e Agente Ambiental Mirim. Participa dos projetos de pesquisa e extensão da Universidade de Brasília: periféricos, trabalhos emergentes. É membro da Rede Brasileira de Habitat Saudável. Correio eletrônico: [aldira@unb.br](mailto:aldira@unb.br); [aldiradominguez@gmail.com](mailto:aldiradominguez@gmail.com); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6481-6055>

### **AMARAL ARÉVALO**

Investigador asociado del Centro Latinoamericano en Sexualidad y Derechos Humanos (CLAM/UERJ). Postdoctorado en el Instituto Fernandes Figueira (IFF/FIOCRUZ), investigando sobre violencias y homicidios contra personas LGBTI+ de El Salvador; financiado por la Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (2023-2024). Postdoctorado en Salud Colectiva y Especialista en Género y Sexualidad por el Instituto de Medicina Social de la Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doctor y máster en Estudios Internacionales en Paz, Conflictos y Desarrollo por la Universitat Jaume I; y licenciado en Ciencias de la Educación por la Universidad de El Salvador. Sus líneas principales de investigación son violencias y estudios LGBTI+ en Centroamérica. Consultor internacional en temáticas de crímenes de odio, género, masculinidades, emergencias en salud, sexualidad, fundamentalismos, derechos sexuales y reproductivos. Perito experto en casos de migración forzada por orientación sexual, expresión de género, VIH, maras y violencias en El Salvador. Autor del libro *Dialogando con el silencio: disidencias sexuales y de género en El Salvador 1765-2020* (Editorial Universitaria, 2022). Integrante del Núcleo de Estudos sobre Gênero, Sexualidade e Saúde (GENSEX) e investigador internacional del Grupo de Trabajo CLACSO “El Istmo Centroamericano: Perspectivas Epistemológicas Periféricas”. Correo electrónico: [arevalo.amaral@gmail.com](mailto:arevalo.amaral@gmail.com); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9949-4121>

### **ANA CLARA CARVALHO MACHUCA VOIGT**

Pesquisadora independente. Pós-doutora pelo Colégio Latino-americano de Estudos Mundiais (Faculdade de Direito/UNB/FLACSO). Doutora em Ciências Sociais (ELA/UNB e coorientação do Instituto de Investigações Antropológicas/IIA/UNAM). Mestra em Desenvolvimento Social (PPGDS/Unimontes e Université de Fribourg/Suisse). Especialista em Processo (PUC, Minas e ESA/MG) e em Gestão Pública Municipal (UFSJ). Advogada. Correio eletrônico: [anacarvalho\\_escritorio@gmail.com](mailto:anacarvalho_escritorio@gmail.com); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6705-0868>

### **ANA DA COSTA POLONIA**

Pós-doutorado, doutorado e mestrado em Psicologia. Atua como professora e psicóloga no Núcleo de Apoio ao Discente e Docente do Centro Universitário Euro-Americano (Unieuro, DF). Possui experiência na área de Psicologia, com ênfase em psicologia do desenvolvimento e psicologia da educação, atuando com os seguintes temas: prevenção e promoção da saúde, sociodrama, desenvolvimento e organização grupal e do espaço escola, educação a distância, formação de professores, relacionamento escola-família, modelo bioecológico de Bronfenbren-

ner. É integrante do grupo de investigação em Educação Virtual da Universidade César Vallejo (Peru). Correio eletrônico: [ana.polonia@unieuro.edu.br](mailto:ana.polonia@unieuro.edu.br); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5089-0254>

### **ANGÉLICA INÊS MIOTTO**

Pedagoga e mestre em Educação. Atua como professora e pedagoga no Núcleo de Apoio ao Discente e Docente do Centro Universitário Euro-Americano (Unieuro-DF). Possui experiência na área de Educação, com ênfase na formação docente, atuando com os seguintes temas: políticas educacionais, avaliação, formação de professores, formação profissional, educação a distância, psicopedagogia e qualidade do ensino superior. É integrante do grupo de investigação em Educação Virtual da Universidade César Vallejo (Peru). Correio eletrônico: [angelica.miotto@unieuro.edu.br](mailto:angelica.miotto@unieuro.edu.br); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3655-2136>

### **CARLOS EDUARDO VIDIGAL**

Professor de História da América da Universidade de Brasília (UnB), Mestre em História e doutor em Relações Internacionais pela mesma universidade. Pesquisador em relações Brasil-Argentina, política exterior brasileira e integração regional, atualmente desenvolve estudos sobre relações internacionais do Brasil, no período democrático recente, transição hegemônica, relações Brasil-China e relações internacionais na América Latina. Autor do livro *Relações Brasil-Argentina: a construção do entendimento* e, em co-autoria com Francisco Doratioto, de *História das Relações Internacionais do Brasil*. Correio eletrônico: [cvidigal@gmail.com](mailto:cvidigal@gmail.com), [vidigal@unb.br](mailto:vidigal@unb.br); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0808-7185>

### **CARLOS FEDERICO DOMÍNGUEZ AVILA**

Possui doutorado em História (2003), mestrado em Estudos Sociais e Políticos Latino-americanos (1999) e graduação em História (1995). Também realizou estágios de pós-doutorado em Ciência Política (Ufpe-2013, e Ufg-2017), em Relações Internacionais (Uerj-2022-2024, 2017), em Estudos Comparados sobre as Américas (Ceppac/Unb-2016), em História (UnB-2021), em Direito/Desigualdades Globais e Justiça Social/Diálogos Norte-Sul (Flacso-Brasil e UnB-2020), em Administração (Ufrgs, 2019), e Integração Contemporânea da América Latina (Unila, 2018). Pesquisador colaborador do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília. Participa nos seguintes Grupos de Pesquisa do CNPq: Laboratório de Estudos Republicanos (LER/UFF), Núcleo de Estudos em Política, Estado e Capitalismo na América Latina (NEPEC/UFRGS), e Estudos de História, Direito, Democracia e Estado na América Latina — GEHDDEAL (UCB). Colabora

nos projetos e grupos de pesquisa internacionais: Variedades da Democracia, Rede de Estudos da Qualidade da Democracia na América Latina, Elites na América Latina/Alacip, Democratização em Perspectiva Comparativa/Alacip, e Political Representation, Executives, and Political Parties Survey tem experiência na área de Estudos Políticos e Sociais Latino-americanos, Qualidade da Democracia, e Direitos Humanos, Cidadania e Violência. Também tem experiência em Ciências Sociais em Saúde, Metodologia Científica, e História do Pensamento Político (Republicanismo Contemporâneo). Membro do Conselho Editorial da CRV. Colunista de *Latinoamérica21*. Produtor de #criticarepublicana (espaço de divulgação científica; 204 vídeos acadêmicos disponíveis em setembro de 2023). Correio eletrônico: [carlos.dominguez.avila@gmail.com](mailto:carlos.dominguez.avila@gmail.com); ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2377-276X>

### **CLAUDIA GOMES GONÇALVES**

Professora nos cursos de Pedagogia e Direito na Faculdades Integradas IESGO Formosa, professora voluntária do curso de Ciência Política da Universidade de Brasília — UnB, e consultora do na função de Avaliadora certificada do MEC pelo BASIS — INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Experiência na área de migrações internacionais, educação, pesquisa com ênfase em avaliação de sistemas, instituições, planos e programas educacionais, atuando principalmente nos seguintes temas: metodologia, educação, ciências políticas e legislação migratória. Entre as pesquisas mais destacadas, encontra-se o estudo comparado entre a fronteira de Estados Unidos e México e investigação em educação sustentável na área de políticas públicas. Desempenha atualmente em duas áreas com o cargo de professora voluntária do curso de Ciência Política da Universidade de Brasília — UnB, onde desenvolve um grupo de pesquisa em migrações. E como consultora na função de avaliadora certificada do MEC pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira — INEP. Doutorado em Ciências Políticas, Estudos Sociais Científicos da Universidade Jesuíta do ITESO de Guadalajara (2007), título revalidado como equivalente ao curso de Doutorado em Ciências Políticas da UNB 1, mestrado em Estudos Sociais e Políticos Latino-Americanos — Universidade Alberto Hurtado — UAH/ILADES (2002) e especialização em Relações Internacionais UAH /ILADES (2001), licenciatura em Pedagogia pela Universidade de Brasília (1998) e bacharelado em Educação Infantil para Aulas de Alfabetização pela Universidade Católica de Brasília — UCB (1995). Correio eletrônico: [claudiabrasil20@gmail.com](mailto:claudiabrasil20@gmail.com); [claudia.gomes@unb.br](mailto:claudia.gomes@unb.br); [claudia.gomes@iesgo.edu.br](mailto:claudia.gomes@iesgo.edu.br); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6328-5969>

### **CRISTINA SOREANU PECEQUILO**

Livre docente em Política Internacional pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Professora de Relações Internacionais (UNIFESP) e da pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP) e Economia Política Internacional (UFRJ). Pesquisadora do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NERINT/UFRGS) e do CNPq. Ocupou a cátedra Rui Barbosa de Estudos Brasileiros na Universidade de Leiden. Analista de conjuntura e de cenário, tem como principais focos de pesquisa a política externa dos Estados Unidos, Brasil e China, suas relações bilaterais e projetos estratégicos. Autora de diversos artigos, capítulos de livro e obras completas como “A reconfiguração do poder global em tempos de crise” (2023, Altabooks) e “A política externa dos Estados Unidos” (2011, UFRGS). Correio eletrônico: [crispece@gmail.com](mailto:crispece@gmail.com); ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1617-186X>

### **EULER DE VILHENA GARCIA**

Professor associado da Universidade de Brasília, Campus Gama. Membro do programa de pós-graduação em Engenharia Biomédica da UnB. Líder do grupo de pesquisa MAGPIE — Matemática aplicada, gestão, problemas e instrumentação de engenharia. Coordenador do Núcleo de Avaliação de Tecnologias em Saúde da Universidade de Brasília (NATS, UnB) e seu representante junto ao ministério da Saúde. Seus interesses são na área de Engenharia Biomédica (tecnologias efetivas em saúde; processamento de sinais; equipamentos eletromédicos), avaliação de tecnologias em saúde (avaliação de equipamentos médico-assistenciais, ATS no projeto e desenvolvimento de novos dispositivos), educação em engenharia (competências e currículo de Engenharia; permanência de estudantes; estratégias de aprendizagem) e inovação e empreendedorismo (estratégias de promoção e ensino). Possui experiência de atuação em equipes multidisciplinares e em pesquisas clínicas na área de eletrocardiologia. Correio eletrônico: [evgarcia.unb@gmail.com](mailto:evgarcia.unb@gmail.com); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6357-4701>

### **FABIANA FÉLIX DO AMARAL E SILVA**

Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos (SP) Brasil. Pós-doutorado em Movimentos Sociais e Ações Coletivas: As Novas Sociabilidades Urbanas na América Latina pelo Programa Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes, Ciências e Humanidades — EACH-USP (2017). Doutora em Ciências pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades — EACH-USP (2011). Mestre em Ciências da Comunicação pelo Programa Ciências da Comunicação



— USP (2006). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2000). Atua como docente e pesquisadora do Programa em Planejamento Urbano e Regional (PLUR) — UNIVAP. Atua como docente colaboradora e pesquisadora do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC-ECA-USP) nos cursos de Mídia, Informação e Cultura (MIDI-CULT-CELACC-ECA-USP) desde 2014. Coordenadora do Núcleo de Extensão Pesquisa-Ação e Cartografias Sociais (NEPACS) do Programa em Planejamento Urbano e Regional (PLUR-UNIVAP). Como área de interesse cita-se dimensão territorial como elemento essencial nos processos organizativos e reivindicatórios dos novos movimentos sociais e ações coletivas latino-americanos. Correio eletrônico: [fabiana.amaral@gmail.com](mailto:fabiana.amaral@gmail.com); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5754-9745>

### **GLÉCIA VIRGOLINO DA SILVA LUZ**

Graduação em Química (bacharelado e licenciatura) pela Universidade de Brasília-UnB (2006). Mestrado em Ciências Mecânicas (2009). Doutorado em Ciências Mecânicas pela UnB (2012). Realizou doutorado sanduiche (PDSE-CAPES) em 2012 no “Istituto Motori”/Nápoles-Itália. De 2013 a 2014 realizou pós-doutorado na USP com tema geral “Síntese e caracterização de nanomateriais semicondutores para dispositivos foto- e eletroativos”. De 2014 ao período atual é pesquisadora colaboradora do Programa de Pós-graduação Engenharia Biomédica (PPGEB) da FGA/UnB (área Física Médica, Bioengenharia e ATS), e finalizou em 2018 o Pós-doutorado no mesmo programa. De 2020 a 2022 foi professora visitante na Faculdade Gama-FGA da UnB, lotada no Programa de Pós-graduação em Engenharia Biomédica — PPGEB. Também faz parte do Núcleo de Avaliação de Tecnologias em Saúde (NATS-UnB), além do Capítulo Profissional IEEE EMBS, DS & MTTs Centro-Norte Brasil, no qual é presidente desde junho de 2023. Correio eletrônico: [gleciavs@gmail.com](mailto:gleciavs@gmail.com); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5385-6174>

### **ISABELLE GIOVANNA TEIXEIRA DE MENDONÇA**

Graduanda pela UnB em Farmácia (FCE/UnB), com experiência na área de Farmácia, com ênfase em nanotecnologia, farmacognosia, farmácia hospitalar e assistência farmacêutica cardiovascular e oncológica. Pesquisadora da Universidade de Brasília com foco em nanotecnologia aplicada a EPIs. Exerceu monitoria nas disciplinas “Do átomo a célula”, “Farmacobotânica” e “Química Orgânica aplicada a Farmácia 1”. Atuante nos projetos de extensão: Guardiões da saúde, focado em epidemiologia analítica e descritiva, e LACARDIO, liga acadêmica multiprofissional de cardiologia. Correio eletrônico: [isabelle29g@gmail.com](mailto:isabelle29g@gmail.com); ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-9479-3951>

### **JOAQUIM PEDRO RIBEIRO VASCONCELOS**

Sanitarista. Doutor em Ciências e Tecnologias em Saúde pela UnB. Tecnologista em Gestão de Políticas Públicas em Saúde no Ministério da Saúde. Correio eletrônico: [jpedrounb@gmail.com](mailto:jpedrounb@gmail.com). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9404426667726025>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1399-0715>

### **JOSÉ MANUEL LUQUE ROJAS**

Es profesor investigador de tiempo completo, titular C de la Universidad Autónoma de Sinaloa; máster y doctor en Procesos Políticos, por la Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Iztapalapa, México. Licenciado en Derecho por la Universidad Autónoma de Sinaloa. Diplomado en Gobierno y Gestión Local, por el CIDE, México. Expresidente de la Junta Directiva Nacional de la Asociación Mexicana de Ciencias Políticas (AMECIP) (2012-2016); y secretario de Relaciones Internacionales de la ALACIP, (2013-2019). Autor de 4 libros y 14 capítulos de libros, de varios artículos publicados en revistas de ciencia política y derecho. Correio eletrônico: [luque-m@hotmail.com](mailto:luque-m@hotmail.com); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7474-5342>

### **JOSEFINA AMANDA SUYO-VEGA**

Doutora em Educação e mestre em Ensino Universitário com experiência na educação básica e ensino superior. Desenvolve ações de formação em diversas instituições universitárias, como a Universidade Nacional Agrária La Molina, a Universidade Nacional de Callao, a Sede da Universidade Católica Sapientae e o Instituto Peruano de Administração de Empresas. Atua na docência e é coordenadora do grupo de investigação em Educação Virtual na Universidade César Vallejo (Peru). Correio eletrônico: [jsuyov1@ucv.edu.pe](mailto:jsuyov1@ucv.edu.pe); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2954-5771>

### **LIDIANE M. MACIEL**

Universidade do Vale do Paraíba — São José dos Campos (SP). Brasil. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (2009), mestrado (2012) e doutorado (2016) em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas. Realizou estágio sanduíche na Université de Paris — Ouest Nanterre (2014-2015) e é pós-doutora pelo Departamento de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas na área de técnicas e métodos de pesquisa social (2017). Docente-pesquisadora na Faculdade de Educação e Arte, da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP) e do Programa de Pós-graduação em Planejamento Regional e Urbano (PLUR IP&D UNIVAP). Atualmente desenvolve um projeto de pesquisa regular no Instituto de Pesquisa

e Desenvolvimento (IP&D UNIVAP). Como área de estudo inclui-se: sociologia urbana, demografia/estudos populacionais e planejamento regional e urbano. É coordenadora do Núcleo de Extensão Pesquisa-ação e Cartografias Sociais da Universidade do Vale do Paraíba (NE-PACS/UNIVAP) e é pesquisadora do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas (NEEPS) da Universidade Estadual Paulista UNESP (Campus Franca). Correio eletrônico: [lidiane@univap.br](mailto:lidiane@univap.br); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5029-7645>

### **LUDMILLA PINTO GUIOTTI CINTRA ABREU**

Mestranda pela UnB em Engenharia Biomédica (PPGEB). Fisioterapeuta pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), Especialista em Fisioterapia Hospitalar (CDCS-GO), Gestão Hospitalar (Dom Alberto-RS), e Preceptoria de Residências Multiprofissionais em Saúde (ESCS-DF). Experiência de 10 anos em UTI's adultos, 02 anos em UTI Pediátrica, 05 anos em Box Pronto Socorro Adulto. Servidora pública pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal SESDF (2011-atual), preceptora de Residência Multiprofissional em Urgência e Trauma FEPECS/ESCS (2020-2023). Chefe do Núcleo de Saúde Funcional pela SESDF e pelo IGESDF (2019) responsável pelas equipes de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional do Hospital Regional de Santa Maria (HRSM-DF). Formação em *Aquatic Fitness Instructor* pela AEA — *Aquatic Exercise Association* (EUA) em 2009. Curso IBS (*Intensive Basic Support*) pela SOBRATI, 2009. Atualização em Fisioterapia em Terapia Intensiva Adulto e Cardiorrespiratória (ASSOBRAFIR: 2013, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023) e em Medicina Intensiva (ABRAMED: 2022 e 2023). Correio eletrônico: [ludguiotti2@gmail.com](mailto:ludguiotti2@gmail.com); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9493-1919>

### **MARIO SCETTINO VALENTE**

Professor de Relações Internacionais do Instituto Brasileiro de Mercados de Capitais em Belo Horizonte (Ibmec), onde é coordenador do Laboratório de Análise Empírica em Política Externa (Datapex). Foi pesquisador visitante na Norman Paterson School of International Affairs (NPSIA) na Carleton University. É doutor e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Tem experiência de docência e de pesquisa em Ciência Política e Relações Internacionais, atuando e publicando, sobretudo, nas áreas de economia política internacional, política externa e políticas públicas, e metodologia, métodos e técnicas de pesquisa. Entre suas principais publicações estão o capítulo *Constitutions and Foreign Affairs* publicado no *Oxford Handbook of Constitutional Law in Latin America* (2022), e o livro *Interesses organizados, relações internacionais e a Constitui-*

ção de 1988, a ser publicado pela Editora Dialética. Correio eletrônico: [mario.s.valente@gmail.com](mailto:mario.s.valente@gmail.com); ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0187-882X>

### **MAURÍCIO DE OLIVEIRA CHAVES**

Possui graduação em Enfermagem (bacharel e licenciado) pela Universidade de Brasília (1997), especialização em Saúde Pública pela Faculdade São Camilo (2004), mestrado em Gerontologia pela Universidade Católica de Brasília (2008) e doutorado em Saúde Pública pela Universidade Americana de Assunção (2017). Atualmente atua como enfermeiro da Secretaria de Estado de Saúde Pública do Distrito Federal e pesquisador em grupo de pesquisa vinculado à Universidade de Brasília (PPGEB/UnB). Tem experiência na área educacional de enfermagem (lecionou na educação fundamental, média, técnico e superior), em enfermagem assistencial e em pesquisas. Formado em Engenharia Civil pela Faculdade Anhanguera de Brasília (2022). Correio eletrônico: [chamorsemfim@gmail.com](mailto:chamorsemfim@gmail.com); ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6609-1599>

### **SÍLVIA MARIA FERREIRA GUIMARÃES**

Antropóloga. Doutora em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB). Professora do Departamento de Antropologia do Instituto de Ciências Sociais (DAN/ICS/UnB), e do mestrado profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT/UnB). Correio eletrônico: [silviag@unb.br](mailto:silviag@unb.br). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0099860141022736>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2097-2355>

### **SIMONE RODRIGUES PINTO**

Professora associada da Universidade de Brasília. Possui graduação em Direito, mestrado em Relações Internacionais e doutorado em Ciência Política. Foi pesquisadora visitante na Yale University/EUA, na FLACSO República Dominicana e na Université de Paris VII (ParisDiderot) e realizou estágio pós-doutoral no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília. Atualmente é pesquisadora da Unité de Recherche Migrations et Sociétés (Urmis), associada da Law and Society Association, da Rede Latino-Americana de Justiça de Transição, da Caribbean Studies Association e da Latin American Studies Association. Compõe os Grupos de Trabalho do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso) sobre Pensamiento Crítico y Decolonizador Caribeño e sobre Afrodescendientes, racismo e resistência no Caribe. É coordenadora da rede internacional ROAD (International Research Network and Observatory

on Global Enforced Disappearance) e do Grupo de Pesquisa sobre Desaparecimento Forçado e Desaparecidos Sociais. Correo eletrônico: [simoner@unb.br](mailto:simoner@unb.br); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2167-8596>

### **YOBANA DAMARIZ CORTEZ PARRA**

Profesora Investigadora de Tiempo Completo, Asociada “D” de la Universidad Autónoma de Sinaloa. Maestra en Ciencias en Administración de MiPymes por la Universidad Autónoma de Sinaloa. Licenciada en Ciencias Políticas y Administración Pública, por la Universidad Autónoma de Sinaloa. Diplomada en Valores por la Universidad Autónoma de Sinaloa y ANUIES. Diplomada en Formación de Multiplicadores en Igualdad de Género II por la Universidad Autónoma de Sinaloa, SEP y PFCE. Diplomada en Prevención de la Violencia de Género en las Instituciones de Educación Superior. Directora en el Estado de Sinaloa de la Asociación Mexicana de Ciencias Políticas y miembro activo de la Asociación Mexicana de Ciencias Políticas. Correo electrónico: [yobanadcp@gmail.com](mailto:yobanadcp@gmail.com); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9759-6669>





A Ciência diferencia-se de outros saberes pela sua forma de produção: o método científico. Nas Humanidades, o desafio é conciliar padrões mínimos de rigor metodológico na investigação de uma miríade de objetos e sujeitos em meio à diversidade epistemológica da área. O equacionamento desse desafio encontra-se no pluralismo inferencial e no desenho de pesquisa, que harmonizam diferentes estratégias de produção de inferências descritivas e causais com parâmetros mínimos de rigor metodológico, reforçando a dimensão pública, coletiva e sistemática da produção científica. Devido ao potencial da Ciência para alterar a realidade político-social, a qualidade de sua produção é ainda mais relevante em contextos de vulnerabilidade. Este é o objetivo deste volume, fortalecer o saber científico na periferia por intermédio da difusão do conhecimento sobre pluralismo inferencial, desenho e técnicas de pesquisa.

**Mario Schettino Valente**  
Instituto Brasileiro de Mercados de Capitais-Ibemec.

Patrocinado por



Agencia Sueca  
de Desarrollo Internacional



**CLACSO**

Consejo Latinoamericano  
de Ciencias Sociales

Conselho Latino-americano  
de Ciências Sociais